

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 12, DE 2022**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 188/2022**  
**OF 192/2022**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.949, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 188

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 3.638, de 19 de agosto de 2015 - Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM, no município de Estância Velha - RS;
- 2 - Portaria nº 729, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente de Ouricuri-ABO, no município de Ouricuri - PE;
- 3 - Portaria nº 1.027, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural, no município de Saudade do Iguaçu - PR;
- 4 - Portaria nº 1.826, de 9 de maio de 2016 - Comunidade São Sebastião de Amparo Social, no município de São Sebastião do Caí- RS;
- 5 - Portaria nº 1.850, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Comunitária Cerqueirense, no município de Cerqueira Cesar - SP;
- 6 - Portaria nº 1.939, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, no município de Assaí - PR;
- 7 - Portaria nº 1.949, de 10 de maio de 2016 - Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL, no município de São Borja - RS;
- 8 - Portaria nº 1.465, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto, no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;
- 9 - Portaria nº 1.837, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense, no município de Felipe Guerra - RN;
- 10 - Portaria nº 1.887, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Amparo Social, no município de Álvares Machado - SP;
- 11 - Portaria nº 1.923, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde, no município de Condado - PB;
- 12 - Portaria nº 1.948, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária da Radiodifusão da Cidade de Três Corações, no município de Três Corações - MG;
- 13 - Portaria nº 2.629, de 7 de junho de 2017 - Associação Radiodifusão Comunitária do 3º Milênio de Agudos, no município de Agudos - SP;
- 14 - Portaria nº 3.500, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mamborê, no município de Mamborê - PR;
- 15 - Portaria nº 4.034, de 28 de setembro de 2017 - Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C., no município de Pindamonhangaba - SP;
- 16 - Portaria nº 709, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária, no município de Ametista do Sul - RS;

17 - Portaria nº 1.260, de 14 de março de 2018 - Associação Quinze de Agosto, no município de São Gonçalo do Rio Preto - MG;

18 - Portaria nº 3.887, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Betel FM, no município de São Francisco do Sul - SC;

19 - Portaria nº 5.962, de 22 de novembro de 2018 - Associação Cultural Esportiva Rodolfense, no município de Rodolfo Fernandes - RN;

20 - Portaria nº 7.150, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo, no município de Vermelho Novo - MG;

21 - Portaria nº 132, de 24 de julho de 2020 - Associação dos Agricultores de Capibaribe Mirim, no município de São Vicente Ferrer - PE;

22 - Portaria nº 133, de 24 de julho de 2020 - Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul, no município de Jandaia do Sul - PR; e

23 - Portaria nº 134, de 24 de julho de 2020 - Associação Comunitária e Cultura de Machadinho, no município de Machadinho - RS.

Brasília, 12 de abril de 2022.

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058104/2011-31, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural União Comunitária Zona Sul- ACONSUL, inscrita no CNPJ nº 02.700.690/0001-17, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de Outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7768/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1949, de 10 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 1949/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058104/2011-31 e nº 53790.001429/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/05/2016, às 19:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1120437** e o código CRC **CEFE7BE5**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 192/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 3.638, de 2015; 729, 1.027, 1.826, 1.850, 1.939 e 1.949, de 2016; 1.465, 1.837, 1.887, 1.923, 1.948, 2.629, 3.500 e 4.034, de 2017; 709, 1.260, 3.887, 5.962 e 7.150, de 2018; e 132, 133 e 134, de 2020.

Atenciosamente,

**LUIZ EDUARDO RAMOS**  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 13/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).  
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3305498** e o código CRC **4A09CEE6** no site:

[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.062558/2013-78

SEI nº 3305498

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35376/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/09/2019, às 20:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4674146** e o código CRC **662E09B6**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.058104/2011-31**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 14 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 14/07/2014, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0039887** e o código CRC **783DA9AF**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 058104/2011-31

SEAPA/SCE


17/11/2011-08:35

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53790.001429/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL**, na localidade de **São Borja / RS**, tem validade até 07/06/2010, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 09 de novembro de 2011.

  
**BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS**  
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros  
Siapa n.º 1786958  
Agente Administrativo

02.700.690/0001-17



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 6 998 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 22 de novembro de 2011.

À Senhora

**VÂNIA CRISTINA VITÓRIO**

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul – ACONSUL  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367 - Centro  
97670-000 São Borja – RS

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/  
Processo nº. 53000.058104/2011-31.**

Senhora Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL** tem validade até 07/06/2010, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br).

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



**OCTAVIO PENNA PIERANTI**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

58104/11

41



## REQUERIMENTO PARA **RENOVAÇÃO** DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 02700690/0001-17, com sede, na cidade de **São Borja**, Estado Rio Grande do Sul, CEP 97670-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 248 datada de 21 de junho de 2000, Decreto Legislativo nº 400 publicado no Diário Oficial da União datado de 08 de outubro de 2001, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

São Borja, 02 de janeiro de 2012

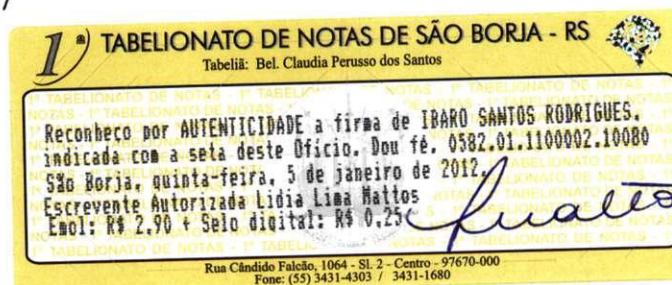
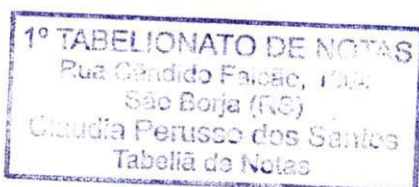


*[Handwritten signature]*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 003383/2012-86  
SEAPA/SCE  
20/01/2012-09:05

Nome do representante da entidade: Ibaro Santos Rodrigues

CPF: 341177500-97



Lídia Lima Mattos  
Escrevente Autorizada

*Sedco*

## DECLARAÇÃO

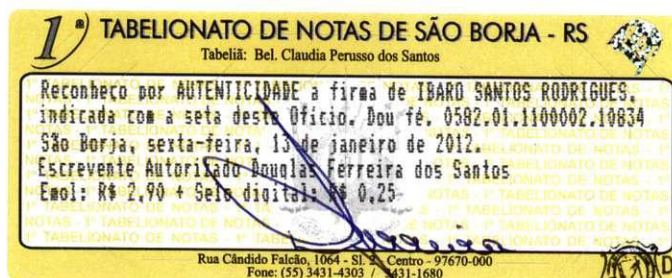
Eu, Íbaro Santos Rodrigues, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona sul, declaro para os devidos fins que:

- a rádio Butuí Fm encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previsto na regulamentação constante da respectiva licença de funcionamento da estação.

São Borja, 13 de Janeiro de 2012

1.º Tabelionato

  
IBARO SANTOS RODRIGUES  
Presidente



Rua Cândido Falcão, 1064 - Sl. 1 - Centro - 97670-000  
Fone: (55) 3431-4303 / 3431-1680



Douglas Ferreira dos Santos  
Escrevente Autorizado

1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua General Osório, 2089  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 001639/2001

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL <b>ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL - CNPJ: 02.700.690/0001-17</b>		Nº DA ENTIDADE <b>50011446803</b>	
Nº DA ESTAÇÃO <b>631428119</b>	SERVIÇO <b>Radiodifusão Comunitária</b>	NAT. SERV. <b>*****</b>	LATITUDE <b>28S395000</b>
			LONGITUDE <b>56W001500</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA 367</b>	DISTRITO <b>*****</b>
BAIRRO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO BORJA</b>
	UF <b>RS</b>

CIDADE DA OUTORGA : **São Borja/RS**  
NOME FANTASIA : **RÁDIO butai fm**  
FREQUÊNCIA : **87,9 MHz**  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : **00:00 a 02:00 - Dom. a Sáb. / 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.**  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : **ZYM368**  
ESTÚDIO  
ENDEREÇO : **RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA 367 CENTRO**  
MUNICÍPIO : **São Borja**  
TRANSMISSOR PRINCIPAL : **Montel Sistemas de Comunicação Ltda.**  
CÓDIGO : **0264020312**  
TRANSMISSOR AUXILIAR : **\*\*\*\*\***  
CÓDIGO : **\*\*\*\*\***  
ANTENA  
FABRICANTE : **ANTENAS MAXWELL MAY**  
GANHO : **0.00 dBd**  
DESCRIÇÃO : **DÍPOLO DE 1/2 ONDA**  
COTA BASE DA TORRE : **\*\*\*\*\* m**

Número Processo : **537900014291998**  
CANAL : **200**  
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : **1.00 KM**  
PERP MÁXIMA : **\*\*\*\*\* W**  
LOCALIDADE : **\*\*\*\*\***  
UF : **RS**  
MODELO : **MTFM98**  
POTÊNCIA : **25,000 W**  
MODELO : **\*\*\*\*\***  
POTÊNCIA : **\*\*\*\*\* W**  
MODELO : **MMFMV 01**  
POLARIZAÇÃO : **Vertical**  
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : **29.0 m**



**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

IMPRESSA EM 01/03/2007

OBSERVAÇÕES  
02.700.690/0001-17

Licenciada Em

VÁLIDA ATÉ

**15/10/2001**

**07/06/2010**

**Helio Costa**  
Ministro das Comunicações

1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Cândido Falcão, 1064 - SL 2 - Centro - 97670-000  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

**1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**  
Tabeliã: Bel. Claudia Perusso dos Santos

Autentico a cópia extraída neste Ofício, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.1100002.10075  
São Borja, quinta-feira, 5 de janeiro de 2012.  
Escrevente Autorizada Lúcia Lima Mattos  
Emolumentos: R\$ 2,90 + Selo digital: R\$ 0,75

Rua Cândido Falcão, 1064 - SL 2 - Centro - 97670-000  
Fone: (55) 3431-4303 / 3431-1680

**Lúcia Lima Mattos**  
Escrevente Autorizada

EM BRANCO

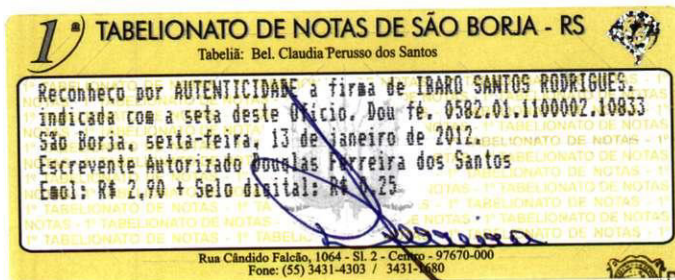
## DECLARAÇÃO

Eu, Ibaro Santos Rodrigues, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro para os devidos fins que:

- Jose Newton Falcão, brasileiro, casado, residente na rua Cândido Falcão, 532, na cidade de São Borja -RS, jornalista profissional, registro profissional nº 7669, RG-SSP-RS Nº 5023882993 e CPF nº 24508454020 é responsável pela área editorial da Emissora ( RÁDIO BUTUÍ FM) ;

-Marceli Andrade dos Reis, brasileira, solteira, residente na rua general Marques, 2846, na cidade de São Borja- RS, radialista, RG-SSP-RS nº 4112228749 e CPF nº 03048368000 é responsável pela direção de programação da Emissora ( RÁDIO BUTUÍ FM ).

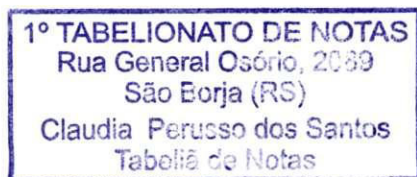
São Borja, 13 de janeiro de 2012

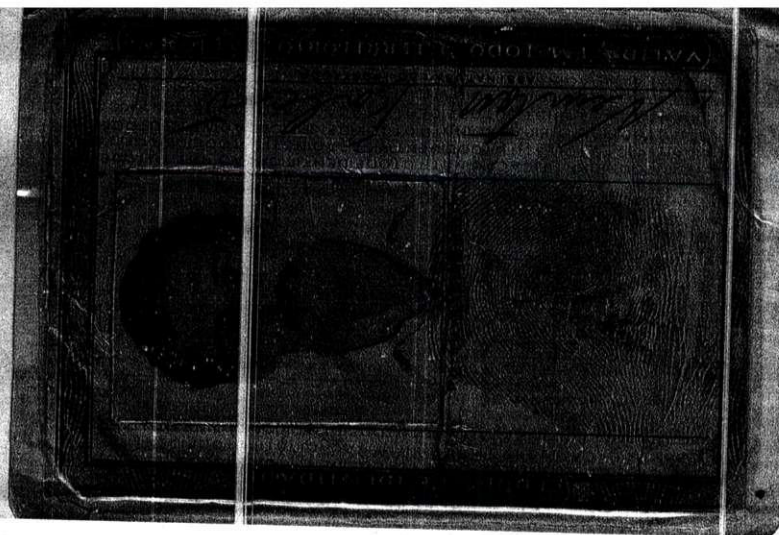


Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL

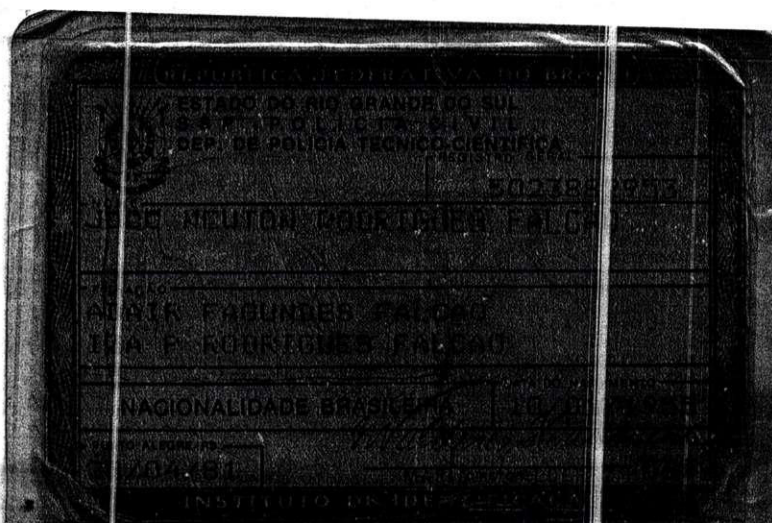


Douglas Ferreira dos Santos  
Escrevente Autorizado





M. das Co.  
Fis. 08  
Lu. Rúbrico  
SCS - 50



M. das Comunica  
Fls. 09  
Rúbrica  
CS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito



*Marciele Andrade dos Reis*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4112228749 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/06/2008

NOME **MARCELE ANDRADES DOS REIS**

FILIAÇÃO **OSVALDO CARVALHO DOS REIS**

**ELIANE BARRAGANA ANDRADES**

NATURALIDADE **SÃO BORJA RS**

DATA DE NASCIMENTO **19/11/1992**

DOC. ORIGEM **C NASC 40076 SÃO BORJA RS**

**LV A 197 FL 054**

CPF

PORTO ALEGRE RS

**1 VIA**

ASSINATURA DO DIRETOR

**152383 / 152383**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

**030.483.680-00**

Nome

**MARCELE ANDRADES DOS REIS**

Nascimento

**19/11/1992**

REAL CARD

Cartão de uso pessoal e intransferível  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão  
**ABR/2009**

**CORREIOS**

## ACONSUL



O Conselho Comunitário Fiscal da ACONSUL em conformidade com o Art. - 21º - Parágrafo 4º do Estatuto da Entidade e considerando os objetivos da Lei nº 9.612, de 1998 e atendendo ofício do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, avalia como positiva a atuação da Rádio Comunitária Butuí Fm cumprindo seus fiéis objetivos que visam servir a comunidade atingida em parte do município de São Borja no Estado do Rio Grande do Sul. Podemos exemplificar as atividades até aqui desenvolvidas pela Associação e pela Emissora que após suas fundações em uma cidade com mais de 300 anos, em torno de 70 mil habitantes somente era servida por duas emissoras de rádios do mesmo grupo e que deixavam de cumprir com o que determina o Ministério das Comunicações com relação a diversos acontecimentos e fatos locais. A ACONSUL e RÁDIO BUTUÍ FM sempre estiveram ao lado da comunidade com a participação direta e efetiva de moradores da comunidade atingida. Diversas campanhas foram realizadas em vários segmentos sempre objetivando o bem comum dos cidadãos contribuindo diretamente para o conhecimento e propagação de elementos culturais, além de intercâmbios de comunidades organizadas. As opiniões sempre foram respeitadas e de maneiras plurais quer no campo político, religioso, esportivo e etc. Informamos também que a Emissora tem um canal direto e aberto com a UNIPAMPA (Universidade Federal - Campus São Borja) onde acadêmicos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda realizam diversas atividades valendo-se da estrutura da RADCOM ( Butuí FM ) e que tem contribuído e muito para as suas formações profissionais e desta forma a Entidade está auxiliando na formação dos mesmos. Disponibiliza de espaços e horários para que acadêmicos da Universidade realizem suas atividades como produção nas áreas jornalística e de publicidade. A Entidade também tem participação na formação de profissionais que iniciam suas atividades na rádio Butuí e depois atuam em outras emissoras da cidade e outras localidades aperfeiçoando os seus conhecimentos no meio de veículos de comunicação e firmando-se na atividade profissional. A sua direção também mantém em escolas da rede municipal e estadual local o Projeto Radio Escola ( oportunizando a crianças estudantes o gosto pela comunicação ).

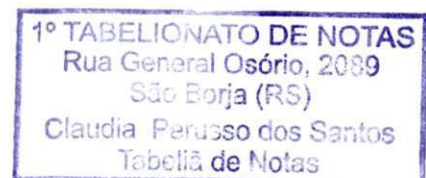
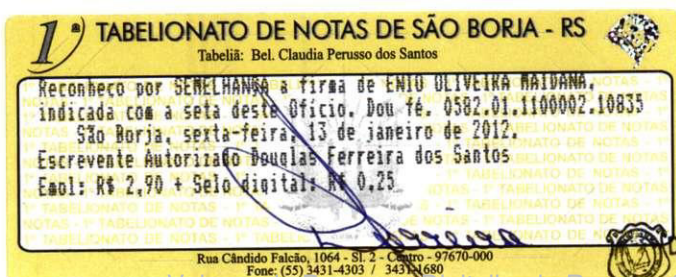
Por estes motivos e por cumprir fielmente o que determina a lei das rádios comunitárias esse Conselho avalia como positiva a atuação da ACONSUL e RÁDIO BUTUÍ FM.



*Enio Oliveira Maidana*

ENIO OLIVEIRA MAIDANA  
PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL

São Borja, 06 de janeiro de 2012



*Douglas Ferreira dos Santos*  
Escritor Autorizado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais  
Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Títulos e Documentos

Protestos de Títulos Cambiais  
COMARCA DE SÃO BORJA

Ofício do Reg. Civil e Especiais LOÍVIA MARIA WELFER – Oficial Designada  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

**CERTIDÃO**  
RSCERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2011/2012 ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dclores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrade dos Reis; 2º Secretária: Claudia Sidinei Molimann Martins; Tesoureiro: Christian Alex Cardoso Isbarrola; 2º Tesoureiro: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Operações: Belmirio Silva; Vice-operações: Jorge Luiz Goulart Roos; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu de Lima; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: Alberto Marques Pires; Diretor de Patrimônio: Sandro Renato Diriz. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 28 de julho de 2011.

Loivia Maria Welfer  
Oficial Designada

Edson Mello de Rosa  
Substituto  
CPF 584.934.510-00

Emolumentos: R\$ 5,30 – 0584.01.1100005 00494

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil das Pessoas Nat. e Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

**1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**  
Tabelião: Bel. Claudia Perusso dos Santos

Autentico a cópia extraída neste Ofício, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.1100002.10082  
São Borja, quinta-feira, 5 de janeiro de 2012  
Escrevente Autorizada Lidia Lima Mattos  
Emolumentos: R\$ 2,90 + Selo digital: R\$ 0,25

*Lidia Lima Mattos*

Lidia Lima Mattos  
Escrevente Autorizada

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.700.690/0001-17</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/07/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACONSUL</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R BOMPLAND</b>	NÚMERO <b>1991</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>97.670-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PARABOI</b>	MUNICÍPIO <b>SAO BORJA</b>	UF <b>RS</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emissão no dia **3/1/2012** às **17:34:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
 Atualize sua página

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

M. das Co.  
Fis. 124  
Rúbrica:  
W. S. S. - 52

1.º Tabelionato



1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Cândido Falcão, 1064  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

**1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**  
Tabeliã: Bel. Claudia Perusso dos Santos

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de IBARO SANTOS RODRIGUES, indicada com a seta deste Ofício. Dou fé. 0582.01.1100002.10081 São Borja, quinta-feira, 5 de janeiro de 2012.  
Escrevente Autorizada Lídia Lima Mattos  
Emol: R\$ 2,99 + Selo digital: R\$ 0,29

Rua Cândido Falcão, 1064 - SL 2 - Centro - 97670-000  
Fone: (55) 3431-4303 / 3431-1680

Lídia Lima Mattos  
Escrevente Autorizada

Endereço para correspondência :Eurico Batista da Silva, 367 , na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 97670-000.

Telefone para contato: 0XX(55) 8428 0024

Correio eletrônico (e-mail): [ibaroshow@bol.com.br](mailto:ibaroshow@bol.com.br)

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	Código do Recolhimento	11329
	Número (NRO) de Referência - FISTEL	500114468030019
Nome do Contribuinte/Recolhedor: <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b> Endereço: <b>RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 337 - CENTRO .</b> <b>CENTRO - 97670000 - São Borja/RS</b>	Competência	-
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE	Vencimento	31/03/2011

SEI M. das Com.  
 Fis.: 15  
 Rubrica: 15-8001

le 2

16-01-2012 10:44

16/01/2012  
016/14097

BANCO DO BRASIL

11/01/2012  
0003

COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM CUPOM BARRAS

Convenio: GRU GUIA RECOL. UNIAO CULT

Código de Barras: 853/0000000 6 2648030113 7  
20060245001 2 14468030013 6

Data do pagamento: 16/01/2012

Valor em Dinheiro: 0,00

Valor em Cheque: 0,00

Valor total: 0,00

NÚMERO DE AUTENTICAÇÃO

0,000,468,301,13,000



Ajuda

Imprimir

00194.56979 45001.144687 03002.141210 6 52890000006600

Recibo do Sacado

<b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>	Data do Processamento 10/01/2012 -	<b>Vencimento</b> <b>31/03/2012</b>
	Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv) 50011446803-0021-41	
<b>1. Informações</b>  <b>ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTES BOLETOS NO SIAFI, UTILIZAR:</b> <b>CÓDIGO DE ARRECAÇÃO : 51329-6</b> <b>UG ARRECAÇÃO: 413013</b> (Qualquer dúvida, enviar e-mail para: <a href="mailto:fistel@anatel.gov.br">fistel@anatel.gov.br</a> ) <b>Rádiodifusão Comunitária - Código= 231</b> <b>Taxa de Fiscalização de Funcionamento (Taxas de Fiscalização) - Código= 1329 - ano = 2012:</b> Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 631428119		
<b>2. Mensagem</b>  Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es): 2011 e de outra(s) receita(s)		
<b>3. Regras</b> - Após vencimento cobrar: Multa + Juros (SELIC) - Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Juros (SELIC): Somar mês a mês, a partir do mês subsequente ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento.		
(=)Valor do Documento <b>66,00</b>	(+)Mora/Multa/Juros	(+)Outros Acréscimos
(=)Valor Cobrado		
Sacado: <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b> CNPJ/CPF: 02700690000117		

Autenticação Mecânica

11/01/2012 BANCO DO BRASIL 12:45:53  
 15/14082 02/79  
 QUIVIDORIA BB 0800 729 5678  
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULO

BANCO DO BRASIL S.A.

00194.56979 45001.144687 03002.141210 6 52890000006600  
 NOSSO NUMERO 50011446803002141  
 CONVENIO 00456974  
 FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC  
 AGENCIA/COD. CLIENTE 1507/0033218  
 DATA DE VENCIMENTO 02/04/2012  
 DATA DO PAGAMENTO 11/01/2012  
 VALOR DO DOCUMENTO 66,00  
 VALOR COBRADO 66,00

NR. AUTENTICAÇÃO A. 510.608.304.206.014  
 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
 ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



Ajuda

Imprimir

00194.56979 45001.144687 03001.961212 3 49230000009000

Recibo do Sacado

<b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>	Data do Processamento 10/01/2012 -	<b>Vencimento</b> <b>31/03/2011</b>
	Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv) 50011446803-0019-61	
<b>1. Informações</b>  <b>ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTE BOLETO NO SIAFI, UTILIZAR:</b> <b>CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO : 51329-6</b> <b>UG ARRECADAÇÃO: 413013</b> (Qualquer dúvida, enviar e-mail para: <a href="mailto:fistel@anatel.gov.br">fistel@anatel.gov.br</a> ) Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Taxa de Fiscalização de Funcionamento (Taxas de Fiscalização) - Código= 1329 - ano = 2011: Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 631428119		
<b>2. Mensagem</b>  <b>3. Regras</b> Acrescido de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Multa: R\$ 18,00 - Juros: R\$ 8,50 <b>Não conceder desconto/abatimento/dedução</b>  <b>- Valor calculado para pagamento até : 31/01/2012</b>		
(=)Valor do Documento <b>90,00</b>	(+)Mora/Multa/Juros <b>26,50</b>	(+)Outros Acréscimos
		(=)Valor Cobrado <b>116,50</b>
Sacado: <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b> CNPJ/CPF: 02700690000117		

Autenticação Mecânica

11/01/2012 - BANCO DO BRASIL - 12:50:58  
018714082 0282

OUVIDORIA BB 0800 729 5678  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569/94500114468/03001961212349230000009000  
NOSSO NUMERO 50011446803001961  
CONVENIO 00456974  
FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC  
AGENCIA/COD. CLIENTE 1607/00333218  
DATA DE VENCIMENTO 31/03/2011  
DATA DO PAGAMENTO 11/01/2012  
VALOR DO DOCUMENTO 90,00  
VALOR COBRADO 90,00

NR.AUTENTICACAO 2.4D1.E13.CA0.8B7.0C2  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

Ajuda

Imprimir



 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	<b>Código do Recolhimento</b> 12672 <b>Número (NRO) de Referência - FISTEL</b> 500114468030020 <b>Competência</b> -
	<b>Nome do Contribuinte/Recolhedor:</b> ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL <b>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE</b>
<b>1. Informações:</b>  <b>ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTES BOLETOS NO SIAFI, UTILIZAR:</b> <b>CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO : 52672-0</b> <b>UG ARRECADAÇÃO: 413001</b> (Qualquer dúvida, enviar e-mail para: <a href="mailto:fistel@anatel.gov.br">fistel@anatel.gov.br</a> ) Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública - Código= 4200 - ano = 2011 Quantidade de estações : A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1	
<b>2. Mensagem</b>  <b>Regras</b> - Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 0,94 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 31/01/2012  Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>	
<b>GRU - Simples</b>  <b>Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A</b>	<b>(+) Juros/Encargos</b> 0,94 <b>(+) Outros Acréscimos</b> <b>(+) Valor Total</b> 12,94

858000000003 129403631267 720492650011 144680300200

11/01/2012  
018/14082

BANCO DO BRASIL

12:50:17  
0281

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM CÓD. BARRA

Convenio GRU GUIA RECOL UNIAO (RIT)

Codigo de Barras 858000000003 129403631267  
720492650011 144680300200Data do pagamento 11/01/2012  
Valor em Dinheiro 12,94  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 12,94

NR. AUTENTICAÇÃO

E,D41,2F7,AA6,C6C,B73



Ajuda

Imprimir

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	Código do Recolhimento 12672 Número (NRO) de Referência - FISTEL 500114468030022 Competência -
	Nome do Contribuinte/Recolhedor: <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b> AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE
<b>1. Informações:</b>  <b>ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTE BOLETO NO SIAFI, UTILIZAR:</b> <b>CÓDIGO DE ARRECAÇÃO : 52672-0</b> <b>UG ARRECAÇÃO: 413001</b> (Qualquer dúvida, enviar e-mail para: <a href="mailto:fistel@anatel.gov.br">fistel@anatel.gov.br</a> ) <b>Rádiodifusão Comunitária - Código= 231</b> <b>Contribuição Para o Fomento da Rádiodifusão Pública - Código= 4200 - ano = 2012:</b> Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1	Vencimento 31/03/2012 CNPJ/CPF 02700690000117 Contribuinte Unidade Favorecida 413001/41231 (=) Valor do Principal 10,00 (-) Descontos/Abatimento ***** (-) Outras deduções ***** (+) Mora/Multa *****
<b>2. Mensagem</b>  Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es): 2011 e de outra(s) receita(s) <b>3. Regras</b> - Após vencimento cobrar: Multa + Juros (SELIC) - Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Juros (SELIC): Somar mês a mês, a partir do mês subsequente ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento.  Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>	(+) Juros/Encargos ***** (+) Outros Acréscimos (+) Valor Total
<b>GRU - Simples</b>  <b>Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A</b>	

858300000009 100003631261 720492650011 144680300226

11/01/2012  
018/14082

BANCO DO BRASIL

12:49:30  
0280

COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM COD. BARRA

Convenio GRU GUIA RECOL UNIAO (REF)  
 Código de Barras 858300000009 100003631261 720492650011 144680300226  
 Data do pagamento 11/01/2012  
 Valor em Dinheiro 10,00  
 Valor em Cheque 0,00  
 Valor Total 10,00

NR. AUTENTICAÇÃO

0.A06.AC4.85/1.185.A76

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

**A ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.700.690/0001-17**, com sede na Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº367, Bairro Centro, na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97.670-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 248 datada de 21/06/2000 e Decreto Legislativo nº 400 publicado no Diário Oficial da União datado de 08/10/2001, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

São Borja - RS, 11 de janeiro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: IBARO SANTOS RODRIGUES

CPF: 341.177.500-97



**LAUDO DE ENSAIO**  
**SERVIÇO PRESTADO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**  
**LOCALIDADE: SÃO BORJA - RS**

**1. INTERESSADO**

- a) nome: ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL
- b) CNPJ: 02.700.690/0001-17
- c) endereço completo: Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367, Bairro Centro, São Borja, RS, Cep 97670-000
- d) serviço prestado: Radiodifusão Comunitária
- e) indicativo da estação: ZYM 368

**2. ENSAIO**

- a) motivo: Solicitação de Renovação de Outorga
- b) endereço completo onde foi realizado: Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367, Bairro Centro, São Borja, RS, Cep 97670-000, Latitude: 28S3950, Longitude: 56W0015
- c) data em que foi realizado: 11-01-2012

**3. FABRICANTE**

- a) nome: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
- b) endereço: Rua João de Paula Franco, 469, Jardim Marabá, Cep 04775-165, São Paulo - SP

**4. FUNÇÃO DO TRANSMISSOR**

Principal



## 5. MEDIÇÕES

### 5.1 Frequência:

- a) Nominal; 87900000 Hz
- b) medida em ambiente normal; 87900340 Hz
- c) variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente; +, - 30 Hz

### 5.2 Resposta de audiofrequência, com Pré-ênfase de 75us:

Frequência (Hz)	100 % de Modulação	50 % de Modulação	25 % de Modulação
50	-3,4	-3,4	-3,5
100	-1,2	-1,0	-1,1
200	-0,6	-0,6	-0,5
400	-0,6	-0,6	-0,5
600	-0,4	-0,4	-0,4
1000	0	0	0
2000	1,6	1,6	2,0
4000	5,4	5,5	5,5
6000	8,4	8,1	8,4
8000	10,2	10,4	10,6
10.000	12,3	12,1	10,6
14.800	15,2	15,2	15,3
14.900	15,2	15,2	15,6

**5.3 Distorção harmônica de áudio com Pré-ênfase de 75us:**

Frequência (Hz)	100 % de Modulação	50 % de Modulação	25 % de Modulação
50	0,12	0,10	0,19
100	0,12	0,10	0,18
200	0,11	0,10	0,19
400	0,11	0,10	0,21
600	0,11	0,10	0,23
1000	0,12	0,12	0,23
2000	0,13	0,14	0,23
4000	0,21	0,14	0,23
6000	0,15	0,15	0,23
8000	0,17	0,17	0,24
10.000	0,05	0,09	0,22
15.000	0,05	0,10	0,21

**5.4 Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100 % de modulação, com 400 Hz: menor que 55 dB psofométrico**

**5.5 Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100 % de modulação em amplitude: menor que 60 dB psofométrico**

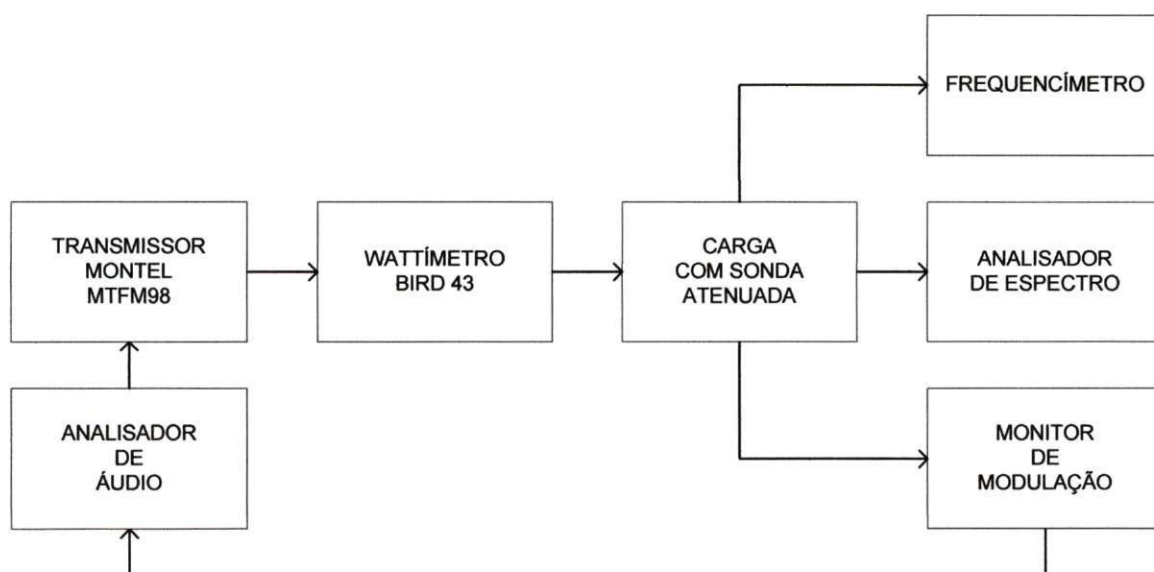
**5.6 Atenuação de harmônicos e espúrios:**

Potência	Frequência		
	120 a 240 kHz	240 kHz a 600 kHz	Maior que 600 kHz
25 W	< - 50 dB	< - 55 dB	< - 60 dB
8 W	< - 51 dB	< - 56 dB	< - 60 dB

	<p align="center"><b>LAUDO DE ENSAIO</b>  <b>SERVIÇO PRESTADO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA</b>  <b>LOCALIDADE: SÃO BORJA - RS</b></p>
---	--

#### 5.7 Potência de saída:

- ❖ Potência aplicada sobre carga fabricante BIRD, modelo 8892-300;
- ❖ Wattímetro utilizado fabricante BIRD, modelo 43;
- ❖ Elemento de medida, fabricante BIRD, modelo 100B, conforme modelo abaixo:



- ❖ Resultado da medida: 25 Watts.
- ❖ Tempo de leitura entre o mínimo e o máximo = 15 minutos



## **6. CARCTERÍSTICAS GERAIS**

Fabricante: MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA  
Modelo: MTFM98  
Nº de Série: 2106  
Ano de Fabricação: 2006  
Potência Nominal: 25 WATTS  
Potência de Operação: 25 WATTS  
Frequência de Ensaio: 87,9 MHz  
Código de Homologação: 0916-06-0312  
Desvio de Frequência para 100 % de modulação: 75 %  
Tipo de Emissão Monofônica: 180KF3EGN  
Tipo de Emissão Estereofônica: 256KF8EHF  
Consumo Máximo: 100 W

### **6.1 Medidores do estágio final de RF:**

- a) de potência direta; 25 Watts
- b) de potência refletida; 0,1 Watts
- c) de tensão contínua de coletor: 27,2Volts
- d) de corrente contínua de coletor: 2,0 Ampéres

### **6.2 Existência de tomadas de amostras de RF, para:**

- a) modulação; não
- b) frequência; não



**LAUDO DE ENSAIO**  
**SERVIÇO PRESTADO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**  
**LOCALIDADE: SÃO BORJA - RS**

**7. DECLARAÇÕES**

**7.1 Declaração do profissional habilitado:**

" Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de..... folhas, todas numeradas e rubricadas, com a rubrica.....de que faço uso ".

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

Nº. de Registro CREA: 60.805 D

**7.2 Parecer Conclusivo:**

" Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, **DECLARO** que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável "

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

Nº. de Registro CREA: 060805D





**LAUDO DE ENSAIO**  
**SERVIÇO PRESTADO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**  
**LOCALIDADE: SÃO BORJA - RS**

**7.3 Declaração do interessado:**

“Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, DECLARO que o Sr. Breno Banda Júnior esteve no endereço a Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367, Bairro Centro, São Borja, RS, Cep 97670-000, no dia 11 de janeiro de 2012, ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA, modelo MTFM98, série número 2106, Certificado de Homologação nº . 0916-06-0312, com potência nominal de 25,00 Watts”.

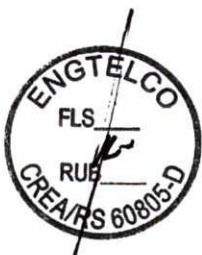
São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

Nome: Ibaro Santos Rodrigues

CPF: 341.177.500-97

Cargo que exerce na entidade: Representante Legal





**LAUDO DE ENSAIO**  
**SERVIÇO PRESTADO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**  
**LOCALIDADE: SÃO BORJA - RS**

**7.4 Anotação de responsabilidade Técnica - ART**  
Em anexo.

**8. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS**

Ítem	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	<i>Wattmeter</i>	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	<i>Plug-in elements</i>	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-



## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

#### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL**

CNPJ

**02.700.690/0001-17**

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

**RÁDIO BUTUI FM**

Portaria de Autorização nº 248 de 21/06/2000

Publicada no D.O.U de 21 de junho de 2000.

Decreto Legislativo nº 400 de 08/10/2001

Publicado no D.O.U de 08 de outubro de 2001.

#### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

**Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367**

BAIRRO

**CENTRO**

CIDADE

**SÃO BORJA**

UF

**RS**

CEP

**97.670-000**

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

#### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

**Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367**

BAIRRO

**CENTRO**

CIDADE

**SÃO BORJA**

UF

**RS**

CEP

**97.670-000**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

LATITUDE

**28S395000**

LONGITUDE

**56W001500**





- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida? NÃO ☐ SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida? NÃO ☐ SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

**ESTÚDIO DA REQUERENTE ENCONTRA-SE NO MESMO LOGRADOURO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, SISTEMA IRRADIANTE E SEDE**

LOGRADOURO

**Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367**

BAIRRO	CIDADE	UF	CEP
<b>CENTRO</b>	<b>SÃO BORJA</b>	<b>RS</b>	<b>97.670-000</b>

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

LATITUDE	LONGITUDE
<b>28S395000</b>	<b>56W001500</b>

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

**MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA**

MODELO	POTÊNCIA DE FÁBRICA	Nº DE HOMOLOGAÇÃO
<b>MTFM98</b>	<b>25,0 WATTS</b>	<b>0916-06-0312</b>

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO	POTÊNCIA MEDIDA
<b>25,0 WATTS</b>	<b>25,0 WATTS</b>

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO	FREQUENCIA MEDIDA
<b>87,900000 MHz</b>	<b>87,900340 MHz</b>

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

**NÃO SE APLICA A ENTIDADE REQUERENTE**

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida? NÃO ☐ SIM ☒



6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

**MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA**

**MTDIP 100/1**

GANHO Max (Gt)

ALTURA EM

RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTITUDE DO LOCAL

**0,0** dBd

**30,00**

m

**30,00**

m

**123,00**

m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

COMPRIMENTO(L)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

**RFS KMP BRASIL**

**RGC 213**

**35,00**

m

**4,15**

dB

PERDAS DA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\mu$ )

**1,45**

dB

**71,6**

%

Perdas na linha (PL) =  $L \cdot AL / 100$

Eficiência da linha ( $\mu$ ) =  $10 - (PL) / 10$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

NÃO HÁ REGISTRO



9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Item	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	Wattmeter	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	Plug-in elements	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

**BRENO BANDA JÚNIOR**

ENDEREÇO

**RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Nº 160**

BAIRRO

**GLÓRIA**

CIDADE

**PORTO ALEGRE**

UF

**RS**

CEP

**90660-170**

REGISTRO CREA

**60805D-RS**

FORMAÇÃO

**ENGENHARIA ELETRÔNICA**

TELEFONE FIXO

**51.33158114**

TELEFONE MÓVEL

**51.99625701**

FAX

**51.33542493**

E-MAIL

**engtelco@terra.com.br**

LOCAL DA ASSINATURA

**SÃO BORJA**

UF

**RS**

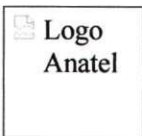
DATA

**11-01-2012**

ASSINATURA

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Certificado de Homologação  
(Intransferível)  
Nº 0916-06-0312 ✓  
Validade: Indeterminada  
Emissão: 30/06/2006

Fabricante:  
MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
RUA JOÃO DE PAULA FRANCO 469 JARDIM MARABÁ  
04775-165 - SAO PAULO - SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, <sup>Cópia</sup> aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 00786/06, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do serviço ou aplicação a que se destina.

**Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II** ✓

Modelo(s):  
**MTFM98** ✓

Serviço/Aplicação:  
**Serviço de Radiodifusão Comunitária** ✓

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências (MHz)	TxPotência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	25,0	180KF3E / 256KF8E

Observações:

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

Imprimir Documento    Fechar

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Francisco Carlos Giacomini Soares  
Gerente Geral de Certificação e  
Engenharia do Espectro



# **MONTEL Sistemas de Comunicação Ltda.**

R. Angelo Gianini, 98 - São Paulo - SP - 04775.130 - www.montel.com.br

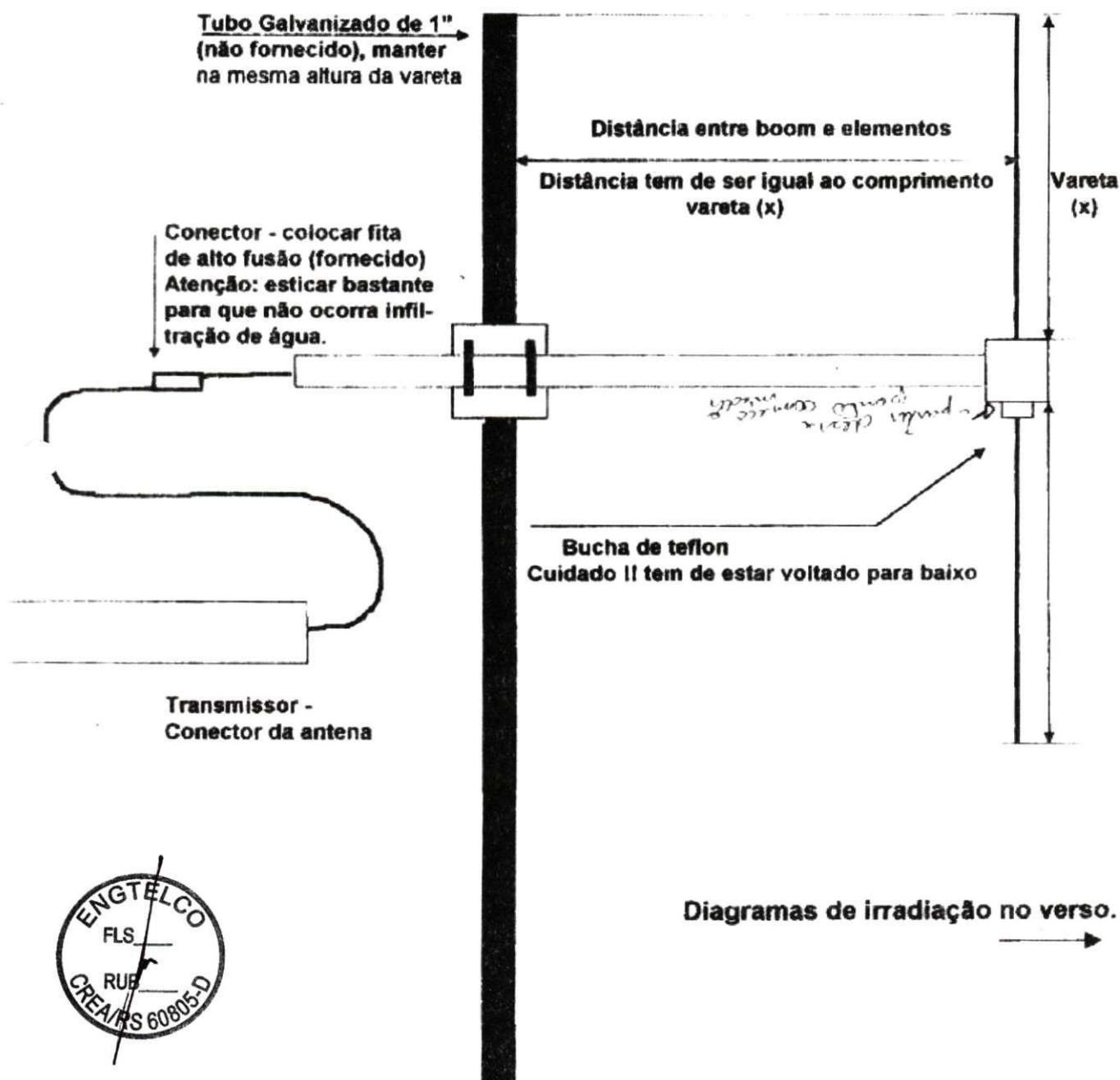
PABX 011.523.2733 - C.G.C. 59.483.115/0001-27 - I.E. 113.946.567.118

*Projeto Técnico de Antena Dipolo*

## **ANTENA OMINIDIRECIONAL DIPOLO 1 ELEMENTO MTDIP 100/1**

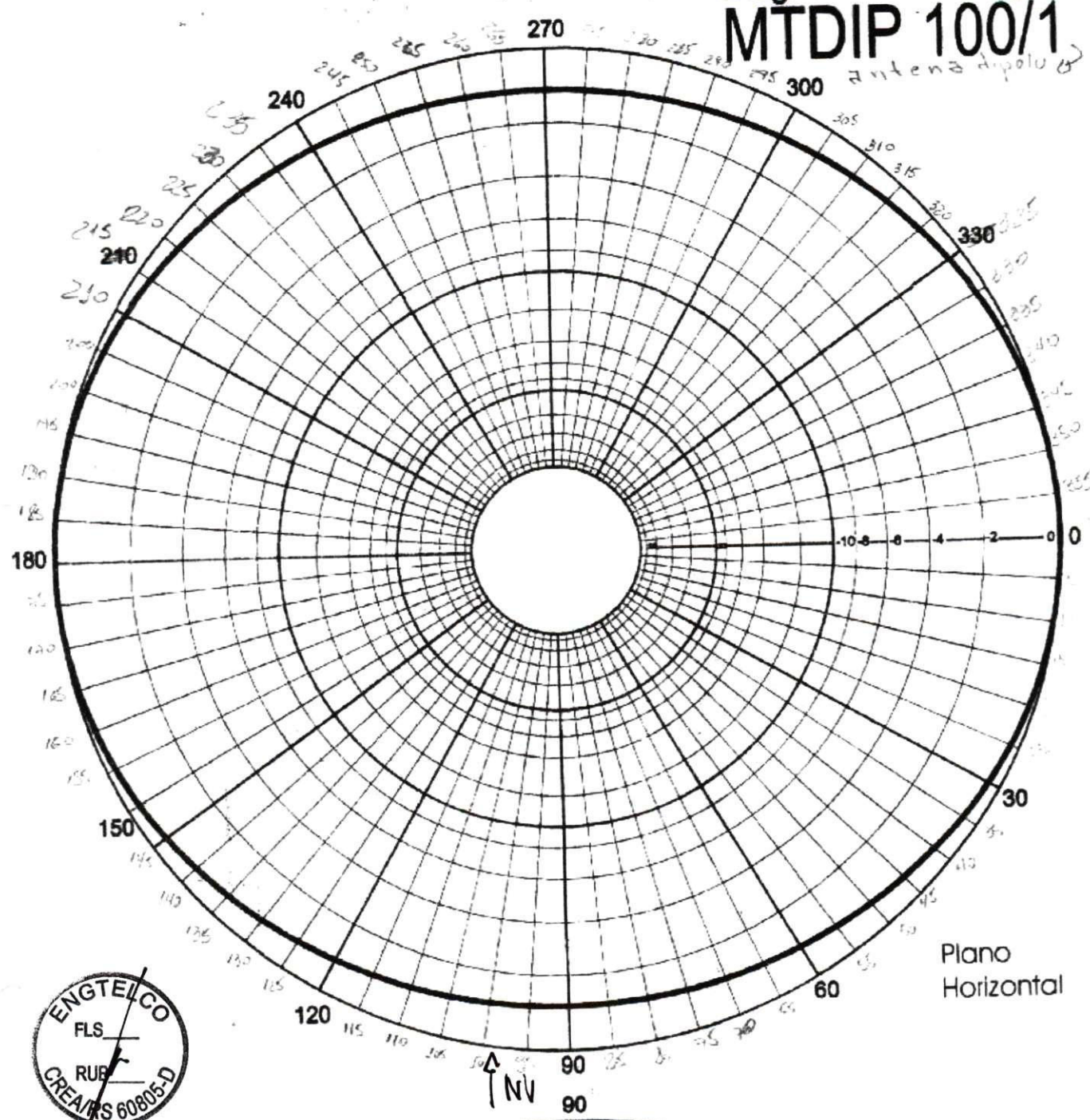
### **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:**

- |                                     |                                  |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| - Faixa de Frequência: 80 à 110 Mhz | - Impedância: 50 ohms nominal    |
| - Potência Máxima: 500 Watts        | - VSWR: Melhor que 1.5:1         |
| - Ganho de Potência: 0 dBd          | - Largura de banda: +/- 500 KHz  |
| - Polarização: Vertical             | - Peso médio: 2 Kgs              |
| - Terminação: Conector UHF fêmea    | - Comprimento Máximo: 0,9 metros |

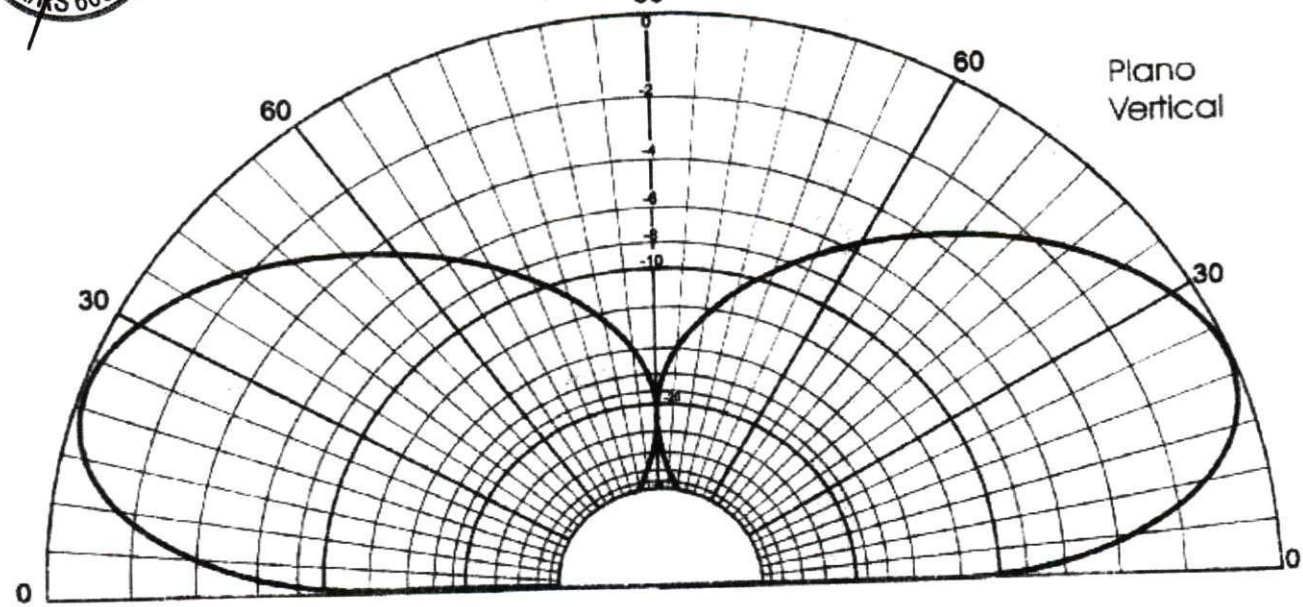


# Diagrama de irradiação MTDIP 100/1

Antena Dipolo



Plano Horizontal



Plano Vertical


## DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Ibaro Santos Rodrigues na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão ou conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67,3, do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo a produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221,II, da Constituição Federal.

São Borja, 02 de janeiro de 2012

1.º Tabelionato



Lidia Lima Mattos  
Escrivente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais**  
**Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas**  
**Títulos e Documentos**  
**e**  
**Protestos de Títulos Cambiais**  
**COMARCA DE SÃO BORJA**

**Ofício do Reg. Civil e Especiais** **LOIVIA MARIA WELFER – Oficial Designada**  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2011/2012 ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dolores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrade dos Reis; 2º Secretária: Claudia Sidinei Mollmann Martins; Tesoureiro: Christian Alex Cardoso Isbarrola; 2º Tesoureiro: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Operações: Belmirio Silva; Vice-operações: Jorge Luiz Goulart Roos; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu de Lima; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: Alberto Marques Pires; Diretor de Patrimônio: Sandro Renato Diniz. CERTIFICO ainda, que conforme averbação nº 04, foi alterado o Estatuto Social da referida entidade em seus artigos 2º letras C e D; artigo 8º § 3º; artigo 10º; artigo 13º § 1º; artigo 14º § 1º; artigo 19, foi excluído alínea B e § Único; artigo 21º § 1º, § 4º e § 5º; artigo 23º; artigo 25º; artigo 41º letra C; artigo 42º excluída alínea C. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 28 de julho de 2011.

**Loivia Maria Welfer**  
**Oficial Designada**

*Edson Acella da Rosa*  
Substituto  
CPF 584.984.510-00

Emolumentos: R\$ 5,30 – 0584.01.1100005.00495

**Ofício do Reg. Civil e Especiais**  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

M. das Comunicações  
Fb.  
Rúbrica  
S.C.C.

**1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**

Tabellã: Bel. Claudia Perusso dos Santos

AUTENTICO a presente cópia a mim apresentada, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.1000001.42062  
São Borja, quinta-feira, 4 de agosto de 2011.  
Escrevente Autorizado Douglas Ferreira dos Santos  
Emolumentos: R\$ 2,70 + Selo digital: R\$ 0,20

Douglas Ferreira dos Santos  
Escrevente Autorizado  
Rua Cândido Falcão, 1064 - Sl. 2 - Centro - 97670-000  
Fone: (55) 3431-4303 / 3431-1680

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Rua Cândido Falcão, 1064  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabellã de Notas

Ata 21

Por dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez tendo por local a sede da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, rua Bompland número mil novecentos e noventa e um, as dezoito horas e trinta minutos em primeira convocação e trinta minutos após em segunda convocação em conformidade com os artigos décimo, parágrafo um e dois e décimo segundo do estatuto da Entidade em Assembleia Geral Extraordinária conforme edital específico para deliberar, votar a ordem do dia pre-estabelecida. A Presidente da Entidade Tânia Vitorio abriu os trabalhos solicitando a secretária dos trabalhos Marcielle dos Reis que apresentasse aos presentes o balanço do biênio anterior constando de receitas e despesas depois de apresentado foi discutido e votado sendo aprovado por unanimidade dos presentes ficou decidido que o balanço deverá ser enviado para deliberação junto ao Conselho Comunitário Fiscal onde irá constar os detalhes das despesas e receitas já referidas após foi lida a remuneração da chapa que concorria a diretoria da Aconsul até dois mil e dez ficando assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues, Vice-Presidente: Ironita Delses Flores Nunes, Secretário Geral: Marcielle Andrade dos Reis, Segundo-Secretário: Claudia Stáinei Holmman Martins, Tesoureiro: Christian Alex Cardoso Isbornela, Segundo Tesoureiro: João Felipe da Rosa, Diretor de Operações: Belmirio Silva, Vice Diretor de Operações: Luiz Goulart Reis, Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu Corrêa de Lima, Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social: Alberto Marques Pires e Diretor de Patrimônio: Sandro R. Diniz. Após tendo lida a única chapa inscrita obedecendo o artigo décimo segundo foi colocada em


**1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**  
Tabelião: Bel. Claudia Perusso dos Santos

Autentico a cópia extraída neste Ofício, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.1100002.10836  
São Borja, sexta-feira, 13 de janeiro de 2012.  
Escritor Autorizado Douglas Ferreira dos Santos  
Emolumentos: R\$ 2,90 + Selo digital: R\$ 0,25

Rua Cândido Falcão, 1064 - SL 2 - Centro - 9670-000  
Fone: (55) 3421-4323 / 3421-1670

Douglas Ferreira dos Santos  
Escritor Autorizado

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Rua General Osório, 2089  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabelião de Notas

 Douglas Ferreira dos Santos  
Escrevente Autorizado

votação. Após contagem dos votos dos presentes a cha-  
pa foi eleita obtendo unanimidade dos presentes.  
Logo continuo foi feita a posse da nova diretoria.  
O Presidente Ibaro Rodrigues manifestando-se agra-  
deceu pela confiança em seu nome para dirigir a  
Entidade prometendo muito trabalho daqui para frente,  
muito mais a ser tratado o Presidente agradeceu  
aos associados e novos diretores. Assim, foi lavrada a  
presente ata que, após lida e conferida, foi consi-  
derada aprovada, por unanimidade, sendo assina-  
da por mim e pelos associados e dirigentes presentes:

Marcelle S. dos Reis Jus Hon (ant) Mrs. Simpson  
Zunior. Jun. In 2001 Belmício de Jesus Filho  
Oliveira Thadeu Corrêa de Lima Claudia S. Holmann  
os Reis da Rua Ann. Airo Maria T. da Josefa Fil.  
Christina Alip Chaves F. Diogo DORNELLES, Inabel Barrigana  
Vesaleu Amont Cal. Maximo Arce & Reis. Mrs. / Regina do Jo.  
Ata uno 22

Porquatorze dias do mês de maio de ano de dois mil onze tendo por local a Rua Bompland número mil novecentos e noventa e um sede da Associação reuniram-se membros da diretoria da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul em primeira convocação as dezesseis horas e em segunda convocação trinta minutos após para assembleia geral extraordinária cumprindo o que determina o artigo décimo parágrafo primeiro o regimento de estatuto da entidade foi lida a ordem de dia que, consta no edital de convocação o Presidente Paulo Rodrigues indicou a secretária que leu correspondência do Ministério das Comunicações, secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica, Departamento de Cuiabá de Serviços de Comunicação Eletrônica onde consta dentre outros, solicitação de instalação que deveria ser efetuada no



## **ACONSUL**

### **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL**

#### **Associados:**

**Ibaro Santos Rodrigues,**  
Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97;

**Ironita Dolores Flores Nunes,**  
Rua Bompland nº 1991/1 – RG nº 2023448984 e CPF nº 333671830-91;

**Alberto Marques Pires,**  
Rua João Palmeiro nº 1703 Apto-101, - RG nº 5012628649 e CPF nº 460589740-20;

**Olavo Thadeu Corrêa de Lima,**  
Rua Gomes Carneiro nº 1627 – RG nº 7019845465 e CPF nº 344856510-53;

**Belmirio da Silva,**  
Rua João Antonio Rodrigues, 176 – RG 2012783607 e CPF nº 306274600-97;

**Sandro Renato Diniz,**  
Rua Riachuelo nº 352 – RG nº 17/R 3209620 e CPF nº 715554989-49;

**Marciele Andrade dos Reis,**  
Rua General Marques nº 2846 – RG nº 4112228749 e CPF nº 030483680-00;

**João Felipe Machado da Rosa,**  
Rua Frei Miguelino, 286 casa 26 – RG nº 2060979561 e CPF nº 446312860-91;

**Claudia Sidinei Möllmann Martins,**  
Rua Moreira Cesar nº 1431 – RG nº 3033993993 e CPF nº 641381860-34;

**Christian Alex Cardoso Isbarrola,**  
Rua Acúrsio de Sá, 1915 casa 2 – RG nº 4101155101 e CPF nº 030475570- 20;

**Vania Cristina Rodrigues Vitória,**  
Rua Bompland nº 1991 – RG nº 1030106809 e CPF nº 691140050-34;

**Luiz Flores dos Santos,**  
Rua Andradas nº 2694, - RG nº 9035368019 e CPF nº 4463230401-84;



João Carlos Chaves de Moura,  
Rua Bompland nº 2155 - RG nº 1029595681 e CPF nº 262256970-04;

Diamantina Velasques dos Santos,  
Rua Bompland nº 2371 - RG nº 6027523701 e CPF nº 700543710-15;

Venceslau Dias Nunes,  
Rua Alvaro Batista nº 2007 – RG nº 7068341648 e CPF nº 262251820-04;

Marino W Camargo,  
Rua Fausto L Aquino nº 1265 – RG nº 1033985902 e CPF nº 460712960-72;

Adão Carvalho dos Reis,  
Rua General Marques nº 2846/2 –RG nº 5115217886 e CPF nº 849787910-49;

Eliane Barragana Andrades,  
Rua General Marques nº 2846 –RG nº 7096482976 e CPF nº 617514130-04;

Anoar M Hasan,  
Rua General Marques nº 1154 - RG nº 6058529055 e CPF nº 762240310-53;

Enio Oliveira Maidana,  
Rua Riachuelo nº 1289 apto.1 – RG nº 1006070765 e CPF nº 196853350-87;

Rosa Elaine Chuquel Rambo  
Rua Moreira Cesar nº 1617 – RG nº 1059594471 e CPF nº 617508400-49

Rui Miranda Lencina  
Rua Tamarino nº 968 – RG nº 3033956925 e CPF nº 333624320-34

Matilde Ribeiro da Costa  
Rua General Marques nº 2598 – RG nº 6052184592 e CPF nº 617542770-04

Jarlise Siqueira  
Rua 14 de Julho nº 83 – RG nº 4059076267 e CPF nº 019518670-25

Sonia Maria Silva da Rosa  
Rua Cabo Pedroso nº 270 – RG nº 1046252464 e CPF nº 585086780-53

Aguinaldo Ferreira da Cruz  
Rua Fausto L Aquino nº 1370 – RG nº 5753396 e CPF nº 690355558-72

Maria da Graça Cabral da Silva



Rua Jose Ribeiro nº 725- RG nº 9013427209 e CPF nº 271328970-04

Laura Lima Almeida Caetano

Rua Gregorio Camargo nº 290 – RG nº 8029433052 e CPF nº 446267110-49

Heitor Moraes Robalo

Rua Tamarino nº 1329 – RG nº 1023798661 e CPF nº 37499560-34

Maria de Fatima Flores

Rua general Osorio nº 1365 – RG nº 5014569114 e CPF nº 909302230-04

Claudia Matter

Rua Bento Martins nº 783 – RG nº 8025911473 e CPF nº 730756844-44

Vânia Della Pase

Rua Riachuelo 1320 – RG nº 6005941106 e CPF nº 322911910-04

José Arthur Fraga

Rua 20 de Setembro nº 1395 – RG nº 8041560494 e CPF nº 549726800-59

Ilca Carpes Lopes

Rua Bompland nº 1267 –RG nº 1005003950 e CPF nº 280927590-49

Edyl Rodrigues Matoso

Rua Acursio de Sá 1814 –RG nº 502634066 e CPF nº 091057780-34

Dilon Lopes

Rua Alcina Pinheiro Braga nº 221 –RG nº 3033818422 CPF nº 344947660-20

Graciele Rodrigues Ribeiro

Rua Bompland nº 2035 RG nº 1060709688 e CPF nº 968611200-04

André Souza Molinos

Rua Eurico Batista nº 1090 –RG nº 8048814902 e CPF nº 890794340-00

Anamélia Dotto

Rua Serafim Vargas nº 543 – RG nº 1030417354 e CPF nº 001262480-28

Marcio Pimentel

Rua Eurico Batista nº 1259 – RG nº 8048814902 e CPF nº 890794340-00

Silvirio Jornada da Luz

Rua Cesar Pereira da Cunha nº 228 – RG nº 5058523001 e CPF nº 585059110-91

Paulo Schimits

Rua Fausto L Aquino nº 1664 – RG nº 6063684705 e CPF nº 008855910-62

Luiz Cesar Silveira Martins

Rua Gustavo Sampaio nº 1810 – RG nº 1011599113 e CPF nº 3749985080-49



**Margarida Gonçalves Trindade**

**Rua General Marques nº 2307 – RG nº 8084861536 e CPF nº 007156080-70**

**Maria Isabel Barragana Andrades**

**Rua Travessa Gomes Carneiro nº 24 – RG nº 1105943409 e CPF nº 290509010-34**

**Jociele Vieira Mattos**

**Rua Serafim Dornelles Vargas nº 1947 – RG nº 5087839154 e CPF nº 005931660-86**

**Lídio Martins Freitas**

**Rua General Marques nº 1790 – RG nº 7021041335 e CPF nº 344849060-15**

**Paulo Luiz Leal dos Santos**

**Rua Riachuelo nº 1504 – RG nº 1017114388 e CPF nº 333547150-49**

**Jorge Luis Santos Saraiva**

**Rua Bento Martins nº 788 – RG nº 6027455168 e CPF nº 249770390-68**



44

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica**  
**Departamento de Outorga de Serviços**  
**Esplanada dos Ministérios, Bloco R,**  
**Ed. Anexo Ala Oeste sala 300**  
**70044-900 Brasília-DF**



JAD LOGISTICA LTDA (POA)  
AV A. J. RENNER, 2671 SALA 02  
HUMAITA - PORTO ALEGRE/RS  
CEP: 90250-000

CNPJ 04884082001379

INSCRIÇÃO ESTADUAL 0963340506

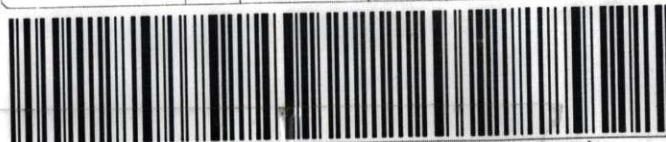
TELEFONE

RNTRC

**DACTE** Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico

MODAL  
Aéreo

MODELO	SÉRIE	NÚMERO	FL	DATA E HORA DE EMISSÃO
57	0	309844	1	16/01/2012 10:09:51



Chave de acesso para consulta de autenticidade no site [www.cte.fazenda.gov.br](http://www.cte.fazenda.gov.br)

43.1201.04.884.082/0013-79-57-000-000.309.844-000.309.844-7

Nº PROTOCOLO  
143120000173269

INSC. SUFRAMA DO DESTINATÁRIO

TIPO DO CT-E	TIPO DO SERVIÇO	TOMADOR DO SERVIÇO	FORMA DE PAGAMENTO
Normal	Normal	Remetente	Pago

CFOP - NATUREZA DA PRESTAÇÃO  
6357

Serviço de Transporte

ORIGEM DA PRESTAÇÃO SAO BORJA RS		DESTINO DA PRESTAÇÃO BRASILIA DF	
REMETENTE IBARO SANTOS RODRIGUES ENDEREÇO EURICO BATISTA DA SILVA 367 - CENTRO MUNICÍPIO SAO BORJA CEP 97670-000 CNPJ/CPF 341.177.500-97 INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO PAÍS FONE		DESTINATÁRIO MINISTERIO DAS COMUNICACOES DEP DE OUT E ENDEREÇO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BL R SL 300 - ZONA CIVICO-ADM MUNICÍPIO BRASILIA CEP 70044-900 CNPJ/CPF 481.441.087-52 INSCRIÇÃO ESTADUAL PAÍS FONE	
ENDEREÇO MUNICÍPIO CNPJ/CPF PAÍS INSCRIÇÃO ESTADUAL FONE CEP		ENDEREÇO MUNICÍPIO CNPJ/CPF PAÍS INSCRIÇÃO ESTADUAL FONE CEP	
TOMADOR DO SERVIÇO IBARO SANTOS RODRIGUES ENDEREÇO EURICO BATISTA DA SILVA 367 - CENTRO CNPJ/CPF 341.177.500-97 INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO PAÍS FONE		MUNICÍPIO SAO BORJA PAÍS UF RS CEP 97670-000	
PRODUTO PREDOMINANTE Material Diverso		OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CARGA VALOR TOTAL DA MERCADORIA 0,00	
QNT. / UN. MEDIDA 0,10 KG 1,00 UN	QNT. / UN. MEDIDA	QNT. / UN. MEDIDA	QNT. / UN. MEDIDA
NOME DA SEGURADORA RESPONSÁVEL		NÚMERO DA APÓLICE NÚMERO DA AVERBAÇÃO	
COMPONENTES DO VALOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO			
NOME FRETE VALOR	VALOR 22,75	NOME VALOR	VALOR TOTAL DO SERVIÇO 22,75

remetente/Sender's Name

RADIO BUN.

Nome/Address:

EMILIO BATISTA  
S BORGIA

UF/State:

RS

Telefone/Phone:

(55) 8428002

CEP/ZIP Code:

97670-000

notações do Entregador/  
Shipper's Notes

tativas de entrega/  
Attempt to deliver

☐

Mudou-se/Moved

☐

Endereço insuficiente/  
Insufficient address

☐

Destinatário não  
reconhecido no endereço/  
Address unknown

☐

Devolvido/Returned

1º Aviso/

1st attempt

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

2º Aviso/

2nd attempt

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

3º Aviso/

3rd attempt

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome/Name:

Ministério das Comunicações - Departamento de Outorgas e Serviços

Endereço/Address:

Estrada dos Ministérios, Bloco 2, Edifício Anexo Ala Oeste, Sala 300

Cidade/City:

Brasília

UF/State:

DF.

Telefone/Phone:

CEP/ZIP Code:

7 0 0 4 4 - 9 0 0

Recorte aqui

Urgente

Chegar  
quarta-feira  
e tarde

**jad**

A sua encomenda na 1ª Classe



10087300031353

<b>BSB 1</b>	<b>D</b>
	<b>11</b>
	001/001
<b>CO BRASILIA 01</b> <small>A DOMICILIO</small>	
<b>PAGO NA ORIGEM</b> <span style="float: right;"><b>DOC</b></span>	
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BL R SL 300 70044	
ZONA CIVICO-ADM - BRASILIA	
CO-SBJ-01 - 117 - 117 - 16/01/2012 <span style="float: right;">0,10 KG</span>	



**EXPRESS**

Destinatário/Comissário



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL  
**CNPJ:** 02.700.690/0001-17

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:53:19 do dia 24/05/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/06/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

*Certidão emitida de SIGEC (Sistema Integrado de Gestão de Processos de Anatel)*  
*em 24/05/2012*  
*Rui*

**Roberto Luis Barreto Vianza Rocha**  
Slape n.º 1787956  
Analista Técnico-Administrativo

**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM**



### Identificação do Processo

Número: 53000.058104/2011

Localidade/UF: SÃO BORJA/RS

Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL

Aviso: 0

Canal: 0

#### Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?

Sim

#### Check List

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas

Sim

3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no

Não

4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro

Sim

5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo

Sim

6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as

Sim

7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item

Sim

8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o

Sim

9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente

Não

10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?

Sim

11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de

Não

12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando

Sim

13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13

Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

-

16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

A entidade deverá encaminhar:

- a) ata de eleição dos atuais dirigentes;
- b) documentos, declarações e comprovantes de residência dos dirigentes;
- c) estatuto social atualizado;
- d) grade de programação da emissora; e
- e) certidões do subitem 10.8 da Norma.

  
Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0810/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.058104/2011  
Processo de Outorga nº 53790.001429/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Borja / RS**, conforme Portaria de autorização, publicada no D.O.U. de 21/06/2000 e Decreto Legislativo nº 400, publicado no D.O.U. de 08/10/2001.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Cópia do atual Estatuto Social da entidade, na íntegra e consolidado, contendo todas as alterações pelas quais tenha passado, a fim de verificar sua adequação às Normas estabelecidas para o serviço. O Estatuto Social deverá observar as determinações constantes nos subitens 8.2 e 8.3 da Norma 01/2011, bem como estar devidamente averbado ao registro inicial da Entidade, no Livro A do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem

de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VIII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

## **CONCLUSÃO**

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 15 de março de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**NATÁLIA FROEMMING**  
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0810/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 15 de março de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 1003 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 15 de março de 2013.

Ao Senhor

**Representante Legal**

Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva, 367, Centro  
97.670-000 São Borja – RS

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.058104/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058104/2011**, na localidade de **São Borja / RS**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0810/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

200 3 3390.001429 / 1998 108

Ilmo.Sr  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações  
Brasília – DF



Ilustríssimo Senhor

Ao cumprimenta-lo cordialmente vimos por intermédio deste comunicar que estamos enviando documentação solicitada por esse Ministério de acordo com o Ofício nº 1003/ 2013/CGRC/SCE-MC recebido em nossa entidade no dia 25 de Março de 2013. Por outro lado informamos que no mês de janeiro de 2012 atendendo esse Ministério, mais precisamente o dr. Demerval Silva Junior já havíamos enviado a documentação solicitada. Mesmo assim estamos enviando novamente documentos pedidos. Solicitamos de Vossa Senhoria caso não contemplamos sua solicitação uma atenção especial a nossa entidade pois trabalhamos enfrentando uma série de dificuldades em virtude de nossa localização geográfica e outros problemas enfrentados localmente dado a morosidade de alguns órgãos. Por fim esperamos ter cumprido com a vossa solicitação. Caso esses documentos não contemple essa coordenadoria contamos com sua compreensão para nos orientar no que devemos enviar num futuro próximo.

Certos de seu acolhimento,

Atenciosamente,

  
Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL

São Borja, 20 de abril de 2013

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 020221/2013-83

SEAP4/SCE

26/04/2013-07:15

SEARC  
131

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais  
Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Títulos e Documentos  
e  
Protestos de Títulos Cambiais  
COMARCA DE SÃO BORJA

Ofício do Reg. Civil e Especiais

LOIVIA MARIA WELFER – Oficial Designada

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e

Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.

Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER

São Borja - RS

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2011/2012 ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dolores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrade dos Reis; 2º Secretária: Claudia Sidinei Mollmann Martins; Tesoureiro: Christian Alex Cardoso Isbarrola; 2º Tesoureiro: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Operações: Belmirio Silva; Vice-operações: Jorge Luiz Goulart Roos; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu de Lima; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: Alberto Marques Pires; Diretor de Patrimônio: Sandro Renato Diniz. CERTIFICO ainda, que conforme averbação nº 04, foi alterado o Estatuto Social da referida entidade em seus artigos 2º letras C e D; artigo 8º § 3º; artigo 10º; artigo 13º § 1º; artigo 14º § 1º; artigo 19, foi excluído alínea B e § Único; artigo 21º § 1º, § 4º e § 5º; artigo 23º; artigo 25º; artigo 41º letra C; artigo 42º excluída alínea C. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 28 de julho de 2011.

Loivia Maria Welfer  
Oficial Designada

Edson Melo da Rosa  
Substituto  
CPF 584.984.510-00

Emolumentos: R\$ 5,30 – 0584.01.1100005.00495

Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e

Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.

Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER

São Borja - RS

## ESTATUTO

### ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

#### A C O N S U L

"É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, E DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA."

( ITEM IX, ART 5 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA )

#### • CAPÍTULO PRIMEIRO: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS.

ART. 1º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, fundada em 06 de julho de 1998, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande sul, é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

ART. 2º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela institucionalização do Direito do Comunicador;
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao Poder Público, autorização para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária ;
- d) Executar serviços de Radiodifusão Comunitária – através do canal concedido ou permitido pelo Poder Público de acordo com o disposto neste estatuto;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionado as comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicações a entidades sindicais, comunitárias, religiosas e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico e de sons e imagens de eventos e produções de interesse da comunidade;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- j) Divulgar produções locais de caráter comunitário;
- k) Divulgar através de um informativo as atividades de interesse de entidades sindicais , comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e outras;
- l) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços defesa civil, sempre que necessário;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

m) Dar oportunidade á difusão de idéia, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

ART. 3º - Poderá participar de todas as atividades da Associação Cultural União comunitária Zona Sul qualquer pessoa , independente de raça, cor, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto no presente estatuto.

ART. 4º - São direitos das comunidades envolvidas no projeto:

- a) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- b) Ter acesso a qualquer documentação oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito a diretoria, resguardando-se, aqui as informações de caráter pessoais, tais como cópias de documentos, números destes, etc., exceto se aprovado em reunião de diretoria;
- c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios.

ART. 5º - O quadro de associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul será formado por 3 ( três ) categorias de sócios:

- a) **SÓCIOS FUNDADORES** – Aqueles que assinam o livro de presença e constam na Ata da Assembléia de Fundação da Entidade;
- b) **SÓCIOS CONTRIBUINTES** – Aqueles que se integrarem aos quadros da Entidade após sua Fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembléia Geral (AG );
- c) **SÓCIOS BENEMÉRITOS** – Aqueles que receberem esse titulo da AG, por reconhecimento a relevantes contribuições ou serviços prestados a Entidade.

Parágrafo Único – A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela AG em forma de mensalidade, trimestralidade, semestralidade ou anuidade, será igual para todas as categorias, exceto para o sócio benemérito, para quem a contribuição será optativa.

ART. 6º - São direitos de todos os Associados:

- a) Ter voz e voto na AG;
- b) Propor a diretoria e demais órgãos da entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Candidatar-se para cargos da diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal ou de qualquer organismo ligado a Entidade e exercê-lo se eleito;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

e) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou implantado através de convênio.

Parágrafo 1º - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o Associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Parágrafo 2º - Os serviços de que trata a alínea "e" são extensivos aos pais, cônjuges e filhos dos associados.

ART. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores:

- a) Participar com voz e voto no Conselho dos Fundadores;
- b) Representar a Entidade em atos públicos e outros eventos quando designados ou autorizados pela Diretoria Executiva ou pela AG.

ART. 8º - São deveres dos Associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da AG e / ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidade ou falhas que eventualmente venha a constatar, denunciando-as nos fóruns devidos.

Parágrafo 1º - O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, não justificadas e não aceita a justificativas pelo Conselho de Fundadores, será desligado sumariamente, e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu regresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por inscrito a diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ser seis meses antes do afastamento.

Parágrafo 3º - Todo o associado terá salvaguardado o direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes, cabendo recurso a Assembléia Geral.

ART. 9º - São órgãos permanentes da Associação Cultural União Comunitária a **ASSEMBLÉIA GERAL**, a **DIRETORIA**, **CONSELHO DE FUNDADORES** e **CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL**.

ART. 10º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no ultimo trimestre para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da diretoria, discussão de assuntos gerais de interesses da entidade e /ou das comunidades



Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Jurídicas Tit. e  
Documentos e Instrumentos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

envolvidas e para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes e eleição da diretoria conselho comunitário.



Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou por pelo menos dez associados através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede da Entidade e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nos seios das comunidades envolvidas e afixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais ( se autorizado ), onde constarão o dia, local e pauta.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados, e em segunda convocação - trinta minutos após com qualquer numero de presentes.

ART. 11º - A diretoria reunier-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou pelo menos dez membros do quadro social através de abaixo assinados.

ART. 12º - A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação secreta em urna, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 10º, parágrafo 1º.

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral convocada para este fim, mediante apresentação de pedido por inscrito a Comissão Eleitoral.

Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos associados que tenham pelo menos um ano de filiação, e somente poderão votar os associados em dia, que tenham pelo menos seis meses de filiação.

ART. 13º - A Diretoria será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo-secretário
- Tesoureiro
- Segundo tesoureiro
- Diretor de operações
- Vice- diretor de operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice- diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - Todos os diretores serão eleitos em Assembléia Geral entre os associados.

Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Inscrição de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

Parágrafo 2º - Havendo vacância do titular o vice assume imediatamente. No caso da vacância dos cargos de presidente e vice, deverá ser imediatamente convocada a Assembléia Geral para eleição de nova diretoria.

Parágrafo 3º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.



ART. 14º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembléia Geral extraordinária convocada com este fim específico, nas formas do art. 10º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitudes, atos ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta de três sócios fundadores, que administrará a Entidade, até a eleição nova de diretoria, nos moldes do Art.12º - deste estatuto.

Parágrafo 1 - Em caso de substituição ou destituição dos administradores e alteração do estatuto será convocada a Assembléia Extraordinária para este fim com no mínimo um quinto dos associados.

ART. 15º - O Conselho dos Fundadores será composto por no mínimo 08 (oito) pessoas, Sócios Fundadores, sendo 05 (cinco) efetivos- Um Presidente, Um Vice Presidente, Um Secretário e 02 (dois) vogais e no mínimo 03 (três) Suplentes ( 1º , 2º e 3º ) eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - O mandato de 1º e 2º Conselho de Fundadores será de 01 (um) ano, para que não haja, a partir de então, coincidência de mandatos com Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos em um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de 4 conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo conselho (mandato tampão).

ART. 16º - O Conselho de Fundadores terá por finalidade:

- a) a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção da Entidade, a fiel observância das normas estabelecidas nesse estatuto;
- b) Impedir qualquer alteração estatutária que viole os princípios democráticos e o espírito comunitário que orientam a criação da Associação Cultural União Comunitária;
- c) Fiscalizar o trabalho da Direção Executiva e demais diretoria que venham a ser criadas, impedindo quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade.

Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Fidejussões de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628



ART. 17º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e a cada dois anos elegerá uma Direção própria, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um primeiro suplente, um segundo suplente e um terceiro suplente.

Parágrafo 1º - Os Suplentes, obedecida a ordem de suplência, assumirão o lugar do vice-presidente ou do secretário em caso de vacância definitiva de um ou de ambos os cargos.

Parágrafo 2º - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da Entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo 3º - O vice-presidente substituirá o presidente em suas ausências eventuais assim como em caso de vacância definitiva do cargo e colaborará com ele no exercício de suas funções.

Parágrafo 4º - O secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo 5º - Os membros da direção do Conselho de Fundadores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal.

Parágrafo 6º - A Direção do Conselho de Fundadores reunir-se-á com seus membros e deliberará por maioria absoluta.

ART. 18º - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos para a convocação da AG.

ART. 19º - Ao Conselho de Fundadores caberá:

- a) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Comunitário Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação aos seus objetivos permanentes;
- b) Suprimido;
- c) Propor a AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- d) Referendar ou vetar alterações estatutárias ou disposições regimentais que julgue comprometer os princípios da Entidade.

Parágrafo Único: suprimido.

ART. 20º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses com a finalidade:

- a) Apreciar e aprovar ou não o balancete financeiro, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade;
- b) Fiscalizar e acompanhar o trabalho que será desenvolvido pelo o Arquivo, Biblioteca e Emissoras que vierem a serem concedidas para a Associação no tocante ao caráter comunitário, a sua administração com vistas ao interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos em Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação por escrito por qualquer um dos membros ou demais, em dia, hora e local decidido pela maioria dos membros com quorum mínimo de três conselheiros.

Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Físicas, Jurídicas Tit. e  
Documentos e Cartas de Crédito e Cambiais.  
Oficial Designado: FOLVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº-26.628

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo 3º - Em caso de constatação de irregularidade nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Comunitário Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Fundadores ou AG para propor destituição parcial ou total da Diretoria Executiva.



ART. 21º - O Conselho Comunitário Fiscal será composto por no mínimo 05 pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da comunidade, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituída, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Entidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de 1988. Sendo um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, e dois Vogais e no mínimo três Suplentes eleitos em AG para o mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral será de dois anos igual o da diretoria eleita.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de quatro conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo Conselho, e este terá um mandato também.

Parágrafo 4º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente no mês de agosto, relatório contendo descrição da grade de programação, avaliação, entre outros aspectos considerando os objetivos da lei.

Parágrafo 5º - A Aconsul deverá manter atualizado e disponível o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

ART. 22º - Os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Executivo Fiscal e Conselhos Fundadores não serão, em nenhuma hipótese remunerados.

ART. 23º - Os cargos de direção técnica dos serviços que vierem a ser administrados pela Entidade, como Arquivo Público, Emissora de Radiodifusão Comunitária e Biblioteca serão definidas em Assembléia Geral que definirá também a forma ou o quantitativo da remuneração dos membros.

ART. 24º - A receita da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, advirá:

- a) da contribuição regular e obrigatória dos associados;
- b) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação;
- c) de verbas provenientes, do subsídio oficial;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Jurídicas Tít. e  
Documentos e Instrumentos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

De José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

d) de recursos provenientes de convênios;

e) do apoio financeiro de Entidades de Cooperação, seja Nacional ou Internacional, a projetos específicos.

ART. 25º - A Emissora de Radiodifusão Comunitária a ser administrada pela a Associação Cultural União Comunitária, deverá ser regida por Regimento Interno, votado e aprovado em AG, onde conste obrigatoriamente os seguintes pontos em conformidade com o capítulo V do ART. 43 deste estatuto, entre outros :

a) Direção Técnica formada por quatro membros: um Diretor de Programação, um Diretor Administrativo-financeiro, um Diretor de Rádio-jornalismo e um Diretor Comercial eleitos em AG para um mandato de dois anos, podendo serem destituídos, caso não cumpram os objetivos propostos pelo presente Estatuto;

b) O Conselho Comunitário Fiscal da Associação ficará encarregado de avaliar periodicamente a programação, orientando os programadores e quando for o caso, propondo a destituição do programador que mostrar-se inapto para a função ou que violar os princípios da Entidade.

c) As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polemicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

ART. 26º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária na forma prevista no Art. 10º.

### • CAPITULO TERCEIRO: ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

ART. 27º - Caberá a Diretoria, coletivamente:

a) Traçar estratégia e plano de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

b) Convocar a AG;

c) Indicar um dos seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou casos que julgar conveniente;

d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundador e anualmente a Assembléia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela AG;

f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remunerações;

g) Autorizar a aquisição de equipamentos;

h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos dessa Entidade~

Ofício do Juiz Civil e Especiais  
Reg. Civil Processual e Jurídicas Tit. e  
Documentos e Movimentos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que vem a ser implantados e/ ou administrados pela Entidade.



ART. 28º - Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ART. 29º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar juntamente com o Secretário as atas de reuniões e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

ART. 30º - Caberá ao Vice Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

ART. 31º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;
- b) Preparar editais convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o presidente;
- c) Manter o cadastro de associados;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Especial Para Jurisdição Tit. e  
Documentos e Documentos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: LONIA MARIA WULFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ART. 32º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.



ART. 33º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a diretoria;
- d) Assinar juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.

ART. 34º - Caberá ao Segundo-Tesoureiro:

- a) Participar ativamente as reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 35º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar a programação de rádio que vier a fazer parte da Entidade, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

ART 36º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor de Operações em caso de impedimento temporário ou definitivo.

ART. 37º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento interno e etc.

Ofício do Advogado Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoa Física, Jurídicas Tit. e  
Documentos e Promissões de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

Handwritten signature and stamp: "Fis. 62", "Rubrica: [illegible]", "Associação Cultural União Comunitária".

ART. 38º - Caberá ao Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor Cultural e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 39º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

ART. 40º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões de diretoria é de seis membros (50% mais 1). Em caso de empate nos processos de votação nas reuniões de diretoria, o assunto deverá se remetido a próxima reunião-ordinária ou extraordinária onde se tentará resolver o impasse.

#### • CAPITULO QUATRO: RECEITA E DESPESA

ART 41º - A Receita da Associação Cultural União Comunitária, advirá:

- a) da contribuição especial de qualquer pessoa, a titulo de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) de verbas provenientes de subsídios oficiais;
- c) patrocínio do comércio local, sobre forma de apoio cultural;
- d) de campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, devidamente aprovadas pela diretoria.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal, ou que comprometam de forma direta, ou indireta, os objetivos da Associação Cultural União Comunitária;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria que pode aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido, aos doadores que o desejarem, o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou força judicial.

ART. 42º - As Despesas da Associação Cultural União Comunitária, podem ser:

Ofício nº 11.000/2011 - Civil e Especiais  
Reg. Civil Processual da Justiça TIT e  
Documentos e Processos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELPER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compras de equipamentos, discos, fitas, cds, etc.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Suprimido;
- d) Patrocínio de projetos ou atividades com fins comunitário.



Parágrafo Único – Em caso de dissolução da Associação Cultural União Comunitária, os bens não poderão ser divididos entre os sócios, serão repassados a outra entidade que tenha a mesma finalidade.

• **CAPITULO CINCO: PROGRAMAÇÃO MINIMA DAS EMISSORAS QUE VIEREM A SEREM ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA.**

ART. 43º - Minimamente a programação deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação dos seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para a programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro de especificações técnicas definida pelo Diretor de Programação. Este espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) Transmissão e gravação de eventos como palestras, seminários, simpósios e outros, promovidos pelas entidades que tenham representação junto a ACONSUL;
- d) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo o convite deverá ser feito pela Associação Cultural União Comunitária, e por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei;
- e) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito a diretoria.

• **CAPITULO SEIS: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

ART.44º - Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma diretoria provisória, com mandato de um ano, cabendo a esta diretoria:

- a) Registrar o presente Estatuto na forma da Lei;
- b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência dessa Entidade;
- c) Organizar o cadastro dos associados;

Ofício do Juiz de Direito Civil e Especiais  
Reg. Civil, Família, Pat. Juvenis, Tít. e  
Documentos e Inscritos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WENFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dista  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

d) Manter intercambio com a AR LIVRE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – ABRAÇO e demais rádios de baixa potência existentes no Brasil e/ ou em outros países.



ART. 45º - Reforma Estatutária: Compete exclusivamente a Assembléia Geral Extraordinária alterar o Estatuto por decisão da maioria presente.

ART. 46º - Extinção: Extinguir-se-á a Associação quando:


- a) Comprovado o desvio de suas finalidades estatutárias;
- b) Por dissolução completa dos associados;
- c) Por determinação legal ou força maior.

ART. 47º - Patrimônio: Após pagos os compromissos assumidos o seu patrimônio reverterá em benefício a entidades beneficentes reconhecidas por lei, segundo decisão dos integrantes da a Associação em Assembléia Geral.

ART. 48º - Responsabilidade: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

São Borja, RS, 14 de Maio de 2011.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Jurídicas Tit. e  
Documentos e Transações de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

  
Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

Ata 01 - 2012

Por vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, tendo por local a sede da Rádio Butuí Fm, sito a rua Venador Eurico Batista da Silva, número trezentos e sessenta e sete, às dezenove horas em primeira chamada e às dezenove horas e trinta minutos para deliberarem sobre o edital de convocação reuniram-se extraordinariamente os dirigentes e associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul de acordo com Artigo Décimo, Parágrafo primeiro e Segundo e Artigo Décimo Segundo Parágrafos primeiro e segundo. Na abertura dos trabalhos foi lido o edital de convocação para a eleição Biênio dois mil e treze, dois mil e quatorze, sua prestação de conta e assuntos gerais. A secretária Marcelle Andrade dos Reis passou a palavra ao Presidente Icaro Santos Rodrigues que agradeceu aos presentes e aos integrantes da Diretoria que findava o seu mandato. Lamentou que alguns não fariam mais parte de diretoria da Entidade por motivos de ordem particulares. Atecontimuo foi apresentada a prestação de contas assinada pelo Presidente, Tesoureiro e um profissional contábel sobre gastos e investimentos no período onde aduindo de doações e apoio cultural a Acomul arrecadou um montante Bruto de noventa e seis mil reais sendo que foi gasto no período noventa e cinco mil e dois centavos conforme especificado em balanete em anexo. Também foi colocado que a Entidade adquiriu equipamentos para melhor desenvolver suas atividades relativas à Rádio Butuí Fm que é mantida pela Acomul. Foi colocado o Balanete em votação sendo que foi aprovado por unanimidade das pessoas que se encontravam presentes na Assembleia.



**CARTÓRIO DORNELLES - SÃO BORJA - RS**

2º Tabelionato - Abelardo Pazzini Fontella - Tabelião Designado

Rua Candido Falcão, 1233 - Fone/Fax: (55) 3431-1685 - E-mail: cartoriordornelles@gmail.com



**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do original a mim apresentado. 0583.01.1300003.08157

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

São Borja, 11 de abril de 2013

Elenara Figueiredo dos Santos- Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30

*Elenara Figueiredo dos Santos*  
*Escrevente Autorizada*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais  
Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Títulos e Documentos

e  
Protestos de Títulos Cambiais  
COMARCA DE SÃO BORJA

Ofício do Reg. Civil e Especiais LOIVIA MARIA WELFER – Oficial Designada  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2013/2014 ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dolores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrades dos Reis; 2º Secretária: Marilaine Cabelreira Santiago; Tesoureiro: Arcenio Bacelar Pimentel; 2º Tesoureiro: Belmirio Silva; Diretor de Operações: João Antonio Rodrigues Neto; Vice-diretor de operações: Cristalino Fagundes Prestes Filho; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu Correa de Lima; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Patrimônio: Venceslau Dias Nunes. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 18 de abril de 2013.

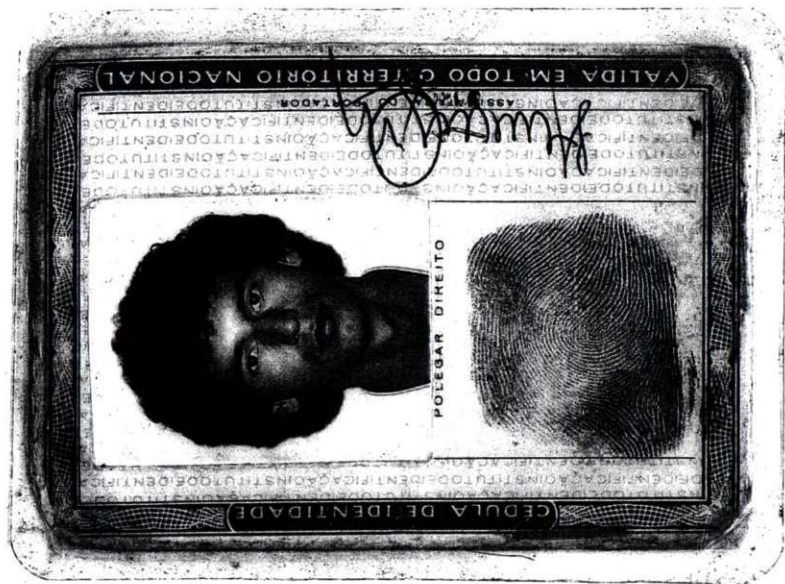
Loivia Maria Welfer  
Oficial Designada

Edson Mello da Rosa  
Substituto  
CPF 534.924.510-00

Busca ..... R\$ 5,50 - Selo útil: R\$ 0,30  
Certidão ..... R\$ 5,80 - Selo útil: R\$ 0,30  
Proces.Eletr. ... R\$ 3,10 - Selo útil: R\$ 0,30  
Total de Emolumentos...: R\$ 15,30

0584.01.1300002.00352  
0584.01.1300002.00353  
0584.01.1300002.00354

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS



Comunicações  
F.R. - RUA...  
CSC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
S.S.P. - POLÍCIA CIVIL  
DEP. DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

REGISTRO GERAL

5011972071

NOME  
IBARO SANTOS RODRIGUES

FILIAÇÃO  
JOAO ANTONIO RODRIGUES  
NORMA SANTOS RODRIGUES

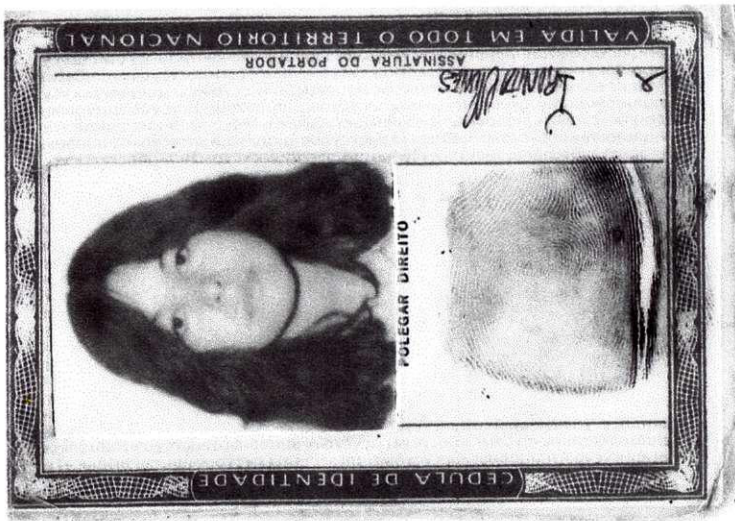
NACIONALIDADE BRASILEIRA

DATA DO NASCIMENTO  
05/03/1961

PORTO ALEGRE-RS  
04/11/81

*[Signature]*

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL	
REGISTRO GERAL	
2023448984	
NOME IRONITA DOLORES FLORES NUNES	
FILIAÇÃO FLORENTINO FLORES NUNES NAIR DELLA MEA	
NATURALIDADE JULIO CASTILHOS RS	DATA DO NASCIMENTO 17/03/1959
PORTO ALEGRE-RS	03/04/81
0659	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito



*Marciele Andrade dos Reis*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 4112228749 DATA DE EXPEDIÇÃO: 10/06/2008

NOME: **MARCELE ANDRADES DOS REIS**

FILIAÇÃO: OSVALDO CARVALHO DOS REIS

ELIANE BARRAGANA ANDRADES

NATURALIDADE: SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO: 19/11/1992

DOC. ORIGEM: C NASC 40076 SAO BORJA RS

LV A 197 FL 054

CPF: \_\_\_\_\_

PORTO ALEGRE, RS: 1 VIA

*Guilherme Percebo Lopes*  
ASSINATURA DO DIRETOR

PIS / PASEP: 152383 / 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SSCE - RS  
Assessoria de Comunicação Social

das Comunicações  
Fis. R. 74

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR *Morlaime Cabeleira Santiago*

POLEGAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SSP - POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3063678605 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/02/1992

NOME MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO

FILIAÇÃO JOAO MARINHO GONCALVES SAN MARILENE CABELEIRA SANTIAGO

NATURALIDADE SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 11/07/1977

DOC ORIGEM C NASC 3539 SAO BORJA RS

LV A 14 FL 117

CPF \*\*\*\*\*/\*\*\*\*

PORTO ALEGRE, RS

ASSINATURA DO DIRETOR *[Signature]* 152383

BRASIL LIVRE DA RUBÉOLA

TO VACINADO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2082982279 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/08/1998

NOME ARCENIO BACELAR PIMENTEL

FILIAÇÃO ALBINO CORREA PIMENTEL  
JUREMA BACELAR PIMENTEL

NATURALIDADE SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 30/06/1969

DOC ORIGEM C NASC 27813 SAO BORJA RS

LV A71 FL 104V

CPF \*\*\*\*\*/\*\*

PORTO ALEGRE, RS

ASSINATURA DO DIRETOR 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

72

72





PROBING PLASTICS  
CITY



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4087841799 DATA DE EXPIRÇÃO 24/05/2010

NOOME  
**JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO**

FILIAÇÃO  
CANDIDO SEVERINO SANTOS RODRIGUES  
LILIOSA RIBAS RODRIGUES

NATURALIDADE  
SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO  
10/10/1988

DOC ORIGEM  
C NASC SÃO BORJA RS

MATRÍCULA: 097816 01 55 1988 1 00125 071 0025693 92

CPF  
018.267.580-70

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR  
Guilherme Ferrelis Lopez

152383 / 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



ASSINATURA DO TITULAR

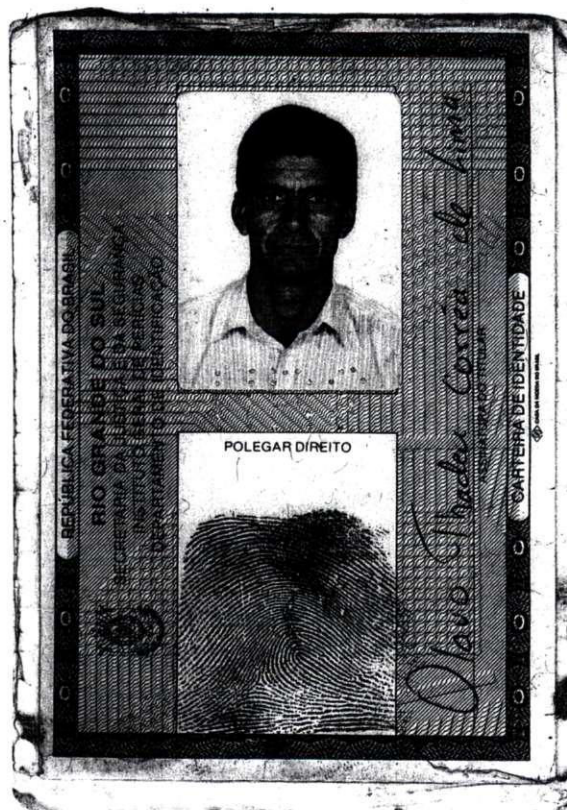
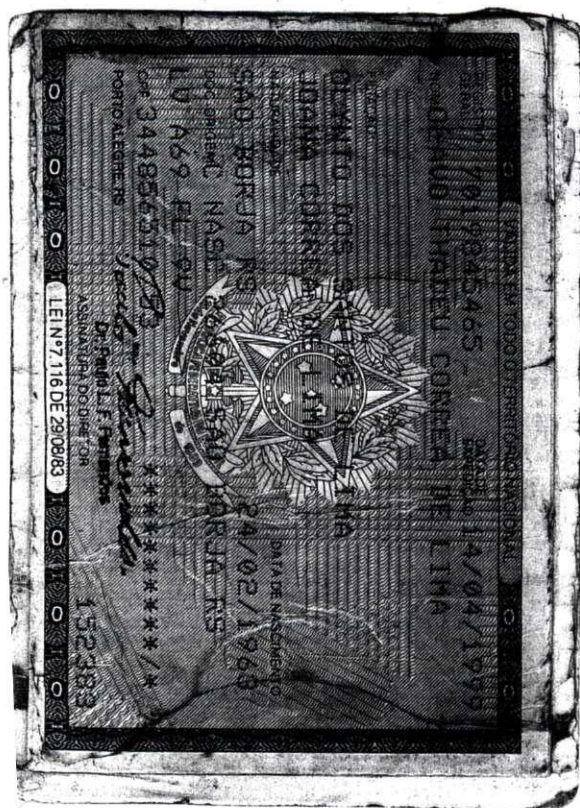
Polegar Direito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	8057614086
DATA DE EXPEDIÇÃO	10/07/1995
NOME CRISTALINO FAGUNDES PRESTES	
FILHO	
FILIAÇÃO	
CRISTALINO FAGUNDES PRESTES	
MARISA AMARICO PRESTES	
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
SAO BORJA RS	23/12/1969
DOC ORIGEM C NASC 41336 SAO BORJA RS	
LV A89 FL 116	
CPF	585062680/87
*****/*	
PORTO ALEGRE RS	152383
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

CARTeira DE IDENTIDADE	
	
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO	
RIO GRANDE DO SUL	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<b>RIO GRANDE DO SUL</b> SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO GERAL 2060979561 DATA DE EXPIRAÇÃO 29/10/2010	
  <p>Polg. Direto</p>		NOME <b>JOÃO FELIPE MACHADO DA ROSA</b>	
ASSINATURA DO TITULAR		ENDEREÇO JOSÉ BORGES DA ROSA MARIA LOURDES MACHADO DA ROSA NATURALIDADE SÃO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 06/09/1963	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		DOCT. ORIENTAD. C CAS 5035 SÃO BORJA RS LV 89 FL 229 V CPF 446.312.860-91 PORTO ALEGRE RS 2 VIA	
		ASSINATURA DO DIRETOR LEI Nº 7.416 DE 29/08/83 152383 / 152383	



Comunicações  
SCT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polegar Direito

*Renato Dias Nunes*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7068341648 DATA DE EXPEDICAO 05/07/2011

NOME VENCESLAU DIAS NUNES

FILIAÇÃO OTACILIO DORNELLES NUNES

NATURALIDADE JOANA DIAS NUNES

SAO BORJA RS

DO: ORIGIN C CAS 4019 SÃO BORJA RS

LV B24 FL 2 V

262.251.820-04

PORTO ALGORE, RS

2 VIA

ASSINATURA DO TITULAR *Renato Dias Nunes*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

152383 / 152383

PIS / PASEP

DATA DE NASCIMENTO 29/04/1941


Nós, abaixo-assinados na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL – ACONSUL, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

  
**Presidente:** Ibaro Santos Rodrigues (representante legal), CPF nº 341177500-97.

  
**Vice - Presidente:** Ironita Dolores Flores Nunes, CPF nº 333671830-91.


  
**Secretário - Geral:** Marcielle Andrades dos Reis, CPF nº 030483680-00.

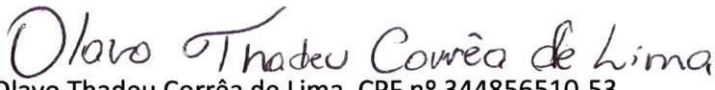
  
**Primeiro secretário:** Marilaine Cabeleira Santiago, CPF nº 921400840-04.

  
**Tesoureiro:** Ardenio Bacelar Pimentel, CPF nº 549718880-04.

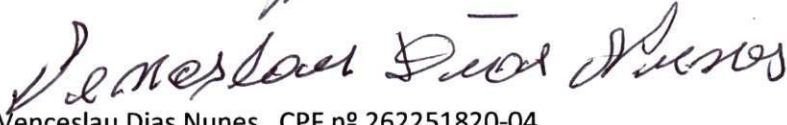
  
**Segundo Tesoureiro:** Belmirio Silva, CPF nº 306274600-97.

  
**Diretor de Operações:** João Antonio Rodrigues Neto, CPF nº 018267580-70.

  
**Vice - Diretor de Operações:** Cristallino Fagundes Prestes Filho, CPF nº 585062680-87.

  
**Diretor Cultural de Comunicação Social:** Olavo Thadeu Corrêa de Lima, CPF nº 344856510-53.

  
**Vice Diretor Cultural de Comunicação Social:** João Felipe Machado da Rosa, CPF nº 446312860-81.

  
**Diretor de Patrimônio:** Venceslau Dias Nunes, CPF nº 262251820-04.

**CARTÓRIO DORNELLES - SÃO BORJA - RS**

2º Tabelionato - Abelardo Pazzini Fontella - Tabelião Designado  
Rua Candido Falcão, 1239 - Fone/Fax: (55) 3431-1685 - E-mail: cartoriordornelles@gmail.com

Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de Ibaro Santos Rodrigues.  
Dou fé. 0583.01.1300003.08164  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Elenara Figueiredo dos Santos - Escrevente Autorizada  
São Borja, 11 de abril de 2013  
Emol: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30



Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro que a Entidade não possui como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

São Borja 20 de abril 2013.

---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da Aconsul



Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro para os devidos fins que todos os dirigentes da Entidade residem na área da comunidade atendida pela Rádio Comunitária Butuí Fm, na Cidade de São Borja Estado do Rio Grande do Sul.

São Borja 20 de Abril de 2013

---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 828.651

Reservado ao Fisco  
966E.352D.2CA5.7973.20BE.31AC.FC30.8B6C

CÓDIGO DO CLIENTE

2173126-8

VENCIMENTO

18/03/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

134,04



IBARO SANTOS RODRIGUES  
R. ACÚRCIO DE SÁ Nº 1915  
SÃO BORJA  
V. RODOVIÁRIA CEP-9767  
4401-12-0002-2117365

69542



CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet: [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br) Central de Relacionamento: 0800 707 7272 Deficientes Auditivos: 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

IBARO SANTOS RODRIGUES

R. ACÚRCIO DE SÁ Nº 1915

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 341.177.500-97

Classe: Comercial, Serviços e Outras Atividades

Nº de Fases: TRIFÁSICO

Limites Adequados: 348 a 396 / 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Dem. Classes baixa tensao

Tensão Nominal: 380 / 220 Volts

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
18/01/2013	105,90		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, considere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
18/01/2013	19/02/2013	21/02/2013
PERÍODO	ATUAL	PRÓXIMA
18/01/2013	19/02/2013	20/03/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
2117365	14229	14567	338 kWh

Declaração de Quitação Anual de Débitos: Para os fins da Lei 12.007/2009, declaramos quitados os débitos vencidos nos anos de 2012, 2011, 2010 e 2009. Esta declaração substitui as quitações dos débitos vencidos nos anos indicados.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	338	0,275852	93,23
Total dos conceitos de energia			93,23
Atualização Monetária	1		0,50
Multa Atraso de Pagamento	1		1,59
Juros de Mora	1		1,15
ICMS			31,07
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,50
<b>TOTAL</b>			<b>134,04</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1		EUSD(R\$):		39,09
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DICR: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	0,18
Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	1,00
UMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			0,18
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico				Meta: 12,22
Realizado DICRI (diário): 04=3,90				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
43,78	28,01	8,17	9,59	3,68	93,23

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.



Conta de Energia Elétrica

CÓDIGO P/ DÉBITO AUTOMÁTICO

21731268

Nº PARA ARRECADAÇÃO

0002173126119022013 45

MÊS / ANO

FEV/2013

VENCIMENTO

18/03/2013

VALOR TOTAL (R\$)

134,04

AUTENTICAÇÃO NO VERSO.

ATENÇÃO: Agendamento bancário não é considerado comprovante de pagamento. Pagamento com cheque, quitação válida após a compensação.

83680000017 340400860003 217312611197 022013400001

**AES Sul**

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.226.505

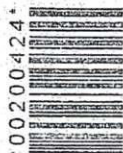
Reservado ao Fisco

5E85.E51B.1022.8781.7F92.E9FA.0347.77F7

CÓDIGO DO CLIENTE

**2846529-6**

VENCIMENTO

**09/03/2013****164,95**

IRONITA DOLORES FLORES NUNES

R. BOMPLAND Nº 1997 APTO 1

SÃO BORJA

B. MARIA DO CARMO CEP-97670000

4401-18-0002-4699537

8595



CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA**

IRONITA DOLORES FLORES NUNES

R. BOMPLAND Nº 1997 APTO 1

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 333.671.830-91

Classe: Residencial

Nº de Fases: TRIFASICO

Limites Adequados: 348 a 396 / 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 380 / 220 Volts

**FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO****VENCIMENTO****VALOR (R\$)****VENCIMENTO****VALOR (R\$)**

09/02/2013

222,67

09/02/2013

229,09

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO****FATURAMENTO****EMISSION****APRESENTAÇÃO**

12/2013

27/02/2013

01/03/2013

**ANTERIOR****ATUAL****PRÓXIMA**

28/01/2013

27/02/2013

28/03/2013

**FATOR MULTIPLICADOR:** 1,0**FATOR POTÊNCIA:** 0,93

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4699537	1182	1633	451 kWh
4699537R	461	634	173 kvarh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	451	0,263525	118,84
Total dos conceitos de energia			118,84
ICMS			39,61
Ilum. Públ - Prefeitura Municipal			6,50
<b>TOTAL</b>			<b>164,95</b>

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

CONJUNTO: São Borja 1

EUSD(R\$): 89,25

MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012

METAS REALIZADO

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	0,18
IC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	1,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			0,18

DICRT: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.

Meta: 12,22

Realizado DICRT (diário): 04=3,90

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
55,80	35,71	10,42	12,20	4,71	118,84

**MENSAGENS**

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

4,71

**ICMS**

Base de Cálculo

Aliquota 25 %

158,45

39,61

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.



Conta de Energia Elétrica

CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO

**28465296**

Nº PARA ARRECADAÇÃO

**00028465291027022013 62**

MÊS / ANO

**FEV/2013****VENCIMENTO****09/03/2013****VALOR TOTAL (R\$)****164,95**

AUTENTICAÇÃO NO VERSO.

ATENÇÃO: Agendamento bancário não é considerado comprovante de pagamento. Pagamento com cheque, quitação válida após a compensação.



836600000019 649500860006 284652910274 022013400001



# Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.208.600

Reservado ao Fisco

40D9.1ABB.A088.3D12.08CA.8095.4A6A.71F4

CÓDIGO DO CLIENTE

2176179-5

VENCIMENTO

06/02/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

84,34



ADAO CARVALHO DOS REIS

R. GEN MARQUES Nº 2846

SÃO BORJA

B. CENTRO, CEP-97670000

4401-17-0001-4648450

12973



## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ADAO CARVALHO DOS REIS

R. GEN MARQUES Nº 2846

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 849.787.910-49

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO		EMIÇÃO		APRESENTAÇÃO			
1/2013		28/01/2013		30/01/2013			
ANTERIOR		ATUAL		PRÓXIMA			
27/12/2012		25/01/2013		26/02/2013			
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0		FATOR POTÊNCIA:					
MEDIDOR		ANTERIOR		ATUAL		CONSUMO	
4648450		3224		3383		159 kWh	

## CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

## REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
06/12/2012	118,20		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	159	0,337711	53,69
Total dos conceitos de energia			53,69
Juros de Mora	1		2,97
Multa Atraso de Pagamento	1		3,27
Atualização Monetária	1		1,32
ICMS			17,89
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			5,20
<b>TOTAL</b>			<b>84,34</b>

## HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
JANEIRO/2013	159	AGOSTO/2012	247	MARÇO/2012	257
DEZEMBRO/2012	240	JULHO/2012	301	FEVEREIRO/2012	218
NOVEMBRO/2012	228	JUNHO/2012	334	JANEIRO/2012	351
OUTUBRO/2012	129	MAIO/2012	322		
SETEMBRO/2012	235	ABRIL/2012	360		

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2		EUSD(R\$):		43,76
MÊS DE APURAÇÃO: NOVEMBRO /2012		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	20,39	40,79	81,59	0,00
Veze que o cliente ficou sem energia	10,65	21,31	42,63	0,00
MIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	10,75 <sup>a</sup>			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				Meta: 16,60
Realização DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
25,33	16,20	4,73	5,57	1,86	53,69

## MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.224.766

Reservado ao Fisco

BAC9.F8D6.A25E.E47A.C2F1.AFDB.7207.E9F7

Importante: A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02.

CÓDIGO DO CLIENTE

2770996-5

VENCIMENTO

19/03/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

151,72



LUCIANE CABELEIRA SANTIAGO  
TR JOAO DIRCEU MACIEL TRINDADE Nº 99  
SÃO BORJA  
B. PARABOI CEP-97670000  
4401-18-0001-02474945

8396



### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

LUCIANE CABELEIRA SANTIAGO

TR JOAO DIRCEU MACIEL TRINDADE Nº 99

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 013.893.470-36

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Baixa Renda

Tensão Nominal: 220 Volts

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
19/02/2013	144,93		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO	
2013	27/02/2013	01/03/2013	
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	
28/01/2013	27/02/2013	28/03/2013	
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:		
MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02474945	39994	40468	474 kWh

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	30	0,088656	2,65
Consumo	70	0,151979	10,63
Consumo	120	0,227964	27,35
Consumo	254	0,253298	64,33
Total dos conceitos de energia			104,96
Atualização Monetária	1		0,50
Multa Atraso de Pagamento	1		3,34
Juros de Mora	1		1,44
ICMS			34,98
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,50
<b>TOTAL</b>			<b>151,72</b>

### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
FEVEREIRO/2013	474	SETEMBRO/2012	283	ABRIL/2012	241
JANEIRO/2013	376	AGOSTO/2012	234	MARÇO/2012	448
DEZEMBRO/2012	423	JULHO/2012	234	FEVEREIRO/2012	368
NOVEMBRO/2012	362	JUNHO/2012	268		
OUTUBRO/2012	274	MAIO/2012	200		

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1		EUSD(R\$):		65,07
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	0,18
Vezeas que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	1,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			0,18
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				Meta: 12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
49,28	31,54	9,20	10,78	4,16	104,96

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS  
0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.

**CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul**

Internet	Central de Relacionamento	Deficientes Auditivos
<a href="http://www.aessul.com.br">www.aessul.com.br</a>	0800 707 7272	0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO**

<b>VENCIMENTO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>VENCIMENTO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
-------------------	--------------------	-------------------	--------------------



O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	43	0,261925	11,26
Total dos conceitos de energia			11,26
Atualização Monetária	1		0,03
Multa Atraso de Pagamento	1		0,26
Juros de Mora	1		0,09
ICMS			1,53
Saldo da Fatura Anterior	1		11,54
<b>TOTAL</b>			<b>24,71</b>

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	0,37
<b>ICMS</b>	
Base de Cálculo	12,79
Alíquota 12 %	1,53

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
'2013	25/02/2013	27/02/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
24/01/2013	25/02/2013	26/03/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4424656	6812	6855	43 kWh

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
FEVEREIRO/2013	43	SETEMBRO/2012	26	ABRIL/2012	43
JANEIRO/2013	25	AGOSTO/2012	29	MARÇO/2012	39
DEZEMBRO/2012	33	JULHO/2012	22	FEVEREIRO/2012	49
NOVEMBRO/2012	26	JUNHO/2012	25		
OUTUBRO/2012	25	MAIO/2012	25		

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

CONJUNTO: São Borja 2		EUSD(R\$):		6,33
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
↳ Horas que o cliente ficou sem energia	14,69	29,39	58,78	0,00
↳ Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	12,52	25,04	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,33			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				Meta: 12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
5,32	3,40	0,99	1,18	0,37	11,26

**MENSAGENS**

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

 Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS  
 0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



**JOAO A RODRIGUES**  
R. BOMPLAND Nº 2019  
SÃO BORJA  
B. MARIA DO CARMO CEP-97670000  
4401-18-0002-04013479

7236

**CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul**

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
[www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br) 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA**  
**JOAO A RODRIGUES**

R. BOMPLAND Nº 2019  
SÃO BORJA  
CNPJ / CPF: 000.000.000-00  
Classe: Residencial  
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts  
Inscrição Estadual:  
Tarifa: BT Resid.Normal  
Tensão Nominal: 220 Volts

**FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO**

VENCIMENTO VALOR (R\$) VENCIMENTO VALOR (R\$)

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**

**FATURAMENTO** 03/2013 **EMISSION** 28/03/2013 **APRESENTAÇÃO** 02/04/2013  
**ANTERIOR** 7/02/2013 **ATUAL** 28/03/2013 **PRÓXIMA** 26/04/2013  
**FATOR MULTIPLICADOR:** 1,0 **FATOR POTÊNCIA:**

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
04013479	21644	21777	133 kWh



O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	133	0,258912	34,43
Total dos conceitos de energia			34,43
ICMS			11,47
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			5,20
<b>TOTAL</b>			<b>51,10</b>

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

<b>CONJUNTO:</b> São Borja 2	<b>EUSD(R\$):</b> 32,09
<b>MÊS DE APURAÇÃO:</b> JANEIRO / 2013	<b>REALIZADO</b>
<b>INDICADOR</b>	<b>MÊS</b> <b>TRIM.</b> <b>ANO</b> <b>MENSAL</b>
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	15,68 31,37 62,74 1,23
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26 12,52 25,04 1,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,75 1,23
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico	Meta: 12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00	

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
17,50	12,63	1,57	1,97	0,76	34,43

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	0,76
<b>ICMS</b>	
Base de Cálculo	45,90
Alíquota 25 %	11,47

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 396/10, informamos que a Demonstração Contábil Societária da AES Sul encontra-se disponível no site [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br).

**AES Sul****Conta de Energia Elétrica****AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.**

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 7.161

**Reservado ao Fisco**

D701.10EB.CDBB.5332.57B1.F610.C1C8.E4DA

CÓDIGO DO CLIENTE

**3016363-3**

VENCIMENTO

**20/11/2012**

TOTAL A PAGAR (R\$)

**64,21****ZENILDA LENIR LENCINA PRESTES**

R. TAMARINO Nº 767

SÃO BORJA

V. LEGAL CEP-97670000

4401-18-0002-02618954

62037

**CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul**

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

**www.aessul.com.br****0800 707 7272****0800 707 7281**Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para **28410**

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA****ZENILDA LENIR LENCINA PRESTES**

R. TAMARINO Nº 767

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 668.930.890-15

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

**REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE**

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
20/10/2012	41,77		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
10/2012	03/11/2012	06/11/2012
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
25/09/2012	29/10/2012	28/12/2012

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02618954	17546	Estimada	117 kWh

O faturamento foi realizado por média, devido à falta de acesso ao medidor para coleta da leitura.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	117	0,358136	41,90
Total dos conceitos de energia			41,90
Multa Atraso de Pagamento	1		0,85
Juros de Mora	1		0,35
Atualização Monetária	1		0,34
ICMS			13,96
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,81
<b>TOTAL</b>			<b>64,21</b>

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
OUTUBRO/2012	117	MAIO/2012	86	DEZEMBRO/2011	145
SETEMBRO/2012	85	ABRIL/2012	104	NOVEMBRO/2011	106
AGOSTO/2012	89	MARÇO/2012	198	OUTUBRO/2011	36
JULHO/2012	82	FEVEREIRO/2012	211		
JUNHO/2012	83	JANEIRO/2012	183		

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

CONJUNTO: São Borja 1

EUSD(R\$):

16,31

MÊS DE APURAÇÃO: SETEMBRO /2012

METAS

REALIZADO

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	12,14
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	3,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			8,37

DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico

Meta: 12,22

Realizado DICRI (diário): 00=0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
19,03	12,18	3,55	4,02	3,12	41,90

**MENSAGENS**

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



CNPJ 92.802.784/0001-90

U.S.: 191-SAO BORJA

CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGOA

Bairro: CENTRO CEP: 97670000

Fone: 5534311792

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto  
Nº 100017066441201303 Mês/Ano 03/2013

Titular JOANA CORREA DE LIMA Rua GOMES CARNEIRO, 1627					
Código do Imóvel 17066441	Localização 187840	Código Débito em Conta 00017066441		Convênio CORSAN	
Mês/Ano Consumo	02/2013 4	01/2013 12	12/2012 11	11/2012 10	10/2012 09/2012 7 9
Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)					
Dados do Consumo do Mês					
Hidrômetro A10N186661	Leitura Anterior 164	Leitura Atual 186	Consumo (m³) 22	Dias de Consumo 28	Média Mensal
Composição dos Serviços					
CATEGORIA	ECO.ÁGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR
RB	1	0	2	R\$ 17,07	R\$ 7,22
					R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 24,29
SERVIÇO Descrição dos Itens Faturados VALOR					
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 24,29
FA - Juros de Mora					R\$ 0,09
FA - Multa de Mora					R\$ 0,63

Lida e Emitida em:  
13/03/2013 14:19:23Pagamento após o vencimento  
leia o verso

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

24/03/2013

R\$ 25,01

## NOTIFICAÇÃO

ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00017066441 CONVENIO CORSAN

## Parâmetros

Cor  
Cloro Livre Residual  
Coliformes Totais  
Escherichia coli

## Faixa de Qualidade

0 a 15 UH  
0,20 a 5,00 mg/L  
Ausente em 100mL  
Ausente em 100mL

## Módulo

2 UH  
1,03 mg/L  
Ausente  
Ausente

191-SAO BORJA  
CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGO  
Bairro: CENTRO CEP: 97670000  
Fone: 5534311792



100017079381201302

Escuto  
An 02/2013

BELMIRIO DA SILVA  
Travessa JOAO BATISTA, 176

Código do Imóvel 17079381 22/2380 00017079381 CORSAN

01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012	08/2012
17	14	14	14	12	15

A09X109059 582 597 15 Die 32 14

CATEGORIA	EDU. AGUA	EDU. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
RB	2	0	15	R\$ 34,14	R\$ 54,15	R\$ 0,00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 88,29

SERVIÇO VALOR  
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 88,29  
SC - Reaviso de Débito 1/ R\$ 3,32

Lida e Emitida em:  
15/02/2013 17:15:03

Pagamento após o vencimento  
leia o verso

27/02/2013

R\$ 91,61

NOTIFICAÇÃO

ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00017079381 CONVENIO CORSAN

Turbidez	0,0 a 5,0 UT	0,0 a 8 UT
Co	0 a 15 UH	3 UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	0,60 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

**AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.**  
 Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS  
 CNPJ: 02.016.440/0001-62  
 Inscrição Estadual: 096/2636525  
 NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 863.100  
**Reservado ao Fisco**  
 A080.1AE1.D975.5A7B.D3ED.FFDE.3D95.7F6B

**CÓDIGO DO CLIENTE**  
**2173447-0**  
**VENCIMENTO**  
**06/01/2012**  
**TOTAL A PAGAR (R\$)**  
**188,42**



**JOAO FELIPE MACHADO DA ROSA**  
 R. FREI MIGUELINO Nº 286 APTO 6  
 SÃO BORJA  
 B. RODOVIARIA CEP-97670000  
 4401-09-0001-02112964

61283

**CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul**  
 Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
**www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281**

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

**JOAO FELIPE MACHADO DA ROSA**  
 R. FREI MIGUELINO Nº 286 APTO 6  
 SÃO BORJA  
 CNPJ / CPF: 446.312.860-91  
 Classe: Residencial  
 e Fases: MONOFASICO  
 Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:  
 Tarifa: BT Resid. Normal  
 Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
12/2011	21/12/2011	23/12/2011
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
21/11/2011	21/12/2011	19/01/2012
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02112964	70423	70824	401 kWh

O benefício da Tarifa Social é concedido a todos os clientes residenciais que atendam o disposto na Lei nº 12.212 de 2010. Maiores informações consultem nossos canais de atendimento.

### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
DEZEMBRO/2011	401	JULHO/2011	211	MARÇO/2011	308
NOVEMBRO/2011	322	JUNHO/2011	217	FEVEREIRO/2011	345
OUTUBRO/2011	254	MAIO/2011	274	JANEIRO/2011	411
SETEMBRO/2011	234	ABRIL/2011	218	DEZEMBRO/2010	243
AGOSTO/2011	216				

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2	CM(R\$):	0,00
MÊS DE APURAÇÃO: OUTUBRO / 2011	METAS	REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM. ANO MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	15,68	42,83 85,66 0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	21,31 42,63 0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,75	0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
56,58	41,51	11,96	16,26	8,93	135,24

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.  
 Ouvidoria AES Sul: 0800 707 7278 | AGERGS: 0800 979 0066 | Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 (Ligação Gratuita de telefones fixos e Tarifada na origem para telefones celulares)

### FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
------------	-------------	------------	-------------

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	401	0,337274	135,24
Total dos conceitos de energia			135,24
ICMS			45,08
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			8,10
<b>TOTAL</b>			<b>188,42</b>

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	8,93
ICMS	
Base de Cálculo	180,32
Alíquota 25 %	45,08

# CONTRATO DE LOCAÇÃO

das Comarca  
Fis.: 92  
Rúbrica: 01  
38 - 50

Os signatários deste instrumento, de um lado Isabel Helena de Souza  
qualificação Brasileira, separada, apresentadora, moradora na rua  
Alvaro Batista nº 2007, São Borja-RS CNPJ (C.P.F.) 278.240.120-34  
e, de outro lado, Geneslau Dias Nunes,  
qualificação Brasileiro, casado, apresentador  
CNPJ (C.P.F.) 262.251.820-04  
têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado "o locador", sendo proprietário do imóvel (casa)  
sito nesta Rua, Alvaro Batista, 2007 loca-o  
ao segundo, aqui designado "o locatário", mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas, ou sejam:

1ª) - O prazo de locação é de 2 anos ( ) meses a partir de 04  
de Fevereiro de 2012 e a terminar em 04 de fevereiro de 2014

data em que o locatário se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, no estado em que o recebeu, independentemente de Notificação ou Interpelação Judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação da locação, o que somente se fará por escrito.

§ único: Caso o locatário não restitua o imóvel no fim do prazo contratual, pagará enquanto estiver na posse do mesmo, o aluguel mensal reajustado nos termos da Cláusula Décima Oitava, até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento;

2ª) - O aluguel mensal é de R\$300,00 ( trezentos reais ), que o locatário se  
compromete a pagar pontualmente, até o dia 10 de cada mês

na residência do locador ou de seu representante;

3ª) - O locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, fogão, papéis, pintura, telhados, vidraças, mármore, fechos, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restitui-los quando findo ou rescindido, este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel;

4ª) - Obriga-se mais o locatário a satisfazer a todas as exigências dos Poderes Públicos, a que der causa, e a não transferir este contrato, nem fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita do locador;

5ª) - O locatário desde já faculta ao locador examinar ou vistoriar o imóvel locado quando entender conveniente;

6ª) - O locatário também não poderá sub-locar nem emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem preceder consentimento por escrito do locador; devendo, no caso deste ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes, a fim de que o imóvel esteja desimpedido no término do presente contrato;

7ª) - No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará o locador desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvada ao locatário, tão somente, a faculdade de haver do poder desapropriante a indenização a que, por ventura, tiver direito;

8ª) - Nenhuma intimação do Serviço Sanitário será motivo para o locatário abandonar o imóvel ou pedir a rescisão deste contrato, salvo procedendo vistoria judicial, que apure estar a construção ameaçando ruína;

9ª) - Para todas as questões resultantes deste contrato, será competente o foro da situação do imóvel, seja qual for o domicílio dos contratantes;

10ª) - Tudo quanto for devido em razão deste contrato e que não comporte o processo executivo, será cobrado em ação competente, ficando a cargo do devedor, em qualquer caso, os honorários do advogado que o credor constituir para ressalva dos seus direitos;

11ª) - No caso de morte, falência ou insolvência do ..... fiador ....., o locatário será obrigado dentro de 30 dias a dar substituto idôneo, a juízo do locador, sob pena de incorrer na cláusula seguinte;

12ª) - Fica estipulado a multa de ..... na qual incorrerá a parte que infringir qualquer cláusula deste contrato; com a faculdade, para a parte inocente, de poder considerar simultaneamente rescindida a locação, independentemente de qualquer formalidade;

13ª) - Assina ..... também o presente, solidariamente com o locatário por todas as obrigações acima exaradas, o .....  
Sr. ....

qualificação .....  
CNPJ (C.P.F.) .....

Cônjuge .....  
cuja responsabilidade, entretanto, perdurará até a entrega, real e efetiva das chaves do imóvel locado;

14ª) - Quaisquer estragos ocasionados ao imóvel e suas instalações, bem como as despesas a que o proprietário for obrigado por eventuais modificações feitas no imóvel, pelo locatário, não ficam compreendidas na multa da cláusula 12ª, mas serão pagas à parte;

15ª) - Em caso de falecimento de qualquer parte contratante, os herdeiros da parte falecida serão obrigados ao cumprimento integral deste contrato, até a sua terminação;

16ª) - Estabelecem as partes contratantes que, para reforma ou renovação deste contrato, as partes interessadas se notificarão mutuamente, com antecedência nunca inferior a cento e vinte dias, findo este prazo, considera-se como desinteressante para o locatário, a sua continuação no imóvel ora locado, devendo o mesmo entregar as suas chaves ao locador, impreterivelmente no dia do vencimento deste contrato;

17ª) - O imóvel, objeto de locação, destina-se exclusivamente a ..... não podendo ser mudada a sua destinação sem o consentimento expresso do locador;

18ª) - Na hipótese de ocorrer a prorrogação desta locação, o aluguel mensal será reajustado de acordo com o índice de reajustamento que seja considerado oficial, de acordo com a legislação em vigor na época da eventual prorrogação deste contrato. O locatário concorda, desde já, com esse sistema de reajustamento do aluguel;

19ª) - O locatário se obriga a pagar as despesas de telefone e de consumo de força, luz e gás, água e esgoto; e as despesas ordinárias de condomínio;

20ª) - A falta de pagamento, nas épocas supras determinadas, dos aluguéis e encargos, por si só constituirá o locatário em mora, independentemente de qualquer Notificação, interpelação ou aviso extra - judicial;

21ª) - Se o locador admitir, em benefício do locatário, qualquer atraso no pagamento do aluguel e demais despesas que lhe incumba, ou no cumprimento de qualquer outra obrigação contratual, essa tolerância não poderá ser considerada como alteração das condições deste contrato, nem dará ensejo à invocação do Artigo 1.503 - inciso I do Código Civil Brasileiro, por parte do fiador, pois se constituirá em ato de mera liberalidade do locador;

E por assim terem contratado, assinam o presente, em ..... 3 ..... vias, em presença das testemunhas abaixo:

..... São Borja, 02 ..... de Fevereiro ..... de 2012

Renato José Punga  
Uscle Edna de Siqueira

#### TESTEMUNHAS:

João Batista 1965392240/87 -  
Jordão Silveira 1094394895

#### REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Apresentado hoje para registro e apontado sob  
o Nº de ordem ..... do  
protocolo A, Nº .....

Registrado sob o Nº de ordem .....  
do livro ..... Nº ..... de registro .....  
..... de .....

..... de ..... de .....



Companhia Riograndense de Saneamento  
CNPJ 92.802.784/0001-90  
U.S. 191-SAO BORJA  
CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGOA  
Bairro: CENTRO CEP: 97670000  
Fone: 5534311792



Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto  
Nº 100017058295201303 Mês/Ano 03/2013

Título					
IZABEL HELENA DE SOUZ					
Rua ALVARO BATISTA, 2007					
Código do Imóvel	Localização	Código Dótilo em Conta	Convenio		
17058295	15/1890	00017058295	CORSAN		
Histórico de Consumos em Litros Cúbicos (m³)					
02/2013	01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012
11	60	14	13	9	13
Dados do Consumo do Mês					
Hidrometro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal
AO81 155354	827	839	12	31	20
Composição dos Serviços					
CATEGORIA	ECO. AGUA	ECO. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA
PI	1	0	12	R\$ 17,07	R\$ 43,32
					VALOR ESGOTO
					R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 60,39
SERVIÇO					
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 60,39
FA - Juros de Mora					R\$ 0,06
FA - Multa de Mora					R\$ 1,14
Lida e Emitida em: 11/03/2013 15:01:06					
VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR			
01/04/2013		R\$ 61,59			
Pagamento após o vencimento leia o verso					
NOTIFICAÇÃO					
ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.					
OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00017058295 CONVENIO CORSAN					
Qualidade					
Turbidez	0.0 a 5.0 UT	0.6 UT			
Cor	0 a 15 UH	2 UH			
Cloro Livre Residual	0.20 a 5.00 mg/L	1.00 mg/L			
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente			
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente			



MAIS

**BANCO POSTAL**

O Banco Postal é Correios  
mais Banco do Brasil.  
Porque você é mais.



Remetente:  
Banco do Brasil  
CSL São Paulo - Dereg  
Rua Verbo Divino, 1830  
Chácara Santo Antônio  
CEP 04719 907 - São Paulo - SP

**Mala Direta  
Postal**

Postagem Autorizada - VINEG  
DFBAN-AC

...CORREIOS...

Fechamento autorizado.  
Pode ser aberto pelo ECT.

Fechamento autorizado. Pode ser aberto pela ECT.



R-BLC/CTCE PASSO FUNDO RS TTO/NAC/ 229-PT DNE\*/\*/

VENCESLAU DIAS NUNES

R ALVARO BATISTA 2007 - PARABOI

97670-000 SAO BORJA RS

Data de postagem: 100313

Uso dos Correios

- ☐ Ausente
- ☐ Falecido
- ☐ Recusado
- ☐ Mudou-se
- ☐ Não existe o n° indicado
- ☐ Desconhecidos
- ☐ Não Procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Data de Reintegração
- ☐ Rubrica do Carteiro
- ☐ Outros (especificar)

Porque você  
é mais.



MAIS

**BANCO POSTAL**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA - DPF/SBA/RS  
Rua Alberto Benevenuto, 1726, Bairro Passo, São Borja/RS, CEP 97.670-000, - Tel. (55) 3430-9000, fax (55) 3430-9090  
home-page: <http://www.dpf.gov.br> - E-mail: [dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br](mailto:dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br)

## **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 0014/2013 - DPF/SBA/RS

TIAGO MAURÍCIO MOTTA, Escrivão de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício na DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA, com firma reconhecida no **Cartório Cláudia**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao requerimento de **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, registrado sob o nº 08442001125201392, para fins de direito:

**CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal em nome de **IBARO SANTOS RODRIGUES**, sexo masculino, nacionalidade brasileira, filho(a) de João Antônio Rodrigues e Norma Santos Rodrigues, nascido(a) aos 05/03/1961; natural de São Borja/RS, documento de identidade nº 5011972071/SSP/RS, residente na(o) Rua Acursio de Sá, 1915, bairro Dr. Florêncio, CEP 97670-000, São Borja/RS. Nada mais havendo, firma a presente.

São Borja/RS, 27 de março de 2013.

  
TIAGO MAURÍCIO MOTTA  
Escrivão de Polícia Federal  
1ª Classe - Matrícula nº 10.557  
CART/DPF/SBA/RS

**OBSERVAÇÃO: CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**

Expedição gratuita



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10985182013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **IRONITA\*DOLORES\*FLORES\*NUNES**, nacionalidade brasileira, filho(a) de FLORENTINO FLORES NUNES e NAIR DELLA MEA, nascido(a) aos 17/03/1959, natural de JULIO DE CASTILHOS/RS, Documento de identificação 2023448984 SSP/RS, CPF 333.671.830-91.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:32 de 03/04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA - DPF/SBA/RS  
Rua Alberto Benevenuto, 1726, Bairro Passo, São Borja/RS, CEP 97.670-000, - Tel. (55) 3430-9000, fax (55) 3430-9090  
home-page: <http://www.dpf.gov.br> - E-mail: [dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br](mailto:dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br)

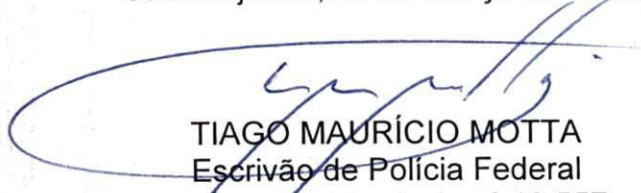
## **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 0016/2013 - DPF/SBA/RS

TIAGO MAURÍCIO MOTTA, Escrivão de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício na DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA, com firma reconhecida no **Cartório Cláudia**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao requerimento de **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, registrado sob o nº 08442001123201301, para fins de direito:

**CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal em nome de **MARCIELE ANDRADES DOS REIS**, sexo feminino, filho(a) de Osvaldo Carvalho dos Reis e Eliane B Andrades, nascido(a) aos 19/11/1992, natural de São Borja/RS. Nada mais havendo, firma a presente.

São Borja/RS, 27 de março de 2013.

  
TIAGO MAURÍCIO MOTTA  
Escrivão de Polícia Federal  
1ª Classe - Matrícula nº 10.557  
CART/DPF/SBA/RS

**OBSERVAÇÃO: CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**  
Expedição gratuita



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10988902013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARILAINÉ\*CABELEIRA\*SANTIAGO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JOÃO MARINHO GONÇALVES SANTIAGO** e **MARLENE CABELEIRA SANTIAGO**, nascido(a) aos 11/06/1977, natural de **SÃO BORJA/RS**, Documento de identificação 3063078605 SSP/RS, CPF 921.400.840-04.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 20:11 de 03/04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 12262072013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ARCENIO\*BACELAR\*PIMENTEL**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de ALBINO CORREA PIMENTEL e JUREMA BACELAR PIMENTEL, nascido(a) aos 30/06/1969, natural de SAO BORJA/RS, Documento de identificação 2082982279 SSP/RS, CPF 549.718.880-04.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 20:17 de 14/04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA - DPF/SBA/RS  
Rua Alberto Benevenuto, 1726, Bairro Passo, São Borja/RS, CEP 97.670-000, - Tel. (55) 3430-9000, fax (55) 3430-9090  
home-page: <http://www.dpf.gov.br> - E-mail: [dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br](mailto:dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br)

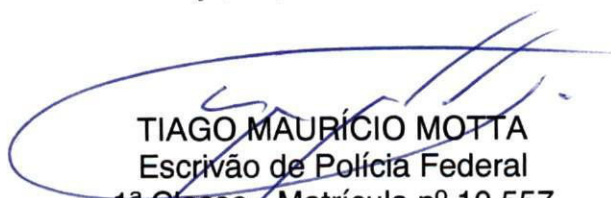
## **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 0021/2013 - DPF/SBA/RS

TIAGO MAURÍCIO MOTTA, Escrivão de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício na DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao requerimento de **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, registrado sob o nº 08442001211201303, para fins de direito:

**CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal em nome de **BELMIRO DA SILVA**, sexo masculino, nacionalidade brasileiro, casado(a), filho(a) de Anadir Rodrigues da Silva, nascido(a) aos 04/07/1958, natural de São Borja/RS, documento de identidade nº 2012783607/SSP/RS, CPF 306.274.600-97, residente na(o) R. Joao Antonio Rodrigues, 176, São Borja/RS. Nada mais havendo, firma a presente.

São Borja/RS, 17 de abril de 2013.

  
TIAGO MAURÍCIO MOTTA  
Escrivão de Polícia Federal  
1ª Classe - Matrícula nº 10.557  
CART/DPF/SBA/RS

**OBSERVAÇÃO: CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**

Expedição gratuita



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA - DPF/SBA/RS  
Rua Alberto Benevenuto, 1726, Bairro Passo, São Borja/RS, CEP 97.670-000, - Tel. (55) 3430-9000, fax (55) 3430-9090  
home-page: <http://www.dpf.gov.br> - E-mail: [dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br](mailto:dpf.cm.sba.srrs@dpf.gov.br)

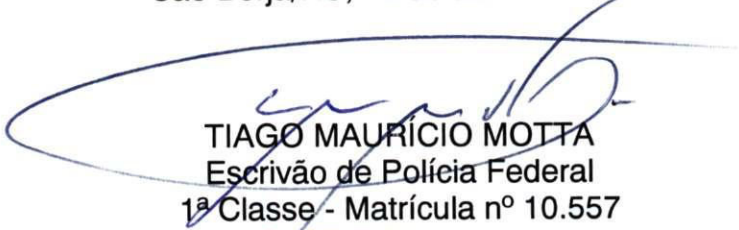
## **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 0019/2013 - DPF/SBA/RS

TIAGO MAURÍCIO MOTTA, Escrivão de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício na DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA, com firma reconhecida no **Cartório Cláudia**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao requerimento de **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, registrado sob o nº 08442001189201393, para fins de direito:

**CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal em nome de **JOAO ANTONIO RODRIGUES NETO**, sexo masculino, nacionalidade brasileiro, solteiro(a), filho(a) de Candido Severino Santos Rodrigues e Liliosa Ribas Rodrigues, nascido(a) aos 10/10/1988, natural de São Borja/RS, documento de identidade nº 4087841799/SSP/RS, CPF 018.267.580-70, residente na(o) R. Bompland, 1991, São Borja/RS. Nada mais havendo, firma a presente.

São Borja/RS, 12 de abril de 2013.

  
TIAGO MAURÍCIO MOTTA  
Escrivão de Polícia Federal  
1ª Classe - Matrícula nº 10.557  
CART/DPF/SBA/RS

**OBSERVAÇÃO: CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**

Expedição gratuita



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 11706092013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **CRISTALINO\*FAGUNDES\*PRESTES\*FILHO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de CRISTALINO FAGUNDES PRESTES e MARISA AMARILHO PRESTES, nascido(a) aos 23/12/1969, natural de SÃO BORJA/RS, Documento de identificação 8057614086 SSP/RS, CPF 585.062.680-87.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:44 de 09/04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA - DPF/SBA/RS  
Rua Alberto Benevenuto, 1726, Bairro Passo, São Borja/RS, CEP 97.670-000, - Tel. (55) 3430-9000, fax (55) 3430-9090  
home-page: <http://www.dpf.gov.br> - E-mail: [dpf.cm.sba.srs@dpf.gov.br](mailto:dpf.cm.sba.srs@dpf.gov.br)

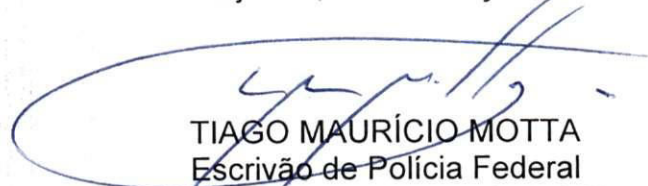
## **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 0015/2013 - DPF/SBA/RS

TIAGO MAURÍCIO MOTTA, Escrivão de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício na DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA, com firma reconhecida no **Cartório Cláudia**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao requerimento de **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, registrado sob o nº 08442001124201348, para fins de direito:

**CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal em nome de **OLAVO THADEU CORREA DE LIMA**, sexo masculino, filho(a) de Olynto dos Santos de Lima e Joana Correa de Lima, nascido(a) aos 24/02/1963. Nada mais havendo, firma a presente.

São Borja/RS, 27 de março de 2013.

  
TIAGO MAURÍCIO MOTTA  
Escrivão de Polícia Federal  
1ª Classe - Matrícula nº 10.557  
CART/DPF/SBA/RS

**OBSERVAÇÃO: CERTIDÃO VÁLIDA POR NOVENTA (90) DIAS**  
Expedição gratuita



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10985842013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOÃO\*FELIPE\*MACHADO\*DA\*ROSA**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de JOSÉ BORGES DA ROSA e MARIA LOURDES MACHADO DA ROSA, nascido(a) aos 06/09/1963, natural de SÃO BORJA/RS, Documento de identificação 2060979561 SSP/RS, CPF 446.312.860-91.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:38 de 03/04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 11703842013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **VENSESLAU\*DIAS\*NUNES**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de OTACILIO DORNELLES NUNES e JOANA DIAS NUNES, nascido(a) aos 29/04/1941, natural de SÃO BORJA/RS, Documento de identificação 7068341648 SSP/RS, CPF 262.251.820-04.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:27 de 09/04/2013



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: IBARO SANTOS RODRIGUES  
Inscrição: 022589210400      Zona: 47    Seção: 96  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 05/03/1961    Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: NORMA SANTOS RODRIGUES  
            JOAO ANTONIO RODRIGUES

Em 26 de março de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: IRONITA DOLORES FLORES NUNES  
Inscrição: 023872190450      Zona: 47    Seção: 160  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 17/03/1959    Domiciliada desde: 18/09/1986  
Filiação: NAIR DELLA MEA  
             FLORENTINO FLORES NUNES

Em 3 de abril de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: MARCIELE ANDRADE DOS REIS  
Inscrição: 110289520485      Zona: 47    Seção: 183  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 19/11/1992    Domiciliada desde: 03/05/2012  
Filiação: ELIANE BARRAGANA ANDRADE  
             OSVALDO CARVALHO DOS REIS

Em 26 de março de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: MARILAINE CABELEIRA SANTIAGO  
Inscrição: 067684870442      Zona: 47    Seção: 159  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 11/07/1977    Domiciliada desde: 31/05/1994  
Filiação: MARILENE CABELEIRA SANTIAGO  
              JOAO MARINHO GONSALVES SANTIAGO

Em 15 de abril de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

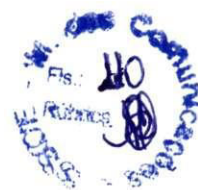
Eleitor: OLAVO THADEU CORREA DE LIMA  
Inscrição: 023892850442      Zona: 47    Seção: 181  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 24/02/1963    Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: JOANA CORREA DE LIMA  
            OLINTO DOS SANTOS DE LIMA

Em 26 de março de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO  
Inscrição: 051935420426      Zona: 47    Seção: 111  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 23/12/1969    Domiciliado desde: 04/08/1988  
Filiação: MARIZA AMARILHO PRESTES  
            CRISTALINO FAGUNDES PRESTES

Em 12 de abril de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: JOAO FELIPE MACHADO DA ROSA  
Inscrição: 051933130469      Zona: 47    Seção: 124  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 06/09/1963    Domiciliado desde: 03/08/1988  
Filiação: MARIA DE LOURDES MACHADO DA ROSA  
             JOSE BORJES DA ROSA

Em 17 de abril de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772

## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: VENCESLAU DIAS NUNES  
Inscrição: 051926400477      Zona: 47    Seção: 119  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 29/04/1941    Domiciliado desde: 19/07/1988  
Filiação: JOANA DIAS NUNES  
             OTACILIO DORNELES NUNES

Em 15 de abril de 2013.

LIZETE LEITZKE VOLZ  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: ARCENIO BACELAR PIMENTEL  
Inscrição: 009351480450 Zona: 47 Seção: 52  
Município: 88633 - SÃO BORJA UF: RS  
Data de nascimento: 30/06/1966 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: JUREMA BACELAR PIMENTEL  
ALBINO CORREA PIMENTEL

Em 15 de abril de 2013.

  
LIZETE LEITZKE VOLZ  
P/ CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772




## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: BELMIRO DA SILVA  
Inscrição: 023889850434      Zona: 47    Seção: 96  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 04/07/1958    Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: ANADIR RODRIGUES DA SILVA  
NAO CONSTA

Em 19 de abril de 2013.

  
MARCELO SOARES DA SILVA  
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL  
47ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BORJA - RS  
RUA GENERAL OSÓRIO N 1906 SALA 02 Telefone 55 3430 3772



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: JOAO ANTONIO RODRIGUES NETO  
Inscrição: 099823410418      Zona: 47    Seção: 159  
Município: 88633 - SÃO BORJA    UF: RS  
Data de nascimento: 10/10/1988    Domiciliado desde: 11/01/2007  
Filiação: LILIOSA RIBAS RODRIGUES  
            CANDIDO SEVERINO SANTOS RODRIGUES

Em 19 de abril de 2013.

  
MARCELO SOARES DA SILVA  
CHEFE DO CARTÓRIO

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição** : 02700690/0001-17  
**Razão Social** : ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL  
**Nome Fantasia** : ACONSUL  
**Endereço** : RUA BOMPLAND 1991 / PARABOI / SAO BORJA / RS / 97670-000



A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/04/2013 a 22/05/2013

**Certificação Número:** 2013042310543472912357

Informação obtida em 23/04/2013, às 10:54:34.

**A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja RS**  
**Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC**



**Demonstrativo provisório de cálculo da parcela de entrada  
para fins de parcelamento de débito previdenciário**

Identificador (CNPJ/CEI) **02.700.690/0001-17** 2 Pessoa Jurídica  
 Empresa / Titular **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul**  
 Modalidade **SIMPLIFICADO** **PGFN**  
 Data da Negociação **22/04/2013**

**ATENÇÃO:** Retornar para protocolar o processo com TODA documentação até o último dia útil do mês da negociação ou até a menor data de expiração do AI/DCGB/NFLD, **O QUE OCORRER PRIMEIRO.**

	Número(s) do(s) Débito(s)	Empresa / Segurados	Tipo Débito / Origem	Dt Expiração	Valor R\$
1	602284791	Empresa	CDF	30/04/13	1.509,94
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
<b>Total atualizado (Parcelável)</b>					<b>1.509,94</b>

**Cálculo da parcela de entrada:**

Nº de parcelas

Valor da parcela de entrada

Prazo solicitado pelo contribuinte:

**3**

**503,31**

**Recolher em GPS**


Se o campo "Identificador" for CEI utilize o Código de pagamento **2208**

OU

Se o campo "Identificador" for CNPJ utilize o Código de pagamento **6106**

Enquanto não houver cadastramento de débito em conta, o contribuinte DEVERÁ emitir as parcelas seguintes. As prestações deverão ser recolhidas com acréscimos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês do pagamento. A Selic acumulada poderá ser obtida no sítio da RFB.

Estou ciente que, após a consolidação do parcelamento o valor da parcela poderá sofrer ajustes.

São Borja, 22 de Abril de 2013   
 Data e Assinatura do responsável Legal

Elaborado por

**1010953-0**

**22-04-2013**

**IRF/São Borja/RS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: IBARO SANTOS RODRIGUES RG: 5011972071 CPF:  
Sexo : Masculino Data Nascimento: 05/03/1961 Idade: 52 anos  
Pai / Mãe: JOAO ANTONIO RODRIGUES / NORMA SANTOS RODRIGUES  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Outros Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: RUA ACURCIO DE SA, 1915 Bairro: PARABOI Município: SAO BORJA  
Alcunhas: NECO

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, tra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 26 de Março de 2013



\_\_\_\_\_  
Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

\_\_\_\_\_  
*Gerri Adriani Mendes*  
Delegado de Polícia  
Mat. 1.416.004-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais



Nome: IRONITA DOLORES FLORES NUNES

RG: 2023448984

CPF:

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 17/03/1959

Idade: 54 anos

Pai / Mãe: FLORENTINO FLORES NUNES / NAIR DELLA MEA

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: JULIO DE CASTILHOS

Endereço: RUA BOMPLAND, 1969

Bairro:

Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
				*****FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



\_\_\_\_\_  
Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

\_\_\_\_\_  
Delegado de Polícia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais



Nome: MARCIELE ANDRADES DOS REIS RG: 4112228749 CPF:  
Sexo: Feminino Data Nascimento: 19/11/1992 Idade: 20 anos  
Pai / Mãe: OSVALDO CARVALHO DOS REIS / ELIANE BARRAGANA ANDRADES  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: RUA GEN MARQUES, 15, CASA Bairro: Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
				FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 26 de Março de 2013



Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

Delegado de Polícia  
Delegado d.  
Matr. 1.413.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: MARILAINE CABELEIRA SANTIAGO

RG: 3063678605

CPF:

Sexo : Feminino

Data Nascimento: 11/07/1977

Idade: 35 anos

Pai / Mãe: JOAO MARINHO GONCALVES SANTIAGO / MARILENE CABELEIRA SANTIAGO

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: SAO BORJA

Endereço: RUA CABO PEDROSO, 01631

Bairro:

Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
--------------	------	-------------	-------------------	---------

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



\_\_\_\_\_  
Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

\_\_\_\_\_  
Delegado de Polícia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: ARCENIO BACELAR PIMENTEL

RG: 2082982279

CPF:

Sexo : Masculino

Data Nascimento: 30/06/1969

Idade: 43 anos

Pai / Mãe: ALBINO CORREA PIMENTEL / JUREMA BACELAR PIMENTEL

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: SAO BORJA

Endereço: RUA VER EURICO BATISTA DA SILVA, 1259 Bairro:

Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
--------------	------	-------------	-------------------	---------

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013

Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

Delegado de Polícia





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: BELMIRIO DA SILVA

RG: 2012783607

CPF: 306.274.600/97

Sexo : Masculino

Data Nascimento: 04/07/1958

Idade: 54 anos

Pai / Mãe: - / ANADIR RODRIGUES DA SILVA

Cor Pele: Branca

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileiro nato

Profissão:

Naturalidade: SAO BORJA

Endereço: JOÃO ANTONIO RODRIGUES, 176, CASA

Bairro:

Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
706143094/1987/152328/A	Inquérito Policial	17/02/1987 DL 2848 07/12/1940 213 ** ****	SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA	

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, é o que consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia il, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

Delegado de Polícia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO RG: 4087841799 CPF: 018.267.580/70  
Sexo : Masculino Data Nascimento: 10/10/1988 Idade: 24 anos  
Pai / Mãe: CANDIDO SEVERINO SANTOS RODRIGUES / LILIOSA RIBAS RODRIGUES  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: RUA BOMPLAND, 1991 Bairro: Município: SAO BORJA

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
147610/2009/983132/B	Termo Circunstanciado	06/08/2009	SAO BORJA BM	06/08/2009
DL 3688 03/10/1941 042 ** III				

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, é o que consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



Escrivão de Polícia

Inês F. Krub de Almeida  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

Delegado de Polícia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO RG: 8057614086 CPF: 585.062.680/87  
Sexo : Masculino Data Nascimento: 23/12/1969 Idade: 43 anos  
Pai / Mãe: CRISTALINO FAGUNDES PRESTES / MARISA AMARICHO PRESTES  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: RUA TAMARINO, 767 Bairro: FLORENCIO A. Município: SAO BORJA

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
1093/2008/152328/B	Termo Circunstanciado	02/10/2008	SAO BORJA - 01 DEL. POLICIA	29/10/2008
DL 3688 03/10/1941 047 ** ****				

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, é o que consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



Escrivão de Polícia

Inês F. Krul de Almeida  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

Delegado de Polícia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: OLAVO THADEU CORREA DE LIMA RG: 7019845465 CPF: 344.856.510/53  
Sexo : Masculino Data Nascimento: 24/02/1963 Idade: 50 anos  
Pai / Mãe: OLYNTO DOS SANTOS DE LIMA / JOANA CORREA DE LIMA  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: RUA GEN MARQUES, 2550 Bairro: Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
--------------	------	-------------	-------------------	---------

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 26 de Março de 2013



\_\_\_\_\_  
Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

\_\_\_\_\_  
Delegado de Polícia

*Gerri Adriani Mendes*  
Delegado de Polícia  
Matr. 1.413.204-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL



Folha de Antecedentes Policiais

Nome: JOÃO FELIPE MACHADO DA ROSA RG: 2060979561 CPF: 446.312.860/91  
Sexo : Masculino Data Nascimento: 06/09/1963 Idade: 49 anos  
Pai / Mãe: JOSÉ BORGES DA ROSA / MARIA LOURDES MACHADO DA ROSA  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: FREI MIGUELINO, 286 Bairro: Município: SAO BORJA

Histórico

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
*****FIM				

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



Escrivão de Polícia

Inês F. Krab de Almeida  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

Delegado de Polícia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
POLÍCIA CIVIL

Folha de Antecedentes Policiais

Nome: VENCESLAU DIAS NUNES RG: 7068341648 CPF: 262.251.820/04  
Sexo : Masculino Data Nascimento: 29/04/1941 Idade: 71 anos  
Pai / Mãe: OTACILIO DORNELLES NUNES / JOANA DIAS NUNES  
Cor Pele: Branca Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro nato  
Profissão: Naturalidade: SAO BORJA  
Endereço: RUA ALVARO BATISTA, 2007, CASA Bairro: Município: SAO BORJA

**Histórico**

Procedimento	Tipo	Instauração	Órgão Responsável	Remessa
--------------	------	-------------	-------------------	---------

\*\*\*\*\*FIM

Nos termos da Port. nro. 160/2006/CHPOL, de 30/10/2006, nada consta até a presente data nos sistemas informatizados da Polícia Civil, contra o nominado. Lavro a presente, dou fé e assino.

SAO BORJA, 10 de Abril de 2013



\_\_\_\_\_  
Escrivão de Polícia

*Inês F. Krub de Almeida*  
Escrivã de Polícia  
Mat. 1.2980900

\_\_\_\_\_  
Delegado de Polícia

## Certidão

eab6ab1800581b992aef68230ccb3f20



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome  
**IBARO SANTOS RODRIGUES**

OU

contra o CPF:  
**341.177.500/97**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 26/03/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 25/03/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 25/03/2013 às 20:00

**Certidão emitida em:** 26/03/2013 às 15:39 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora. A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **eab6ab1800581b992aef68230ccb3f20**



f41b3bdf3d1c30f1b206291787cf9d12



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**IRONITA DOLORES FLORES NUNES**

OU

contra o CPF:

**333.671.830/91**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 03/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 02/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 03/04/2013 às 20:40 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **f41b3bdf3d1c30f1b206291787cf9d12**



## Certidão

5a606899d589566da855c87f30489b8f



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**MARCELE ANDRADES DOS REIS**

OU

contra o CPF:

**030.483.680/00**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 26/03/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 25/03/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 25/03/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 26/03/2013 às 15:37 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora. A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **5a606899d589566da855c87f30489b8f**



## Certidão

20f51b4e03c92600c41992c971562b6c



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

#### CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO**

OU

contra o CPF:

**921.400.840/04**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 03/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 02/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 03/04/2013 às 20:29 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **20f51b4e03c92600c41992c971562b6c**



## Certidão

1ac26b8095b18bcde524abc47db88eb9



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

#### CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**ARCENI BACELAR PIMENTEL**

OU

contra o CPF:

**549.718.880/04**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 03/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 02/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em: 03/04/2013 às 20:34 (hora e data de Brasília)**

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **1ac26b8095b18bcde524abc47db88eb9**



## Certidão

7a798f8dd91cb5e2b2865d77b7edcdac



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

#### CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome  
**BELMIRIO DA SILVA**

OU

contra o CPF:  
**306.274.600/97**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 03/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 02/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 03/04/2013 às 20:41 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **7a798f8dd91cb5e2b2865d77b7edcdac**



## Certidão

2eb7c919d1cb79744987964545a3abc1



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

## CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**JOAO ANTONIO RODRIGUES NETO**

OU

contra o CPF:

**018.267.580/70**

### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 09/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 09/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 06/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 09/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 08/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 08/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 09/04/2013 às 19:39 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **2eb7c919d1cb79744987964545a3abc1**



# Certidão

54dc64c6be0244e3c181c1a4dfacd419



## PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

### CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO**

OU

contra o CPF:

**585.062.680/87**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 03/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 02/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 03/04/2013 às 20:45 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **54dc64c6be0244e3c181c1a4dfacd419**



## Certidão

b07df0cec328515d4335ed7934e2c1f0



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

## CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**OLAVO THADEU CORREA DE LIMA**

OU

contra o CPF:

**344.856.510/53**

### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/03/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 26/03/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 25/03/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 25/03/2013 às 20:00

**Certidão emitida em:** 26/03/2013 às 15:36 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora. A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **b07df0cec328515d4335ed7934e2c1f0**



## Certidão

596bbad9bc3fb19f48f2a663963e4975



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

#### CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**JOAO FELIPE MACHADO DA ROSA**

OU

contra o CPF:

**446.312.860/91**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 03/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 02/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em: 03/04/2013 às 20:43 (hora e data de Brasília)**

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **596bbad9bc3fb19f48f2a663963e4975**



## Certidão

69e32af9d17e4a0b644152086039b59e



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

## CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS JUDICIAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos da Justiça Federal da 4ª Região a partir dos dados constantes nos sistemas processuais. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculadas: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do nome com o CPF.

Nestes termos, certificamos que

contra o nome

**VENSESLAU DIAS NUNES**

OU

contra o CPF:

**262.251.820/04**

### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de EXECUÇÕES CRIMINAIS mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 09/04/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 09/04/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 06/04/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 09/04/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 08/04/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 08/04/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 09/04/2013 às 19:38 (hora e data de Brasília)

A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva da autoridade recebedora.

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet deverá ser verificada pela autoridade recebedora competente, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **69e32af9d17e4a0b644152086039b59e**





Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Ibaro Santos Rodrigues \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 5011972071/RS, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 05/03/1961, \*\*\*\*\*  
em São Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Norma Santos Rodrigues, \*\*\*\*\*  
João Antonio Rodrigues \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 26 de março de 2013, às 15h32min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                 0,1500 URC

Juiz de Direito da Comarca de São Borja, RS  
Carlos Alexandre  
Matrícula 14404865

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 26/03/2013 às 15h32min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Ironita Dolores Flores Nunes \*\*\*\*\*  
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 2023448984/RS, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 17/03/1959, \*\*\*\*\*  
em Julio de Castilhos Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Nair Della Mea, \*\*\*\*\*  
Florentino Flores Nunes \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 03 de abril de 2013, às 16h57min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                  0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matrícula: 12484732

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 03/04/2013 às 16h57min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Marcielle Andrades dos Reis \*\*\*\*\*  
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 4112228749/RS, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 19/11/1992, \*\*\*\*\*  
em São Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Eliane Barragana Andrades, \*\*\*\*\*  
Osvaldo Carvalho dos Reis \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 26 de março de 2013, às 15h32min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)  
0,1500 URC

  
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul  
Comarca de São Borja  
Mandado 14402868

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 26/03/2013 às 15h32min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Marilaine Cabeleira Santiago \*\*\*\*\*  
sexo feminino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 3063678605/RS, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 11/07/1977, \*\*\*\*\*  
em Sao Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Marilene Cabeleira Santiago, \*\*\*\*\*  
Joao Marinho Goncalves Santiago \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 03 de abril de 2013, às 17h02min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                    0,1500 URC

*Sueli Savian*  
Oficiala Escrevente  
Matrícula: 12484130

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 03/04/2013 às 17h02min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatei nada haver contra:

Arcenio Bacelar Pimentel \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 2082982279/RS, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 30/06/1969, \*\*\*\*\*  
em Sao Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Jurema Bacelar Pimentel, \*\*\*\*\*  
Albino Correa Pimentel \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 03 de abril de 2013, às 17h02min

CUSTAS: R\$ 3,80 (NIHIL)  
0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matrícula: 12481732

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 03/04/2013 às 17h02min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Belmirio da Silva \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, \*\*\*\*\*  
RG 2012783607/RS, CPF 30627460097, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 04/07/1958, \*\*\*\*\*  
em São Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Anadir Rodrigues da Silva, \*\*\*\*\*  
- \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 03 de abril de 2013, às 16h58min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                     0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matrícula: 124810/20

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 03/04/2013 às 16h58min.



Comarca de São Borja



C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

João Antonio Rodrigues Neto \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 4087841799/RS, CPF 1826758070, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 10/10/1988, \*\*\*\*\*  
em Sao Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Liliosa Ribas Rodrigues, \*\*\*\*\*  
Candido Severino Santos Rodrigues \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 10 de abril de 2013, às 11h05min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                     0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matrícula 12484132

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 10/04/2013 às 11h05min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Cristalino Fagundes Prestes Filho \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 8057614086/RS, CPF 58506268087, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 23/12/1969, \*\*\*\*\*  
em São Borja RS, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Marisa Amaricho Prestes, \*\*\*\*\*  
Cristalino Fagundes Prestes \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 03 de abril de 2013, às 17h04min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                  0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matrícula: 12484732

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 03/04/2013 às 17h04min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

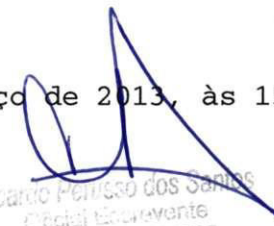
Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatee nada haver contra:

Olavo Thadeu Correa de Lima \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, solteiro, \*\*\*\*\*  
RG 7019845465/RS, CPF 34485651053, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 24/02/1963, \*\*\*\*\*  
em São Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Joana Correa de Lima, \*\*\*\*\*  
Olynto dos Santos de Lima \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 26 de março de 2013, às 15h31min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                     0,1500 URC

  
Ricardo Penoso dos Santos  
Odeia Escrivente  
Matrícula 14404868

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 26/03/2013 às 15h31min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatei nada haver contra:

João Felipe Machado da Rosa \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, \*\*\*\*\*  
RG 2060979561/RS, CPF 44631286091, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 06/09/1963, \*\*\*\*\*  
em São Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Maria Lourdes Machado da Rosa, \*\*\*\*\*  
José Borges da Rosa \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 03 de abril de 2013, às 16h59min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                     0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matrícula: 124845/20

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 03/04/2013 às 16h59min.



Comarca de São Borja



## C E R T I D ã O      N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados estadual, relativo aos registros de condenação criminal, constatei nada haver contra:

Venceslau Dias Nunes \*\*\*\*\*  
sexo masculino, vivo, cor branca, casado, \*\*\*\*\*  
RG 7068341648/RS, CPF 26225182004, brasileiro nato, \*\*\*\*\*  
nascido em 29/04/1941, \*\*\*\*\*  
em São Borja Rs, RS - Brasil, \*\*\*\*\*  
filho de \*\*\*\*\*  
Joana Dias Nunes, \*\*\*\*\*  
Otacilio Dornelles Nunes \*\*\*\*\*

Dou fé.

São Borja, 10 de abril de 2013, às 11h04min

CUSTAS: R\$      3,80 (NIHIL)  
                 0,1500 URC

Sueli Savian  
Oficiala Escrevente  
Matricula: 124841 J2

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos de todas as Comarcas do Estado até 10/04/2013 às 11h04min.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.700.690/0001-17</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/07/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACONSUL</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R BOMPLAND</b>	NÚMERO <b>1991</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>97.670-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PARABOI</b>	MUNICÍPIO <b>SAO BORJA</b>	UF <b>RS</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **11/04/2013** às **15:09:16** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL**  
**CNPJ: 02.700.690/0001-17**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços < <http://www.receita.fazenda.gov.br> > ou < <http://www.pgfn.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 14:52:39 do dia 22/04/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/10/2013.

Código de controle da certidão: **3A8F.532D.69E6.CD5A**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Fazenda**  
**Receita Estadual**



**Certidão de Situação Fiscal Nº 05818702**

**Identificação do titular da certidão**

**CNPJ: 02700690/0001-17**

Certificamos que, aos **26** dias do mês de **março** do ano de **2013**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima identificado enquadra-se na seguinte situação:

**Certidão negativa**

**Descrição dos Débitos/Pendências:**

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar, em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da inexistência, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa n.º 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 24/05/2013.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n.º 45/98, Título IV, Capítulo V.

**Autenticação: 13803646**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <http://www.sefaz.rs.gov.br>.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda



## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO	DATA EMISSÃO	DATA VALIDADE
1793	26/03/2013	24/06/2013

### NOME / RAZÃO SOCIAL

ASSOC.CULTURAL UNIAO COM.ZONA SUL - CNPJ 02.700.690/0001-17

### AVISO

SEM DÉBITOS PENDENTES ATÉ A PRESENTE DATA

### COMPROVAÇÃO JUNTO À

### FINALIDADE

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS A(S) INSCRIÇÃO (ÕES) ABAIXO CARACTERIZADA(S).

INSCRIÇÃO / ATIVIDADE	ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO	NÚMERO	BLOCO / APTO
22439	Rua - VER EURICO BATISTA DA SILVA	367	/
25480010 [SERVICOS DE RADIO]	Rua - VER EURICO BATISTA DA SILVA	367	/

### CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

**DCA1E53FZRKS7052**

Esta certidão pode ser validada por meio do site da Prefeitura Municipal de São Borja no endereço:

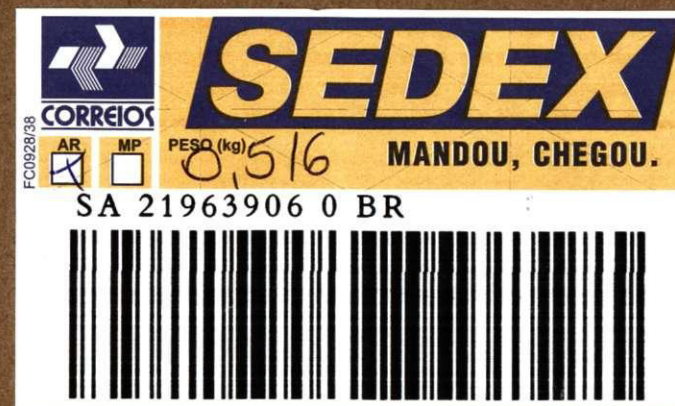
<http://www.saoborja.rs.gov.br>

Rua Aparicio Mariense, 2751 - Bairro Centro  
São Borja - RS CEP 97.670-000 - Tel 5534314455 - Fax 5534314455

A.R.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, bloco R,  
d. Anexo Ala Oeste, sala 300  
0044-900. BRASÍLIA - DF





Ministerios, bloco R,  
d. Anexo Ala Oeste, sala 300  
0044-900. BR25114-DF



**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

SECEM das Comunicações  
Fls. 157  
Rubrica: 

**Identificação do Processo**

Número: 53000.058104/2011 Localidade / UF: SÃO BORJA/RS  
Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
IBARO SANTOS RODRIGUES	341.177.500-97	Presidente	21/12/2012 21/12/2014	
BELMIRO SILVA	306.274.600-97	2º Tesoureiro	21/12/2012 21/12/2014	
OLAVO THADEU CORRÊA DE LIMA	344.856.510-53	Diretor Cultural de Comunicação Social	21/12/2012 21/12/2014	
MARILAINE CABELEIRA SANTIAGO	921.400.840-04	2º Secretário	21/12/2012 21/12/2014	
ARCENIO BACELAR PIMENTEL	549.718.880-04	1º Tesoureiro	21/12/2012 21/12/2014	
CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO	585.062.680-87	Vice-Diretor de Operações	21/12/2012 21/12/2014	
JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES NETO	018.267.580-70	Diretor de Operações	21/12/2012 21/12/2014	
VENCESLAU DIAS NUNES	262.251.820-04	Diretor de Patrimônio	21/12/2012 21/12/2014	
MARCIELE ANDRADES DOS REIS	030.483.680-00	Secretário Geral	21/12/2012 21/12/2014	
JOÃO FELIPE MACHADO DA ROSA	446.312.860-91	Vice-Diretor Cultural de Comunicação Social	21/12/2012 21/12/2014	
IRONITA DOLORES FLORES NUNES	333.671.830-91	Vice-Presidente	21/12/2012 21/12/2014	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

Mapa da documentação encaminhada pela entidade, exigida para a Renovação:

- a) Estatuto Social - fls. 52/64;
- b) Ata de Eleição da Diretoria (fl. 65/67) - MANDATO ATÉ 21/12/2014;
- c) Documentos dos dirigentes - fls. 68/78;
- d) CNPJ - fl. 13;
- e) Certidão Negativa da Anatel - fl. 46;
- f) declaração de conformidade - fl. 05;
- g) relatório do Conselho Comunitário, sobre a programação da emissora - fls. 11 (não contem a grade de programação).

Foram constatadas as seguintes pendências:

- a) o relatório do Conselho Comunitário, sobre a programação da emissora não contém a grade de programação.

É o Relatório.

  
RADCOM



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 1983 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de março de 2014.

Ao Senhor

**IBARO SANTOS RODRIGUES**

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL

Rua Eurico Batista, 867

97.670-000 / São Borja - RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.058104/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058104/2011**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja / RS**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1255/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1255/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53790.001429/1998.  
Processo de Renovação nº 53000.058104/2011.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja / RS**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, transcrito abaixo, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

*"21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária."*

---

**CONCLUSÃO**

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

53000.058104/2011/CGRC

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**NATÁLIA FROEMMING**  
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1255/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de março de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações (SATP-MC)

Radium



REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

☒ Vista ( ) Cópia integral ( ) Cópia fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Certidão ( ) Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar: \_\_\_\_\_

Processo nº 53000.058104/2011 Ex Ren o

Tipo de Processo: ( ) Outorga ☒ Pós-Outorga ( ) Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: ( ) Rádio Comunitária ( ) Rádio/TV Educativa ( ) Rádio/TV Comercial ( ) RTV ( ) SARC

Entidade: Associação cultural União Comunitária  
Zona sul - ACONSUL

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Interessado(a): RICARDO DA SILVA TELÓ

CPF/MF: 959.699.18-91 RG nº 9036903442 Fone: (d) 3215 5526

E-mail: RICATELO@GMAIL.COM Endereço: CAMARA DOS DEPUTADOS

CEP: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

☒ Procurador ( ) Advogado ( ) Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

19/05/2014 Brasília  
Município/dia/mês/ano

[Assinatura]  
Assinatura



1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA **TRASLADO**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ATO Nº 35.688/14.->PROCURAÇÃO PÚBLICA** que faz IBARO SANTOS RODRIGUES, na forma abaixo declarada. **SAIBAM** todos os que este público instrumento virem que aos dezesseis (16) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quatorze (2014), nesta cidade e Comarca de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, neste Primeiro Tabelionato de Notas, compareceu como Outorgante, **IBARO SANTOS RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, maior, radialista, portador da carteira de identidade número 5011972071, expedida pela SSP/RS em 04/11/1981, inscrito no CPF sob número 341.177.500-97, nascido em 05 de março de 1961, filho de João Antonio Rodrigues e de Norma Santos Rodrigues, residente e domiciliado na Rua Acursio de Sá número 1.915, Bairro Florêncio Aquino Guimarães, nesta cidade; identificado documentalmente por mim, **CLAUDIO PEREIRA CAMARGO**, Tabelião Substituto, e de cuja identidade e capacidade para o ato dou fé. Pelo Outorgante foi-me dito que, na qualidade de Presidente da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, nomeia e constitui seu procurador, **RICARDO DA SILVA TELO**, brasileiro, solteiro, maior, secretário parlamentar, portador da carteira de identidade número 9036903442, expedida pela SJS/RS em 21/09/2006, inscrito no CPF sob número 959.699.180-91, nascido em 14 de outubro de 1980, filho de Aristides Telo e de Maria Isabel da Silva Telo, residente e domiciliado em Brasília/DF; para o fim especial de representá-lo perante o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, situado em Brasília/DF, podendo praticar todos os atos pertinentes e de interesse da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL, encaminhar, acompanhar, fiscalizar e encerrar procedimentos administrativos, apresentar, entregar e retirar documentos, prestar informações, fazer declarações e esclarecimentos, dar respostas, preencher formalidades; assinar guias e requerimentos, declarações, termos de compromissos e demais papéis que se fizerem necessários; enfim praticar todo e qualquer ato que se torne necessário ao fiel cumprimento do presente mandato e substabelecer. Assim o disse do que dou fé, e pediu-me que elaborasse este instrumento, o qual lhe sendo lido, achou conforme, aceitou, ratifica e assina comigo, **CLAUDIO PEREIRA CAMARGO**, Tabelião Substituto, que a lavrei, conferi e subscrevo em público e raso. Dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
SÃO BORJA, 16 DE MAIO DE 2014

IBARO SANTOS RODRIGUES

CLAUDIO PEREIRA CAMARGO

Tabelião Substituto

Emol.: Procuração: R\$ 32,00 (0582.03.0900003.06904 = R\$ 0,55)

B1/0049370

1001-64752-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
RICARDO DA SILVA TELO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
9036903442 SJS RS

CPF  
959.699.180-91

DATA NASCIMENTO  
14/10/1980

FILIAÇÃO  
ARISTIDES TELO  
MARIA ISABEL DA SILVA  
TELO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
02034310479

VALIDADE  
03/10/2016

1ª HABILITAÇÃO  
26/10/2001

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO  
10/10/2011

ASSINATURA DO EMISSOR

90308006556  
DF726399434

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

VÁLIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
497218563

PROIBIDO PLASTIFICAR  
497218563





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.058104/2011-31**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 14 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 14/07/2014, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0039887** e o código CRC **783DA9AF**.



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 23 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 23/07/2014, às 15:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0052572** e o código CRC **71DEB6A2**.

53900.004559/2014 - 35

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA ZONA SUL**

São Borja, 30 de maio de 2014.

Exmo. Sr.  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações  
Brasília- DF

Excelentíssimo Senhor,

Na oportunidade que cumprimentamos Vossa Excelência estamos enviando a esse Ministério relatório e grade de programação conforme o que preceitua o estatuto da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul e de acordo com a Lei nº 9.612 de 1998. Atendendo solicitação de nota técnica nº 1255/2014/CGRC/SCE-MC no Processo de Outorga nº 53790.001429/1998 e Processo de Renovação nº 53000.058104/2011.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,



Enio Oliveira Maidana  
Presidente do Conselho Comunitário  
Fiscal

17.06.2014


## ACONSUL- Relatório

O Conselho Comunitário Fiscal da ACONSUL em conformidade com o Art. – 21º - Parágrafo 4º do Estatuto da Entidade e considerando os objetivos da Lei nº 9.612, de 1998 e atendendo ofício do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, avalia como positiva a atuação da Rádio Comunitária Butuí Fm cumprindo seus fiéis objetivos que visam servir a comunidade atingida em parte do município de São Borja no Estado do Rio Grande do Sul. Podemos exemplificar as atividades até aqui desenvolvidas pela Associação e pela Emissora que após suas fundações em uma cidade com mais de 300 anos, em torno de 70 mil habitantes somente era servida por duas emissoras de rádios do mesmo grupo e que deixavam de cumprir com o que determina o Ministério das Comunicações com relação a diversos acontecimentos e fatos locais.

A ACONSUL e RÁDIO BUTUÍ FM sempre estiveram ao lado da comunidade com a participação direta e efetiva de moradores da comunidade atingida. Diversas campanhas foram realizadas em vários segmentos sempre objetivando o bem comum dos cidadãos contribuindo diretamente para o conhecimento e propagação de elementos culturais, além de intercâmbios de comunidades organizadas. As opiniões sempre foram respeitadas e de maneiras plurais quer no campo político, religioso, esportivo e etc. Informamos também que a Emissora tem um canal direto e aberto com a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA – Campus São Borja, onde acadêmicos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda realizam diversas atividades, como Atividades Complementares de Graduação (ACGs) valendo-se da estrutura da RADCOM (Butuí FM) e que tem contribuído e muito para as suas formações profissionais e desta forma a Entidade está auxiliando na formação dos mesmos. Disponibiliza de espaços e horários para que acadêmicos da Universidade realizem suas atividades como produção nas áreas jornalística e de publicidade. A Entidade também tem participação na formação de profissionais que iniciam suas atividades na rádio Butuí e depois atuam em outras emissoras da cidade e outras localidades aperfeiçoando os seus conhecimentos no meio de veículos de comunicação e firmando-se na atividade profissional. A sua direção também mantém em escolas da rede municipal e estadual local o Projeto Radio Escola (oportunizando a crianças estudantes o gosto pela comunicação).

Por estes motivos e por cumprir fielmente o que determina a lei das rádios comunitárias esse Conselho avalia como positiva a atuação da ACONSUL e RÁDIO BUTUÍ FM.



  
ENIO OLIVEIRA MAIDANA  
PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL

São Borja, 30 de Maio de 2014.

A grade de programação conforme item 21.4.1 da Norma nº 01/2011 está em anexo.

**1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**  
 Tabeliã: Bel. Claudia Perusso dos Santos

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de EWID OLIVEIRA MATIDANA.  
 indicada com a sela deste Cartão. Cód. de. 0582.01.1400001.0047  
 São Borja, 10 de junho de 2019.  
 Escrevente Autorizada: Suelen Machado dos Santos  
 Empl: R\$ 3.40 + Selo digital: R\$ 0.30

Rua General Osório, nº 2089 - Centro - São Borja/RS - CEP 97670-000  
 Fones: (55) 3431-4303 / (55) 3431-1680 / (55) 9631-1707



Suelen Machado dos Santos  
 Escrevente Autorizada

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
 Rua General Osório, 2089  
 São Borja (RS)  
 Claudia Perusso dos Santos  
 Tabeliã de Notas

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA**  
**ZONA SUL**

**Rádio Butuí Fm**

**Programação:**

**Segunda á Sexta-feira:**

06:00 h – Abertura;  
06:05 h – Aqui Começa o Rio Grande ( músicas regionalistas, previsão do tempo e utilidade pública);  
07:00 h – Butuí Informa (programa jornalístico, destaque para a previsão do tempo, comentários e opiniões sempre enfocando temas locais );  
07:45 h – Oração do Trabalhador (programa religioso da Igreja Nova Vida);  
08:00 h – Show da Manhã (músicas , informações , entretenimento, participação do ouvinte , dicas de onde comprar bem para a dona de casa e noticias locais);  
11:30 h – Programa da Igreja Ministério Rede ( programa evangélico);  
12:00 h – Programa Palavras Amigas (programa da Igreja do Evangelho Quadrangular);  
12:30 h – Programa da Igreja Nova Vida (programa Evangélico );  
13:00 h – Debates (jornalismo e esporte);  
14:00 h – Programa Conexão (músicas , informações e interatividade com o ouvinte);  
17:00 h – Na boca da Noite (destaque para músicas regionais)  
19:00 h – A Voz do Brasil  
20:00 h – Espaço Comunitário (programas evangélicos e de associações de moradores);  
21:00 h – Programa do Amarelo (Programa direcionado a juventude – músicas , dicas orientação e participação do jovem)  
24:00 h – Musical Noturno (músicas e informações )  
02:00 h – Encerramento.

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA**  
**ZONA SUL**

**Rádio Butuí Fm**

**Programação:**

**Sábado:**

06:00 h – Abertura;  
06:05 h – Aqui Começa o Rio Grande ( musicas regionalistas, previsão do tempo e utilidade pública);  
07:00 h – Butuí Musical (programa musical );  
10:00 h - Canto Missioneiro(programa de arte nativa);  
12:00 h – “ Brikão” da Butuí (programa de interatividade com o ouvinte de compra e venda);  
14:00 h – Programa musical (musicas , informações e interatividade com o ouvinte);  
17:00 h - Programa Regionalista Força Jovem Tradicionalista  
19:00 h - Musical Noturno (musicas e informações );  
02:00 h – Encerramento.

**Domingo:**

06:00 h – Abertura ;  
06:05 h – Programa Regionalista (programa musical );  
08:00 h – Rancho do Adalberto (programa musical com a participação do ouvinte);  
12:00 h – Rola Bandas (programa musical );  
18:00 h – O Exército e a Comunidade (programa do regimento militar);  
19:00 h – Musical da butuí (programa musical)  
02:00 h – Encerramento.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão – Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 – SERVIÇO

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – RadCom

2 – REGISTRO FISTEL

USO EXCLUSIVO DA ANATEL

3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

02.700.690/0001-17

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

BUTUI FM

4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

LOGRADOURO

RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 367

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

SÃO BORJA

UF

RS

CEP

97670-000

FONE

(0xx55) 431.3025

FAX

(0xx55) 431.1008

MAIL

---

5 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR, SISTEMA IRRADIANTE E ESTÚDIO

LOGRADOURO

RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 367

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

SÃO BORJA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

28° 39' 50" S

56° 00' 15" W

6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

MODELO

TEC 113

POTÊNCIA

25,0

Watts

CERTIFICAÇÃO

038400-XXX0345

7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MAXWELL MAY COMUNICAÇÕES LTDA

MODELO

MMFMVT01

GANHO max(Gt)

0(zero)

dB

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

29

m

ALTURA DA TORRE

30

m

ALTITUDE DO LOCAL

100

m

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

KMP – Cabos Especiais e Sistemas Ltda

MODELO

RGC – 213 U

COMPRIMENTO (L)

40

metros

ATENUAÇÃO EM 100m (AL)

4,6

dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1,84

dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (E<sub>F</sub>)

0,655

- (PL)  
10

Perdas na Linha (PL) =  $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da Linha (E<sub>F</sub>) = 10

FormRadCom\_InformTec

FLITRADFSB1

**MEMORIAL DE CÁLCULO PARA OBTENÇÃO DOS PARÂMETROS TÉCNICOS:****1º) LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA:**

Apresentamos as coordenadas geográficas da estação transmissora, LAT S 28° 39' 50'' e LONG W 56° 00' 15''.

**2º) FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM:**

Frequência: 87,9 MHz.

**3º) VALOR QUE SERÁ DECLARADO PARA ESTE TIPO DE SERVIÇO:****a) Serviço de Radiodifusão Comunitária – RadCom.**

**a.1) Frequência(f): MHz**

- 10 à 400 MHz

**Intensidade de campo E(V/m):**

28 V/m

\* Conforme tabela 7 pag. 36, do Guia das Diretrizes da ICNIRP.

**a.2) Relacionada com a potência da emissora e sistema irradiante:**

- Densidade de potência de onda plana equivalente:

$$S_{eq}(W/m^2) = 2 W/m^2$$

$$E_{máx} = 28 V/m$$

$$E_{máx} = 28,0 V/m$$

$$S_{máx} = 2,00 W/m^2$$

- Raio mínimo para densidade de potência de máxima radiação:

$$S = P/A$$

P: Potência irradiada, Watts.

$$A: 4\pi r^2.$$

$$r_{min} = \sqrt{(P/4\pi S_{máx})}$$

$$r_{min} = \sqrt{\frac{16,37}{4\pi 2,00}} = 0,81 \text{ metros}$$

**$r_{min} = 0,81$  metros, do sistema irradiante(raio mínimo de proteção).**

**a.3) Detalhamento do cálculo da EIRP(Potência Efetiva Irradiada):**

$$EIRP = P_{set} - L_{feeder} - L_{con} + G_{antena}$$

$$EIRP = 13,98 - 1,84 - 0 + 0$$

$$EIRP = 12,14 \text{ dBW}$$

$$EIRP = 16,37 \text{ Watts}$$

Onde:

$P_{set}$ : Potência na saída do equipamento(dBW).

$L_{feeder}$ : Perda no cabo RGC 213/U(dB).

$L_{con}$ : Perdas nos conectores(dB).

$G_{antena}$ : Ganho da antena em (dBd).

**4º) CONCLUSÃO:**

Com raio mínimo de  $r_{min} = 0,81$  metros do sistema irradiante, intensidade de campo máximo  $E = 28,0 \text{ V/m}$ , densidade de máxima potência de radiação  $S_{max} = 2,00 \text{ W/m}^2$ , então, concluimos pela viabilidade técnica da instalação proposta, pois não excedem aos valores previstos pela ICNIRP.

Atenciosamente,



Cláudio Lorini

Registrado no CREA/RS: 51.369-D

Data: 01/07/02

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que, de acordo com o projeto técnico por mim elaborado, as emissões provenientes da estação transmissora da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, executante do Serviço de **Rádiodifusão Comunitária – RadCom** cuja instalação está proposta para a localidade de **São Borja/RS**, coordenadas geográficas: 28° 39' 50" S; 56° 00' 15" W, utilizando a frequência de **87,9 MHz** e **altura física** do sistema irradiante de **29 metros** do solo, não excedem ao valor de intensidade de Campo (E) de **28,0 V/m**, com densidade de potência de irradiação equivalente ( $S_{(máx.)}$ ) de **2,0 W/m<sup>2</sup>** e **raio mínimo** para densidade de potência de máxima radiação de **0,81 metros** de distância do sistema irradiante, nem aos valores estabelecidos na publicação "Guidelines for Limiting Exposure to Time-Varying Electric Magnetic and Eletromagnetic Fields(até 300 GHz)", da Comissão Internacional para Proteção contra Radiações Não Ionizantes – ICNIRP.

Porto Alegre, 01 de julho de 2002.



Cláudio Lorini  
Nº. de registro no CREA/RS: 51.369-D

## LAUDO TECNICO

REFERE-SE O PRESENTE LEVANTAMENTO PLANIMETRICO, A LOCALIZAÇÃO (**LATITUDE E LONGITUDE**) DE UM TERRENO PERTENCENTE À QUADRA DE NUMERO 195, (Mapa Municipal de 1995) DA CIDADE DE SÃO BORJA, R/S, POSICIONADO NA PARTE LESTE DA RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, POSSUINDO NO SEU INTERIOR UMA CASA DE ALVENARIA QUE POSSUIA COMO NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO O NUMERO 337, HOJE 367.

**LATITUDE 28 39 50.56577 SUL**  
**LONGITUDE 56 00 15.77983 OESTE**

### **INSTRUMENTO UTILIZADO**

GPS (FASE DA PORTADORA)

### **INTERVALO ESTÁTICO**

900 SEGUNDOS

  
CHARLES KIRINUS - CREA - 85861  
RESPONSÁVEL TÉCNICO

## 5. MEDIÇÕES

### 5.1 Frequência:

- a) Nominal; 87900000 Hz
- b) medida em ambiente normal; 87900340 Hz
- c) variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente; +, - 30 Hz

### 5.2 Resposta de audiofrequência, com Pré-ênfase de 75us:

Frequência (Hz)	100 % de Modulação	50 % de Modulação	25 % de Modulação
50	-3,4	-3,4	-3,5
100	-1,2	-1,0	-1,1
200	-0,6	-0,6	-0,5
400	-0,6	-0,6	-0,5
600	-0,4	-0,4	-0,4
1000	0	0	0
2000	1,6	1,6	2,0
4000	5,4	5,5	5,5
6000	8,4	8,1	8,4
8000	10,2	10,4	10,6
10.000	12,3	12,1	10,6
14.800	15,2	15,2	15,3
14.900	15,2	15,2	15,6

**5.3 Distorção harmônica de áudio com Pré-ênfase de 75us:**

Frequência (Hz)	100 % de Modulação	50 % de Modulação	25 % de Modulação
50	0,12	0,10	0,19
100	0,12	0,10	0,18
200	0,11	0,10	0,19
400	0,11	0,10	0,21
600	0,11	0,10	0,23
1000	0,12	0,12	0,23
2000	0,13	0,14	0,23
4000	0,21	0,14	0,23
6000	0,15	0,15	0,23
8000	0,17	0,17	0,24
10.000	0,05	0,09	0,22
15.000	0,05	0,10	0,21

**5.4 Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100 % de modulação, com 400 Hz: menor que 55 dB psofométrico**

**5.5 Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100 % de modulação em amplitude: menor que 60 dB psofométrico**

**5.6 Atenuação de harmônicos e espúrios:**

Potência	Frequência		
	120 a 240 kHz	240 kHz a 600 kHz	Maior que 600 kHz
25 W	< - 50 dB	< - 55 dB	< - 60 dB
8 W	< - 51 dB	< - 56 dB	< - 60 dB



# MONTEL Sistemas de Comunicação Ltda.

R. Angelo Gianini, 98 - São Paulo - SP - 04775.130 - www.montel.com.br

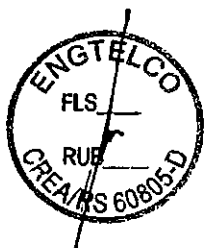
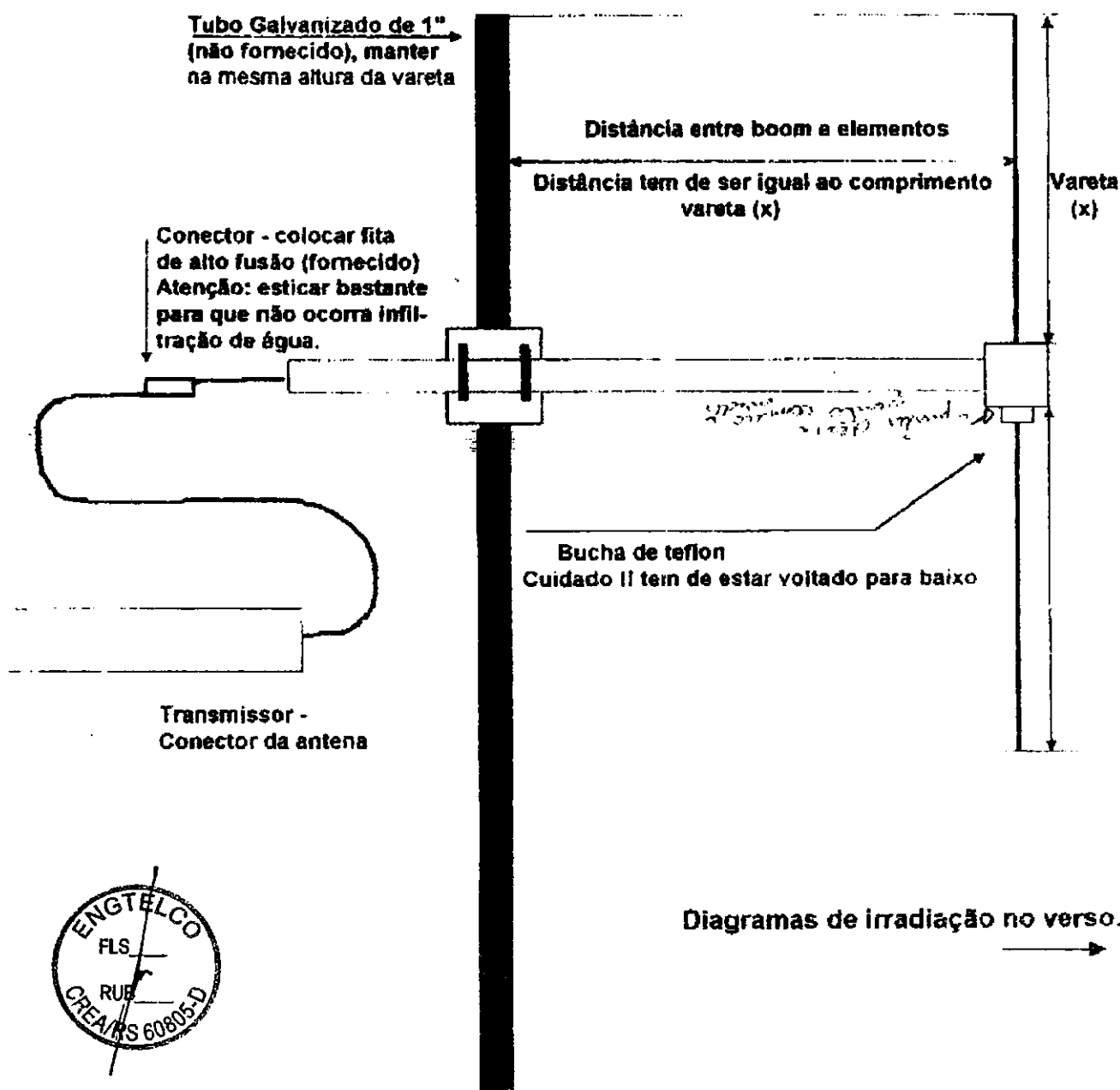
PABX 011.523.2733 - C.G.C. 59.483.115/0001-27 - I.E. 113.946.567.118

## ANTENA OMINIDIRECIONAL DIPOLO 1 ELEMENTO

### MTDIP 100/1

#### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- |                                     |                                  |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| - Faixa de Frequência: 80 à 110 Mhz | - Impedância: 50 ohms nominal    |
| - Potência Máxima: 500 Watts        | - VSWR: Melhor que 1.5:1         |
| - Ganho de Potência: 0 dBd          | - Largura de banda: +/- 500 KHz  |
| - Polarização: Vertical             | - Peso médio: 2 Kgs              |
| - Terminação: Conector UHF fêmea    | - Comprimento Máximo: 0,9 metros |



## **6. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

Fabricante: MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA

Modelo: MTFM98

Nº de Série: 2106

Ano de Fabricação: 2006

Potência Nominal: 25 WATTS

Potência de Operação: 25 WATTS

Frequência de Ensaio: 87,9 MHz

Código de Homologação: 0916-06-0312

Desvio de Frequência para 100 % de modulação: 75 %

Tipo de Emissão Monofônica: 180KF3EGN

Tipo de Emissão Estereofônica: 256KF8EHF

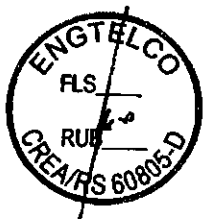
Consumo Máximo: 100 W

### **6.1 Medidores do estágio final de RF:**

- a) de potência direta; 25 Watts
- b) de potência refletida; 0,1 Watts
- c) de tensão contínua de coletor: 27,2Volts
- d) de corrente contínua de coletor: 2,0 Ampéres

### **6.2 Existência de tomadas de amostras de RF, para:**

- a) modulação; não
- b) frequência; não



## 7. DECLARAÇÕES

### 7.1 Declaração do profissional habilitado:

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de..... folhas, todas numeradas e rubricadas, com a rubrica.....de que faço uso".

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

Nº. de Registro CREA: 60.805 D

### 7.2 Parecer Conclusivo:

"Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, **DECLARO** que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável".

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

Nº. de Registro CREA: 060805D



**7.3 Declaração do interessado:**

“Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, DECLARO que o Sr. Breno Banda Júnior esteve no endereço a Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367, Bairro Centro, São Borja, RS, Cep 97670-000, no dia 11 de janeiro de 2012, ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA, modelo MTFM98, série número 2106, Certificado de Homologação nº. 0916-06-0312, com potência nominal de 25,00 Watts” .

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

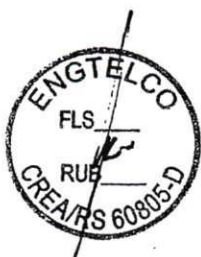
Assinatura:



Nome: Ibaro Santos Rodrigues

CPF: 341.177.500-97

Cargo que exerce na entidade: Representante Legal



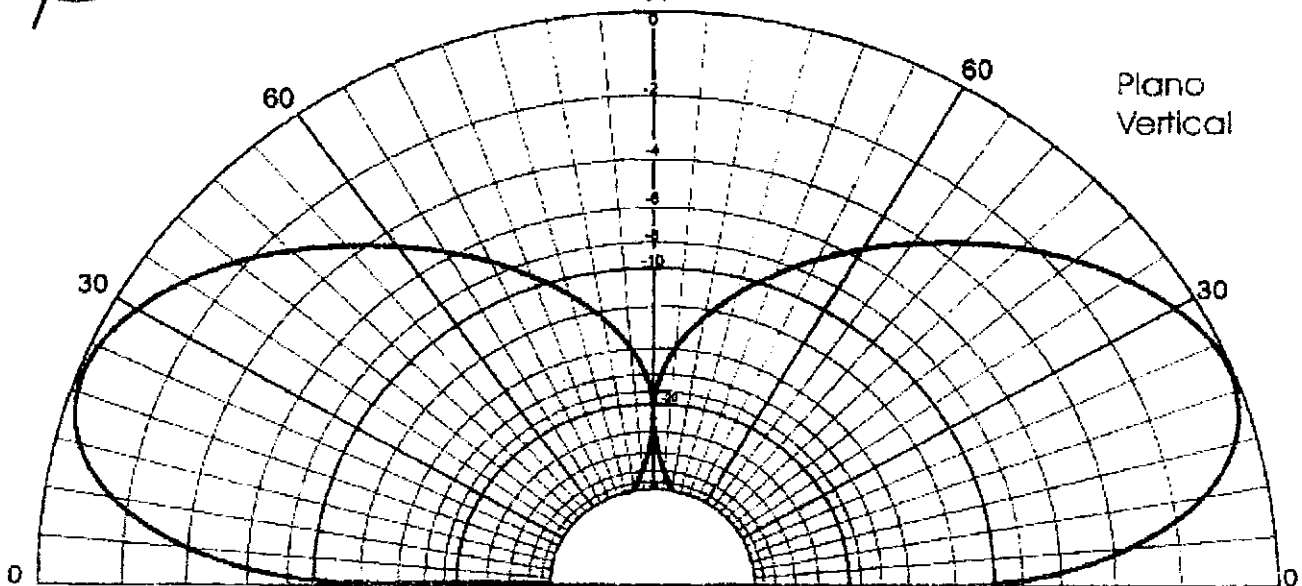
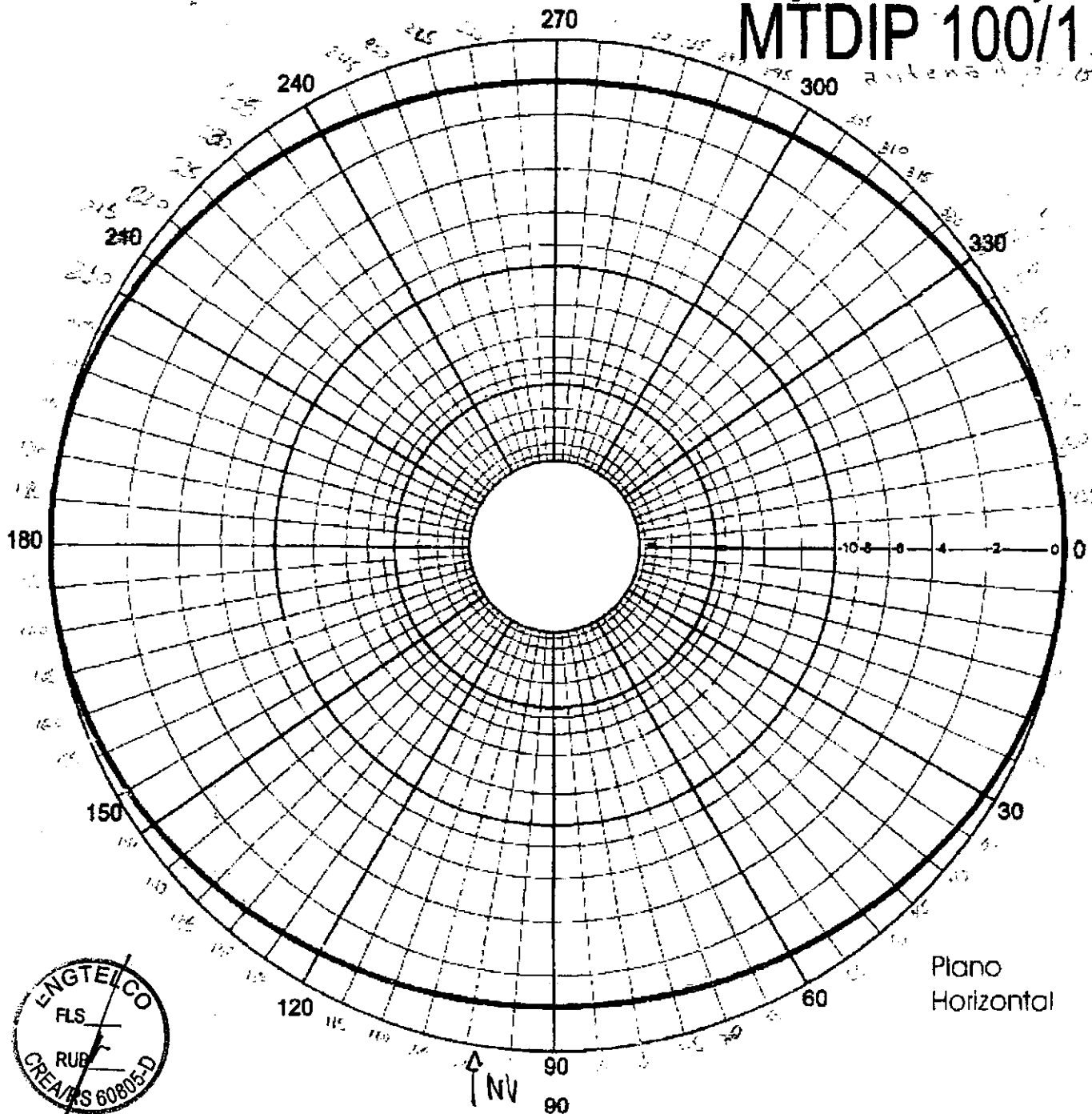
#### 7.4 Anotação de responsabilidade Técnica - ART

Em anexo.

#### 8. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Ítem	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	<i>Wattmeter</i>	BIRD	43	273071	+,- 5 % <i>of full scale</i>
06	<i>Plug-in elements</i>	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-

# Diagrama de irradiação MTDIP 100/1



## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

#### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

CNPJ

02.700.690/0001-17

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

RÁDIO BUTUI FM

Portaria de Autorização nº 248 de 21/06/2000

Publicada no D.O.U de 21 de junho de 2000.

Decreto Legislativo nº 400 de 08/10/2001

Publicado no D.O.U de 08 de outubro de 2001.

#### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

SÃO BORJA

UF

RS

CEP

97.670-000

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

#### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

SÃO BORJA

UF

RS

CEP

97.670-000

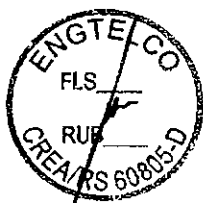
COORDENADAS GEOGRÁFICAS

LATITUDE

28S395000

LONGITUDE

56W001500



Logo

Anatel

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

**Certificado de Homologação**

(Intransferível)

Nº **0916-06-0312** ✓

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **30/06/2006**

Fabricante:

**MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA.**

**RUA JOÃO DE PAULA FRANCO 469 JARDIM MARABÁ**

**04775-165 - SAO PAULO - SP**

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, <sup>Cópia</sup> aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 00786/06, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do serviço ou aplicação a ~~que~~ <sup>se</sup> destina.

**Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II** ✓

Modelo(s):

**MTFM98** ✓

Serviço/Aplicação:

**Serviço de Radiodifusão Comunitária** ✓

Características técnicas básicas:

**Faixa de Frequências TxPotência Máxima de Saída**

(MHz)  
87,8 a 108,0

(W)  
25,0

**Designação de Emissões**

180KF3E / 256KF8E

Observações:

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

Imprimir Documento Fechar

**As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).**

Francisco Carlos Giacomini Soares  
Gerente Geral de Certificação e  
Engenharia do Espectro



9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Item	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	Wattmeter	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	Plug-in elements	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

**BRENO BANDA JÚNIOR**

ENDEREÇO

**RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, N° 160**

BAIRRO

**GLÓRIA**

CIDADE

**PORTO ALEGRE**

UF

**RS**

CEP

**90660-170**

REGISTRO CREA

**60805D-RS**

FORMAÇÃO

**ENGENHARIA ELETRÔNICA**

TELEFONE FIXO

**51.33158114**

TELEFONE MÓVEL

**51.99625701**

FAX

**51.33542493**

E-MAIL

**engtelco@terra.com.br**

LOCAL DA ASSINATURA

**SÃO BORJA**

UF

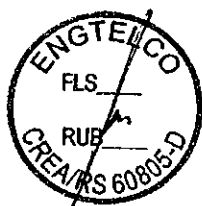
**RS**

DATA

**11-01-2012**

ASSINATURA

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D



## 9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Item	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	Wattmeter	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	Plug-in elements	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-

## 10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

**BRENO BANDA JÚNIOR**

ENDEREÇO

**RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Nº 160**

BAIRRO

**GLÓRIA**

CIDADE

**PORTO ALEGRE**

UF

**RS**

CEP

**90660-170**

REGISTRO CREA

**60805D-RS**

FORMAÇÃO

**ENGENHARIA ELETRÔNICA**

TELEFONE FIXO

**51.33158114**

TELEFONE MÓVEL

**51.99625701**

FAX

**51.33542493**

E-MAIL

**engtelco@terra.com.br**

LOCAL DA ASSINATURA

**SÃO BORJA**

UF

**RS**

DATA

**11-01-2012**

ASSINATURA

**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D



Logo

Anatel

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕESCertificado de Homologação  
(Intransferível)

Nº 0916-06-0312 ✓

Validade: Indeterminada

Emissão: 30/06/2006

Fabricante:

MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
RUA JOÃO DE PAULA FRANCO 469 JARDIM MARABÁ  
04775-165 - SÃO PAULO - SP

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 00786/06, emitido pelo **OCD - IBRACE - Instituto Brasileiro de Certificação**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do serviço ou aplicação a que se destina.

**Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II** ✓

Modelo(s):

**MTFM98** ✓

Serviço/Aplicação:

**Serviço de Radiodifusão Comunitária** ✓

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	25,0	180KF3E / 256KF8E

Observações:

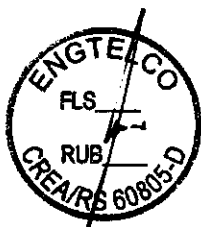
Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

Imprimir Documento    Fechar

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. ([www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)).

Francisco Carlos Giacomini Soares  
Gerente Geral de Certificação e  
Engenharia do Espectro



# **MONTEL** Sistemas de Comunicação Ltda.

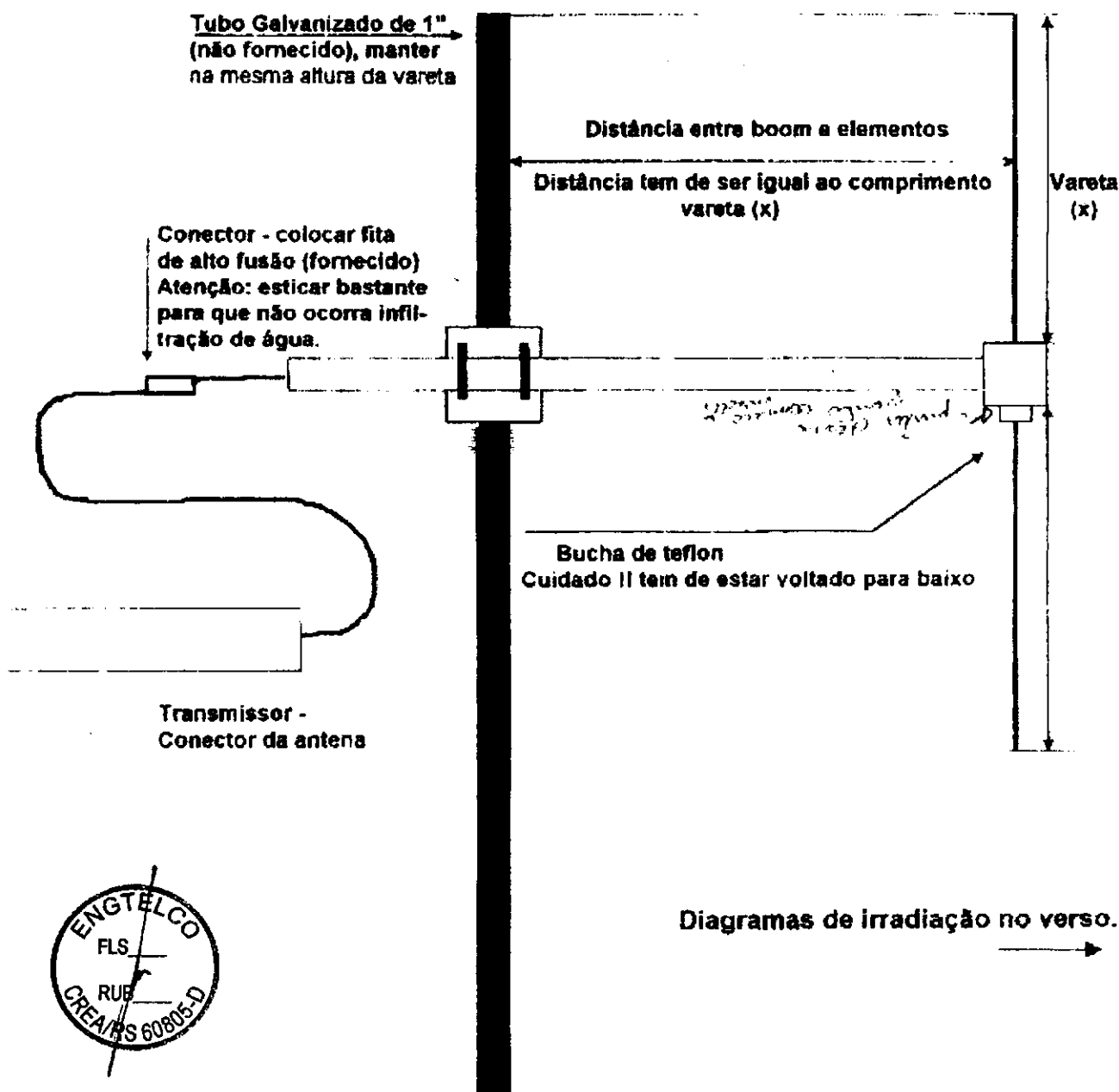
R. Angelo Gianini, 98 - São Paulo - SP - 04775.130 - [www.montel.com.br](http://www.montel.com.br)

PABX 011.523.2733 - C.G.C. 59.483.115/0001-27 - I.E. 113.946.567.118

## **ANTENA OMINIDIRECIONAL DIPOLO 1 ELEMENTO MTDIP 100/1**

### **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:**

- |                                     |                                  |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| - Faixa de Frequência: 80 à 110 Mhz | - Impedância: 50 ohms nominal    |
| - Potência Máxima: 500 Watts        | - VSWR: Melhor que 1.5:1         |
| - Ganho de Potência: 0 dBd          | - Largura de banda: +/- 500 KHz  |
| - Polarização: Vertical             | - Peso médio: 2 Kgs              |
| - Terminação: Conector UHF fêmea    | - Comprimento Máximo: 0,9 metros |



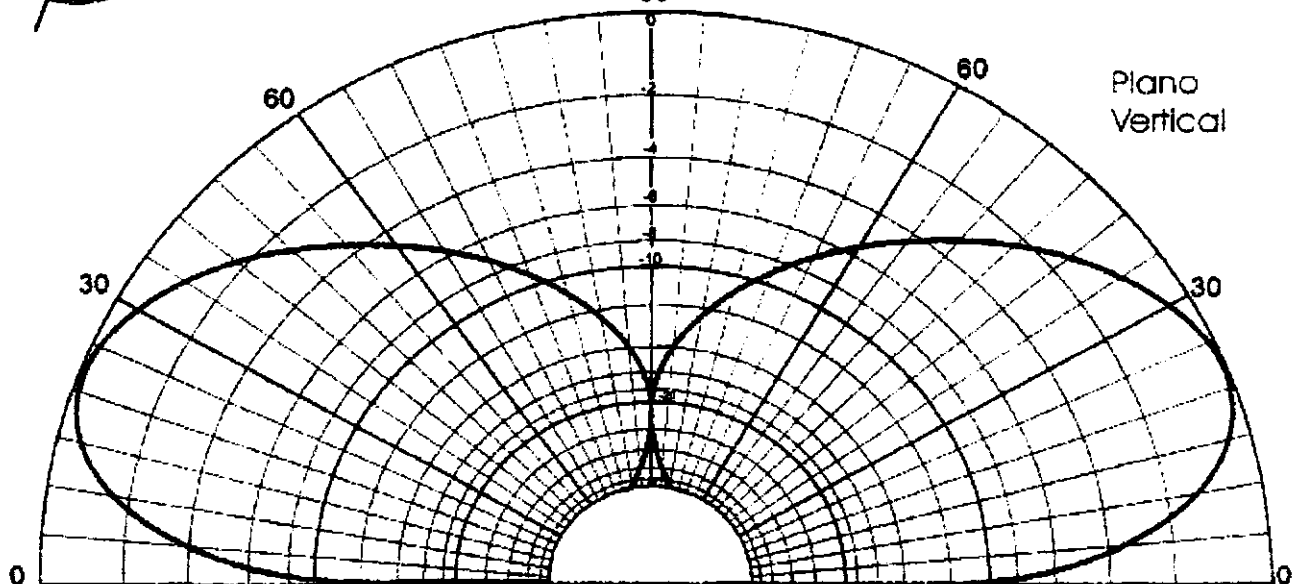
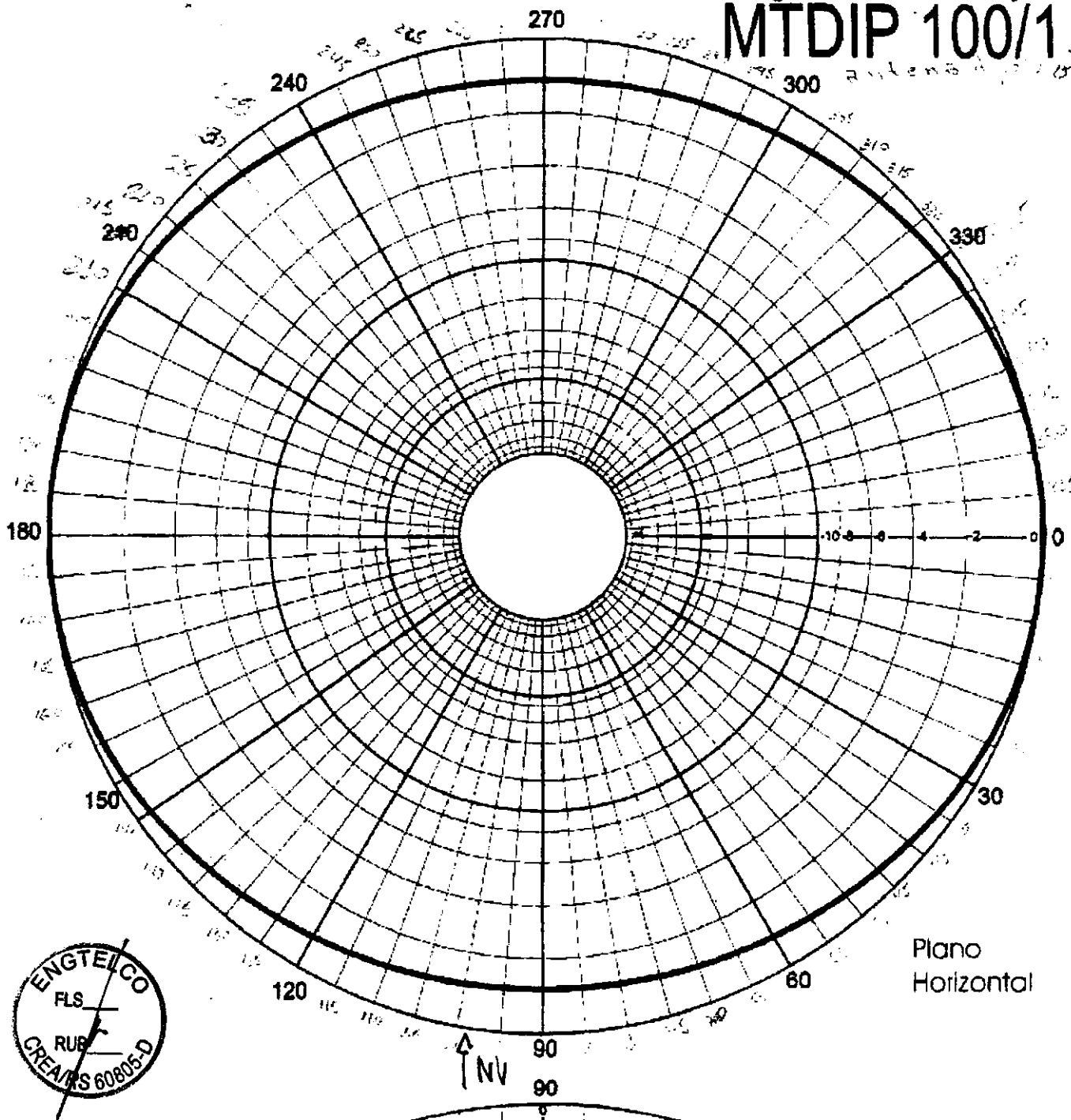
#### 7.4 Anotação de responsabilidade Técnica - ART

Em anexo.

#### 8. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Ítem	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	<i>Wattmeter</i>	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	<i>Plug-in elements</i>	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-

# Diagrama de irradiação MTDIP 100/1



## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

#### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

CNPJ

02.700.690/0001-17

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

RÁDIO BUTUI FM

Portaria de Autorização nº 248 de 21/06/2000

Publicada no D.O.U de 21 de junho de 2000.

Decreto Legislativo nº 400 de 08/10/2001

Publicado no D.O.U de 08 de outubro de 2001.

#### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

SÃO BORJA

UF

RS

CEP

97.670-000

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

#### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 367

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

SÃO BORJA

UF

RS

CEP

97.670-000

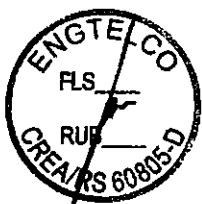
COORDENADAS GEOGRÁFICAS

LATITUDE

28S395000

LONGITUDE

56W001500



## 9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght} \cdot \text{Gvt} \cdot n) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,655) = -17,86 \text{ dBk}$$

Pt -> Potência do transmissor, em KW.

Ght -> Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt -> Ganho da antena, no plano vertical, em vezes.

n -> Eficiência da linha de transmissão.

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

## 10 – INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

$$\text{E(dBu)} = 107 + \text{ERP(dBk)} - 20 \log d (\text{Km})$$

ERP -> Potência efetiva irradiada.

d -> Distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço).

$$\text{E(dBu)} = 107 - 17,86 - 20 \log 1,0 = 89,14 \text{ dBu}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBu.

## 11 – OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

## 12 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

Cláudio Lorini

REG. CREA

51.369-D

ENDEREÇO

Rua Cel. Corte Real, 950

ENDEREÇO(CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

Petrópolis

CIDADE

Porto Alegre

CEP

90630-080

FONE

(0xx51) 3321.3777

FAX

(0xx51) 3321.3777

E-MAIL

eglorini@lorini.com.br

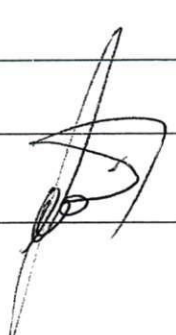
LOCAL

Porto Alegre/RS

DATA

01/07/02

ASSINATURA




FormRadCom\_Inform Tec

FLITRADVSB1

## DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins que, de acordo com o projeto técnico por mim elaborado, as emissões provenientes da estação transmissora da emissora da **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, do Serviço de Radiodifusão Comunitária – RadCom**, cuja instalação está proposta para a localidade de **São Borja/RS**, utilizando o/a canal(is)/frequência/(s) de **87,9 MHz** não submeterão a população da referida localidade a radiações eletromagnéticas de radiofrequência de valores superiores aos estabelecidos na publicação **“Guidelines for Limiting Exposure to Time-Varying Electric, Magnetic, and Electromagnetic Fields(up to 300 GHz)”**, da Comissão Internacional para Proteção contra Radiações Não Ionizantes – ICNIRP.

Porto Alegre, 01 de julho de 2002.



(assinatura)

Nome completo: Cláudio Lorini  
Nº. de registro no CREA: 51.369-D

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

**MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA**

MODELO

**MTDIP 100/1**

GANHO Max (Gt)

**0,0** dBd

ALTURA EM

**30,00** m

RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

**30,00** m

ALTITUDE DO LOCAL

**123,00** m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

**RFS KMP BRASIL**

MODELO

**RGC 213**

COMPRIMENTO(L)

**35,00** m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

**4,15** dB

PERDAS DA LINHA (PL)

**1,45**

dB

EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\mu$ )

**71,6** %

Perdas na linha (PL) = L.AL / 100

Eficiência da linha ( $\mu$ ) = 10 - (PL) / 10

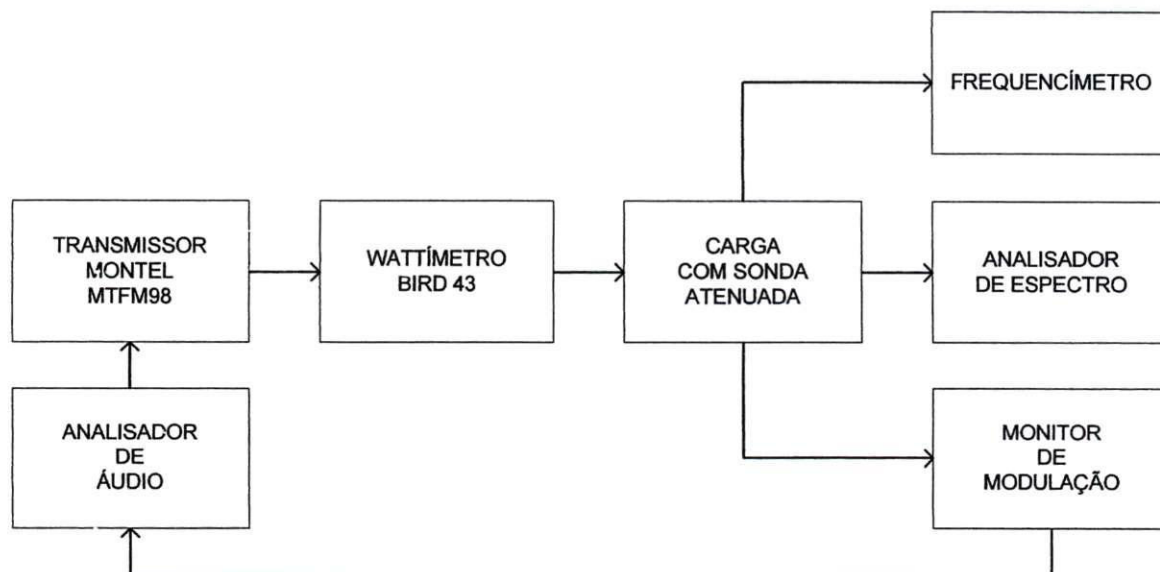
8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

NÃO HÁ REGISTRO



**5.7 Potência de saída:**

- ❖ Potência aplicada sobre carga fabricante BIRD, modelo 8892-300;
- ❖ Wattímetro utilizado fabricante BIRD, modelo 43;
- ❖ Elemento de medida, fabricante BIRD, modelo 100B, conforme modelo abaixo:



- ❖ Resultado da medida: 25 Watts.
- ❖ Tempo de leitura entre o mínimo e o máximo = 15 minutos

## **6. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

Fabricante: MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA  
Modelo: MTFM98  
Nº de Série: 2106  
Ano de Fabricação: 2006  
Potência Nominal: 25 WATTS  
Potência de Operação: 25 WATTS  
Frequência de Ensaio: 87,9 MHz  
Código de Homologação: 0916-06-0312  
Desvio de Frequência para 100 % de modulação: 75 %  
Tipo de Emissão Monofônica: 180KF3EGN  
Tipo de Emissão Estereofônica: 256KF8EHF  
Consumo Máximo: 100 W

### **6.1 Medidores do estágio final de RF:**

- a) de potência direta; 25 Watts
- b) de potência refletida; 0,1 Watts
- c) de tensão contínua de coletor: 27,2Volts
- d) de corrente contínua de coletor: 2,0 Ampéres

### **6.2 Existência de tomadas de amostras de RF, para:**

- a) modulação; não
- b) frequência; não

## 7. DECLARAÇÕES

### 7.1 Declaração do profissional habilitado:

" Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de..... folhas, todas numeradas e rubricadas, com a rubrica.....de que faço uso ".

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

  
**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

Nº. de Registro CREA: 60.805 D

### 7.2 Parecer Conclusivo:

" Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável "

São Borja – RS, 11 de janeiro de 2012.

Assinatura:

  
**BRENO BANDA JÚNIOR**  
Engenheiro  
CREA/RS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

Nº. de Registro CREA: 060805D



53900.004562/2014-59

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA ZONA SUL**

São Borja, 30 de maio de 2014.


Ilmo. Sr.  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações  
Brasília- DF

Ilustríssimo Senhor

Na oportunidade que cumprimentamos Vossa Senhoria viemos por intermédio desta em resposta ao Ofício nº 1983/2014/CGRC/SC-MC de 24 de março de 2014, relativo a solicitação de ENCAMINHAMENTO DE NOTA TÉCNICA RELATIVA A ANÁLISE DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO Nº 53000.058104/2011, estamos enviando os documentos em anexo solicitados por essa Secretaria, de acordo com os subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011. Sendo o último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

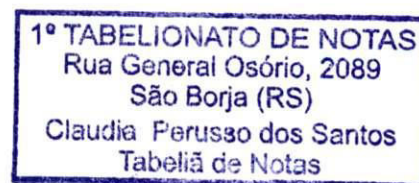
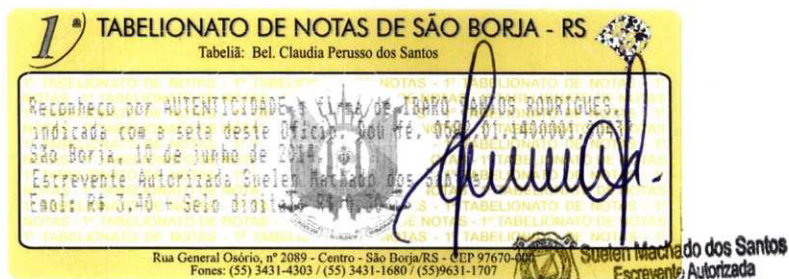
  
IBARO SANTOS RODRIGUES  
Presidente da ACONSUL

17.06.14


Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro para os devidos fins que todos os dirigentes da Entidade residem na área da comunidade atendida pela Rádio Comunitária Butuí Fm, na Cidade de São Borja Estado do Rio Grande do Sul.

São Borja 30 de maio de 2014

  
1.º Tabelionato  
Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL



Nós, abaixo-assinados na qualidade de dirigente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL – ACONSUL declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao FIEL CUMPRIMENTO DA LEI nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

  
Presidente: ÍBARO SANTOS RODRIGUES, (representante legal), CPF: 341177500-97;

  
Vice-Presidente: IRONITA DOLORES FLORES NUNES, CPF: 333671830-91;

  
Secretário-Geral: MARCIELE ANDRADES DOS REIS, CPF: 030483680-00;


  
Primeiro-Secretário: MARILAINE CABELEIRA SANTIAGO, CPF: 921400840-04;


  
Tesoureiro: ARCENIO BACELAR PIMENTEL, CPF: 549718880-04;

  
Segundo-Tesoureiro: BELMIRIO SILVA, CPF: 306274600-97;

  
Diretor de Operações: JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO, CPF: 018267580-70;

  
Vice-Diretor de Operações: CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO, CPF: 585062680-87;

  
Diretor Cultural de Comunicação Social: OLAVO THADEU CORREA DE LIMA, CPF: 344856510-53;

  
Vice-diretor Cultural de Comunicação Social: JOÃO FELIPE MACHADO DA ROSA, CPF: 446312860-81;


  
Diretor de Patrimônio: VENCESLAU DIAS NUNES, CPF: 262251820-04.

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE  
RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 02700690/0001-17, com sede, na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97 670-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 191, datada em 06 de Agosto de 1998, Decreto Legislativo nº 207/2001 publicado no Diário Oficial da União, datado em 6 de agosto de 2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. Requerer a renovação da outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação do que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC, nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

São Borja, 02 de Junho de 2014

  
1.º Tabelionato

Nome do representante da entidade: Ílvaro Santos Rodrigues

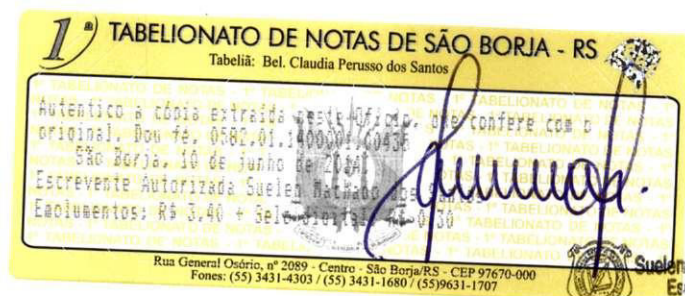
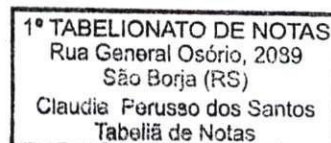
CPF: 341177500-97



Rua General Osório, nº 2089 - Centro - São Borja/RS - CEP 97670-000  
Fones: (55) 3431-4303 / (55) 3431-1680 / (55) 9631-1707



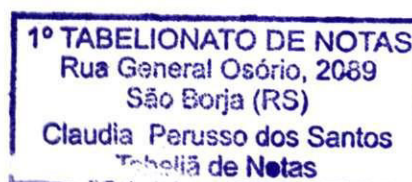
Suelen Machado dos Santos  
Escrevente Autorizada



Rua General Osório, nº 2089 - Centro - São Borja/RS - CEP 97670-000  
Fones: (55) 3431-4303 / (55) 3431-1680 / (55) 9631-1707



Suelen Machado dos Santos  
Escrevente Autorizada





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.700.690/0001-17</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/07/1998</b>
<b>MATRIZ</b>	<b>CADASTRAL</b>		
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACONSUL</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R BOM PLAND</b>	NÚMERO <b>1991</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>97.670-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PARABOI</b>	MUNICÍPIO <b>SAO BORJA</b>	UF <b>RS</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **09/06/2014** às **15:35:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 09/06/2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 **Pc-gera Direto**



  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5011972071 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/03/2014

NOME  
**IBARO SANTOS RODRIGUES**

FILIAÇÃO  
JOÃO ANTONIO RODRIGUES  
NORMA SANTOS RODRIGUES

NATURALIDADE  
SÃO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO  
05/03/1961

DOC. ORIGEM  
C NASC SÃO BORJA RS

MATRÍCULA: 097816 01 55 1969 1 00083 027 0035702 41

CPF  
341.177.500-97

PORTO ALEGRE, RS  
2 VIA

  
Carlos Eduardo Falcão Pereira  
ASSINATURA DO DIRETOR

152383 / 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





MINISTÉRIO DA FAZENDA

549718880-04

IMP. COMPLETO

ARCENIO BACELAR PIMENTEL

30/06/1985

*[Signature]*

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PARA O P. O. DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E  
 É OBRIGATORIO EM CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.  
 A QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA  
 DE RECEITA FEDERAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL

São Borja em 22/09/86

*[Signature]*

Garmem Fontoura Ferreira  
 ACPD - Mat. 1.006.080-4

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**


Nome  
**MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO**

Nº de Inscrição  
**921400840-04**

Data do Nascimento  
**11/07/77**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nas cases previstos na legislação vigente.

Assinatura  
  
**MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO**

**S  
E  
R  
P  
R  
D**

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em : 29/03/95

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<b>RIO GRANDE DO SUL</b> SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		Nº 2060979561 DATA DE EMISSÃO 29/10/2010	
 		<b>JOÃO FELIPE MACHADO DA ROSA</b>	
Pólea Direita ASSINATURA DO TITULAR		NOME JOSE BORGES DA ROSA MARIA LOURDES MACHADO DA ROSA NATURALIDADE SÃO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 06/09/1963	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		ENDEREÇO C CAS 5035 SÃO BORJA RS LV B9 FL 229 V CEP 446.312.860-91 PLANO DE CÔNFIG. RS 2 VIA ASSINATURA DO DIRETOR 152383 / 152383 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL 4087841799 DATA DE EXPIRAÇÃO 24/05/2010

NOME **JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO**

FILIAÇÃO CANDIDO SEVERINO SANTOS RODRIGUES  
LILIOSA RIBAS RODRIGUES

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
SAO BORJA RS 10/10/1988

DIG. GERAL C NASC SÃO BORJA RS  
MATRÍCULA: 097816 01 55 1988 1 00125 071 0025693 92

CIT 018.267.580-70

PORTO ALEGRE, RS 2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR 152383 / 152393

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

Carta S/N (0032049)

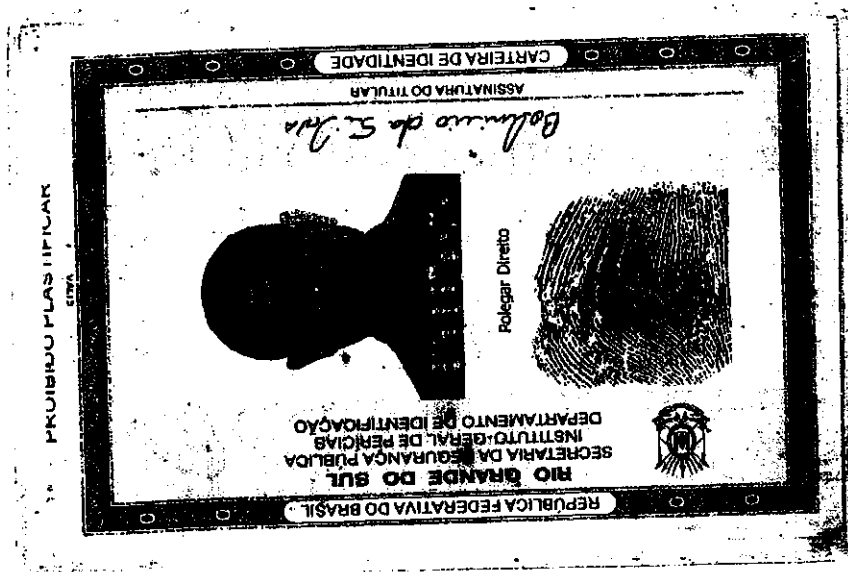
**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

ASSINATURA DO TITULAR

Polegar Direito

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
RIO GRANDE DO SUL  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEI 53000.050104/2011-31 / pg. 221



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2012783607

DATA DE EXPEDIÇÃO 23/04/2012

NOME **BELMIRIO DA SILVA**

FILIAÇÃO

ANADIR RODRIGUES DA SILVA

NATURALIDADE SÃO BORJA RS

DATA DE NASCIMENTO 04/07/1958

DOC. ORIGEM

C CAS 1616 SÃO BORJA RS

LV B4 FL 17V

CPF 306.274.600-97

PIS / PASEP

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

*Carlos Eduardo Falcão Pereira*

ASSINATURA DO DIRETOR

152383 / 152383

LEI Nº 7 116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8057614086 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/07/1995

NOME CRISTALINO FAGUNDES PRESTES  
FILHO

FILIAÇÃO  
CRISTALINO FAGUNDES PRESTES  
MARISA AMARICHO PRESTES

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
SAO BORJA RS 23/12/1969

DOC ORIGEM C NASC 41336 SAO BORJA RS  
LV A89 FL 116

CPF 585062680/87 \*\*\*\*\*/\*

PORTO ALEGRE RS *Leandro C. F. F.*  
ASSINATURA DO DIRETOR  
152383  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR *Leandro C. F. F.*

FOTOGRAFIA

POLEGAR DIREITO

IMPRESSÃO DIGITAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SSP - POLÍCIA CIVIL  
RIO GRANDE DO SUL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2013/2014, averbada em 18/04/2013, ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dolores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrades dos Reis; 2º Secretária: Marilaine Cabeleira Santiago; Tesoureiro: Arcenio Bacelar Pimentel; 2º Tesoureiro: Belmirio Silva; Diretor de Operações: João Antonio Rodrigues Neto; Vice-diretor de operações: Cristalino Fagundes Prestes Filho; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu Correa de Lima; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Patrimônio: Venceslau Dias Nunes. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 10 de junho de 2014.

Edson Mello da Rosa  
Registrador Substituto

**Emolumentos:**

Total: R\$ 15,70 + R\$ 0,90 = R\$ 16,60

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,30 (0584.01.1400001.00988 = R\$ 0,30)

Busca: R\$ 6,00 (0584.01.1400001.00986 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0584.01.1400001.00987 = R\$ 0,30)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil e Especiais  
Documentos e Arquivos do Ofício  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, a pedido da parte interessada, que revendo nesta Serventia o livro A-3 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta cidade de São Borja/RS, às folhas 172, sob nº 360, em data de 28 de julho de 2011, encontra-se registrado o(a), cujo teor é o seguinte:

**ESTATUTO**

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL**

**A CONSUL**

"É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, E DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA."

( ITEM IX, ART 5 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA )

**• CAPÍTULO PRIMEIRO: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS.**

ART. 1º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, fundada em 06 de julho de 1998, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande sul, é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

ART. 2º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela institucionalização do Direito do Comunicador;
- b) Contribuir para o conhecimento e promoção dos elementos culturais das comunidades, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao Poder Público, autorização para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária;
- d) Executar serviços de Radiodifusão Comunitária - através do canal concedido ou permitido pelo Poder Público de acordo com o disposto neste estatuto;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionado as comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicações a entidades sindicais, comunitárias, religiosas e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico e de sons e imagens de eventos e produções de interesse da comunidade;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- j) Divulgar produções locais de caráter comunitário;
- k) Divulgar através de um informativo as atividades de interesse de entidades sindicais, comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e outras;
- l) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços defesa civil, sempre que necessário;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

809

m) Dar oportunidade á difusão de idéia, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

ART. 3º - Poderá participar de todas as atividades da Associação Cultural União comunitária Zona Sul qualquer pessoa, independente de raça, cor, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto no presente estatuto.

ART. 4º - São direitos das comunidades envolvidas no projeto:

- a) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- b) Ter acesso a qualquer documentação oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito a diretoria, resguardando-se, aqui as informações de caráter pessoais, tais como cópias de documentos, números destes, etc., exceto se aprovado em reunião de diretoria;
- c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios.

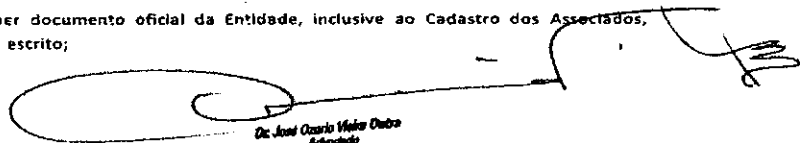
ART. 5º - O quadro de associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul será formado por 3 ( três ) categorias de sócios:

- a) **SÓCIOS FUNDADORES** - Aqueles que assinam o livro de presença e constam na Ata da Assembléia de Fundação da Entidade;
- b) **SÓCIOS CONTRIBUINTES** - Aqueles que se integrarem aos quadros da Entidade após sua Fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembléia Geral (AG);
- c) **SÓCIOS BENEMÉRITOS** - Aqueles que receberem esse título da AG, por reconhecimento a relevantes contribuições ou serviços prestados a Entidade.

Parágrafo Único - A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela AG em forma de mensalidade, trimestralidade, semestralidade ou anuidade, será igual para todas as categorias, exceto para o sócio benemérito, para quem a contribuição será optativa.

ART. 6º - São direitos de todos os Associados:

- a) Ter voz e voto na AG;
- b) Propor a diretoria e demais órgãos da entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Candidatar-se para cargos da diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal ou de qualquer organismo ligado a Entidade e exercê-lo se eleito;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

  
De José Carlos Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RJ nº 26.628

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LONITA MARIA WELFER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

830

e) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou implantado através de convênio.

Parágrafo 1º - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o Associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Parágrafo 2º - Os serviços de que trata a alínea "e" são extensivos aos pais, cônjuges e filhos dos associados.

ART. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores:

- a) Participar com voz e voto no Conselho dos Fundadores;
- b) Representar a Entidade em atos públicos e outros eventos quando designados ou autorizados pela Diretoria Executiva ou pela AG.

ART. 8º - São deveres dos Associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da AG e / ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidade ou falhas que eventualmente venha a constatar, denunciando-as nos fóruns devidos.

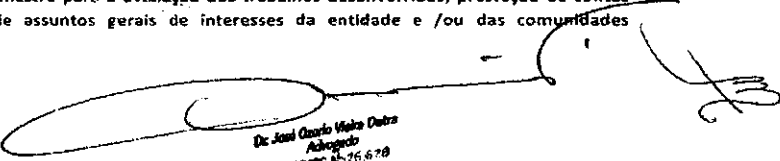
Parágrafo 1º - O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, não justificadas e não aceita a justificativas pelo Conselho de Fundadores, será destituído sumariamente, e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu regresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por inscrito a diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ser seis meses antes do afastamento.

Parágrafo 3º - Todo o associado terá salvaguardado o direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes, cabendo recurso a Assembléia Geral.

ART. 9º - São órgãos permanentes da Associação Cultural União Comunitária a **ASSEMBLÉIA GERAL**, a **DIRETORIA**, **CONSELHO DE FUNDADORES** e **CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL**.

ART. 10º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da diretoria, discussão de assuntos gerais de interesses da entidade e /ou das comunidades

  
Dr. José Carlos Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.678

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

811

envolvidas e para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes e eleição da diretoria e conselho comunitário.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário, Fiscal ou por pelo menos dez associados através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede da Entidade e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nos seios das comunidades envolvidas e afixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais (se autorizado), onde constarão o d'í, local e pauta.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados, e em segunda convocação - trinta minutos após com qualquer número de presentes.

ART. 11º - A diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário, Fiscal ou pelo menos dez membros do quadro social através de abaixo assinados.

ART. 12º - A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação secreta em urna, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 10º, parágrafo 1º.

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral convocada para este fim, mediante apresentação de pedido por inscrito a Comissão Eleitoral.

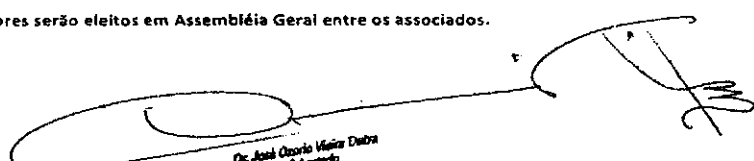
Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos associados que tenham pelo menos um ano de filiação, e somente poderão votar os associados e, na dia, que tenham pelo menos seis meses de filiação.

ART. 13º - A Diretoria será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo-secretário
- Tesoureiro
- Segundo tesoureiro
- Diretor de operações
- Vice- diretor de operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice- diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - Todos os diretores serão eleitos em Assembléia Geral entre os associados.

  
Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

Ofício do Reg. Civil e Especials  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Processos de Titulos Cambiais  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

8  
12

Parágrafo 2º - Havendo vacância do titular o vice assume imediatamente. No caso da vacância dos cargos de presidente e vice, deverá ser imediatamente convocada a Assembléia Geral para eleição de nova diretoria.

Parágrafo 3º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas, ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

ART. 14º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembléia Geral extraordinária convocada com este fim específico, nas formas do art. 10º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de altitudes, atos ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta de três sócios fundadores, que administrará a Entidade, até a eleição nova de diretoria, nos moldes do Art.12º - deste estatuto.

Parágrafo 1º - Em caso de substituição ou destituição dos administradores e alteração do estatuto será convocada a Assembléia Extraordinária para este fim com no mínimo um quinto dos associados.

ART. 15º - O Conselho dos Fundadores será composto por no mínimo 08 (oito) pessoas, Sócios Fundadores, sendo 05 (cinco) efetivos: Um Presidente, Um Vice Presidente, Um Secretário e 02 (dois) vogais e no mínimo 03 (três) Suplentes ( 1º, 2º e 3º ) eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de dois anos.

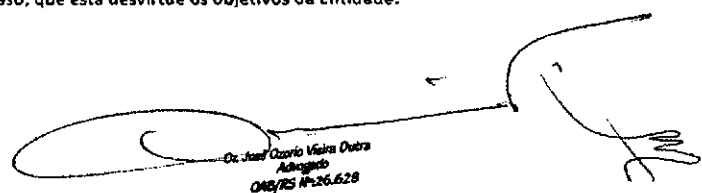
Parágrafo 1º - O mandato de 1º e 2º Conselho de Fundadores será de 01 (um) ano, para que não haja, a partir de então, coincidência de mandatos com Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos em um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de 4 conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo conselho (mandato tampão).

ART. 16º - O Conselho de Fundadores terá por finalidade:

- a) a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção da Entidade, a fiel observância das normas estabelecidas nesse estatuto;
- b) Impedir qualquer alteração estatutária que viole os princípios democráticos e o espírito comunitário que orientam a criação da Associação Cultural União Comunitária;
- c) Fiscalizar o trabalho da Direção Executiva e demais diretoria que venham a ser criadas, impedindo quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade.

  
Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Promissão de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LUTIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

837

ART. 17º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e a cada dois anos elegerá uma Direção própria, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um primeiro suplente, um segundo suplente e um terceiro suplente.

Parágrafo 1º - Os Suplentes, obedecida a ordem de suplência, assumirão o lugar do vice-presidente ou do secretário em caso de vacância definitiva de um ou de ambos os cargos.

Parágrafo 2º - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da Entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo 3º - O vice-presidente substituirá o presidente em suas ausências eventuais assim como em caso de vacância definitiva do cargo e colaborará com ele no exercício de suas funções.

Parágrafo 4º - O secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo 5º - Os membros da direção do Conselho de Fundadores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal.

Parágrafo 6º - A Direção do Conselho de Fundadores reunir-se-á com seus membros e deliberará por maioria absoluta.

ART. 18º - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos para a convocação da AG.

ART. 19º - Ao Conselho de Fundadores caberá:

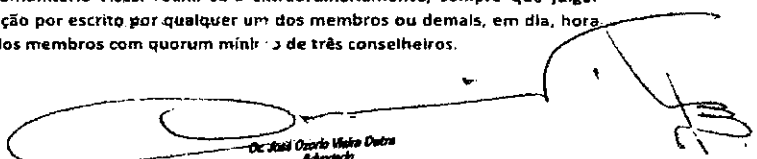
- a) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Comunitário Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação aos seus objetivos permanentes;
- b) Suprimido;
- c) Propor à AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- d) Referendar ou vetar alterações estatutárias ou disposições regimentais que julgue comprometer os princípios da Entidade.

Parágrafo Único: suprimido.

ART. 20º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses com a finalidade:

- a) Apreçar e aprovar ou não o balancete financeiro, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade;
- b) Fiscalizar e acompanhar o trabalho que será desenvolvido pelo o Arquivo, Biblioteca e Emissoras que vierem a serem concedidas para a Associação no tocante ao caráter comunitário, a sua administração com vistas ao interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos em Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação por escrito por qualquer um dos membros ou demais, em dia, hora e local decidido pela maioria dos membros com quorum mínimo de três conselheiros.

  
Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.626

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Fís. e  
Documentos e Proteção de Filhos Cambiáveis  
Oficial Designada: LORVIA MARIA WIELPHER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

8/14

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo 3º - Em caso de constatação de irregularidade nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Comunitário Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Fundadores ou AG para propor destituição parcial ou total da Diretoria Executiva.

ART. 21º - O Conselho Comunitário Fiscal será composto por no mínimo 05 pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da comunidade, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituída, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Entidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de 1988. Sendo um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, e dois Vogais e no mínimo três Suplentes eleitos em AG para o mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral será de dois anos igual o da diretoria eleita.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de quatro conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo Conselho, e este terá um mandato tampão.

Parágrafo 4º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente no mês de agosto, relatório contendo descrição da grade de programação, avaliação, entre outros aspectos considerando os objetivos da lei.

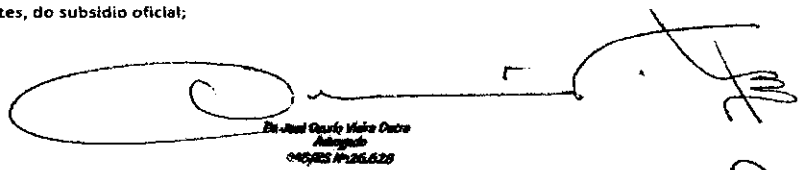
Parágrafo 5º - A Aconsul deverá manter atualizado e disponível o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

ART. 22º - Os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Executivo Fiscal e Conselhos Fundadores não serão, em nenhuma hipótese remunerados.

ART. 23º - Os cargos de direção técnica dos serviços que vierem a ser administrados pela Entidade, como Arquivo Público, Emissora de Radiodifusão Comunitária e Biblioteca serão definidas em Assembléia Geral que definirá também a forma ou o quantitativo da remuneração dos membros.

ART. 24º - A receita da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, advirá:

- a) da contribuição regular e obrigatória dos associados;
- b) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação;
- c) de verbas provenientes, do subsídio oficial;

  
José Carlos Vieira Duarte  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

015

d) de recursos provenientes de convênios;

e) do apoio financeiro de Entidades de Cooperação, seja Nacional ou Internacional, a projetos específicos.

ART. 25º - A Emissora de Radiodifusão Comunitária a ser administrada pela Associação Cultural União Comunitária, deverá ser regida por Regimento Interno, votado e aprovado em AG, onde conste obrigatoriamente os seguintes pontos em conformidade com o capítulo V do ART. 43 deste estatuto, entre outros:

a) Direção Técnica formada por quatro membros: um Diretor de Programação, um Diretor Administrativo-financeiro, um Diretor de Rádio-jornalismo e um Diretor Comercial eleitos em AG para um mandato de dois anos, podendo serem destituídos, caso não cumpram os objetivos propostos pelo presente Estatuto;

b) O Conselho Comunitário Fiscal da Associação ficará encarregado de avaliar periodicamente a programação, orientando os programadores e quando for o caso, propondo a destituição do programador que mostrar-se inapto para a função ou que violar os princípios da Entidade.

c) As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

ART. 26º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária na forma prevista no Art. 10º.

#### CAPÍTULO TERCEIRO: ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

ART. 27º - Caberá a Diretoria, coletivamente:

a) Traçar estratégia e plano de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

b) Convocar a AG;

c) Indicar um dos seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou casos que julgar conveniente;

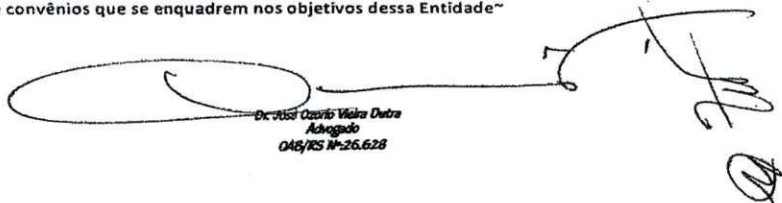
d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundador e anualmente a Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela AG;

f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remunerações;

g) Autorizar a aquisição de equipamentos;

h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos dessa Entidade~

  
Dr. Jairo Ozorio Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

Ofício do Reg. Civil e Especials  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tr. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LONITA MARIA WELFER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

836

l) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que vem a ser implantados e/ ou administrados pela Entidade.

ART. 28º - Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ART. 29º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de diretoria e Assembleia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar juntamente com o Secretário as atas de reuniões e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

ART. 30º - Caberá ao Vice Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

ART. 31º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o presidente;
- c) Manter o cadastro de associados;

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

8-17

d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ART. 32º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 33º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a diretoria;
- d) Assinar juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.

ART. 34º - Caberá ao Segundo-Tesoureiro:

- a) Participar ativamente as reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 35º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar a programação de rádio que vier a fazer parte da Entidade, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

ART 36º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor de Operações em caso de impedimento temporário ou definitivo.

ART. 37º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento interno e etc.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

continua na próxima folha

A18

ART. 38º - Caberá ao Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor Cultural e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 39º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

ART. 40º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões de diretoria é de seis membros (50% mais 1). Em caso de empate nos processos de votação nas reuniões de diretoria, o assunto deverá ser remetido a próxima reunião-ordinária ou extraordinária onde se tentará resolver o impasse.

#### • CAPITULO QUATRO: RECEITA E DESPESA

ART 41º - A Receita da Associação Cultural União Comunitária, advirá:

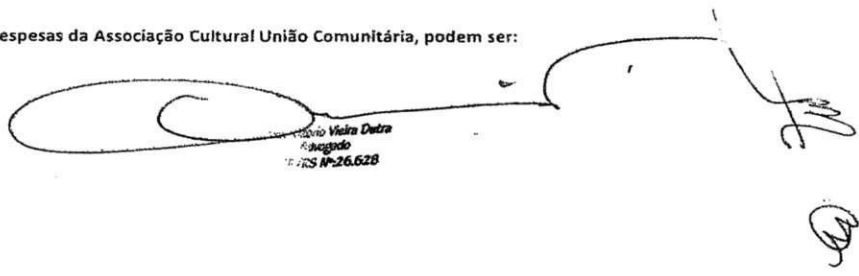
- a) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) de verbas provenientes de subsídios oficiais;
- c) patrocínio do comércio local, sobre forma de apoio cultural;
- d) de campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, devidamente aprovadas pela diretoria.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal, ou que comprometam de forma direta, ou indireta, os objetivos da Associação Cultural União Comunitária;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria que pode aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido, aos doadores que o desejarem, o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou força judicial.

ART. 42º - As Despesas da Associação Cultural União Comunitária, podem ser:



Lúcio Vieira Dutra  
Assinado  
RS Nº-26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

819

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compras de equipamentos, discos, fitas, cds, etc.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Suprimido;
- d) Patrocínio de projetos ou atividades com fins comunitário.

Parágrafo Único — Em caso de dissolução da Associação Cultural União Comunitária, os bens não poderão ser divididos entre os sócios, serão repassados a outra entidade que tenha a mesma finalidade.

**• CAPITULO CINCO: PROGRAMAÇÃO MINIMA DAS EMISSORAS QUE VIEREM A SEREM ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA.**

ART. 43º - Minimamente a programação deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação dos seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para a programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro de especificações técnicas definida pelo Diretor de Programação. Este espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) Transmissão e gravação de eventos como palestras, seminários, simpósios e outros, promovidos pelas entidades que tenham representação junto a ACONSUL;
- d) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo o convite deverá ser feito pela Associação Cultural União Comunitária, e por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei;
- e) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito a diretoria.

**• CAPITULO SEIS: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

ART. 44º - Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma diretoria provisória, com mandato de um ano, cabendo a esta diretoria:

- a) Registrar o presente Estatuto na forma da Lei;
- b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência dessa Entidade;
- c) Organizar o cadastro dos associados;

  
Dr. José Orlando Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628


Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LONIVA MARIA WELFER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

d) Manter intercâmbio com a AR LIVRE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ABRACO e demais rádios de baixa potência existentes no Brasil e/ou em outros países.

ART. 45º - Reforma Estatutária: Compete exclusivamente a Assembleia Geral Extraordinária alterar o Estatuto por decisão da maioria presente.

ART. 46º - Extinção: Extinguir-se-á a Associação quando:

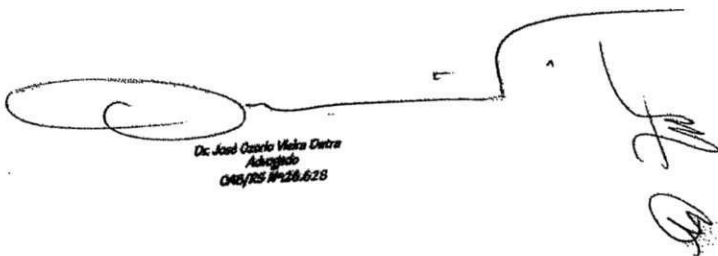
- a) Comprovado o desvio de suas finalidades estatutárias;
- b) Por dissolução completa dos associados;
- c) Por determinação legal ou força maior.

ART. 47º - Patrimônio: Após pagos os compromissos assumidos o seu patrimônio reverterá em benefício a entidades beneficentes reconhecidas por lei, segundo decisão dos integrantes da a Associação em Assembleia Geral.

ART. 48º - Responsabilidade: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

São Borja, RS, 14 de Maio de 2011.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

  
Dr. José Carlos Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 28.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

C E R T I D ã O

Certifico, que o presente Estatuto Social, com suas alterações, foi averbado ao Registro número trezentos e sessente (360), à folhas cento e setenta e dois (172), Livro A-três (3) de Pessoas Jurídicas deste Ofício, em data de vinte e oito (28) de julho de dois mil e onze (2011). O referido é verdade. Dou fé.

O oficial.:

*Edson Mello da Rosa*  
Substituto  
CPF 584.984.510-00

0584.01.1100005.00495  
0584.03.1100003.00641  
0584.04.0700012.00073

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LORVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

O referido é verdade e dou fé.

São Borja, 10 de junho de 2014.

*Edson Mello da Rosa*  
Registrador Substituto

Emolumentos:

Total: R\$ 97,60 + R\$ 1,30 = R\$ 98,90

Certidão PJ (14 pgs): R\$ 88,20 (0584.04.1400001.00211 = R\$ 0,70)

Busca: R\$ 6,00 (0584.01.1400001.00989 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0584.01.1400001.00990 = R\$ 0,30)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LORVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS


## **DECLARAÇÃO DE INTERESSE EM SE ASSOCIAR OU NÃO A ENTIDADES CONCORRENTES**

Eu Ibaro Santos Rodrigues, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL, declaro para os devidos fins que:

( x ) Caso haja mais de uma entidade interessada em executar o serviço na mesma área de interesse, SIM, concordo em receber proposta de acordo para associação com as demais interessadas.

( ) Caso haja mais de uma entidade interessada em executar o serviço na mesma área de interesse, NÃO concordo em receber proposta de acordo para associação com as demais interessadas

São Borja 02 de junho de 2014



---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente

*Endereço para correspondência: rua Eurico Batista da Silva nº 367 , na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97 670-000;*

*Telefone para contato: (55) 8445 0000;*

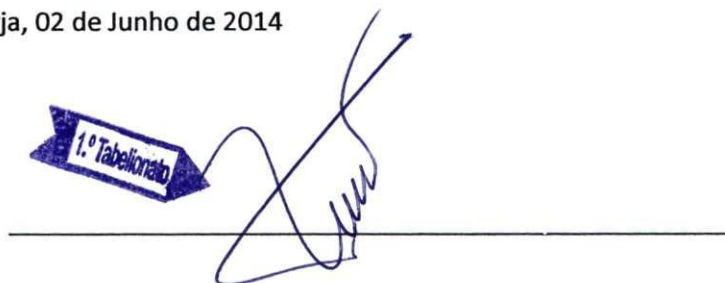
*Correio eletrônico (e-mail): ibaroshow@bol.com.br.*

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES,

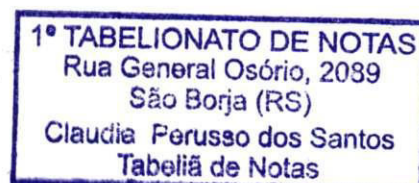
A ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 02700690/0001-17, com sede, na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97 670-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 191, datada em 06 de Agosto de 1998, Decreto Legislativo nº 207/2001 publicado no Diário Oficial da União, datado em 6 de agosto de 2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. Requerer a renovação da outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação do que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC, nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

São Borja, 02 de Junho de 2014



Nome do representante da entidade: Íbaro Santos Rodrigues

CPF: 341177500-97



 Suelen Machado dos Santos  
Escrevente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2013/2014, averbada em 18/04/2013, ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dolores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrades dos Reis; 2º Secretária: Marilaine Cabeleira Santiago; Tesoureiro: Arcenio Bacelar Pimentel; 2º Tesoureiro: Belmirio Silva; Diretor de Operações: João Antonio Rodrigues Neto; Vice-diretor de operações: Cristalino Fagundes Prestes Filho; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu Correa de Lima; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Patrimônio: Venceslau Dias Nunes. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 10 de junho de 2014.

Edson Mello da Rosa  
Registrador Substituto

Emolumentos:

Total: R\$ 15,70 + R\$ 0,90 = R\$ 16,60

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,30 (0584.01.1400001.00988 = R\$ 0,30)

Busca: R\$ 6,00 (0584.01.1400001.00986 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0584.01.1400001.00987 = R\$ 0,30)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, a pedido da parte interessada, que revendo nesta Serventia o livro A-3 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta cidade de São Borja/RS, às folhas 172, sob nº 360, em data de 28 de julho de 2011, encontra-se registrado o(a), cujo teor é o seguinte:

**ESTATUTO**

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL**

**A C O N S U L**

"É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, E DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA."

( ITEM IX, ART 5 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA )

**• CAPÍTULO PRIMEIRO: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS.**

ART. 1º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, fundada em 06 de julho de 1998, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande sul, é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

ART. 2º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela institucionalização do Direito do Comunicador;
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao Poder Público, autorização para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária ;
- d) Executar serviços de Radiodifusão Comunitária – através do canal concedido ou permitido pelo Poder Público de acordo com o disposto neste estatuto;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar, nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionado as comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicações a entidades sindicais, comunitárias, religiosas e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico e de sons e imagens de eventos e produções de interesse da comunidade;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- j) Divulgar produções locais de caráter comunitário;
- k) Divulgar através de um informativo as atividades de interesse de entidades sindicais, comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e outras;
- l) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços defesa civil, sempre que necessário;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

809

m) Dar oportunidade à difusão de idéia, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

ART. 3º - Poderá participar de todas as atividades da Associação Cultural União comunitária Zona Sul qualquer pessoa, independente de raça, cor, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto no presente estatuto.

ART. 4º - São direitos das comunidades envolvidas no projeto:

- a) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- b) Ter acesso a qualquer documentação oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito a diretoria, resguardando-se, aqui as informações de caráter pessoais, tais como cópias de documentos, números destes, etc., exceto se aprovado em reunião de diretoria;
- c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios.

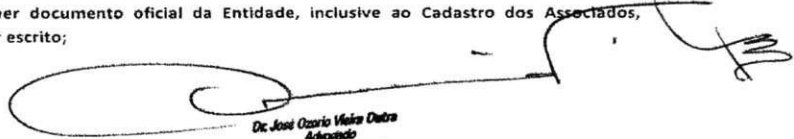
ART. 5º - O quadro de associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul será formado por 3 ( três ) categorias de sócios:

- a) **SÓCIOS FUNDADORES** - Aqueles que assinam o livro de presença e constam na Ata da Assembléia de Fundação da Entidade;
- b) **SÓCIOS CONTRIBUINTE**s - Aqueles que se integrarem aos quadros da Entidade após sua Fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembléia Geral (AG);
- c) **SÓCIOS BENEMÉRITOS** - Aqueles que receberem esse título da AG, por reconhecimento a relevantes contribuições ou serviços prestados a Entidade.

Parágrafo Único - A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela AG em forma de mensalidade, trimestralidade, semestralidade ou anuidade, será igual para todas as categorias, exceto para o sócio benemérito, para quem a contribuição será optativa.

ART. 6º - São direitos de todos os Associados:

- a) Ter voz e voto na AG;
- b) Propor a diretoria e demais órgãos da entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Candidatar-se para cargos da diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal ou de qualquer organismo ligado a Entidade e exercê-lo se eleito;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

  
Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

030

e) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou implantado através de convênio.

Parágrafo 1º - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o Associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Parágrafo 2º - Os serviços de que trata a alínea "e" são extensivos aos pais, cônjuges e filhos dos associados.

ART. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores:

- a) Participar com voz e voto no Conselho dos Fundadores;
- b) Representar a Entidade em atos públicos e outros eventos quando designados ou autorizados pela Diretoria Executiva ou pela AG.

ART. 8º - São deveres dos Associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da AG e / ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidade ou falhas que eventualmente venha a constatar, denunciando-as nos fóruns devidos.

Parágrafo 1º - O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, não justificadas e não aceita a justificativas pelo Conselho de Fundadores, será desligado sumariamente, e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu regresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por inscrito a diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ser seis meses antes do afastamento.

Parágrafo 3º - Todo o associado terá salvaguardado o direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes, cabendo recurso a Assembléia Geral.

ART. 9º - São órgãos permanentes da Associação Cultural União Comunitária a **ASSEMBLÉIA GERAL**, a **DIRETORIA**, **CONSELHO DE FUNDADORES** e **CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL**.

ART. 10º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da diretoria, discussão de assuntos gerais de interesses da entidade e /ou das comunidades

Dr. José Orlando Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.678

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOTVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

8u

envolvidas e para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes e eleição da diretoria e conselho comunitário.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou por pelo menos dez associados através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede da Entidade e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nos seios das comunidades envolvidas e afixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais ( se autorizado ), onde constarão o dia, local e pauta.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados, e em segunda convocação - trinta minutos após com qualquer numero de presentes.

ART. 11º - A diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou pelo menos dez membros do quadro social através de abaixo assinados.

ART. 12º - A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação secreta em urna, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 10º, parágrafo 1º.

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral convocada para este fim, mediante apresentação de pedido por inscrito a Comissão Eleitoral.

Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos associados que tenham pelo menos um ano de filiação, e somente poderão votar os associados em dia, que tenham pelo menos seis meses de filiação.

ART. 13º - A Diretoria será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo-secretário
- Tesoureiro
- Segundo tesoureiro
- Diretor de operações
- Vice- diretor de operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice- diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - Todos os diretores serão eleitos em Assembléia Geral entre os associados.

Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

8/12

Parágrafo 2º - Havendo vacância do titular o vice assume imediatamente. No caso da vacância dos cargos de presidente e vice, deverá ser imediatamente convocada a Assembléia Geral para eleição de nova diretoria.

Parágrafo 3º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

ART. 14º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembléia Geral extraordinária convocada com este fim específico, nas formas do art. 10º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitudes, atos ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta de três sócios fundadores, que administrará a Entidade, até a eleição nova de diretoria, nos moldes do Art. 12º - deste estatuto.

Parágrafo 1º - Em caso de substituição ou destituição dos administradores e alteração do estatuto será convocada a Assembléia Extraordinária para este fim com no mínimo um quinto dos associados.

ART. 15º - O Conselho dos Fundadores será composto por no mínimo 08 (oito) pessoas, Sócios Fundadores, sendo 05 (cinco) efetivos- Um Presidente, Um Vice Presidente, Um Secretário e 02 (dois) vogais e no mínimo 03 (três) Suplentes ( 1º, 2º e 3º ) eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - O mandato de 1º e 2º Conselho de Fundadores será de 01 (um) ano, para que não haja, a partir de então, coincidência de mandatos com Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos em um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de 4 conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo conselho (mandato tampão).

ART. 16º - O Conselho de Fundadores terá por finalidade:

- a) a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção da Entidade, a fiel observância das normas estabelecidas nesse estatuto;
- b) Impedir qualquer alteração estatutária que viole os princípios democráticos e o espírito comunitário que orientam a criação da Associação Cultural União Comunitária;
- c) Fiscalizar o trabalho da Direção Executiva e demais diretoria que venham a ser criadas, impedindo quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade.

  
Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Proteção de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

837

ART. 17º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e a cada dois anos elegerá uma Direção própria, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um primeiro suplente, um segundo suplente e um terceiro suplente.

Parágrafo 1º - Os Suplentes, obedecida a ordem de suplência, assumirão o lugar do vice-presidente ou do secretário em caso de vacância definitiva de um ou de ambos os cargos.

Parágrafo 2º - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da Entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo 3º - O vice-presidente substituirá o presidente em suas ausências eventuais assim como em caso de vacância definitiva do cargo e colaborará com ele no exercício de suas funções.

Parágrafo 4º - O secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo 5º - Os membros da direção do Conselho de Fundadores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal.

Parágrafo 6º - A Direção do Conselho de Fundadores reunir-se-á com seus membros e deliberará por maioria absoluta.

ART. 18º - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos para a convocação da AG.

ART. 19º - Ao Conselho de Fundadores caberá:

- a) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Comunitário Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação aos seus objetivos permanentes;
- b) Suprimido;
- c) Propor à AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- d) Referendar ou vetar alterações estatutárias ou disposições regimentais que julgue comprometer os princípios da Entidade.

Parágrafo Único: suprimido.

ART. 20º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses com a finalidade:

- a) Apreçar e aprovar ou não o balancete financeiro, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade;
- b) Fiscalizar e acompanhar o trabalho que será desenvolvido pelo o Arquivo, Biblioteca e Emissoras que vierem a serem concedidas para a Associação no tocante ao caráter comunitário, a sua administração com vistas ao interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos em Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação por escrito por qualquer um dos membros ou demais, em dia, hora e local decidido pela maioria dos membros com quorum mínimo de três conselheiros.

Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Processos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELTER  
São Borja - RS

8/14

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo 3º - Em caso de constatação de irregularidade nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Comunitário Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Fundadores ou AG para propor destituição parcial ou total da Diretoria Executiva.

ART. 21º - O Conselho Comunitário Fiscal será composto por no mínimo 05 pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da comunidade, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituída, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Entidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de 1988. Sendo um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, e dois Vogais e no mínimo três Suplentes eleitos em AG para o mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral será de dois anos igual o da diretoria eleita.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de quatro conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo Conselho, e este terá um mandato também.

Parágrafo 4º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente no mês de agosto, relatório contendo descrição da grade de programação, avaliação, entre outros aspectos considerando os objetivos da lei.

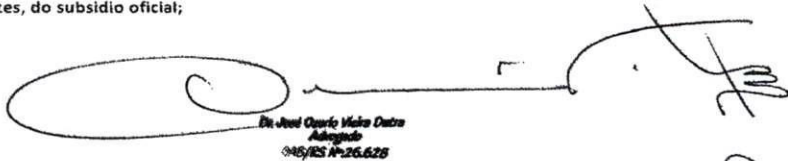
Parágrafo 5º - A Aconsul deverá manter atualizado e disponível o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

ART. 22º - Os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Executivo Fiscal e Conselhos Fundadores não serão, em nenhuma hipótese remunerados.

ART. 23º - Os cargos de direção técnica dos serviços que vierem a ser administrados pela Entidade, como Arquivo Público, Emissora de Radiodifusão Comunitária e Biblioteca serão definidas em Assembléia Geral que definirá também a forma ou o quantitativo da remuneração dos membros.

ART. 24º - A receita da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, advirá:

- a) da contribuição regular e obrigatória dos associados;
- b) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação;
- c) de verbas provenientes, do subsídio oficial;

  
Dr. José Carlos Mello Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.626

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

015

d) de recursos provenientes de convênios;

e) do apoio financeiro de Entidades de Cooperação, seja Nacional ou Internacional, a projetos específicos.

ART. 25º - A Emissora de Radiodifusão Comunitária a ser administrada pela Associação Cultural União Comunitária, deverá ser regida por Regimento Interno, votado e aprovado em AG, onde conste obrigatoriamente os seguintes pontos em conformidade com o capítulo V do ART. 43 deste estatuto, entre outros:

a) Direção Técnica formada por quatro membros: um Diretor de Programação, um Diretor Administrativo-financeiro, um Diretor de Rádio-jornalismo e um Diretor Comercial eleitos em AG para um mandato de dois anos, podendo serem destituídos, caso não cumpram os objetivos propostos pelo presente Estatuto;

b) O Conselho Comunitário Fiscal da Associação ficará encarregado de avaliar periodicamente a programação, orientando os programadores e quando for o caso, propondo a destituição do programador que mostrar-se inapto para a função ou que violar os princípios da Entidade.

c) As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

ART. 26º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária na forma prevista no Art. 10º.

#### • CAPÍTULO TERCEIRO: ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

ART. 27º - Caberá a Diretoria, coletivamente:

a) Traçar estratégia e plano de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

b) Convocar a AG;

c) Indicar um dos seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou casos que julgar conveniente;

d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

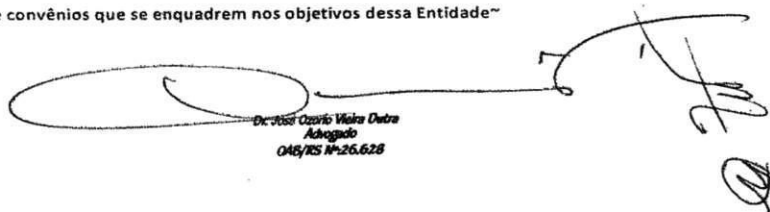
e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundador e anualmente a Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela AG;

f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remunerações;

g) Autorizar a aquisição de equipamentos;

h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos dessa Entidade.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protests de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LONITA MARIA WELFER  
São Borja - RS

  
Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

836

l) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que vem a ser implantados e/ ou administrados pela Entidade.

ART. 28º - Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ART. 29º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar juntamente com o Secretário as atas de reuniões e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

ART. 30º - Caberá ao Vice Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

ART. 31º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;
- b) Preparar editais convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o presidente;
- c) Manter o cadastro de associados;

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 26.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

87

d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ART. 32º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 33º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a diretoria;
- d) Assinar juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.

ART. 34º - Caberá ao Segundo-Tesoureiro:

- a) Participar ativamente as reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 35º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar a programação de rádio que vier a fazer parte da Entidade, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

ART 36º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor de Operações em caso de impedimento temporário ou definitivo.

ART. 37º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento interno e etc.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Dr. José Ozório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RS Nº 26.628

continua na próxima folha

A18

ART. 38º - Caberá ao Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor Cultural e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 39º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

ART. 40º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões de diretoria é de seis membros (50% mais 1). Em caso de empate nos processos de votação nas reuniões de diretoria, o assunto deverá ser remetido a próxima reunião-ordinária ou extraordinária onde se tentará resolver o impasse.

#### • CAPITULO QUATRO: RECEITA E DESPESA

ART. 41º - A Receita da Associação Cultural União Comunitária, advirá:

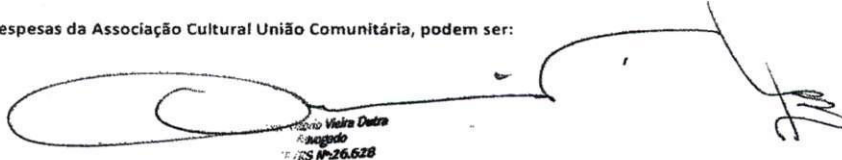
- a) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) de verbas provenientes de subsídios oficiais;
- c) patrocínio do comércio local, sobre forma de apoio cultural;
- d) de campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, devidamente aprovadas pela diretoria.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal, ou que comprometam de forma direta, ou indireta, os objetivos da Associação Cultural União Comunitária;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria que pode aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido, aos doadores que o desejarem, o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou força judicial.

ART. 42º - As Despesas da Associação Cultural União Comunitária, podem ser:

  
Rafaela Vieira Dutra  
Rafaela  
RS Nº 26.628



continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

819

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compras de equipamentos, discos, fitas, cds, etc.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Suprimido;
- d) Patrocínio de projetos ou atividades com fins comunitário.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da Associação Cultural União Comunitária, os bens não poderão ser divididos entre os sócios, serão repassados a outra entidade que tenha a mesma finalidade.

**• CAPITULO CINCO: PROGRAMAÇÃO MINIMA DAS EMISSORAS QUE VIEREM A SEREM ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA.**

ART. 43º - Minimamente a programação deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação dos seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para a programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro de especificações técnicas definida pelo Diretor de Programação. Este espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) Transmissão e gravação de eventos como palestras, seminários, simpósios e outros, promovidos pelas entidades que tenham representação junto a ACONSUL;
- d) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo o convite deverá ser feito pela Associação Cultural União Comunitária, e por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei;
- e) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito a diretoria.

**• CAPITULO SEIS: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

ART.44º - Caberá a Assembléa de Fundação eleger uma diretoria provisória, com mandato de um ano, cabendo a esta diretoria:

- a) Registrar o presente Estatuto na forma da Lei;
- b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência dessa Entidade;
- c) Organizar o cadastro dos associados;

  
Dr. José Osório Vieira Dutra  
Advogado  
OAB/RN Nº 26.628





Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

continua na próxima folha

d) Manter intercâmbio com a AR LIVRE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ABRAÇO e demais rádios de baixa potência existentes no Brasil e/ou em outros países.

ART. 45º - Reforma Estatutária: Compete exclusivamente a Assembleia Geral Extraordinária alterar o Estatuto por decisão da maioria presente.

ART. 46º - Extinção: Extinguir-se-á a Associação quando:

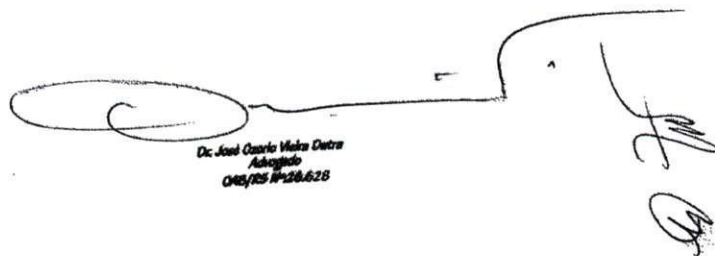
- a) Comprovado o desvio de suas finalidades estatutárias;
- b) Por dissolução completa dos associados;
- c) Por determinação legal ou força maior.

ART. 47º - Patrimônio: Após pagos os compromissos assumidos o seu patrimônio reverterá em benefício a entidades beneficentes reconhecidas por lei, segundo decisão dos integrantes da Associação em Assembleia Geral.

ART. 48º - Responsabilidade: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

São Borja, RS, 14 de Maio de 2011.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

  
Dr. José Carlos Malta Dutra  
Advogado  
OAB/RS nº 28.628

continua na próxima folha

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

CERTIDÃO

Certifico, que o presente Estatuto Social, com suas alterações, foi averbado ao Registro número trezentos e sessenta (360), à folhas cento e setenta e dois (172), Livro A-três (3) de Pessoas Jurídicas deste Ofício, em data de vinte e oito (28) de julho de dois mil e onze (2011). O referido é verdade. Dou fé.  
O oficial.:

*Edson Mello da Rosa*  
Substituto  
CPF 584.984.510-00

0584.01.1100005.00495  
0584.03.1100003.00641  
0584.04.0700012.00073

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

O referido é verdade e dou fé.

São Borja, 10 de junho de 2014.

*Edson Mello da Rosa*  
Registrador Substituto

Emolumentos:

Total: R\$ 97,60 + R\$ 1,30 = R\$ 98,90

Certidão PJ (14 pgs): R\$ 88,20 (0584.04.1400001.00211 = R\$ 0,70)

Busca: R\$ 6,00 (0584.01.1400001.00989 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0584.01.1400001.00990 = R\$ 0,30)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LONIA MARIA WELFER  
São Borja - RS



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>02.700.690/0001-17</b> <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>06/07/1998</b>	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> <b>ACONSUL</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> <b>Não informada</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
<b>LOGRADOURO</b> <b>R BOM PLAND</b>		<b>NÚMERO</b> <b>1991</b>	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> <b>97.670-000</b>	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> <b>PARABOI</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>SAO BORJA</b>	<b>UF</b> <b>RS</b>
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>03/11/2005</b>	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **09/06/2014** às **15:35:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Ata 01 - 2012

Às vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, tendo por local a sede da Rádio Butuí Fm, sito a rua Vereador Eurico Batista da Silva, número trezentos e sessenta e sete, às dezenove horas em primeira chamada e às dezenove horas e trinta minutos para deliberarem sobre o edital de convocação reuniram-se extraordinariamente os dirigentes e associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul de acordo com Artigo Décimo, Parágrafo primeiro e Segundo e Artigo Décimo Segundo Parágrafos primeiro e segundo. Na abertura dos trabalhos foi lido o edital de convocação para a eleição Bienio dois mil e treze, dois mil e quatorze, sua prestação de conta e assuntos gerais. A secretária Marcille Andrade dos Reis passou a palavra ao Presidente Teodoro Santos Rodrigues que agradeceu aos presentes e aos integrantes da Diretoria que findava o seu mandato. Remontou que alguns não faziam mais parte de diretoria da Entidade por motivos de ordem particulares. Atocontínuo foi apresentada a prestação de contas assinada pelo Presidente, Tesoureiro e um profissional contábil sobre gastos e investimentos no período onde atuando de idóceas e apoio cultural a Acomul arrecadou um montante bruto de noventa e seis mil reais sendo que foi gasto no período noventa e cinco mil e dois centavos conforme especificado em balanete em anexo. Também foi colocado que a Entidade adquiriu equipamentos para melhor desenvolver suas atividades relativas à Rádio Butuí Fm que é mantida pela Acomul. Foi colocado o balanete em votação sendo que foi aprovado por unanimidade das pessoas que se encontravam presentes na Assembleia.

segundo a ordem do dia foi apresentada a nomi-  
nata da chapa concorrente que obdece o regimen-  
to (digo) o Estatuto da entidade ficando assim con-  
stituída Presidente: Ilaro Santos Rodrigues; Vice-Pre-  
sidente: Inohita Edoues Fleus Nunes; Secretário Geral:  
Marcelle Andrade dos Reis; Segundo Secretário: Marilaine  
Cabreira Santiago; Tesoureiro: Arunio Bacelar Simen-  
tel; Segundo Tesoureiro: Celmirio Silva; Diretor de O-  
perações: João Antônio Rodrigues Neto; Vice-Diretor de  
Operações: Cristallino Fagundes Pustes Filho; Diretor  
Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu  
Corvêa de Lima; Vice-Diretor de Comunicação  
Social: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Pa-  
trimônio: Veneslau Dias Nunes. Foi colocada em  
votação através de cédula, votação secreta. Após  
foi feita a executiva vendo que todos receberam  
votos e consequentemente foram eleitos. Após foram  
empenhados como novos dirigentes da Acomul para  
o período até dois mil e quatorze. Ao final o Pre-  
sidente saudou os novos diretores colocando a pala-  
vra em disposição como ninguém quis se manifes-  
tar a Assembleia foi encerrada não havendo mais  
assuntos a tratar encerre a presente Ata que vai

assinada por mim Marcelle Andrade dos Reis e  
pelos demais presentes Marcelle Reis, Inohita Edoues  
Fleus Nunes, Arunio Bacelar Simen-  
tel, Celmirio Silva, João Antônio Rodrigues Neto, Marilaine Cabreira


CLÁUDIO ROSA CORRÊA João Neto Marilaine Cabreira

Arunio Bacelar Simen-  
tel, Celmirio Silva, João Antônio Rodrigues Neto, Marilaine Cabreira  
Olavo Thadeu Corvêa de Lima

João Felipe Machado da Rosa, Michel Andrade dos Reis  
Oswaldo Carvalho dos Reis, Maximo Arco dos Reis

Maximiliano Arco dos Reis, Carlos Edmundo Leal, João  
Batista, Roderick Silveira (outro)

João Felipe da Luz Flores, Milton Socenda, Ciro Oliveira

	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	Código do Recolhimento	12672
		Número (NRO) de Referência - FISTEL	500114468030026
Nome do Contribuinte/Recolhedor: <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL</b> Endereço: <b>RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 337 - CENTRO .</b> <b>CENTRO - 97670000 - São Borja/RS</b>		Competência	-
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE		Vencimento	31/03/2014
<b>1. Informações</b> - Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 0,27 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - <b>Valor calculado para pagamento até :</b> <b>30/06/2014</b> Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>		CNPJ/CPF Contribuinte	02700690000117
		Unidade Favorecida	413001/41231
		(=) Valor do Principal	10,00
		(-) Descontos/Abatimento	*****
		(-) Outras deduções	*****
		(+) Mora/Multa	2,00
		(+) Juros/Encargos	0,27
		(+) Outros Acréscimos	
<b>GRU - Simples</b>		(+) Valor Total	12,27
<b>Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A</b> 858000000003 122703631265 720492650011 144680300269			

[http://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta\\_Boleto.asp?Fisteis=50011446803...](http://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta_Boleto.asp?Fisteis=50011446803...) 10/6/2014

11/06/2014 - BANCO DO BRASIL - 14:47:07  
018714079 0400

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOL.UNIAO(REF)  
Codigo de Barras 85800000000-3 12270363126-5  
72049265001-1 14468030026-9  
Data do pagamento 11/06/2014  
Valor em Dinheiro 12,27  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 12,27

NR.AUTENTICACAO B.FFD,2EF,B75,9B5,A89

00194.56979 45001.144687 03002.515215 7 60190000006600

Recibo do Pagador

<b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>  <b>SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF</b> <b>CEP: 70.070-940</b>	Data do Processamento 10/06/2014 -	<b>Vencimento</b> <b>31/03/2014</b>
	Nosso Número(Seq-dv) 50011446803-0025-15	
<p><b>1. Informações</b>          Radiodifusão Comunitária - Código= 231          Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2014:          Quantidade de estações :          A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1          Estações(s)/Indicativo(s): - 631428119</p> <p><b>2. Mensagem</b>          Nº Fistel:50011446803</p> <p><b>3. Regras</b>          Acrescido de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20%          - Multa: R\$ 13,20 - Juros: R\$ 1,77          - Não conceder desconto/abatimento/dedução</p> <p><b>- Valor calculado para pagamento até : 30/06/2014</b></p>		
(=)Valor do Documento <b>66,00</b>	(+)Mora/Multa/Juros <b>14,97</b>	(+)Outros Acréscimos (=)Valor Cobrado <b>80,97</b>
Pagador: ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL CNPJ/CPF: 02700690000117		

Autenticação Mecânica

 11/06/2014 - BANCO DO BRASIL - 14:49:09  
 018714079 0402

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

 00194569794500114468703002515215760190000006600  
 NOSSO NUMERO 50011446803002515  
 CONVENIO 00456974  
 FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC  
 AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218  
 DATA DE VENCIMENTO 31/03/2014  
 DATA DO PAGAMENTO 11/06/2014  
 VALOR DO DOCUMENTO 66,00  
 MULTA/JUROS 14,97  
 VALOR COBRADO 80,97

 NR. AUTENTICACAO 6.FBE.EAB.055.287.493  
 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
 ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL – ACONSUL**

**Presidente:** ÍBARO SANTOS RODRIGUES, brasileiro, solteiro, radialista, morador na rua Acúrsio de Sá, nº 1915 – RG: 5011972071 - CPF: 341177500-97;

**Vice-Presidente:** IRONITA DOLORES FLORES NUNES, brasileira, solteira, bibliotecária, moradora na rua Bompland, nº 1991 – RG: 2023448984 - CPF: 333671830-91;

**Secretário-Geral:** MARCIELE ANDRADES DOS REIS, brasileira, solteira, estudante, moradora na rua General Marques, nº 2846 - RG:4112228749 - CPF: 030483680-00;

**Primeiro-Secretário:** MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO, brasileira, solteira, comerciária, moradora na rua Travessa João Dirceu Trindade nº 99 – RG: 3063678605 - CPF: 921400840-04;

**Tesoureiro:** ARCENIO BACELAR PIMENTEL, brasileiro, solteiro, radialista, morador na rua Eurico Batista da Silva nº 1255 - RG: 2082982279 - CPF: 549718880-04;

**Segundo-Tesoureiro:** BELMIRO SILVA, brasileiro, casado, chaveiro, morador na rua João Antonio Rodrigues nº 176 – RG: 2012783607 - CPF: 306274600-97;

**Diretor de Operações:** JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO, brasileiro, solteiro, estudante, morador na rua Bompland nº 2019 - RG: 4087841799 - CPF: 018267580-70;

**Vice-Diretor de Operações:** CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, morador na rua Tamarindo nº 767 – RG: 8057614086 - CPF: 585062680-87;


**Diretor Cultural de Comunicação Social:** OLAVO THADEU CORREA DE LIMA, brasileiro, solteiro, comerciante, morador na rua Gomes Carneiro nº 1627 - RG:7019845465 CPF: 344856510-53;

**Vice-diretor Cultural de Comunicação Social:** JOÃO FELIPE MACHADO DA ROSA, brasileiro, casado, comerciante, morador na rua Frei Miguelino nº 286 casa 26 – RG: 2060979561 - CPF: 446312860-81;

**Diretor de Patrimônio:** VENCESLAU DIAS NUNES, brasileiro, casado, aposentado, morador na rua Alvaro Batista nº 2007 – RG: 7068341648 CPF: 262251820-04.

Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro que a Entidade não possui como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

São Borja 30 de maio 2014.



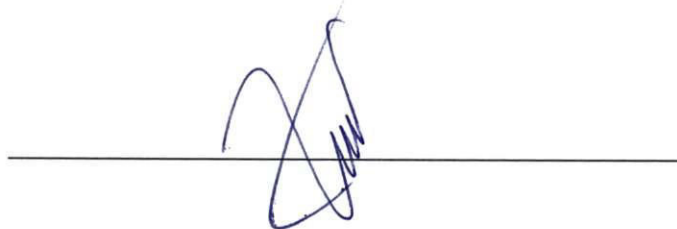
---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da Associação

## **DENOMINAÇÃO DE FANTASIA DA EMISSORA.**

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 02.700.690/0001-17, com sede na rua Eurico Batista da Silva nº 367, na cidade de São Borja, Estado Rio Grande do Sul, CEP 97670-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 191 datada de 06 Agosto de 1998 e Decreto Legislativo nº 207/2001 publicado no Diário Oficial da União datado de 06 de Agosto de 2001, informa sua denominação de fantasia: RÁDIO BUTUÍ FM

São Borja, 02 de junho de 2014.



Nome do representante da entidade: Ibaro Santos Rodrigues  
CPF: 341.177.500-97.

Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro que a Rádio Comunitária Butuí Fm está localizada á Rua Vereador Eurico Batista da Silva nº 367, Centro da Cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul;

CEP: 97670-000

CONTATOS: (55) 3431 8787

(55) 8445 0000

E-MAIL: [ibaroshow@bol.com.br](mailto:ibaroshow@bol.com.br)

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Vereador Eurico Batista da Silva nº 367

São Borja 30 de maio de 2014



---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da Aconsul

# **ACONSUL**

## **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL**

### **Associados:**

**Ibaro Santos Rodrigues,**  
Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97;

**Ironita Dolores Flores Nunes,**  
Rua Bompland nº 1991/1 – RG nº 2023448984 e CPF nº 333671830-91;

**Alberto Marques Pires,**  
Rua João Palmeiro nº 1703 Apto-101, - RG nº 5012628649 e CPF nº 460589740-20;

**Olavo Thadeu Corrêa de Lima,**  
Rua Gomes Carneiro nº 1627 – RG nº 7019845465 e CPF nº 344856510-53;

**Belmirio da Silva,**  
Rua João Antonio Rodrigues, 176 – RG 2012783607 e CPF nº 306274600-97;

**Sandro Renato Diniz,**  
Rua Riachuelo nº 352 – RG nº 17/R 3209620 e CPF nº 715554989-49;

**Marciele Andrade dos Reis,**  
Rua General Marques nº 2846 – RG nº 4112228749 e CPF nº 030483680-00;

**João Felipe Machado da Rosa,**  
Rua Frei Miguelino, 286 casa 26 – RG nº 2060979561 e CPF nº 446312860-91;

**Claudia Sidinei Möllmann Martins,**  
Rua Moreira Cesar nº 1431 – RG nº 3033993993 e CPF nº 641381860-34;

**Christian Alex Cardoso Isbarrola,**  
Rua Acúrsio de Sá, 1915 casa 2 – RG nº 4101155101 e CPF nº 030475570- 20;

**Vania Cristina Rodrigues Vitória,**  
Rua Bompland nº 1991 – RG nº 1030106809 e CPF nº 691140050-34;

**Luiz Flores dos Santos,**  
Rua Andradas nº 2694, - RG nº 9035368019 e CPF nº 4463230401-84;

**João Carlos Chaves de Moura,**  
**Rua Bompland nº 2155 - RG nº 1029595681 e CPF nº 262256970-04;**

**Diamantina Velasques dos Santos,**  
**Rua Bompland nº 2371 - RG nº 6027523701 e CPF nº 700543710-15;**

**Venceslau Dias Nunes,**  
**Rua Alvaro Batista nº 2007 – RG nº 7068341648 e CPF nº 262251820-04;**

**Marino W Camargo,**  
**Rua Fausto L Aquino nº 1265 – RG nº 1033985902 e CPF nº 460712960-72;**

**Adão Carvalho dos Reis,**  
**Rua General Marques nº 2846/2 –RG nº 5115217886 e CPF nº 849787910-49;**

**Eliane Barragana Andrades,**  
**Rua General Marques nº 2846 –RG nº7096482976 e CPF nº 617514130-04;**

**Anoar M Hasan,**  
**Rua General Marques nº 1154 - RG nº 6058529055 e CPF nº 762240310-53;**

**Enio Oliveira Maidana,**  
**Rua Riachuelo nº 1289 apto.1 – RG nº 1006070765 e CPF nº 196853350-87;**

**Rosa Elaine Chuquel Rambo**  
**Rua Moreira Cesar nº 1617 – RG nº 1059594471 e CPF nº 617508400-49**

**Rui Miranda Lencina**  
**Rua Tamarino nº 968 – RG nº 3033956925 e CPF nº 333624320-34**

**Matilde Ribeiro da Costa**  
**Rua General Marques nº 2598 – RG nº 6052184592 e CPF nº 617542770-04**

**Jarlise Siqueira**  
**Rua 14 de Julho nº 83 – RG nº 4059076267 e CPF nº 019518670-25**

**Sonia Maria Silva da Rosa**  
**Rua Cabo Pedroso nº 270 – RG nº 1046252464 e CPF nº 585086780-53**

**Aguinaldo Ferreira da Cruz**  
**Rua Fausto L Aquino nº 1370 – RG nº 5753396 e CPF nº 690355558-72**

**Maria da Graça Cabral da Silva**

**Rua Jose Ribeiro nº 725- RG nº 9013427209 e CPF nº 271328970-04**

**Laura Lima Almeida Caetano**

**Rua Gregorio Camargo nº 290 – RG nº 8029433052 e CPF nº 446267110-49**

**Heitor Moraes Robalo**

**Rua Tamarino nº 1329 – RG nº 1023798661 e CPF nº 37499560-34**

**Maria de Fatima Flores**

**Rua general Osorio nº 1365 – RG nº 5014569114 e CPF nº 909302230-04**

**Claudia Matter**

**Rua Bento Martins nº 783 – RG nº 8025911473 e CPF nº 730756844-44**

**Vânia Della Pase**

**Rua Riachuelo 1320 – RG nº 6005941106 e CPF nº 322911910-04**

**José Arthur Fraga**

**Rua 20 de Setembro nº 1395 – RG nº 8041560494 e CPF nº 549726800-59**

**Ilca Carpes Lopes**

**Rua Bompland nº 1267 –RG nº 1005003950 e CPF nº 280927590-49**

**Edyl Rodrigues Matoso**

**Rua Acursio de Sá 1814 –RG nº 502634066 e CPF nº 091057780-34**

**Dilon Lopes**

**Rua Alcina Pinheiro Braga nº 221 –RG nº 3033818422 CPF nº 344947660-20**

**Graciele Rodrigues Ribeiro**

**Rua Bompland nº 2035 RG nº 1060709688 e CPF nº 968611200-04**

**André Souza Molinos**

**Rua Eurico Batista nº 1090 –RG nº 8048814902 e CPF nº 890794340-00**

**Anamélia Dotto**

**Rua Serafim Vargas nº 543 – RG nº 1030417354 e CPF nº 001262480-28**

**Marcio Pimentel**

**Rua Eurico Batista nº 1259 – RG nº 8048814902 e CPF nº 890794340-00**

**Silvirio Jornada da Luz**

**Rua Cesar Pereira da Cunha nº 228 – RG nº 5058523001 e CPF nº 585059110-91**

**Paulo Schimits**

**Rua Fausto L Aquino nº 1664 – RG nº 6063684705 e CPF nº 008855910-62**

**Luiz Cesar Silveira Martins**

**Rua Gustavo Sampaio nº 1810 – RG nº 1011599113 e CPF nº 3749985080-49**

**Margarida Gonçalves Trindade**

**Rua General Marques nº 2307 – RG nº 8084861536 e CPF nº 007156080-70**

**Maria Isabel Barragana Andrades**

**Rua Travessa Gomes Carneiro nº 24 – RG nº 1105943409 e CPF nº 290509010-34**

**Jociele Vieira Mattos**

**Rua Serafim Dornelles Vargas nº 1947 – RG nº 5087839154 e CPF nº 005931660-86**

**Lídio Martins Freitas**

**Rua General Marques nº 1790 – RG nº 7021041335 e CPF nº 344849060-15**

**Paulo Luiz Leal dos Santos**

**Rua Riachuelo nº 1504 – RG nº 1017114388 e CPF nº 333547150-49**

**Jorge Luis Santos Saraiva**

**Rua Bento Martins nº 788 – RG nº 6027455168 e CPF nº 249770390-68**

## Ata 01 - 2012

Às vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, tendo por local a sede da Rádio Butuí Fm, sito a rua Vereador Eurico Batista da Silva, número trezentos e sessenta e sete, às dezenove horas em primeira chamada e às dezenove horas e trinta minutos para deliberarem sobre o edital de convocação reuniram-se extraordinariamente os dirigentes e associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul de acordo com Artigo Décimo, Parágrafo primeiro e segundo e Artigo Décimo Segundo Parágrafos primeiro e segundo. Na abertura dos trabalhos foi lido o edital de convocação para a eleição Biênio dois mil e treze, dois mil e quatorze, sua prestação de conta e assuntos gerais. A secretária Marcelle Andrade dos Reis passou a palavra ao Presidente Teodoro Santos Rodrigues que agradeceu aos presentes e aos integrantes da Diretoria que findava o seu mandato. Remontou que alguns não fariam mais parte de diretoria da Entidade por motivos de ordem particulares. Atocontínuo foi apresentada a prestação de contas assinada pelo Presidente, Tesoureiro e um profissional contábil sobre gastos e investimentos no período onde adirindo de idas e vindas e apoio cultural a Acomul arrecadou um montante Bruto de noventa e seis mil reais sendo que foi gasto no período noventa e cinco mil e dois centavos conforme especificado em balanete em anexo. Também foi colocado que a Entidade adquiriu equipamentos para melhor desenvolver suas atividades relativas à Rádio Butuí Fm que é mantida pela Acomul. Foi colocado o balanete em votação sendo que foi aprovado por unanimidade das pessoas que se encontravam presentes na Assembleia.



segundo a ordem do dia foi apresentada a nomen-  
clatura da chapa concorrente que obdeceu o regimen-  
to (digo) o Estatuto da entidade ficando assim con-  
stituída Presidente: Ilaro Santos Rodrigues; Vice-Pre-  
sidente: Inohita Delous Flores Nunes; Secretário Geral:  
Maurille Andrade dos Reis; Segundo Secretário: Maurilaine  
Cabelira Santiago; Tesoureiro: Arumio Bacelar Simen-  
tel; Segundo Tesoureiro: Belmirio Silva; Diretor de O-  
perações: João Antônio Rodrigues Neto; Vice-Diretor de  
Operações: Aristalino Fagundes Pustes Filho; Diretor  
Cultural e de Comunicação Social: Olavo Thadeu  
Corvêa de Lima; Vice-Diretor de Comunicação  
Social: João Felipe Machado da Rosa; Diretor de Pa-  
trimônio: Venceslau Dias Nunes. Foi colocada em  
votação através de cédula, votação secreta. Após  
foi feita a recrutinação sendo que todos receleram  
votos e consequentemente foram eleitos. Após foram  
empenhados como novos dirigentes da Acomul para  
o período até dois mil e quatorze. Ao final o Pre-  
sidente usou os novos diretores colocando a pala-  
vra em disposição como ninguém quis se manifes-  
tar a Assembleia foi encerrada não havendo mais  
assuntos a tratar encerra a presente Ata que vai

assinada por mim Maurille Andrade dos Reis e  
pelos demais presentes Maurille Reis, João Antônio Rodrigues Neto, Maurilaine Cabelira

CLÁUDIO ROSA CORRÊA João Neto Maurilaine Cabelira  
Arumio Bacelar Simen-  
tel Marcio Pinetel Marques, Justino  
Olavo Thadeu Corvêa de Lima

João Felipe da Luz Flores  
Oswaldo Carvalho dos Reis MAXIMO ARCO dos Reis

MAXIMIANO ARCO dos Reis Carlos Eudendo Leal Junior

Belmirio Silva  
Rafaela Pontes de Silveira (Ponteiro)

João Felipe da Luz Flores  
Milton Socorda. Auto Chelero



**CARTÓRIO DORNELLES - SÃO BORJA - RS**  
2º Tabelionato - Abelardo Pazzini Fontella - Tabelião Designado  
Rua Candido Falcão, 1233 - Fone/Fax: (55) 3431-1685 - E-mail: cartoriordornelles@gmail.com

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do original a mim apresentado. 0583.01.1300003.08156

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

São Borja, 11 de abril de 2013

Elenara Figueiredo dos Santos- Escrevente Autorizada

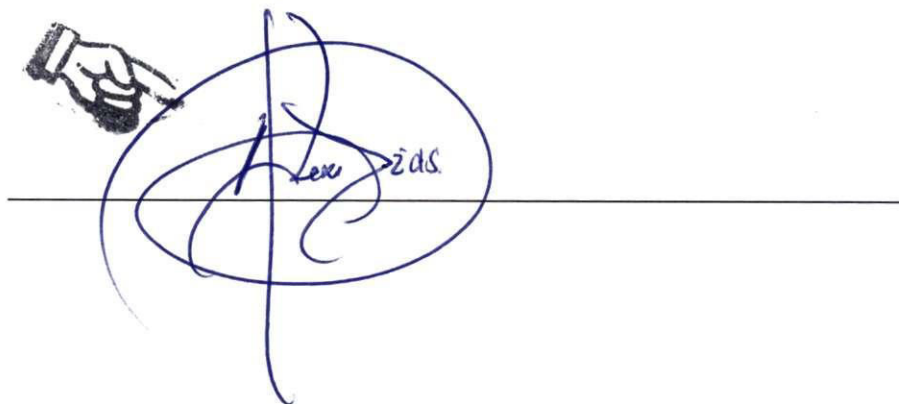
Emol: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30

*Elenara Figueiredo dos Santos*  
Escrevente Autorizada

**MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS  
COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MENOS DE 2 (DOIS)  
ANOS**

*A Igreja Evangélica Nova Vida, inscrita no CNPJ sob o nº 17.344.799/0001-36, com sede rua Barão do Rio Branco nº 2778, na cidade de São Borja, Estado de Rio Grande do Sul, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.*

São Borja 02 de Junho de 2014



Nome do representante legal: Alex Sandro Pinheiro Dias

CPF: 002.074.450-10





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>17.344.799/0001-36</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>14/12/2012</b>
NOME EMPRESARIAL <b>IGREJA EVANGELICA NOVA VIDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>IGREJA EVANGELICA NOVA VIDA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA</b>			
LOGRADOURO <b>R BARAO DO RIO BRANCO</b>	NÚMERO <b>2778</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>97.670-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO BORJA</b>	UF <b>RS</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>14/12/2012</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **09/06/2014** às **15:34:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA IGREJA EVANGÉLICA NOVA VIDA. ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO ESTATUTÁRIA E DE ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORIA. Aos dez dias do mês novembro de dois mil e doze, às dezenove horas e trinta minutos, na Rua Barão do Rio Branco, número dois mil setecentos e setenta e oito, deu-se início em Assembléia Geral as pessoas que adiante assinam e vão nominadas, tendo como líder o Pastor ALEXSANDRO PINHEIRO DIAS, escolhido por aclamação unânime dos presentes para assumir a presidência dos trabalhos, como de fato assumiu, feita uma oração e explanação da Palavra de Deus, indicou as pessoas a comporem a mesa assim constituída: Presidente Pastor Alexsandro Pinheiro Dias, Vice-presidente Paulo Roberto Martins Carpes, Secretária Marineli Dias Pimenta Pedroso e Tesoureira Marjorie Arce Weber. O Pastor Presidente manifestou o desejo de fundar uma igreja que tivesse como finalidade principal difundir o evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e os princípios da Palavra de Deus e promover atividades sociais, recreativas, culturais e beneficentes inclusive através de meios de comunicação, finalidades estas aceitas com a concordância unânime. A seguir foi apresentado o projeto de estatuto social, o qual após exame e discussão, mereceu aprovação unânime e passa a ter a seguinte redação: **ESTATUTO DA IGREJA EVANGÉLICA**

**NOVA VIDA** CAPÍTULO 1 *Denominação, definição, sede e fins* ARTIGO 1º A

"Igreja Evangélica Nova Vida", organizada em 10 de novembro de 2012, sediada na Rua Barão do Rio Branco, 2778, no município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, onde tem seu foro, é uma entidade civil de caráter religioso e assistencial, sem fins lucrativos e constituída por tempo indeterminado com número ilimitado de membros. ARTIGO 2º A IGREJA EVANGÉLICA NOVA VIDA doravante denominada igreja, é autônoma e soberana em suas decisões, reconhece com única fé, doutrina, culto, disciplina e governo a Bíblia e os princípios ensinados por Jesus Cristo enunciados na declaração doutrinária votada na convenção.

ARTIGO 3º A finalidade precípua da igreja é proclamar ao mundo as mensagens de poder e fé do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, salientando a doutrina da Igreja Evangélica Nova Vida; manter uma cruzada de evangelização para promoção de movimentos evangélicos e avivamento espiritual, doutrinação e orientação de seus fiéis, bem como a beneficência, educação, missões e demais causas e atividades pertinentes ao estabelecimento do Reino de Deus na terra, usando para tanto tendas, salões, terrenos baldios, programas de rádio e televisão e outros meios de comunicação disponíveis. CAPÍTULO II *Dos Membros* ARTIGO 4º A

igreja é constituída por pessoas de ambos os sexos, que aceitam, voluntariamente, os ensinamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo fundamentado nas Santas Escrituras, o estatuto social e os regulamentos internos da igreja, suas doutrinas e disciplinas. ARTIGO 5º Serão considerados membros da igreja todos aqueles que, em profissão pública, testemunharem sua fé em Jesus Cristo como Salvador e Senhor, forem batizados, quando terão seu nome imediatamente lançados no livro da irmandade com indicação de seu número de matrícula e categoria a qual pertencerá de imediato. § Único. O candidato a membro da igreja que for menor de idade, ou menor de dezoito anos, será exigido autorização formal e expressa dos pais ou o responsável legal para sua adesão. ARTIGO 6º São deveres dos membros da igreja: I. Viver de acordo com a doutrina e prática da Palavra de Deus, honrando e propagando o santo evangelho segundo as Escrituras Sagradas; II. Zelar pelo bom nome da igreja; II. Defender o patrimônio e os interesses da igreja; IV. Participar da Assembléia Geral; V. Apoiar financeiramente a igreja através dos planos e programas por ela adotados para sua manutenção; VI. Sujeitar-se a disciplina eclesiástica orientada pela diretoria executiva do conselho administrativo; ARTIGO 7º São direitos dos membros da igreja:

- I. Receber assistência pastoral;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Proventos de Títulos Combi...

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

- II. Solicitar arbitragem pastoral em questão litigiosa entre irmãos;
- III. Apresentar queixa formal e expressa quando ofendido por algum irmão (ã) ou em relação à conduta de algum irmão diretamente a diretoria executiva, requerendo providências em relação às penalidades pertinentes.
- IV. IV. Apresentar recurso contra as decisões da diretoria executiva num prazo de quinze dias a contar da notificação da decisão, para o conselho administrativo. **CAPÍTULO III Das Penalidades ARTIGO 8º** Será punido pela diretoria executiva, com pena de observação pessoal, ou escrita, suspensão até um ano, conforme a gravidade o membro da igreja que:
- a) Infringir as disposições estatutárias;
  - b) Não atender as observações de qualquer diretor ou membro da diretoria executiva e conselho administrativo;
  - c) Promover desordem ou discussão inconvenientemente no recinto da sede da igreja;
  - d) Pretender frequentar as dependências da igreja, ou participar de atividades empreendidas pela igreja acompanhado de pessoas estranhas a membresia;
  - e) Ofender moral ou fisicamente qualquer membros da igreja;
  - f) Portar arma em qualquer recinto da igreja;
  - g) Comprometer o bom nome da entidade ou promover o desprestígio social, semeando discórdia entre seus membros;
- h) Tiver mau procedimento como cidadão na sociedade em que vive; **ARTIGO 9º** Poderá ser eliminado do quadro da membresia a critério da diretoria executiva o membro da igreja que:
- a) Tem sido advertido ou punido na forma do Artigo 8º do presente estatuto, reincidir na mesma falta;
  - b) Deixar de pagar eventuais contribuições da igreja sem justo motivo;
  - c) Aquele que causar danos ou depredações a bens pertencentes ao patrimônio da igreja;
- ARTIGO 10º** Qualquer das penalidades previstas neste capítulo não será aplicada sem a audiência prévia do associado. § Único. Se intimado e não comparecer a reunião da diretoria executiva para apresentar sua defesa será o mesmo julgado a revelia;
- ARTIGO 11º** Nos casos passíveis de punição poderá o membro da igreja e acusado apresentar a defesa escrita que deverá ser apresentada até a data da reunião para a qual foi intimado pela diretoria executiva.

**ARTIGO 12º** Mediante pedido de reconsideração, ou por iniciativa própria, poderá a diretoria executiva relevar ou reduzir a penalidade imposta atendendo às causas da infração ou às suas circunstâncias.

**ARTIGO 13º** O pedido de reconsideração deverá ser formulado no prazo de cinco dias a contar da intimação da decisão da diretoria executiva e terá efeito suspensivo.

**ARTIGO 14º** Da penalidade imposta poderá o membro da igreja recorrer para o conselho administrativo num prazo de quinze dias, a contar da intimação da decisão que o puniu ou que lhe negou o pedido de reconsideração tendo o recurso efeito suspensivo.

**ARTIGO 15º** O provimento do recurso dependerá da maioria absoluta de votos do conselho administrativo.

**ARTIGO 16º** Da decisão do conselho administrativo que confirma a decisão imposta pela diretoria executiva, caberá recurso em caso de eliminação para a Assembléia Geral Extraordinária, a ser convocada pelo presidente da diretoria executiva, no prazo de quinze dias a contar da intimação da decisão do conselho administrativo, se a decisão contar com dois ou mais votos em favor do decorrente.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 12005

8

**ARTIGO 17º** A votação será sempre secreta quando se tratar de matéria disciplinar qualquer que seja o órgão julgador.

**ARTIGO 18º** O membro da igreja que for eliminado da membresia somente poderá ser readmitido após três anos da data da eliminação, por decisão favorável de dois terços dos membros do conselho administrativo.

#### **CAPÍTULO IV**

##### ***Dos órgãos administrativos da igreja.***

**ARTIGO 19º** São órgãos administrativos da igreja:

I. **Diretoria Executiva** composta pelo presidente Alessandro Pinheiro Dias, já eleito na assembléia de fundação, por ter sido ele o idealizador, líder e fundador da igreja, que gozará de vitaliciedade e inamovibilidade, por um (a) vice-presidente, um (a) secretário (a) e um tesoureiro (a) com mandatos por um ano e que serão investidos nos cargos por indicação exclusiva do presidente, cuja solenidade de nomeação e posse, em caso de vacância, substituição, renovação se dará sempre por Assembléia Geral extraordinária convocada para este fim específico.

§ Único. Em caso de morte ou incapacidade civil definitiva do presidente, o seu cargo será ocupado pela esposa e no impedimento dela, por qualquer razão, pelos herdeiros necessários do presidente impedido, respeitando nesse caso, o critério da idade, ou seja, assumirá o herdeiro mais velho e o ato de posse se dará na Assembléia Geral Extraordinária, convocada para o fim específico.

II. **Conselho Administrativo** é órgão consultivo da igreja e compõe-se de três pessoas, pelo presidente da diretoria executiva e mais um colegiado de três integrantes, todos nos cargos por indicação exclusiva do presidente, cuja solenidade de nomeação e posse, em caso de vacância, substituição, renovação se dará sempre por Assembléia Geral Extraordinária.

§ Único. Todas as decisões do conselho administrativo serão tomadas por maioria de votos, com participação garantida da maioria simples de seus membros, cabendo ao Pastor-presidente, em caso de empate, o voto de minerva ou desempate.

**ARTIGO 20º** O Conselho Administrativo reunir-se-á mensalmente ou extraordinariamente quando houver convocação do presidente da Diretoria Executiva para deliberar sobre:

- a) Julgar em grau de recurso, as decisões da diretoria executiva, em matéria disciplinar;
- b) Dar parecer sobre assuntos administrativos da igreja, sempre que solicitado pela Diretoria Executiva;
- c) Elaborar parecer anual sobre a gestão financeira da diretoria executiva da igreja a ser submetido à Assembléia Geral;
- d) Promover e incentivar, juntamente com a diretoria executiva, a criação de comissões destinadas ao desenvolvimento de cursos religiosos, profissionalizantes e atividades culturais;
- e) Convocar a Assembléia Geral nos casos e pela forma prevista neste estatuto.

#### **CAPÍTULO V**

##### ***Do Ministério e Administração.***

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Promissões de Títulos Cambiais

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

8

**ARTIGO 21º** O ministério da igreja é exercido pelo presidente a quem compete, além de gerir administrativamente a igreja, o seguinte:

- I. Pregar o evangelho e incentivar a igreja a realização da obra evangelística;
- II. Doutrinar os membros da igreja prestar-lhes assistência espiritual;
- III. Incentivar e apoiar as atividades educacionais indispensáveis à formação espiritual, religiosa, moral e cultural da igreja;
- IV. Representar a igreja ativa e passivamente perante os órgãos públicos judiciais extrajudiciais, inclusive em juízo, ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir advogados para o fim que julgar necessário;
- V. Convocar e presidir as reuniões da diretoria executiva;
- VI. Convocar e presidir as reuniões do conselho administrativo;
- VII. Convocar assembléias ordinárias e extraordinárias;
- VIII. Abrir e manter contas bancárias juntamente com o tesoureiro (a) e assinar cheques e documentos contábeis;
- IX. Elaborar o relatório contendo o balanço de exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior;
- X. Apresentar a Assembléia Geral Extraordinária relatórios financeiros solicitados em caráter de urgência através da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, com antecedência mínima de trinta dias por dez por cento dos fiéis, em dia com suas atribuições estatutárias, ou por metade mais um do conselho administrativo, que especificarão os motivos da convocação;
- XI. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde, e outros que julgar necessário ao cumprimento das finalidades sociais da igreja, nomeando e desconstituindo os respectivos responsáveis;
- XII. Assinar compromisso de compra e venda e demais títulos, em razão de aquisição pela igreja após parecer do conselho administrativo;
- XIII. Assinar procurações, nomeações e documentos de reconhecimento de igrejas;
- XIV. Assinar as credenciais e certificados de ordenação dos pastores da igreja;
- XV. Elaborar diretrizes para programação da agenda anual, atividades evangelísticas e de edificação cristã em âmbito nacional.

**ARTIGO 22º** Compete ao vice-presidente:

- I. Substituir o presidente, na ausência dele, em período não superior a trinta dias;
- II. Em caso de vacância em qualquer um dos cargos que compõem a diretoria executiva, acumular temporariamente o cargo vago, num período não superior a trinta dias, até que a substituição regular se dê na forma prevista no Art. 19º deste estatuto social;

**ARTIGO 23º** Compete ao secretário (a):

- I. Lavrar as atas das reuniões da diretoria executiva, do Conselho Administrativo e das assembléias ordinárias e extraordinárias da igreja;
- II. Organizar a pauta para cada reunião do ministério;
- III. Redigir, assinar e expedir correspondências da igreja que tratem de decisões tomadas em suas reuniões oficiais para a comunicação do ministério;
- IV. Manter atualizada e em ordem a escrituração de atas. Rol das igrejas e cadastros do ministério;

**ARTIGO 24º** Compete ao tesoureiro (a):

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Inscrição 11111111111111111111

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

- 8
- I. Registrar o movimento financeiro;
  - II. Fiscalizar e acompanhar as contas bancárias, as doações, os dízimos, os donativos e a aplicação dos recursos disponíveis da corporação;
  - III. Acesso aos livros de contabilidade, relatórios, recibos e documentos da movimentação financeira da corporação;
  - IV. Preparar o relatório mensal da movimentação financeira de maneira a manter a escrita em dia para ser apreciado a qualquer momento por solicitação da diretoria executiva ou do conselho administrativo;
  - V. Assinar cheque juntamente com o presidente;

**ARTIGO 25º** São causas de perda de mandato de membro da diretoria executiva e do conselho administrativo as seguintes:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social da igreja;
- II. Desrespeito as leis de Deus;
- III. Desvio da conduta e dos bons costumes;
- IV. Conduta duvidosa, a prática de atos ilícitos e imorais;
- V. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce junto a igreja;

**§ Único.** A declaração de perda do mandato do membro integrante da diretoria executiva ou do conselho administrativo escrito, instruído na diretoria executiva e sob a presidência do presidente, que assegurará a ampla defesa do denunciado, a quem será assegurado o deferimento de qualquer tipo de prova em direito admitido, depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, prova documental e tudo será redigido a termo, assim como será assegurado o direito de recurso, num prazo de quinze dias contados da notificação da decisão ao Conselho Administrativo e ainda a Assembléia Geral caso a decisão do conselho administrativo não seja unânime.

**ARTIGO 26º** Em caso de renúncia de qualquer membro da diretoria executiva ou do conselho administrativo, o cargo vago será preenchido por indicação do presidente na forma estipulada no Art. 19º deste estatuto.

**§ Único.** Em caso de renúncia coletiva da diretoria executiva ou do conselho administrativo exceto do presidente, caberá ao presidente da diretoria executiva, imediatamente, convocar uma Assembléia Geral Extraordinária, com o fim específico, para indicar, nomear e dar posse aos novos titulares dos cargos vagos.

**ARTIGO 27º** O presidente, na qualidade de orientador espiritual da igreja, e no exercício de seu ministério, receberá o sustento financeiro da mesma, mediante salário mensal e, inclusive, reembolso de despesas necessárias ao desempenho de suas funções, valores definidos em reunião do conselho administrativo convocado para este fim.

**§ Único.** Nenhum membro da igreja em qualquer cargo ou função, com exceção do presidente, receberá remuneração, ou salário a não ser reembolso de despesas efetuadas a serviço ou representação da igreja, desde que previamente autorizadas em reunião de diretoria executiva.

**ARTIGO 28º** Para atingir suas finalidades, a igreja poderá normatizar tantas organizações quantas forem necessárias ao desempenho de suas tarefas.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Assembléias Gerais.**

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Tít. e

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

8

**ARTIGO 29º** A igreja reunir-se-á em Assembléia Geral Ordinária e em Assembléia Geral Extraordinária para tratar de assuntos de interesse geral da igreja e constitui-se do somatório de seus membros presentes, e deve ser instalada com o quorum de no mínimo 1/5 (um quinto) do total de sua membresia e as decisões dar-se-ão pela maioria dos presentes no momento da votação, ressalvando os casos especiais previstos neste estatuto.

**ARTIGO 30º** A Assembléia Geral funcionará validamente quando convocada:

- I. Pelo presidente da diretoria executiva;
- II. Por cinquenta por cento dos membros do conselho administrativo;
- III. Por 1/5 (um quinto) do total da membresia;

**ARTIGO 31º** A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente na primeira quinzena do mês de janeiro de cada ano para discutir e julgar o relatório e as contas da diretoria executiva e o parecer do conselho administrativo do exercício anterior.

**ARTIGO 32º** A Assembléia Geral Extraordinária só poderá decidir sobre assuntos que constarem expressamente no edital de convocação e que não contrariarem os termos deste estatuto.

**ARTIGO 33º** A Assembléia Geral funcionará em primeira convocação com metade a presença de metade mais um dos membros da igreja com direito a voto, e em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

**ARTIGO 34º** A reunião da Assembléia Geral será sempre instalada pelo presidente da diretoria executiva, ou seu substituto legal.

**ARTIGO 35º** Declarada aberta a sessão, o presidente, se quiser, convidará o plenário a indicar um membro da igreja com direito a voto, cabendo ao escolhido a indicação de secretários e demais auxiliares.

**ARTIGO 36º** Compete a Assembléia Geral decidir sobre todo e qualquer assunto de interesse da igreja, observadas as disposições deste estatuto.

**§ Único.** Compete privativamente a Assembléia Geral:

- a) Decidir sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;
- b) Julgar em grau de recurso, as decisões disciplinares da diretoria executiva e do conselho administrativo;
- c) Anular os atos da diretoria executiva ou do conselho administrativo, quando contrários as disposições deste estatuto ou do regimento interno da igreja;
- d) Alterar o estatuto e aprovar o Regimento Interno da igreja;
- e) Destituir os administradores;
- f) Para deliberação das letras "d" e "e" é exigido o voto concorde de cinquenta e um por cento dos presentes convocados especialmente para este fim.

**ARTIGO 37º** A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de quinze dias, salvo os casos em que este estatuto dispuser de modo diferente, devendo em qualquer caso, respectivo edital de convocação deverá ser publicado em local especificamente reservado à publicação dos atos administrativos da igreja e nele deverá constar, especificamente, os assuntos a serem discutidos na reunião.

Paul

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Inscrições

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

§ 1º. No início de cada assembléia administrativa será aprovada a sua agenda de trabalho.

§ 2º As assembléias administrativas para sua validade terão que ser realizadas na sede da igreja, salvo por impossibilidade absoluta da utilização das dependências desta, quando o motivo e o local serão mencionados na convocação.

§ 3º As assembléias administrativas da igreja serão convocadas por fixação de aviso no local visível de sua dependência, por carta ou qualquer outro meio de comunicação.

## **CAPÍTULO VII**

### ***Do Patrimônio, Receita e Orçamento.***

**ARTIGO 38º** O patrimônio da igreja é constituído de bens móveis e imóveis.

**ARTIGO 39º** A receita da igreja, destinada ao atendimento de suas finalidades, provém de:

- I. Contribuições, dízimos e ofertas de seus membros;
- II. Donativos e legados ou outras rendas, desde que compatível com a natureza da instituição.

§ Único. Os donativos, contribuições e legados feitos a igreja e incorporados ao seu patrimônio, não poderão ser reivindicados pelos doadores, herdeiros ou terceiros, sob qualquer hipótese ou em qualquer tempo.

**ARTIGO 40º** A igreja terá seu orçamento aprovado na assembléia administrativa ordinária que poderá revê-lo sempre que necessário;

§1º o exercício financeiro começa em primeiro de janeiro de cada ano;

§2º Na utilização da receita, será observado o que estiver consignado no orçamento aprovado pela igreja não sendo permitido o emprego de verba com destinação diversa da prevista, assimtambém as ofertas designadas com objetivos específicos;

§3º matéria alguma que envolva finanças poderá ser decidida pela assembléia administrativa sem prévio estudo e parecer da diretoria executiva;

§4º No caso de urgência comprovada, a diretoria poderá efetuar despesas extra-orçamentárias "ad Referendum" da Assembléia Administrativa Ordinária;

## **CAPÍTULO VIII**

### ***Da Dissolução da Igreja***

**ARTIGO 41º** Apenas pelo voto de noventa por cento do total de seus membros regulares arrolados poderá a igreja ser dissolvida, devendo a deliberação ser tomada em duas Assembléias Gerais Extraordinárias, com intervalo de seis meses, convocada na forma exigida neste estatuto.

**ARTIGO 42º** No caso de dissolução da igreja, respeitando os direito de terceiros, todos os bens da igreja serão destinadas a uma igreja evangélica de mesmo caráter.

**ARTIGO 43º** Verificado-se divergências doutrinárias que resultem na divisão da igreja, os bens patrimoniais e nome IGREJA EVANGÉLICA NOVA VIDA, ficarão com o grupo de membros fiéis a declaração doutrinária da que deu suporte a sua criação, sendo mantida a referida destinação nominal e patrimonial, mesmo que o grupo remanescente seja minoria.

## **CAPÍTULO IX**

### ***Das Disposições Gerais.***

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: J. C. R. S. R. S. R. S.

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

8

**ARTIGO 44°** Nenhum membro da igreja ou de sua diretoria executiva ou do conselho administrativo responderá nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela igreja, tampouco esta responderá pela obrigações assumidas pelos seus membros, outras igrejas, convenções, ou instituições de qualquer espécie.

**ARTIGO 45°** O relacionamento da igreja com qualquer outra instituição tem efeito meramente cooperativo, não envolvendo nenhuma responsabilidade, a não ser os convênios feitos através de documentos por inscrito, após referendado da assembleia;

**ARTIGO 46°** É vedado o uso do nome da igreja em avais, fianças ou quaisquer outras obrigações estranhas aos fins de interesse da mesma.

**ARTIGO 47°** A igreja poderá elaborar normas regimentais e operacionais, nos termos deste estatuto, que normatizarão todas as suas organizações e funcionamento;

**ARTIGO 48°** Os casos omissos e de urgência serão resolvidos pela diretoria "ad Referendum" da assembleia administrativa no que couber decidir, ordinária ou extraordinária;

## **CAPÍTULO X.**

### ***Das disposições transitórias.***

**ARTIGO 49°** Os mandatos dos membros da diretoria executiva e dos membros do conselho administrativo são por prazo determinado pelo período de um ano, com exceção do presidente que é vitalício, e só se extinguirão na forma prevista neste estatuto.


 **ARTIGO 50°** A igreja poderá refazer um remanejamento de suas organizações atuais após deliberação da assembleia ordinária.

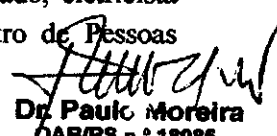
## **CAPÍTULO XI**

### ***Das Disposições Finais.***

**ARTIGO 51°** A diretoria executiva providenciará na elaboração de um projeto de regimento interno para a igreja;

**ARTIGO 52°** O presente estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, foi levada a debate a possibilidade do cargo de presidente da diretoria executiva ser vitalício e os demais cargos terem mandato por tempo determinado de um ano, podendo ser renovado o prazo do mandato por indicação do presidente e aprovação da maioria dos integrantes do conselho administrativo, o que foi aceito pela assembleia que votou e elegeu os órgãos administrativos, ou seja, diretoria executiva e conselho administrativo previstos no estatuto recém aprovado e que ficou assim constituído: **DIRETORIA EXECUTIVA:** Presidente: Pastor ALEXSANDRO PINHEIRO DIAS, brasileiro, casado, pastor evangélico, portador da cédula de identidade número 9092417303 Cadastro de Pessoas Físicas número 002.074.450-10 residente e domiciliado na Rua Engenheiro Manoel Luiz Fagundes, 1109 apartamento 1 em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul; Vice-presidente: Paulo Roberto Martins Carpes, brasileiro, casado, eletricitista automotivo, portador da cédula de identidade número 7107249018 e Cadastro de Pessoas

  
Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Registro

  
Dr. Paulo Moreira  
HABERE n.º 19982

Físicas número 030.089.660-39, residente e domiciliado na Travessa Uniluz, 1060, em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul; Secretária: Marineli Dias Pimenta Pedroso, brasileira, casada, assistente social, portadora da cédula de identidade número 1088814528 e Cadastro de Pessoas Físicas número 004.948.990-93, residente e domiciliada na Rua Gomes Carneiro, 1795, em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul; Tesoureira: Marjorie Arce Weber, brasileira, casada, empregada doméstica, portadora da cédula de identidade número 7081966025 e Cadastro de Pessoas Físicas número 974.638.920-34, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, 2704 em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. **CONSELHO ADMINISTRATIVO:** Sílvia Patrícia Guterres de Souza Dias, brasileira, pastora evangélica, casada, portadora da cédula de identidade número 5079827589 Cadastro de Pessoas Físicas número 002.727.570-12 residente e domiciliada na Rua Engenheiro Manoel Luiz Fagundes, 1109 apartamento 1, bairro Pirahy, em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul; Luciano Velasque Pedroso, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade número 4069405076 Cadastro de Pessoas Físicas número 003.571.850-13 residente e domiciliado na Rua Gomes Carneiro, 1795, bairro Paraboí, em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul; Edna Valéria Oviedo Aquino, brasileira, solteira, diarista, portadora da cédula de identidade número 3060967498 Cadastro de Pessoas Físicas número 998.817.300-82 residente e domiciliada na Cabo Pedroso, 2610, Bairro Florêncio Aquino Guimarães, em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul; ficando desde já empossados em seus cargos. Nada mais havendo a tratar e sob a bênção de Deus, o Pastor presidente agradeceu a participação de todos, deu por encerrados os trabalhos às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar foi por mim lavrada a presente ata lida e achada conforme foi por todos os presentes assinada. São Borja, Dez de Novembro de Dois mil e doze.

Secretária

Presidente

Marineli Dias Pimenta Pedroso

Patrícia Dias  
Luciano Velasque Pedroso

Paulo Roberto Martins Barpes  
Camelo Aparecido Martins Barpes

Marjorie Arce Weber

Edna Valéria Oviedo Aquino

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: LORITA

Dr. Paulo Moreira  
OAB/RS n.º 18085

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS  
COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE 2 (DOIS) ANOS

*A UNIÃO SAMBORJENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES- USAM, Inscrita no CNPJ sob o nº 05.086.896/0001-97, com sede na rua Aparicio Mariense, 2751, na cidade de São Borja, Estado de Rio Grande do Sul, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente há mais de 2 (dois) anos, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.*

São Borja, 02 de Junho de 2014.



---

Nome do representante legal: Pedro Ivo da Silva Rosa  
CPF: 333687910-87

Ministério da Fazenda

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie a atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 05.086.896/0001-97	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> 13/03/2002
<b>MATRIZ</b>	<b>CADASTRAL</b>		
<b>NOME EMPRESARIAL</b> UNIAO SAMBORJENSE DAS ASSOCIACOES DE MORADORES - USAM			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> USAM			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> R APARICIO MARIENSE	<b>NÚMERO</b> 2751	<b>COMPLEMENTO</b>	
<b>CEP</b> 97.670-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> SAO BORJA	
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA	<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 13/03/2002		
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

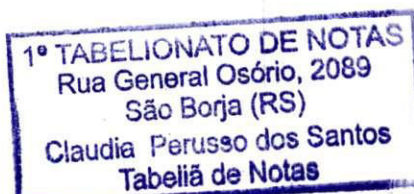
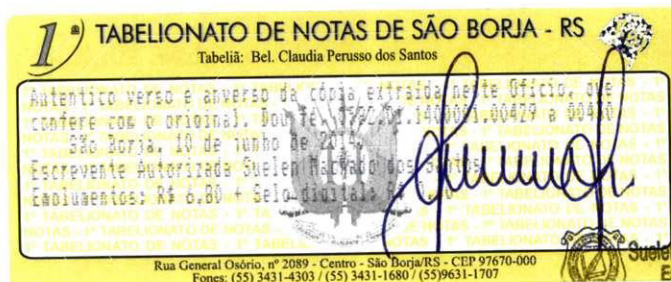
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 09/06/2014 às 11:07:06 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Ata nº 06/2011. Aos vinte e oito dias do mês de maio  
do atual mil e oge, reuniram-se os Prefeitos, Presidentes  
das Associações de Moradores do Município de São Bor-  
ja, RS, URAM, na sede da Associação dos Moradores  
da Vila Colat, sob a presidência da mesa diretores,  
Sr. Ivo Ricardo Marques dos Santos, Secretário geral  
da eleição e Secretário. O qual passou as fechos  
luz da Secretaria para a Secretaria de Inveniente  
e afim. Sendo que os trabalhos foram feitos  
conforme. Primeiro os seguintes foram em ato, sendo  
muito foi discutido a questão de quem poderia ser o presidente  
que seria presidente por votação nos grupos em votação,  
foi votado o que de fato e de direito, porém não foi  
em votação. Foi o seguinte por todos votaram este o indi-  
cado do Grupo 2. Seu João Soares Mendes. 1º. Votação de  
contas do atual diretor e presidente do URAM para ser da  
cidade. Depois a comissão que não teve representação  
porém no município houve um representante houve que não  
foi votado em votação a votação de voto foi o que  
votou por todos votaram. 2º. Votação e por da diretoria e do grupo.  
Votou Fátima, para vice-presidente de 28 de maio de 2011 a  
24 de setembro de 2013. Indivíduo o presidente da mesa diretores  
Secretaria para todos para todos candidato a presidente e dire-  
tores de diretoria e secretaria, mas a palavra seu João Soares Mendes  
que foi a seguinte manifestação. Depois não foi nomeado uma comissão  
distrital do URAM para reunir o trabalho distrital do dia 28/05/2011.  
Onde está o livro da ata que separam o Sr. Ivo Marques para uma se-  
manha desta eleição. Onde está o livro da dos reuniões seguintes  
com os presidentes durante seu mandato de três anos e mais depois  
foi eleito o senhor Roberto Hummel interferir na administração  
do grupo do grupo para nomear eleição dos comunidades, também  
com o tempo mencionado. Logo o Sr. que se dirigiu presidente quando

quando exerceu a presidência da USAM não registou em Cartório (Kenne) digg, de registro explicai a USAM porque não houve reuniões com os presidentes das associações durante esse três anos e meio. Logo explicai e modelo da ata da associação da Vila das Fontes e também da eleição da associação de moradores de São Pedro do Sul. Pergun- to Code o livro livro da União Sindical Regularizada e assim- da pela primeira reunião da União São Jorge. No informe onde- eta o livro ata do tombamento da USAM que cita os materiais- existente. Logo após foi passada a (fó) digg, galera o candidato da Chapa 1 nome Pedro Ivo da Silva Nova, a eleição da USAM ocorreu 17.11.07, o presidente Pedro Ivo Silva da Nova apresentou a lista com as assinaturas. E também apresentou a ata da associação da Vila das Fontes que consta na ata de no 39/2009 que consta que Sr. João Romero Mendes com Sr. Erno Pedman com a Chapa 1, que o vereador Erno Pedman foi vereador com cinquenta e um votos e a Chapa 2 com vinte e quatro votos com o presidente da Vila das Fontes Erno Pedman, salienta também que todos presidentes digg, presentes assinaram a ata que no estatuto se pode votar presidente e Sr. João Romero Mendes não poderia concorrer porque não é presidente. Respondendo ao Sr. João Romero Mendes que as eleições foram realizadas com os presidentes da cidade e interior na sala dos servidores na prefeitura com a presença na Juma Dinheiro em dois e dois meses. Em continuidade o presidente da mesa registou as Chapas Concorrentes, Chapa 01 Presidente: Pedro Ivo da Silva Nova, Vice Presidente: Justino César Lemos, 1º Secretário: José Clemente Maril, 2º Secretário: Nery Rodrigues, 1º Tesoureiro: José Rodrigues, 2º Tesoureiro: Bruno Marcelo Wirtadt. Suplentes da Diretoria 1º César Fingamon Mendes, 2º Jorge Luiz, 3º José Valdir Pires, Conselho Fiscal Titulares 1º Sandra Tulkar Rosa, 2º Maria Margarida S. Martins, 3º Rodrigo Godoy, Suplentes do Conselho Fiscal 1º Blandio dos Santos, 2º Amelindo A. Teixeira, 3º João Brutes. Na Chapa 02. Presidente: João Romero Mendes, Vice Presidente: Mario Juarez Machado, 1º Secretário: Sandra Diercia Abreu da Luz, 2º Secretário: Tere- zinha de Fatima, 1º Tesoureiro: Antonio M. de Oliveira, 2º Tesoureiro.



Autentico a cópia extraída deste Edital, que contém, em o original, Dou Fe. 9582.01.1900 de 1992  
São Borja, 10 de junho de 2014  
Escritura Autorizada Suely  
Emplacados: R\$ 3,40 + Selos R\$ 0,50

Rua General Osório, nº 2089 - Centro / São Borja/RS - CEP 97670-000  
Fones: (55) 3431-4303 / (55) 3431-1680 / (55) 9631-1707

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Rua General Osório, 2089  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

**Suelen Machado dos Santos**  
Escritora Autorizada

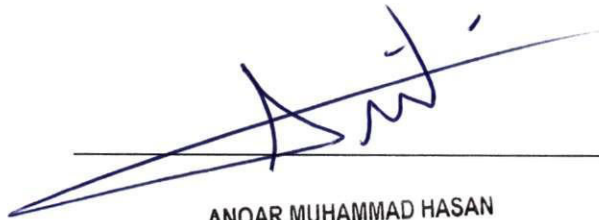
[illegible]

## MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

*Eu, Anoar M, Hasan, portador da carteira de identidade nº 762240310-53, residente na rua general Marques, 1145, apto 21, na cidade de São Borja, Estado de Rio Grande do Sul, pessoa física, venho, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total apoio à iniciativa da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.*

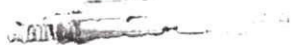
*Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do Serviço.*

*São Borja, 02 de Junho de 2014.*



---

ANOAR MUHAMMAD HASAN  
CRCIRS 066814/0-8





# Conta de Energia Elétrica



**IBARO SANTOS RODRIGUES**  
R. ACÚRCIO DE SÁ Nº 1915  
SÃO BORJA  
V. RODOVIÁRIA CEP-97670000  
4401-12-0002-2117365

51978

R: 427

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.  
Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 812.864

Reservado ao Fisco  
9B1C.5D3F.42F8.D58D.FFD5.F4AA.3EC1.BB6B

CÓDIGO DO CLIENTE

2173126-8

VENCIMENTO

18/06/2014

TOTAL A PAGAR (R\$)

73,63

## CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet: [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br) Central de Relacionamento: 0800 707 7272 Deficientes Auditivos: 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento  
Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

**IBARO SANTOS RODRIGUES**

R. ACÚRCIO DE SÁ Nº 1915

SÃO BORJA

CNPJ/CPF: 341.177.500-97

Classe: Comercial, Serviços e Outras Atividades

Nº de Fases: TRIFÁSICO

Limites Adequados: 348 a 396 / 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Dem. Classes baixa tensão

Tensão Nominal: 380 / 220 Volts

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO 05/2014 EMISSÃO 19/05/2014 APRESENTAÇÃO 21/05/2014

ANTERIOR 17/04/2014 ATUAL 19/05/2014 PRÓXIMA 17/06/2014

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
2117365	17511	17639	128 kWh

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SCPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
18/04/2014	73,27		

Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar ao corte de energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

Ocorrendo o corte de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

**Atenção:** Ocorrendo o corte de energia, para solicitar religação todas faturas vencidas devem estar quitadas.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	128	0,339683	43,47
Total dos conceitos de energia			43,47
Multa Atraso de Pagamento	1		3,18
Juros de Mora	1		2,50
Atualização Monetária	1		2,56
ICMS			14,49
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			7,43
<b>TOTAL</b>			<b>73,63</b>

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

São Borja 2		EUSD(R\$):		24,05
MÊS DE APURAÇÃO: MARÇO / 2014		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	13,70	27,41	54,82	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	5,78	11,56	23,13	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	6,90			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				
			Meta:	16,60

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
25,46	12,65	2,29	2,55	0,52	43,47

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005) 0,52

ICMS  
Base de Cálculo 57,96  
Alíquota 25 % 14,49

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de MAIO/14 vigorará a bandeira VERMELHA, a qual implicará 0,03 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).

Reajuste tarifário: O índice médio de reajuste nos preços das tarifas definido pela ANEEL foi de 29,54% a partir de 19/04/2014 conforme RRR. ANEEL nº 1.718 de 16/04/2014. Para maiores informações acesse [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)



Conta de Energia Elétrica

CÓDIGO PI/ DÉBITO AUTOMÁTICO

21731268

Nº PARA ARRECADAÇÃO

00021731261119052014 88

MÊS / ANO

MAI/2014

VENCIMENTO

18/06/2014

VALOR TOTAL (R\$)

73,63

836500000002 736300860003 217312611197 052014400007



AUTENTICAÇÃO NO VERSO.

ATENÇÃO: Agendamento bancário não é considerado comprovante de pagamento. Pagamento com cheque, quitação válida após a compensação

**AES Sul**

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.226.505

Reservado ao Fisco

SE85.E51B.1022.8781.7F92.E9FA.0347.77F7

CÓDIGO DO CLIENTE

**2846529-6**

VENCIMENTO

**09/03/2013**

TOTAL A PAGAR (R\$)

**164,95**

IRONITA DOLORES FLORES NUNES

R. BOMPLAND Nº 1997 APTO 1

SÃO BORJA

B. MARIA DO CARMO CEP-97670000

4401-18-0002-4699537

8595

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

[www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA****IRONITA DOLORES FLORES NUNES**

R. BOMPLAND Nº 1997 APTO 1

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 333.671.830-91

Classe: Residencial

Nº de Fases: TRIFÁSICO

Limites Adequados: 348 a 396 / 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 380 / 220 Volts

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
02/2013	27/02/2013	01/03/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
28/01/2013	27/02/2013	28/03/2013
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA: 0,93	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4699537	1182	1633	451 kWh
4699537R	461	634	173 kvarh

**FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO**

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
09/02/2013	222,67		
09/02/2013	229,09		

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	451	0,263525	118,84
Total dos conceitos de energia			118,84
ICMS			39,61
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,50
<b>TOTAL</b>			<b>164,95</b>

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

CONJUNTO: São Borja 1		EUSD(R\$):		89,25
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	0,18
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	1,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			0,18
DICR: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				Meta: 12,22
Realizado DICR (diário): 04=3,90				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
55,80	35,71	10,42	12,20	4,71	118,84

**MENSAGENS**

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005) 4,71

**ICMS**

Base de Cálculo

Alíquota 25 %

158,45

39,61

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.

**AES Sul**

Conta de Energia Elétrica

CÓDIGO P/ DÉBITO AUTOMÁTICO

**28465296**

Nº PARA ARRECADAÇÃO

**00028465291027022013 62**

MÊS / ANO

**FEV/2013**

VENCIMENTO

**09/03/2013**

VALOR TOTAL (R\$)

**164,95**

836600000019 649500860006 284652910274 022013400001



AUTENTICAÇÃO NO VERSO.

ATENÇÃO: Agendamento bancário não é considerado comprovante de pagamento. Pagamento com cheque, quitação válida após a compensação.

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

CSBORJA-045.130128 - 00001/00001 - 01100



**ADAO CARVALHO DOS REIS**  
R. GEN MARQUES Nº 2846  
SÃO BORJA  
B. CENTRO, CEP-97670000  
4401-17-0001-4648450

12973

**AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.**

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.208.600  
Reservado ao Fisco  
40D9.1AB8.A088.3D12.08CA.8095.4A6A.71F4

**CÓDIGO DO CLIENTE**

**2176179-5**

**VENCIMENTO**

**06/02/2013**

**TOTAL A PAGAR (R\$)**

**84,34**

### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
**www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281**

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para **28410**

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
06/12/2012	118,20		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução Nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa. Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	159	0,337711	53,69
Total dos conceitos de energia			53,69
Juros de Mora	1		2,97
Multa Atraso de Pagamento	1		3,27
Atualização Monetária	1		1,32
ICMS			17,89
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			5,20
<b>TOTAL</b>			<b>84,34</b>

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005) **1,86**  
ICMS Base de Cálculo **71,58**  
Alíquota 25 % **17,89**

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

**ADAO CARVALHO DOS REIS**

R. GEN MARQUES Nº 2846

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 849.787.910-49

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
01/2013	28/01/2013	30/01/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
27/12/2012	25/01/2013	26/02/2013
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	
MEDIDOR 4648450	ANTERIOR 3224	ATUAL 3383
		CONSUMO 159 kWh

### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
JANEIRO/2013	159	AGOSTO/2012	247	MARÇO/2012	257
DEZEMBRO/2012	240	JULHO/2012	301	FEVEREIRO/2012	218
NOVEMBRO/2012	228	JUNHO/2012	334	JANEIRO/2012	351
OUTUBRO/2012	129	MAIO/2012	322		
SETEMBRO/2012	235	ABRIL/2012	360		

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2

MÊS DE APURAÇÃO: NOVEMBRO /2012

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	REALIZADO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	20,39	40,79	81,59	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	10,65	21,31	42,63	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	10,75h			0,00

DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico

Meta: 16,60

Realização DICRI (diário): 00=0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
25,33	16,20	4,73	5,57	1,86	53,69

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



## Conta de Energia Elétrica



**LUCIANE CABELEIRA SANTIAGO**  
TR JOAO DIRCEU MACIEL TRINDADE Nº 99  
SÃO BORJA  
B. PARABOI CEP-97670000  
4401-18-0001-02474945

### AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.224.766

Reservado ao Fisco  
BAC9.F8D6.A25E.E47A.C2F1.AFDB.7207.E9F7

**Importante:** A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02.

### CÓDIGO DO CLIENTE

**2770996-5**

### VENCIMENTO

**19/03/2013**

### TOTAL A PAGAR (RS)

**151,72**

8396

### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
**www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281**

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para **28410**

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

#### LUCIANE CABELEIRA SANTIAGO

TR JOAO DIRCEU MACIEL TRINDADE Nº 99

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 013.893.470-36

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Baixa Renda

Tensão Nominal: 220 Volts

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
19/02/2013	144,93		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
02/2013	27/02/2013	01/03/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
28/01/2013	27/02/2013	28/03/2013
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02474945	39994	40468	474 kWh

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	30	0,088656	2,65
Consumo	70	0,151979	10,63
Consumo	120	0,227964	27,35
Consumo	254	0,253298	64,33
Total dos conceitos de energia			104,96
Atualização Monetária	1		0,50
Multa Atraso de Pagamento	1		3,34
Juros de Mora	1		1,44
ICMS			34,98
Ilum. Públ - Prefeitura Municipal			6,50
<b>TOTAL</b>			<b>151,72</b>

### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
FEVEREIRO/2013	474	SETEMBRO/2012	283	ABRIL/2012	241
JANEIRO/2013	376	AGOSTO/2012	234	MARÇO/2012	448
DEZEMBRO/2012	423	JULHO/2012	234	FEVEREIRO/2012	368
NOVEMBRO/2012	362	JUNHO/2012	268		
OUTUBRO/2012	274	MAIO/2012	200		

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1  
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012  
EUSD(R\$): 65,07  
INDICADOR  
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia  
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia  
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia  
DICR: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico  
Realizado DICR (diário): 00=0,00  
Meta: 12,22

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
49,28	31,54	9,20	10,78	4,16	104,96

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS  
0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.197.537

Reservado ao Fisco

281A.4EEA.78F0.6737.BFCF.A8E1.6D49.C988

CÓDIGO DO CLIENTE

2175781-0

VENCIMENTO

11/03/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

24,71



ARCENIO BARCELAR PIMENTEL

R. EURICO BATISTA SILVA Nº 1255

SÃO BORJA

B. CENTRO, CEP-97670000

4401-16-0002-4424656

66312

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ARCENIO BARCELAR PIMENTEL

R. EURICO BATISTA SILVA Nº 1255

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 549.718.880-04

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
02/2013	25/02/2013	27/02/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
24/01/2013	25/02/2013	26/03/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4424656	6812	6855	43 kWh

### FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO VALOR (R\$) VENCIMENTO VALOR (R\$)

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	43	0,261925	11,26
Total dos conceitos de energia			11,26
Atualização Monetária	1		0,03
Multa Atraso de Pagamento	1		0,26
Juros de Mora	1		0,09
ICMS			1,53
Saldo da Fatura Anterior	1		11,54
<b>TOTAL</b>			<b>24,71</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2	EUSD(R\$):	6,33
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012	MÊS	REALIZADO
INDICADOR	TRIM.	ANO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	14,69	29,39
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	12,52
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,33	25,04
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico		Meta: 12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00		

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
5,32	3,40	0,99	1,18	0,37	11,26

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005) 0,37

ICMS Base de Cálculo 12,79  
Alíquota 12 % 1,53

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.

**AES Sul****Conta de Energia Elétrica****AES Sul Distribuidora Guácha de Energia S.A.**

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.197.537

**Reservado ao Fisco**

281A.4EEA.78F0.6737.BF.CF.A8E1.6D49.C988

**CÓDIGO DO CLIENTE****2175781-0****VENCIMENTO****11/03/2013****TOTAL A PAGAR (R\$)****24,71****ARCENIO BARCELAR PIMENTEL**

R. EURICO BATISTA SILVA Nº 1255

SÃO BORJA

B. CENTRO, CEP-97670000

4401-16-0002-4424656

66312

**CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul**

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

[www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO****VENCIMENTO****VALOR (R\$)****VENCIMENTO****VALOR (R\$)****DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA****ARCENIO BARCELAR PIMENTEL**

R. EURICO BATISTA SILVA Nº 1255

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 549.718.880-04

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
02/2013	25/02/2013	27/02/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
24/01/2013	25/02/2013	26/03/2013
<b>FATOR MULTIPLICADOR:</b> 1,0	<b>FATOR POTÊNCIA:</b>	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4424656	6812	6855	43 kWh

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
FEVEREIRO/2013	43	SETEMBRO/2012	26	ABRIL/2012	43
JANEIRO/2013	25	AGOSTO/2012	29	MARÇO/2012	39
DEZEMBRO/2012	33	JULHO/2012	22	FEVEREIRO/2012	49
NOVEMBRO/2012	26	JUNHO/2012	25		
OUTUBRO/2012	25	MAIO/2012	25		

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

CONJUNTO: São Borja 2

EURO(R\$): 6,33

MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012

METAS REALIZADO

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DK: Horas que o cliente ficou sem energia	14,69	29,39	58,78	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	12,52	25,04	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,33			0,00

DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.

Meta: 12,22

Realizado DICRI (diário): 00=0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
5,32	3,40	0,99	1,18	0,37	11,26

**MENSAGENS**

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	43	0,261925	11,26
Total dos conceitos de energia			11,26
Atualização Monetária	1		0,03
Multa Atraso de Pagamento	1		0,26
Juros de Mora	1		0,09
ICMS			1,53
Saldo da fatura Anterior	1		11,54
<b>TOTAL</b>			<b>24,71</b>

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

0,37

**ICMS**

Base de Cálculo

12,79

Alíquota 12 %

1,53

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.



191-SAO BORJA

CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGOA

Bairro: CENTRO CEP: 97670000

Fone: 5534311792

Fatura de Serviços - Água e ou Esgoto  
100017079381201302 02/2013

BELMIRIO DA SILVA		Travessa JOAO BATISTA, 176				
<b>Código do Imóvel</b> 17079381	22/2380	00017079381	CORSAN			
01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012	08/2012	
17	14	14	14	12	15	
A09X109059	582	597	15	32	14	
CATEGORIA	ECO.ÁGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVICO BASICO	VALOR ÁGUA	VALOR ESGOTO
RB	2	0	15	R\$ 34,14	R\$ 54,15	R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 88,29	
SERVIÇO					VALOR	
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 88,29	
SC - Reaviso de Débito 1/					R\$ 3,32	
Lida e Emitida em: 15/02/2013 17:15:03						
Pagamento após o vencimento leia o verso		VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR		
		27/02/2013		R\$ 91,61		
NOTIFICAÇÃO		ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.				
OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00017079381 CONVENIO CORSAN						
Parâmetros		0,0 a 5,0 UT		0 a 8 UT		
Cor		0 a 15 UH		3 UH		
Cloro Livre Residual		0,20 a 5,00 mg/L		0,68 mg/L		
Coliformes Totais		Ausente em 100mL		Ausente		
Escherichia coli		Ausente em 100mL		Ausente		



# Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.232.828

Reservado ao Fisco

83E8.D17E.7120.27BD.7089.31A3.3376.97B5

CÓDIGO DO CLIENTE

2176821-8

VENCIMENTO

09/04/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

51,10



JOAO A RODRIGUES  
R. BOMPLAND Nº 2019  
SÃO BORJA  
B. MARIA DO CARMO CEP-97670000  
4401-18-0002-04013479

7236

## CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

## FORMAS DE PAGAMENTO

VENCIMENTO

VALOR (R\$)

VENCIMENTO

VALOR (R\$)

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

JOAO A RODRIGUES

R. BOMPLAND Nº 2019

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 000.000.000-00

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO  
03/2013

EMISSION  
28/03/2013

APRESENTAÇÃO  
02/04/2013

ANTERIOR  
27/02/2013

ATUAL  
28/03/2013

PRÓXIMA  
26/04/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
04013479	21644	21777	133 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	133	0,258912	34,43
Total dos conceitos de energia			34,43
ICMS			11,47
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			5,20
<b>TOTAL</b>			<b>51,10</b>

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2

MÊS DE APURAÇÃO: JANEIRO / 2013

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	REALIZADO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	15,68	31,37	62,74	1,23
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	12,52	25,04	1,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,75			1,23

DICR: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico  
Realizado DICR (diário): 00-0,00

Meta: 12,22

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
17,50	12,63	1,57	1,97	0,76	34,43

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

0,76

ICMS

Base de Cálculo

Alíquota 25 %

45,90

11,47

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 396/10, informamos que a demonstração Contábil Societária da AES Sul encontra-se disponível no site [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br).

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 7.161

Reservado ao Fisco

0701.10EB.CD88.5332.57B1F610.C1C8.E4DA

CÓDIGO DO CLIENTE

3016363-3

VENCIMENTO

20/11/2012

TOTAL A PAGAR (R\$)

64,21



ZENILDA LENIR LENCINA PRESTES

R. TAMARINO Nº 767

SÃO BORJA

V. LEGAL CEP-97670000

4401-18-0002-02618954

62037

CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ZENILDA LENIR LENCINA PRESTES

R. TAMARINO Nº 767

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 668.930.890-15

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
10/2012	03/11/2012	06/11/2012
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
25/09/2012	29/10/2012	28/12/2012

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02618954	17546	Estimada	117 kWh

O faturamento foi realizado por média, devido à falta de acesso ao medidor para coleta da leitura.

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
20/10/2012	41,77		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	117	0,358136	41,90
Total dos conceitos de energia			41,90
Multa Atraso de Pagamento	1		0,85
Juros de Mora	1		0,35
Atualização Monetária	1		0,34
ICMS			13,96
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,81
<b>TOTAL</b>			<b>64,21</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1		BUSC(R\$):		16,31
MÊS DE APURAÇÃO: SETEMBRO/2012		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	12,14
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	3,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			8,37
DICRI: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico				Metas: 12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
19,03	12,18	3,55	4,02	3,12	41,90

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através de nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ovidório AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-9167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

3,12

ICMS

Base de Cálculo

Alíquota 25 %

55,86

13,96



Região de Saneamento  
CNPJ 92.802.784/0001-90  
U.S.: 191-SAO BORJA  
CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGOA  
Bairro: CENTRO CEP: 97670000  
Fone: 5534311792

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto  
Nº 100017066441201303 Mês/Ano 03/2013

Titular JOANA CORREA DE LIMA Rua GOMES CARNEIRO, 1627						
Código do Imóvel 17066441	Localização 187840	Código Débito em Conta 00017066441		Convênio CORSAN		
Histórico de Consumos em Metros Cúbicos (m³)						
Mês/Ano	02/2013	01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012
Consumo	4	12	11	10	7	9
Dados do Consumo do Mês						
Hidrômetro A10N186661	Leitura Anterior 164	Leitura Atual 186	Consumo (m³) 2	Dias de Consumo 28	Média Mensal	
Composição dos Serviços						
CATEGORIA	ECO.AGUA	ECO.ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO
RB	1	0	2	R\$ 17,07	R\$ 7,22	R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 24,29	
SERVIÇO Descrição dos Itens Faturados VALOR						
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 24,29	
FA - Juros de Mora					R\$ 0,09	
FA - Multa de Mora					R\$ 0,63	
Lida e Emitida em: 13/03/2013 14:19:23						
Pagamento após o vencimento leia o verso		VENCIMENTO 24/03/2013		TOTAL A PAGAR R\$ 25,01		
NOTIFICAÇÃO		ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.				
OPCAO DEB CONTA PELO CODIGO 00017066441 CONVENIO CORSAN						
Parâmetros						
Cor	Reação do Cloro		Qualidade		Módulo	
Cloro Livre Residual	0 a 15 UH		2 UH		1.83 mg/L	
Coliformes Totais	0.20 a 5.00 mg/L		Ausente em 100mL		Ausente	
Escherichia coli	Ausente em 100mL		Ausente em 100mL		Ausente	



## Conta de Energia Elétrica

### AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 863.100  
Reservado ao Fisco  
A080.1AE1.D975.5A7B.D3ED.FFDE.3D95.7F6B

#### CÓDIGO DO CLIENTE

2173447-0

#### VENCIMENTO

06/01/2012

#### TOTAL A PAGAR (R\$)

188,42



JOAO FELIPE MACHADO DA ROSA  
R. FREI MIGUELINO Nº 286 APTO 6  
SÃO BORJA  
B. RODOVIARIA CEP-97670000  
4401-09-0001-02112964

61283

#### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
[www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br) 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

#### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

JOAO FELIPE MACHADO DA ROSA  
R. FREI MIGUELINO Nº 286 APTO 6  
SÃO BORJA  
CNPJ / CPF: 446.312.860-91  
Classe: Residencial  
Nº de Fases: MONOFASICO  
Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:  
Tarifa: BT Resid Normal  
Tensão Nominal: 220 Volts

#### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
12/2011	21/12/2011	23/12/2011
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
21/11/2011	21/12/2011	19/01/2012

FATOR MULTIPLICADOR: 1.0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02112964	70423	70824	401 kWh

O benefício da Tarifa Social é concedido a todos os clientes residenciais que atendam o disposto na Lei nº 12.212 de 2010. Maiores informações consultem nossos canais de atendimento.

#### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
DEZEMBRO/2011	401	JULHO/2011	211	MARÇO/2011	308
NOVEMBRO/2011	322	JUNHO/2011	217	FEVEREIRO/2011	345
OUTUBRO/2011	254	MAIO/2011	274	JANEIRO/2011	411
SETEMBRO/2011	234	ABRIL/2011	218	DEZEMBRO/2010	243
AGOSTO/2011	216				

#### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2		CM(R\$):		0,00
MÊS DE APURAÇÃO: OUTUBRO / 2011				
INDICADOR	MÊS	METAS TRIM.	ANO	REALIZADO MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	15,68	42,83	85,66	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	21,31	42,63	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,75			0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

#### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
56,58	41,51	11,96	16,26	8,93	135,24

#### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.  
Duidoria AES Sul: 0800 707 7278 | AGERGS: 0800 979 0066 | Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 (Ligação Gratuita de telefones fixos e Tarifada na origem para telefones celulares)

#### FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
------------	-------------	------------	-------------

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

#### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	401	0,337274	135,24
Total dos conceitos de energia			135,24
ICMS			45,08
Ilum. Públ - Prefeitura Municipal			8,10
TOTAL			188,42

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	8,93
ICMS	
Base de Cálculo	180,32
Alíquota 25 %	45,08

Fechamento autorizado. Pode ser aberto pela ECT.

Remetente:  
Banco do Brasil  
CSL São Paulo - Dereg  
Rua Verbo Divino, 1830  
Chácara Santo Antônio  
CEP 04719 907 - São Paulo - SP

Data de postagem: 100313

|||||  
R-BLC/CTCE PASSO FUNDO RS TTO/NAC/ 229-PT DNE\*/\*/  
VENCESLAU DIAS NUNES  
R ALVARO BATISTA 2007 - PARABOI  
97670-000 SAO BORJA RS

Uso dos Correios

- ☐ Ausente  
☐ Falecido  
☐ Recusado  
☐ Mudou-se  
☐ Não existe o n° indicado  
☐ Desconhecidos  
☐ Não Procurado  
☐ Endereço insuficiente  
☐ Data de Reintegração  
☐ Rubrica do Carteiro  
☐ Outros (especificar)

Fechamento autorizado.  
Pode ser aberto pelo ECT.

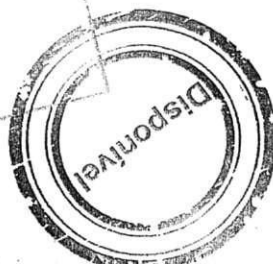
**BANCO POSTAL**  
MAIS  **CORREIOS**

**Mala Direta Postal**  
Postagem Autorizada - VINEG  
DFBAN-AC  
CORREIOS

O Banco Postal é Correios  
mais Banco do Brasil.  
Porque você é mais.



Porque você  
é mais.



**BANCO POSTAL**  
MAIS  **CORREIOS**

# CONTRATO DE LOCAÇÃO

Os signatários deste instrumento, de um lado Isabel Helena de Souza  
qualificação Brasileira, separada, aposentada, moradora na rua  
Alvaro Batista nº 2007, São Borja-RS CNPJ (C.P.F.) 278.240.120-34  
e, de outro lado, Geneslau Dias Nunes,  
qualificação Brasileiro, casado, representante  
CNPJ (C.P.F.) 262.251.820-04  
têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado "o locador", sendo proprietário do imóvel (casa)  
sito nesta Rua Alvaro Batista, 2007 loca-o  
ao segundo, aqui designado "o locatário", mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas, ou sejam:

1ª - O prazo de locação é de 2 anos (.....) meses a partir de 04  
de Fevereiro de 2012 e a terminar em 04 de fevereiro de 2014  
data em que o locatário se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, no estado em que o recebeu, independentemente de  
Notificação ou Interceleração Judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação da locação, o que somente se fará por escrito.

§ único: Caso o locatário não restitua o imóvel no fim do prazo contratual, pagará enquanto estiver na posse do mesmo,  
o aluguel mensal reajustado nos termos da Cláusula Décima Oitava, até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento;

2ª - O aluguel mensal é de R\$300,00 (.....) trezentos reais  
.....), que o locatário se  
compromete a pagar pontualmente, até o dia 10 de cada mês

....., na residência do locador ou de seu representante;

3ª - O locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel  
locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, fogão, papéis, pintura, telhados, vidraças,  
mármore, fechos, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim,  
restituí-los quando findo ou rescindido, este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias,  
as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel;

4ª - Obriga-se mais o locatário a satisfazer a todas as exigências dos Poderes Públicos, a que der causa, e a não transferir este  
contrato, nem fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita do locador;

5ª - O locatário desde já faculta ao locador examinar ou vistoriar o imóvel locado quando entender conveniente;

6ª - O locatário também não poderá sub-locar nem emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem preceder consentimento por  
escrito do locador; devendo, no caso deste ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes, a fim de que o imóvel esteja desimpedido  
no término do presente contrato;

7ª - No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará o locador desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvada  
ao locatário, tão somente, a faculdade de haver do poder desapropriante a indenização a que, por ventura, tiver direito;

8ª - Nenhuma intimação do Serviço Sanitário será motivo para o locatário abandonar o imóvel ou pedir a rescisão deste con-  
trato, salvo procedendo vistoria judicial, que apure estar a construção ameaçando ruína;

9ª - Para todas as questões resultantes deste contrato, será competente o foro da situação do imóvel, seja qual for o domicílio  
dos contratantes;

10ª - Tudo quanto for devido em razão deste contrato e que não comporte o processo executivo, será cobrado em ação compe-  
tente, ficando a cargo do devedor, em qualquer caso, os honorários do advogado que o credor constituir para ressalva dos seus direitos;

11ª - No caso de morte, falência ou insolvência do ..... fiador ....., o locatário será obrigado dentro de 30 dias a dar  
substituto idôneo, a juízo do locador, sob pena de incorrer na cláusula seguinte;

12ª - Fica estipulado a multa de .....  
..... na qual incorrerá a parte que  
infringir qualquer cláusula deste contrato; com a faculdade, para a parte inocente, de poder considerar simultaneamente rescindida a locação,  
independentemente de qualquer formalidade;

13ª - Assina ..... também o presente, solidariamente com o locatário por todas as obrigações acima exaradas, o .....  
Sr. ....  
qualificação .....

..... CNPJ (C.P.F.) .....

Cônjuge .....  
cuja responsabilidade, entretanto, perdurará até a entrega, real e efetiva das chaves do imóvel locado;

14ª - Quaisquer estragos ocasionados ao imóvel e suas instalações, bem como as despesas a que o proprietário for obrigado por  
eventuais modificações feitas no imóvel, pelo locatário, não ficam compreendidas na multa da cláusula 12ª, mas serão pagas à parte;





Companhia Riograndense de Saneamento  
CNPJ 92.802.784/0001-96  
US: 191-SAO BORJA  
CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGOA  
Bairro: CENTRO CEP: 97670000  
Fone: 5534311792

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto  
Nº 100017058295201303 Mês/Ano 03/2013

Título						
IZABEL HELENA DE SOUZ Rua ALVARO BATISTA, 2007						
Código do Imóvel	Localização	Código Débito em Conta		Consumo		
17058295	15/1890	00017058295		CORSAN		
Histórico de Consumos (em Litros)						
02/2013	01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012	
11	60	14	13	9	13	
Dados do Consumo do Mês						
Indicador	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal	
A081 155354	827	839	12	31	20	
Composição dos Serviços						
CATEGORIA	ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO	
FI	0	12	R\$ 17,07	R\$ 43,32	R\$ 0,00	
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS				R\$ 60,39		
SERVIÇO				VALOR		
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS				R\$ 60,39		
FA - Juros de Mora				R\$ 0,06		
FA - Multa de Mora				R\$ 1,14		

Lida e Emitida em:  
11/03/2013 15:01:06

Pagamento após o vencimento  
leia o verso

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
01/04/2013	R\$ 61,59

OTIFICAÇÃO

ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

SAO DEB CONTA PELO CODIGO 00017058295 CONVENIO CORSAN

Qualidade	0,0 a 5,0 UT	0,6 UT
Cor Livre Residual	0 a 15 UH	2 UH
Aliformes Totais	0,20 a 5,00 mg/L	1,83 mg/L
Bacteriologia coli	Ausente em 100mL	Ausente

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA ZONA SUL**

São Borja, 30 de agosto de 2014.


Ilmo. Sr.  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
MD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações  
Brasília- DF

Ilustríssimo Senhor,

Na oportunidade que cumprimentamos Vossa Senhoria viemos por intermédio desta enviar RELATÓRIO e GRADE DE PROGRAMAÇÃO, de acordo com a Norma nº 01/2011. Sendo o último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011. No processo 5379000314291998, estação nº 631428119 (Rádio Butuí-Fm, ZYM:368) e processo de renovação nº 53000.058104/2011.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

  
IBARO SANTOS RODRIGUES  
Presidente da ACONSUL

MC/PROTOCOLO GERAL  
RECEBI O ORIGINAL  
Em 02 / 09 / 14  
Nome Legível Barbara Gomes

## ACONSUL- Relatório

A ACONSUL entidade mantenedora da RÁDIO BUTUÍ FM, através de seu CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL, aqui devidamente representado e respaldado pelos demais integrantes de diretoria vem por intermédio deste, informar ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, conforme determinação sobre atribuições desse Conselho, do relatório dos trabalhos e atuação da Emissora.

Durante o período de 2013 a 2014 a Emissora sempre desenvolveu uma programação voltada ao âmbito local e ao cotidiano dos moradores da área atingida, priorizando os ouvintes (moradores da área atingida pela rádio) com a participação direta dessas pessoas. A rádio sempre esteve voltada as necessidades locais, onde podemos destacar muito além de solicitações de músicas e utilidade pública. Aos sábados se desenvolve um programa que os participantes atuam diretamente com vendas e trocas, fazendo os mais diversos negócios que numa emissora comercial seria cobrado no mínimo, por inserção, R\$ 15,00 (quinze reais) e nessa programação o trabalho é gratuito, onde mais de 200 (duzentos) anúncios são efetivados.

A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA na área de Jornalismo e Publicidade e Propaganda tem disponibilização de horários na programação, para desenvolver Atividades Complementares de Graduação e também serve como laboratório de aprendizado de locução e produção. Campanhas são realizadas nas mais diversas áreas. A Emissora também tem atuado na formação de futuros profissionais oportunizando a eles grande aprendizado, inclusive este ano 3 locutores que iniciaram na rádio Butuí, hoje estão em rádios de grande porte em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (destaque para uma locutora que iniciou na radio de 25 watts e hoje atua numa emissora de 100 kilowatts). A emissora tem se destacado com muita atuação no que diz respeito ao auxílio de pessoas atingidas pelas enchentes registradas em nosso município.

Por estas e outras realizações o Conselho Comunitário Fiscal entende e avalia como bom, o desempenho dos trabalhos da Emissora e que cumpre e atinge os objetivos estabelecidos na lei, conforme sub item: 21.1.4 da Norma Complementar nº 1/ 2011.



ENIO OLIVEIRA MAIDANA  
PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL

São Borja, 16 de Agosto de 2014.


A grade de programação conforme item 21.4.1 da Norma nº 01/2011 está em anexo.

# **ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA ZONA SUL**

## **Rádio Butuí Fm**

### **Programação:**

#### **Segunda á Sexta-feira:**




06:00 h – Abertura;  
06:05 h – Aqui Começa o Rio Grande (musicas regionalistas, previsão do tempo e utilidade pública); apresentação Íbaro S. Rodrigues;  
07:30 h – Oração do Trabalhador (programa religioso da Igreja Nova Vida); apresentação Pastor Alex Dias;  
09:30 h – Show da Manhã (musicas, informações, entretenimento, participação do ouvinte, dicas de onde comprar bem para a dona de casa e noticias locais); apresentação Paulo Roberto Pires;  
11:30 h – Programa da Igreja Ministério Rede (programa evangélico); apresentação Pastor Roberto Gromoski;  
12:00 h – Programa Palavras Amigas (programa da Igreja do Evangelho Quadrangular); apresentação do pastor Valney Brás Mendes;  
12:30 h – Programa da Igreja Nova Vida (programa Evangélico); apresentação Pastor Alex Dias;  
13:00 h – Programa Evangélico da Igreja Quadrangular – apresentação do pastor Paulo Sérgio Leal da Rosa;  
14:00 h – Programa Conexão (musicas, informações e interatividade com o ouvinte); apresentação Gilmar Laus;  
17:00 h – Musicas Nativas;  
19:00 h – A Voz do Brasil;  
20:00 h – Musical;  
21:00 h – Programa do Amarelo (Programa direcionado a juventude – musicas, dicas orientação e participação do jovem);  
24:00 h – Musical Noturno (musicas);  
02:00 h – Encerramento.

# **ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA ZONA SUL**

## **Rádio Butuí Fm**

### **Programação:**

#### **Sábado:**



06:00 h – Abertura;  
06:05 h – Aqui Começa o Rio Grande ( musicas regionalistas )  
07:00 h – Butuí Musical (programa musical );  
10:00 h - Canto Missioneiro(programa de arte nativa); Apresentação Antonio C. Camargo;  
12:00 h – “ Brikão ” da Butuí (programa de interatividade com o ouvinte de compra e venda) apresentação: Íbaro S. Rodrigues;  
14:00 h – Programa musical (musicas );  
19:00 h - Musical Noturno (musicas e informações );  
02:00 h – Encerramento.

#### **Domingo:**

06:00 h – Abertura ;  
06:05 h – Programa Regionalista (programa musical );  
12:00 h – Rola Bandas (programa musical ); produção e apresentação Jair Wathier;  
15:00 h – Musical da butuí (programa musical);  
02:00 h – Encerramento.



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL  
**CNPJ:** 02.700.690/0001-17

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:52:16 do dia 14/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

**NOTA TÉCNICA Nº 18351/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.058104/2011-31**

Processo de Outorga nº: 53790.001429/98

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja/RS**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao disposto nos itens 8.2 e 8.3 da Norma nº 1/2011 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir: (todos grifos nossos)

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

*f) **indicar endereço completo da sede da entidade**, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço;*

*g) **indicar**, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conforme a legislação vigente**;*

*h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:*

*h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro ) anos, **sendo admitida uma recondução**;*

*i) indicar as **condições** para a alteração das disposições estatutárias, **observadas** as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o **Código Civil**; (observar o art 19, d, do seu ES)*

8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

*a ) **estabeleçam** os critérios para **ingresso** e exclusão dos associados;*

*b ) **assegurem o ingresso gratuito**, como associado, de todo e qualquer **cidadão** domiciliado na área de execução do serviço;*

*c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade,*

*nas instâncias deliberativas existentes;*

*d) **assegurem o ingresso gratuito**, como associadas, de **pessoas jurídicas** sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*

*g) determinem que **não haverá** a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;*

*h) determinem as **competências da Assembleia Geral, observando** as disposições constantes dos art. 59 e **60** da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o **Código Civil**. (observar o art. 10, §1º, do seu ES)*

II. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual, com o endereço corrigido, pois consta como Rua Bompland, 1991, diferente do endereço apresentado nos documentos de instrução do seu processo de renovação de outorga;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com observação aos subitens 3, “b” e “c”, e 8.2, “h.3”;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. CPF de todos os dirigentes; e

VII. Último relatório do Conselho Comunitário (2015), constituído nos moldes do item 21.4. e 21.4.1 da Norma nº 01/2011 e artigo 8ª da Lei 9612/1998, respeitando-se o subitem 3.3, “c” e “f” da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora; acompanhado da grade de programação atual e assinados por todos integrantes do Conselho (com indicação da entidade a qual representam).

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações religiosas, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que a programação da rádio, apresentada com data de 30/05/2014, têm diversos programas de cunho religioso, sendo todos eles da mesma religião Evangélica, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 17/08/2015, às 16:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 25/08/2015, às 14:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0666901** e o código CRC **EFA53482**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 26608/2015/SEI-MC

Brasília, 17 de agosto de 2015

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)

Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro

CEP 97670-000/ São Borja – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18351/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.**
3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica.**

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 25/08/2015, às 14:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0666954** e o código CRC **51C2CFBF**.

---

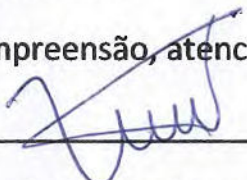
Ilmo. Sr. Carlos Vinicius Lannes Duering,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, viemos, por meio deste ofício, solicitar um prazo maior (sessenta dias) para responder ao **ofício nº**

**26608/2015/SEI-MC**, datado em dezessete de agosto de 2015 e recebido dia três de setembro de 2015 pela Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, com sede em São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Nosso pedido baseia-se na atual situação vivida pelo Estado do Rio Grande do Sul, onde diversos órgãos da administração estadual estão com atividades paralisadas em decorrência das medidas adotadas pelo Sr. Governador., que estão trazendo prejuízos à comunidade em geral. Cartórios, Judiciário e Receita Federal (também solidária) funcionam obedecendo à operação padrão dos funcionários. Em função disso, tememos que solicitações a cartórios demorem mais do que o normal. Faremos os esforços a nosso alcance para cumprir com o prazo dado à nossa entidade por Vossa Senhoria; solicitamos, também, a dilatação do prazo em mais trinta dias.

Certo de sua compreensão, atenciosamente,

  
Ibaro Santos Rodrigues, presidente da ACONSUL

São Borja, 09 de setembro de 2015



*Marilda Maria Lopes*  
Agente Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 0454964

A.R.



DESTINATÁRIO / Recipient				TELEFONE / Phone number	
MIN. COMUNICAÇÕES - DELEGACIA REGIONAL SANTA CATARINA				(61) 2027 5055	
ENDEREÇO / Address					
PRACA XV DE NOVEMBRO, 242 - 10 ANDAR					
CEP Zip	8	8	0	1	0-970
CIDADE / City			UF / State		PAÍS / Country
FLORIANÓPOLIS			SC		BRASIL

03/15

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
ACONSUL		9733 5856	
ENDEREÇO / Address			
EUZÉCIO BATISTA, 364			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
97670-000	SÃO BORG	RS	BRASIL



765000636

"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"



## DEVOLUÇÃO / Return

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)             | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)                          |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused)           | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente (Insufficient Address) |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)       | <input type="checkbox"/> Não existe o número (Non-Existing Number)    |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Not Searched) | <input type="checkbox"/> Outros (Other)                               |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent)             |   |

## Tentativas de entrega (delivery attempts)

1° / / às 2° / / às 3° / /

- |   |
|---|
| <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided for doorman or condo manager) |
| <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em (Reinstated to service post)                                    |

Data: / / Responsável: .....



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 30279/2015/SEI-MC

Brasília, 16 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)

Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro

CEP 97670-000/ São Borja – RS

Assunto: **Prorrogação de prazo para resposta à exigência referente ao processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente e considerando a solicitação de prorrogação de prazo apresentada pela Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul), para cumprimento das exigências contidas na Nota Técnica nº 18351/2015/SEI/MC e Ofício nº **26608/2015/SEI-MC** de 17/08/2015, comunicamos que o pedido foi deferido.

2. Desta forma, a entidade deverá cumprir com as exigências acima referidas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento), **sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.**

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica**.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 16/09/2015, às 16:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0723010** e o código CRC **F9CEA447**.

---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
<p>Ao (À) Senhor (a) Representante legal da Associação União Comunitária Zona Sul (aconsul) Rua Vereador Eurico Batista da Silva, 367- Centro CEP 97670-000- <b>SÃO BORJA- RS</b></p>		<p>NATAIRE</p> <p>UF PAIS / PAYS</p>	
<p>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION</p> <p>q.nº 26608/2015/SEI-MC (0666954)</p> <p>53000.058104/2011-31</p>		<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE</p> <p><input type="checkbox"/> EMS</p> <p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>	
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR</p> <p><i>[Handwritten Signature]</i></p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION</p> <p>02/09/15</p>	
<p>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</p> <p>ANDRÉ MOLINOS</p>		<p>CARIMBO DE ENTREGA / UNIDAD DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION</p> <p>02 SET 2015</p> <p>DR/RS</p>	
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR</p>		<p>RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT</p> <p>João Enio P. Matte</p> <p>Matr.: 8.690.905-3</p>	
<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>			

73240203-0

FC0463 / 16

114 x 185 mm

 <b>CORREIOS</b> <b>BRÉSIL</b>	<b>AVISO DE</b> <b>RECEBIMENTO</b>	<b>AR</b>	<b>JH 88235579 5 BR</b>											
	<b>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</b> 18 MAR 2015		<b>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</b>											
<b>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</b> ACIDENTAL		<table border="1"> <tr> <td> <div></div> </td> <td> <div></div> </td> <td> <div></div> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> <td>h</td> </tr> </table>				<div></div>	<div></div>	<div></div>	:	h	:	h	:	h
<div></div>	<div></div>	<div></div>												
:	h	:	h	:	h									
<b>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</b>														
<b>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR</b> MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES														
<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE</b> Rua ...														
<b>CIDADE / LOCALITÉ</b> Brasília														
<b>UF</b>					<b>BRASIL</b>									
<div></div>														

ENDEREÇO PARA  
 DEVOLUÇÃO  
 RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da Associação Cultural  
**União Comunitária Zona Sul (aconsul)**  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro  
CEP 97670-000/ São Borja - RS

UF PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. nº 30279/2015/SEI-MC (0723010)

53000.058104/2011-31

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

IBARO RODRIGUES

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATON

25/09/15

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

José Enio P. Matte  
Matr.: 8.690.905-3

Ag. de Correios / Ag. des  
CDD SÃO BORJA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JH 88235640 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

18 SET 2015

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Delegacia Regional em Santa Catarina - DRI  
Praça XV de Novembro, 242 - 1º Andar  
88010-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDERECO PARA  
DEVOLUCAO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

Ilmo Sr. Carlos Duering,  
MD. Delegado Regional do MC  
Florianópolis, SC

**53900.063486/2015-02**



Cumprimentando-o cordialmente, estamos enviando o que nos foi solicitado através do ofício de nº 26608/2015/SEI-MC. Seguem em anexo as documentações exigidas, com as devidas alterações e acréscimos solicitados por essa Delegacia Regional do Ministério das Comunicações.

Certo de vossa compreensão,

Atenciosamente,

  
Ibaro Santos Rodrigues

São Borja, 13 de novembro de 2015

## ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA ZONA SUL

### A C O N S U L

PRESIDENTE - Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na rua Acúrsio de Sá, nº 1915 – RG nº 5011972017 e CPF nº 341177500-97;

VICE-PRESIDENTE - Ironita Dolores Flores Nunes, brasileira, solteira, bibliotecária, moradora na rua Bompland, nº 1991 – RG nº 2023448984 e CPF nº 333671830-91;

SECRETÁRIO-GERAL – Marciele Andrades dos Reis, brasileira, solteira, estudante, moradora na rua General Marques, nº 2846 – RG nº 4112228749 e CPF nº 030483680-00;

SEGUNDO SECRETÁRIO – André Souza Molinos, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Félix da Cunha, nº 1335 Apto:402 – RG nº 8048814902 e CPF nº 890794340-00;

TESOUREIRO – Emeran da Silva Antunes; brasileiro, solteiro, vigia, morador na rua Travessa Gomes Carneiro, nº 25 - RG nº 8069417254 e CPF nº 668979470-91;

SEGUNDO TESOUREIRO – Getúlio Alves de Santis; brasileiro, solteiro, funcionário público, morador na rua Andradas, nº 1573 - RG nº 8053182245;

DIRETOR DE OPERAÇÕES – Arcenio Bacelar Pimentel, brasileiro, solteiro, radialista, morador na rua Eurico Batista da Silva, nº 1255 – RG nº 2082982279 e CPF nº 549718880-04;

VICE-DIRETOR DE OPERAÇÕES – Marilaine Cabeleira Santiago, brasileira, solteira, comerciária, moradora na travessa João Dirceu Trindade, nº 99 – RG Nº 3063678605 e CPF nº 921400840-04;

DIRETOR CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Cristalino Fagundes Prestes Filho, brasileiro, casado, comerciante, morador na rua Tamarindo, nº 767 – RG nº 8057614086 e CPF nº 585062680-87

VICE-DIRETOR CULTURAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Belmirio Silva, brasileiro, casado, chaveiro, morador na rua João Antonio Rodrigues, nº 176 – RG nº 2012783607 e CPF nº 306274600-97;

DIRETOR DE PATRIMÔNIO – Venceslau Dias Nunes, brasileiro, casado, aposentado, morador na rua Álvaro Batista, nº 2007 – RG nº 7068341648 e CPF nº 262251820-04.

DIRETOR DE JORNALISMO – João Antonio Rodrigues Neto, brasileiro, solteiro, estudante, morador na rua Bompland, nº 2019 – RG nº 4087841799 e CPF nº 018267580-70

DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO – Antônio Carlos Moura Camargo, brasileiro, viúvo, aposentado, morador na rua Aparício Mariense, nº 3611 – RG nº 1081710335 e CPF nº 22293744000

DIRETOR COMERCIAL – Maria Nely Boeira Carvalho, brasileira, casada, publicitária, moradora na rua Felix da Cunha nº 833 – RG nº 1012782981 e CPF nº 245067700-30

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO – Eliane Barragana Andrades, brasileira, solteira, manicure, moradora na rua General Marques nº 4646 - RG nº 7096482976 e CPF nº 617514130-04



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome

**IBARO SANTOS RODRIGUES**

Nº de Inscrição

**341177500-97**

Data do Nascimento

**05/03/61**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE  
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo  
nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

**IBARO SANTOS RODRIGUES**

S  
E  
R  
P  
R  
O

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em : 17/08/96

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIFICAD  
GERAL 5011972071 DATA DE  
EXPIRAÇÃO 10/03/2014

Nome  
**IBARO SANTOS RODRIGUES**

Matrícula  
JOÃO ANTONIO RODRIGUES  
NORMA SANTOS RODRIGUES

Localidade  
SÃO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO  
05/03/1961

CPF  
C NASC SÃO BORJA RS  
MATRÍCULA: 097816 01 55 1969 1 00083 027 0035702 41

341.177.500-97

2 VIA

*Carlos Eduardo Falcão Pereira*  
Carlos Eduardo Falcão Pereira  
ASSINATURA DO DIRETOR

152383 / 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Polígrafo Direto

152383 / 152383



## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 9.981.028

Reservado ao Fisco

0A03.8104.905C.E164.82D4.86DF.A791.D298

CÓDIGO DO CLIENTE

2173126-8

VENCIMENTO

18/08/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

87,55



IBARO SANTOS RODRIGUES

R. ACURCIO DE SA Nº 1915

SÃO BORJA

V. RODOVIARIA CEP-97670000

4401-12-0002-2117365

55257

R: 431

### CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento  
Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

IBARO SANTOS RODRIGUES

R. ACURCIO DE SA Nº 1915

SÃO BORJA

CNPJ/CPF: 341.177.500-97

Classe: Comercial, Serviços e Outras Atividades

Nº de Fases: TRIFÁSICO

Limites Adequados: 350 a 399 / 202 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Dem. Classes baixa tensao

Tensão Nominal: 380 / 220 Volts

### FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO

18/05/2015

18/06/2015

VALOR (R\$)

126,68

99,72

VENCIMENTO

VALOR (R\$)

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO

07/2015

EMIÇÃO

18/07/2015

APRESENTAÇÃO

21/07/2015

ANTERIOR

18/06/2015

ATUAL

17/07/2015

PRÓXIMA

18/08/2015

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
2117365	19700	19800	100 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SCPC/SERASA.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Custo de Disponibilidade do Sistema Elétrico			58,45
Total dos conceitos de energia			58,45
ICMS			19,48
Emissão de 2º via	1		2,43
Multa Atraso de Pagamento	1		2,64
Juros de Mora	1		2,92
Atualização Monetária	1		1,63
<b>TOTAL</b>			<b>87,55</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2

MÊS DE APURAÇÃO: MAIO / 2015

EUSD(R\$):

22,97

METAS

REALIZADO

INDICADOR

MÊS

TRIM.

ANO

MENSAL

DIC: Horas que o cliente ficou sem energia

12,71

25,43

50,86

3,54

FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia

5,07

10,14

20,28

2,00

DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia

6,48

2,62

DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.

Meta:

12,22

Realizado DICRI (diário): 00=0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
---------	--------------	-------------	----------	----------	-------------

No mês de JULHO/15 está vigente a bandeira tarifária VERMELHA, a qual indica condições mais caras de geração de energia e implica 0,055 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Maiores informações acesse [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

Adicional Bandeira Vermelha

5,50

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

4,91

ICMS

Base de Cálculo

Alíquota 25 %

77,93

19,48



Conta de Energia Elétrica

CÓDIGO PI DÉBITO AUTOMÁTICO

21731268

Nº PARA ARRECADAÇÃO

00021731261117072015 50

MÊS / ANO

JUL/2015

VENCIMENTO

18/08/2015

VALOR TOTAL (R\$)

87,55

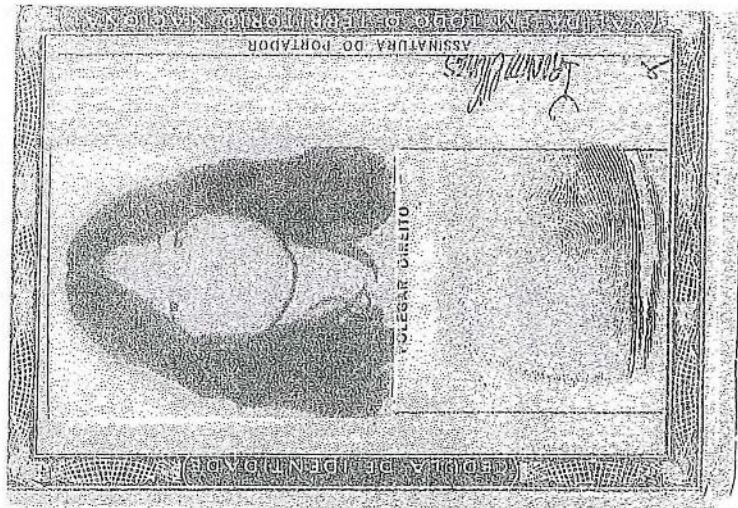
836800000009 875500860007 217312611171 072015400004

AUTENTICAÇÃO NO VERSO.

ATENÇÃO: Agendamento bancário não é considerado comprovante de pagamento. Pagamento com cheque, quitação válida após a compensação.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA CIVIL	
REGISTRO GERAL	
2023448984	
NOME IRONITA DOLORES FLORES NUNES	
FILIAÇÃO FLORENTINO FLORES NUNES NAIR DELLA NEA	
NATURALIDADE JULIO CASTILHOS RS	DATA DO NASCIMENTO 17/03/1959
PORTE ALEGRES 03/04/81	0659

# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.  
Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 11.697.148

Reservado ao Fisco  
07C1.24F3.1E83.6CB7.1812.9E53.A02B.524B

CÓDIGO DO CLIENTE

2846529-6

VENCIMENTO

09/09/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

127,81



IRONITA DOLORES FLORES NUNES  
R. BOMPLAND Nº 1997 APTO 1  
SÃO BORJA  
B. MARIA DO CARMO CEP-97670000  
4401-18-0002-04739268

59134

R. 462

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

IRONITA DOLORES FLORES NUNES  
R. BOMPLAND Nº 1997 APTO 1  
SÃO BORJA  
CNPJ/CPF: 333.671.830-91  
Classe: Residencial  
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 202 a 231 Volts  
Inscrição Estadual:  
Tarifa: BT Resid. Normal  
Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
08/2015	26/08/2015	28/08/2015
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
28/07/2015	26/08/2015	25/09/2015
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
04739268	6877	7032	155 kWh

### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
AGOSTO/2015	155	MARÇO/2015	180	OUTUBRO/2014	192
JULHO/2015	158	FEVEREIRO/2015	241	SETEMBRO/2014	172
JUNHO/2015	162	JANEIRO/2015	244	AGOSTO/2014	159
MAIO/2015	138	DEZEMBRO/2014	309		
ABRIL/2015	172	NOVEMBRO/2014	245		

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja Z		EUSD(R\$):		35,21
MÊS DE APURAÇÃO: JUNHO / 2015		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	12,71	25,43	50,86	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	5,07	10,14	20,28	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	6,48			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.			Meta:	12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
45,90	17,08	4,65	15,35	3,31	86,29

No mês de AGOSTO/15 está vigente a bandeira tarifária VERMELHA, a qual indica condições mais caras de geração de energia e implica 0,055 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Maiores informações acesse [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet	Central de Relacionamento	Deficientes Auditivos
<a href="http://www.aessul.com.br">www.aessul.com.br</a>	0800 707 7272	0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

### FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
------------	-------------	------------	-------------

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SCPC/SERASA.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	155	0,556733	86,29
Total dos conceitos de energia			86,29
ICMS			28,76
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			12,76
<b>TOTAL</b>			<b>127,81</b>

Adicional Bandeira Vermelha	8,52
PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	3,31
<b>ICMS</b>	
Base de Cálculo	115,05
Alíquota 25 %	28,76



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<p>RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p>  <p>Polegar Direito</p>  <p><i>Marciele Andrades dos Reis</i> ASSINATURA DO TITULAR</p>		<p>REGISTRO GERAL 4112228749 DATA DE EXPEDICACAO 10/06/2008</p> <p>NOME <b>MARCELE ANDRADES DOS REIS</b></p> <p>FILIAÇÃO OSVALDO CARVALHO DOS REIS ELIANE BARRAGANA ANDRADES</p> <p>NATURALIDADE SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 19/11/1992</p> <p>DOC. ORIGEM C NASC 40076 SÃO BORJA RS</p> <p>CPF LV A 197 FL 054</p> <p>PORTO ALEGRE, RS 1 VIA</p> <p><i>Guilherme Pereira Lopes</i> ASSINATURA DO DIRETOR</p> <p>PIS PASEP 152383 / 152383</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>	
CÁRTEIRA DE IDENTIDADE			



# Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.208.600

Reservado ao Fisco

40D9.1ABB.A088.3D12.08CA.8095.4A6A.71F4

CÓDIGO DO CLIENTE

2176179-5

VENCIMENTO

06/02/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

84,34



ADAO CARVALHO DOS REIS

R. GEN MARQUES Nº 2846

SÃO BORJA

B. CENTRO, CEP-97670000

4401-17-0001-4648450

12973

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ADAO CARVALHO DOS REIS

R. GEN MARQUES Nº 2846

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 849.787.910-49

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
01/2013	28/01/2013	30/01/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
27/12/2012	25/01/2013	26/02/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4648450	3224	3383	159 kWh

## HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
JANEIRO/2013	159	AGOSTO/2012	247	MARÇO/2012	257
DEZEMBRO/2012	240	JULHO/2012	301	FEVEREIRO/2012	218
NOVEMBRO/2012	228	JUNHO/2012	334	JANEIRO/2012	351
OUTUBRO/2012	129	MAIO/2012	322		
SETEMBRO/2012	235	ABRIL/2012	360		

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2

MÊS DE APURAÇÃO: NOVEMBRO /2012

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	REALIZADO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	20,39	40,79	81,59	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	10,65	21,31	42,63	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	10,75			0,00

DICRT: Duração Interrupção individual ocorrido em dia crítico.

Realização DICRI (diário): 00=0,00

Meta: 16,60

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
25,33	16,20	4,73	5,57	1,86	53,69

## MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

## REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
06/12/2012	118,20		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	159	0,337711	53,69
Total dos conceitos de energia			53,69
Juros de Mora	1		2,97
Multa Atraso de Pagamento	1		3,27
Atualização Monetária	1		1,32
ICMS			17,89
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			5,20
<b>TOTAL</b>			<b>84,34</b>

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

1,86

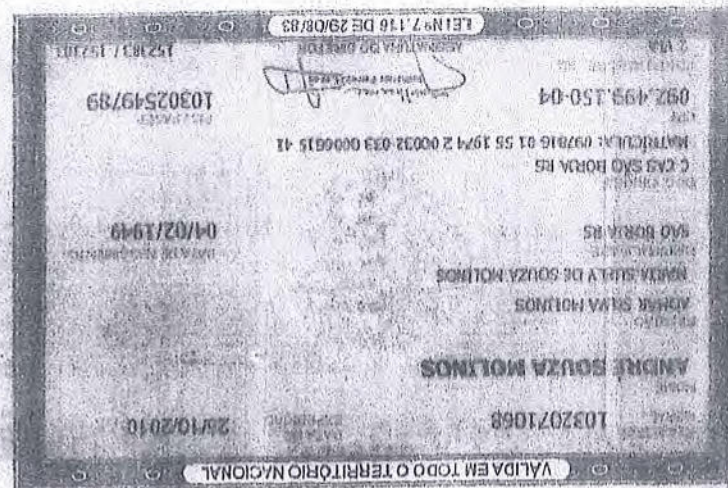
ICMS

Base de Cálculo

Alíquota 25 %

71,58

17,89



**Jackson Soares Imóveis**  
Cred. 31.840

### RECIBO DE ALUGUEL - L 019

( X ) residencial ( ) comercial

Locador: JOÃO LUIS ZANIN MINUSSI

CPF: 188.647.320-04

Endereço:

Locatário: ANDRÉ SOUZA MOLINOS

CPF: 092.499.150-04

Endereço imóvel: Rua Felix da Cunha, 1.335, apartamento 402, Bairro Bettim

Valor por extenso: seiscentos e noventa e quatro reais e dez centavos.

Período: 01/10/15 a 31/10/15

Data do vencimento: 09/11/15

Despesas:

Aluguel: R\$ 650,00

Água:

Luz:

IPTU: R\$ 44,10

Multa:

Total: R\$ 694,10

São Borja, 01 de novembro de 2015.

  
Locador: JOÃO LUIS ZANIN MINUSSI

Locatário: ANDRÉ SOUZA MOLINOS



Jackson Soares Imóveis  
Creci 34.840

### RECIBO DE ALUGUEL - L 019

(X) residencial ( ) comercial

Locador: JOÃO LUIS ZANIN MINUSSI

CPF: 188.647.320-04

Endereço:

Locatário: ANDRÉ SOUZA MOLINOS

CPF: 092.499.150-04

Endereço imóvel: Rua Felix da Cunha, 1.335, apartamento 402, Bairro Bettim

Valor por extenso: seiscentos e noventa e quatro reais e dez centavos.

Período: 01/10/15 a 31/10/15

Data do vencimento: 09/11/15

Despesas:

Aluguel: R\$ 650,00

Água:

Luz:

IPTU: R\$ 44,10

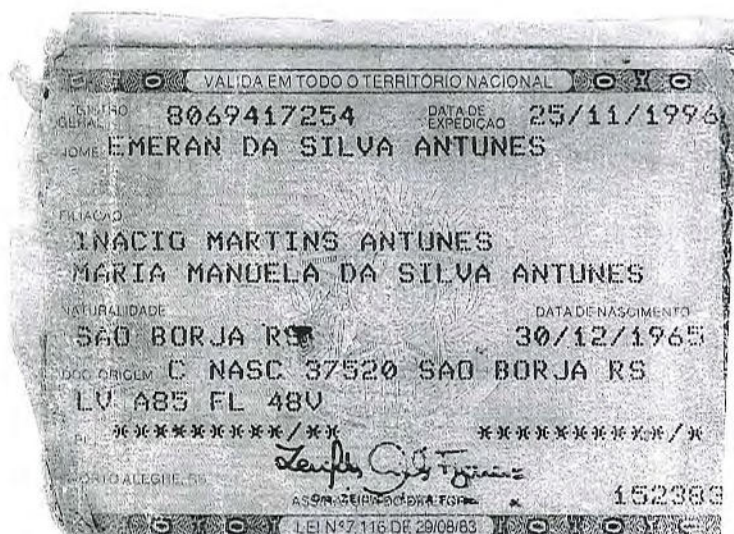
Multa:

Total: R\$ 694,10

São Borja, 01 de Novembro de 2015.

Locador: JOÃO LUIS ZANIN MINUSSI

Locatário: ANDRÉ SOUZA MOLINOS



**AES Sul**

Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 13.925.249

Reservado ao Fisco

65EA.2487.2B30.A902.08CE.3AA1.3811.F3D2

CÓDIGO DO CLIENTE

2874104-8

VENCIMENTO

28/10/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

123,97



ROQUE RAMIRES DOS SANTOS

TR GOMES CARNEIRO Nº 25

SÃO BORJA

V. DR IBERE CEP-97670000

4401-12-0002-02547611

51806

R: 67

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ROQUE RAMIRES DOS SANTOS

TR GOMES CARNEIRO Nº 25

SÃO BORJA

CNPJ/CPF: 280.938.790-72

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 202 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

## FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO

VALOR (R\$)

VENCIMENTO

VALOR (R\$)

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
10/2015	19/10/2015	21/10/2015
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
17/09/2015	19/10/2015	18/11/2015
FATOR MULTIPLICADOR: 1,0	FATOR POTÊNCIA:	

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02547611	26611	26755	144 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPCP/SERASA.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	144	0,560360	80,69
Total dos conceitos de energia			80,69
ICMS			26,89
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			12,36
Multa Atraso de Pagamento	1		1,91
Juros de Mora	1		0,06
Atualização Monetária	1		0,06
Contribuição Fundação Ivan Goulart			2,00
<b>TOTAL</b>			<b>123,97</b>

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1		EUSD(R\$):		32,39
MÊS DE APURAÇÃO: AGOSTO / 2015		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,31	10,62	21,25	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,36	6,72	13,45	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,03			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.			Meta:	12,22
Realizado DICRI (diário): 00= 0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
41,95	15,61	4,25	13,85	5,03	80,69

Adicional Bandeira Vermelha

6,48

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

5,03

## ICMS

Base de Cálculo

107,58

Alíquota 25 %

26,89

No mês de OUTUBRO/15 está vigente a bandeira tarifária VERMELHA, a qual indica condições mais caras de geração de energia e implica 0,045 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Maiores informações acesse www.aessul.com.br

Conforme REN 581/13, V.Sa. poderá solicitar o cancelamento de cobranças de terceiros à AES Sul, sem custo.

Aes\_20\_P19SAO-BORJA.GDU R 67 S 67 - CS151010.055 (1/1)

### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que resido na Travessa Gomes Carneiro, nº 25, Vila Ibere, juntamente com meu pai adotivo, Roque Ramires dos Santos.

São Borja, 13 de novembro de 2015



Emeran da Silva Antunes

CPF: 668 979 470-91



OTC PORTO ALEGRE RS PL9  
EMERAN DA SILVA ANTUNES  
TV GOMES CARNEIRO, 25  
RODOVIARIA  
97670-000 S BORJA - RS

Vencimento:  
10/10/2015

Vencimento  
10/10/2015

Ative a Conta Online e receba por email um aviso quando a sua conta estiver disponível no Meu Vivo, seu canal de autoatendimento. Com ela você consulta sua conta detalhada e boleto para pagamento pela internet. Contribua para o meio ambiente, reduza a utilização de papel. Acesse [www.vivo.com.br/meuvivo](http://www.vivo.com.br/meuvivo) e cadastre-se agora.

Total a Pagar - R\$  
33,99

Seus Números Vivo  
55-9662-3322

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta.

#### Vivo Valoriza

Saldo de pontos acumulados: 13.022  
Na data de: 22/09/15  
Saldo referente a conta 2140586633 no  
Vivo Valoriza. Para saldo atual, envie SMS  
com a palavra SALDO para 8011.

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
<b>Serviços Contratados</b>						
<b>VIVO MÓVEL</b>						
VIVO CONTROLE ILIMITADO	1	1	33,99	-	-	33,99
Serviços Telefônica Brasil	-	-	32,99	-	-	
Serviços de Terceiros Telefônica Data	-	-	1,00	-	-	
<b>Subtotal</b>						<b>33,99</b>
<b>TOTAL A PAGAR</b>						<b>33,99</b>

#### MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

\* A partir de 11 de outubro de 2015, os números celulares dos DDDs 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 71, 73, 74, 75, 77 e 79 passarão a ter 9 dígitos. Será acrescentado o dígito "9" antes do número atual, passando ao formato: (DDD)9xxxx-xxxx. Mais informações em [www.vivo.com.br/9digito](http://www.vivo.com.br/9digito).

Até emissão desta conta constava(m) débitos de contas anteriores. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
 <b>RIO GRANDE DO SUL</b> SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	 Polegar Direito		
 ASSINATURA DO TITULAR			
CARTEIRA DE IDENTIDADE			
PROIBIDO PLASTIFICAR		REGISTRO GERAL	8053182245
		DATA DE EXPEDIÇÃO	16/05/2012
		NOME	GETULIO DE SANTIS ALVES
		PLACAO	JOÃO GRACIOLINO ALVES
		EDI DE SANTIS ALVES	
		NATURALIDADE	SÃO BORJA RS
		DATA DE NASCIMENTO	11/11/1973
		DOC. ORIGEM	C NASC 46116 SÃO BORJA RS
		LV A94 FL 140	
		CPF	000.616.770-49
		PORTO ALEGRE, RS	
		2 VIA	
		 Carlos Eduardo Falcão Pereira ASSINATURA DO DIRETOR	152383 / 152383
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<p><b>RIO GRANDE DO SUL</b> SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p>  <p>Polegar Direito</p>  <p>ASSINATURA DO TITULAR</p> <p><i>Getulio de Santis Alves</i></p>		<p>REGISTRO GERAL 8053182245 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/05/2012</p> <p>NOME <b>GETULIO DE SANTIS ALVES</b></p> <p>FILIAÇÃO JOÃO GRACIOLINO ALVES</p> <p>EDI DE SANTIS ALVES</p> <p>NATURALIDADE SÃO BORJA RS</p> <p>DATA DE NASCIMENTO 11/11/1973</p> <p>DOC. ORIGEM C NASC 46116 SÃO BORJA RS LV A94 FL 140</p> <p>CPF <b>938.616.770-49</b></p> <p>PORTO ALEGRE, RS 2 VIA</p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR <i>Carlos Eduardo Falcão Pereira</i> 152383 / 152383</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>	

PROIBIDO PLASTIFICAR



## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.  
Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 12.818.823

Reservado ao Fisco  
A997.ED9B.3B0B.7FAA.D9B9.5140.6BCC.9B80

CÓDIGO DO CLIENTE

2174494-7

VENCIMENTO

24/10/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

134,71



GETULIO DE SANTIS ALVES  
R. ANDRADAS Nº 1573  
SÃO BORJA  
B. CENTRO CEP-97670000  
4401-15-0002-1765853

57886

R: 402

### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento  
Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,  
Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SCPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
24/08/2015	142,90		

De acordo com o Art. 6º, § 3º, inciso II da Lei Federal nº 8987/95 e com o Art. 172 da Res. 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente pode levar à suspensão do fornecimento de energia elétrica, transcorridos 15 dias da apresentação deste aviso.

Ocorrendo a suspensão será cobrado no mínimo o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Caso não ocorra a solicitação de religação pelo cliente, a distribuidora poderá rescindir o contrato decorridos dois ciclos completos de faturamento.

**Atenção:** Ocorrendo a suspensão, para solicitar religação todas faturas vencidas devem estar quitadas.

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO 09/2015 EMISSÃO 22/09/2015 APRESENTAÇÃO 24/09/2015

ANTERIOR 21/08/2015 ATUAL 22/09/2015 PRÓXIMA 22/10/2015

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
1765853	61949	62104	155 kWh

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	155	0,568580	88,12
Total dos conceitos de energia			88,12
ICMS			29,37
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			12,36
Multa Atraso de Pagamento	1		2,28
Juros de Mora (Parcela)	1		0,24
Juros de Mora	1		1,75
Atualização Monetária	1		0,59
<b>TOTAL</b>			<b>134,71</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja		EUSD(R\$):		34,78
MÊS DE APURAÇÃO: JULHO / 2015		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,31	10,62	21,25	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,36	6,72	13,45	0,00
DMC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,03			0,00
DICRI: Duração Interrupção individual ocorrido em dia crítico.			Meta:	12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

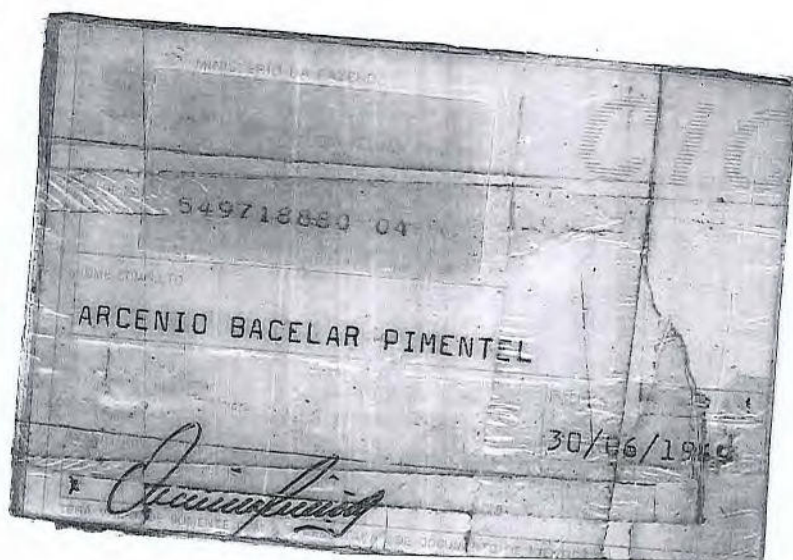
ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
45,47	16,91	4,60	14,94	6,20	88,12

### ICMS

Base de Cálculo	117,49
Alíquota 25 %	29,37

No mês de SETEMBRO/15 está vigente a bandeira tarifária VERMELHA, a qual indica condições mais caras de geração de energia e implica 0,045 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Maiores informações acesse [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

Aes\_23\_P19SAO-BORJA.GDU R 402 S 402 - C5150922.056 [1/1]



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2082982279 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/08/1998

NOME ARCENIO BACELAR PIMENTEL

FILIAÇÃO ALBINO CORREA PIMENTEL  
JUREMA BACELAR PIMENTEL

NATURALIDADE SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 30/06/1969

DOC ORIGEM C NASC 27813 SAO BORJA RS

LV A71 FL 104V

CPF \*\*\*\*\*/\*\* \*\*\*\*\*/\*\*

PORTO ALEGRE, RS

ASSINATURA DO DIRETOR 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/05/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

152383



## Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 10.306.807

Reservado ao Fisco

C31B.6DDE.A430.2F61.607B.B619.C3DB.03B5

CÓDIGO DO CLIENTE

2175781-0

VENCIMENTO

11/08/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

24,89



ARCENIO BARCELAR PIMENTEL

R. EURICO BATISTA SILVA Nº 1255

SÃO BORJA

B. CENTRO CEP-97670000

4401-16-0002-4424656

55821

R: 17

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ARCENIO BARCELAR PIMENTEL

R. EURICO BATISTA SILVA Nº 1255

SÃO BORJA

CNPJ/CPF: 549.718.880-04

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 202 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
07/2015	25/07/2015	28/07/2015
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
24/06/2015	24/07/2015	24/08/2015

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4424656	8192	8230	38 kWh

### CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento  
Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SCPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
11/07/2015	23,91		

De acordo com o Art. 6º, § 3º, inciso II da Lei Federal nº 8987/95 e com o Art. 172 da Res. 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente pode levar à suspensão do fornecimento de energia elétrica, transcorridos 15 dias da apresentação deste aviso.

Correndo a suspensão será cobrado no mínimo o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Caso não ocorra a solicitação de religação pelo cliente, a distribuidora poderá rescindir o contrato decorridos dois ciclos completos de faturamento.

**Atenção:** Ocorrendo a suspensão, para solicitar religação todas faturas vencidas devem estar quitadas.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	38	0,576707	21,91
Total dos conceitos de energia			21,91
ICMS			2,98
<b>TOTAL</b>			<b>24,89</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 2

EUSD(R\$): 9,99

MÊS DE APURAÇÃO: MAIO / 2015

METAS

REALIZADO

INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	12,71	25,43	50,86	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	5,07	10,14	20,28	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	6,48			0,00

Meta: 12,22

DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico, Realizado DICRI (diário): 00=0,00

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
11,29	4,20	1,14	3,71	1,57	21,91

Adicional Bandeira Vermelha

2,09

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)

1,57

ICMS

Base de Cálculo

Alíquota 12 %

24,89

2,98

No mês de JULHO/15 está vigente a bandeira tarifária VERMELHA, a qual indica condições mais caras de geração de energia e implica 0,055 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Maiores informações acesse [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO**

Nº de Inscrição **921400840-04** Data de Nascimento **11/07/77**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura  
**MARILAINÉ CABELEIRA SANTIAGO**

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em : 29/03/95

S  
E  
R  
P  
R  
O



# AES Sul

## Conta de Energia Elétrica



LUCIANE CABELEIRA SANTIAGO  
TR JOAO DIRCEU MACIEL TRINDADE N° 99  
SÃO BORJA  
B. PARABOI CEP-97670000  
4401-18-0001-02474945

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.  
Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.224.766  
Reservado ao Fisco  
BAC9.F8D6.A25E.E47A.C2F1.AFD8.7207.E9F7

Importante: A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/02.

8396

CODIGO DO CLIENTE

2770996-5

VENCIMENTO

19/03/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

151,72

### CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

### REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
19/02/2013	144,93		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso. O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa. Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA  
LUCIANE CABELEIRA SANTIAGO  
TR JOAO DIRCEU MACIEL TRINDADE N° 99  
SÃO BORJA  
CNPJ / CPF: 013.893.470-36  
Classe: Residencial  
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts  
Inscrição Estadual:  
Tarifa: BT Resid. Baixa Renda  
Tensão Nominal: 220 Volts

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
02/2013	27/02/2013	01/03/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
28/01/2013	27/02/2013	20/03/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02474945	39994	40468	474 kWh

### HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh	MÊS/ANO	kWh
FÉVREIRO/2013	474	SETEMBRO/2012	283	ABRIL/2012	241
JANEIRO/2013	376	AGOSTO/2012	234	MARÇO/2012	448
DEZEMBRO/2012	423	JULHO/2012	234	FEVEREIRO/2012	368
NOVEMBRO/2012	362	JUNHO/2012	268		
OUTUBRO/2012	274	MAIO/2012	200		

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1	EUSD(R\$):		65,07
MÊS DE APURAÇÃO: DEZEMBRO /2012	METAS	REALIZADO	
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29		0,18
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.			Meta: 12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00			

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
49,28	31,54	9,20	10,78	4,16	104,96

### MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

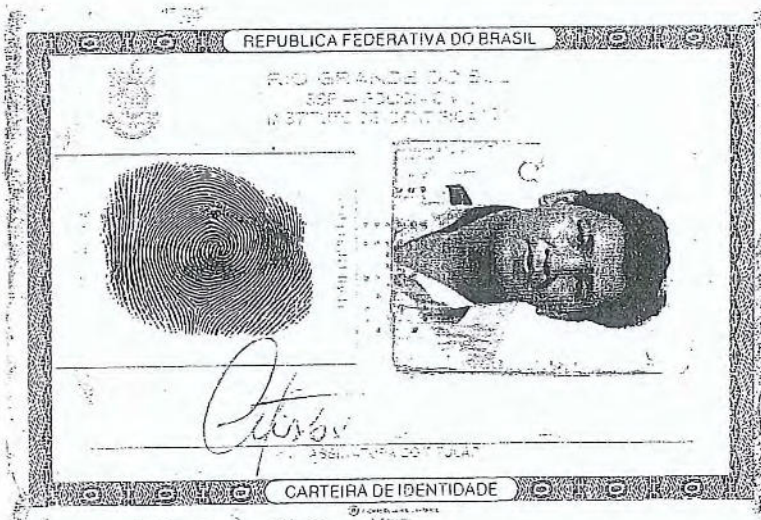
167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	30	0,088656	2,65
Consumo	70	0,151979	10,63
Consumo	120	0,227964	27,35
Consumo	254	0,253298	64,33
Total dos conceitos de energia			104,96
Atualização Monetária	1		0,50
Multa Atraso de Pagamento	1		3,34
Juros de Mora	1		1,44
ICMS			34,98
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,50
TOTAL			151,72

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005) 4,16  
Desconto ref. aplicação da tarifa social 26,60

ICMS  
Base de Cálculo 139,94  
Alíquota 25 % 34,98

Reajuste tarifário com redução média de 23,62%, conforme Resolução ANEEL nº 1.412 de 24/01/2013.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8057614086 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/07/1995

NOME CRISTALINO FAGUNDES PRESTES  
FILHO

FILIAÇÃO  
CRISTALINO FAGUNDES PRESTES  
MARISA AMARICO PRESTES

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
SAO BORJA RS 23/12/1969

DOG ORIGEM C NASC 41336 SAO BORJA RS  
LV A89 FL 116

CPF 585062680/87 \*\*\*\*\*/

PORTO ALEGRE RS *Assinatura do Diretor* 152383

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR *Assinatura*

FOTO

IMPRESSÃO DIGITAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

SSP - POLÍCIA CIVIL

RIO GRANDE DO SUL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 7.161

Reservado ao Fisco

D701.10EB.CDBB.5332.57B1.F610.C1C8.E4DA

CODIGO DO CLIENTE

3016363-3

VENCIMENTO

20/11/2012

TOTAL A PAGAR (R\$)

64,21



ZENILDA LENIR LENCINA PRESTES

R. TAMARINO Nº 767

SÃO BORJA

V. LEGAL CEP-97670000

4401-18-0002-02618954

62037

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ZENILDA LENIR LENCINA PRESTES

R. TAMARINO Nº 767

SÃO BORJA

CNPJ / CPF: 668.930.890-15

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid.Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

## CANAL DE RELACIONAMENTO AES Sul

internet

Central de Relacionamento

Deficientes Auditivos

www.aessul.com.br

0800 707 7272

0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

## REAVISO DE VENCIMENTO - AVISO DE CORTE

Caro Cliente,

Evite a suspensão do fornecimento e o provável registro no SPC/SERASA, pagando o(s) débito(s) abaixo relacionado(s):

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
20/10/2012	41,77		

Se o pagamento do débito acima já foi efetuado, desconsidere este reaviso. Conforme o art. 6º, § 3º, II da Lei Federal Nº 8.987/95 e o art. 172 da Resolução nº 414/10 da ANEEL, o inadimplemento do cliente poderá levar a suspensão do fornecimento da energia transcorridos 15 dias da data de apresentação deste aviso.

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora e multa.

Ocorrendo a suspensão do fornecimento de energia, será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade no ciclo de faturamento em que ocorreu a suspensão. Não ocorrendo a solicitação de religação pelo cliente, o contrato será rescindido decorridos dois ciclos completos de faturamento.

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
10/2012	03/11/2012	06/11/2012
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMO
25/09/2012	29/10/2012	28/12/2012

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
02618954	17546	Estimada	117 kWh

O faturamento foi realizado por média, devido à falta de acesso ao medidor para coleta da leitura.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	117	0,358136	41,90
Total dos conceitos de energia			41,90
Multa Atraso de Pagamento	1		0,85
Juros de Mora	1		0,35
Atualização Monetária	1		0,34
ICMS			13,96
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			6,81
<b>TOTAL</b>			<b>64,21</b>

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1		EUSD(R\$):		16,31
MÊS DE APURAÇÃO: SETEMBRO/2012				
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	REALIZADO MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,67	11,34	22,69	12,14
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,42	6,85	13,70	3,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,29			8,37
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.				
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				Meta: 12,22

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
19,03	12,18	3,55	4,02	3,12	41,90

## MENSAGENS

Informações sobre as condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos, encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, através da nossa Central de Atendimento 24 horas, nas lojas de atendimento ou em nosso site.

Ouvidoria AES SUL: 0800 707 7278

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS

0800-727-0167 - Ligação gratuita de telefones fixos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

PROIBIDO PLASIFICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

*Belmirio da S. Silva*

Polegar Direito

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RIO GRANDE DO SUL  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2012783607 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/04/2012

NOME  
**BELMIRIO DA SILVA**

FILIAÇÃO  
ANADIR RODRIGUES DA SILVA

NATURALIDADE  
SÃO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO  
04/07/1958

DOC. ORIGEM  
C CAS 1616 SÃO BORJA RS  
LV B4 FL 17V

CPF  
306.274.600-97

PORTO ALEGRE, RS  
2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

*Carlos Eduardo Falcão Pereira*  
Carlos Eduardo Falcão Pereira

152383 / 152383

LEI Nº 7 116 DE 29/08/83



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2012783607

DATA DE EXPEDIÇÃO 23/04/2012

NOME **BELMIRIO DA SILVA**

FILIAÇÃO

ANADIR RODRIGUES DA SILVA

NATURALIDADE

SÃO BORJA RS

DATA DE NASCIMENTO 04/07/1958

DOC. ORIGEM

C CAS 1616 SÃO BORJA-RS

LV B4 FL 17V

CPF 306.274.600-97

PIB / PAGEP

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

*Carlos Eduardo Falcão Pereira*

ASSINATURA DO DIRETOR

152383 / 152383

LEI Nº 7 116 DE 29/08/83

191-SAO BORJA

CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGO

Bairro: CENTRO CEP: 97670000

Fone: 5534311792

100017079381201302

02/2013

BELMIRIO DA SILVA

Travessa JOAO BATISTA, 176

Código do Imóvel  
17079381

22/2380

00017079381

CORSAN

01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012	08/2012
17	14	14	14	12	15

A09X109059

582

597

15

Dia  
Cor 32

14

CATEGORIA	END. H2O	END. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR H2O	VALOR ESGOTO
RB	2	0	15	R\$ 34,14	R\$ 54,15	R\$ 0,00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS

R\$ 88,29

SERVIÇO

VALOR

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS

R\$ 88,29

SC - Reaviso de Débito 1/

R\$ 3,32

Lida e Emitida em:  
15/02/2013 17:15:03

Pagamento após o vencimento  
leia o verso

27/02/2013

R\$ 91,61

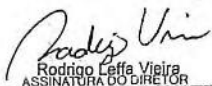
NOTIFICAÇÃO

ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

OPÇÃO DEB. CONTA PELO CÓDIGO 00017079381 CONVENIO CORSAN

Turbidez	0 a 5 UT	0 a 5 UT
Cor	0 a 15 UH	0 a 15 UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	0,60 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	7068341648	DATA DE EXPEDIÇÃO 05/07/2011
NOME <b>VENCESLAU DIAS NUNES</b>		
FILIAÇÃO OTACILIO DORNELLES NUNES		
JOANA DIAS NUNES		
NATURALIDADE	SAO BORJA RS	DATA DE NASCIMENTO 29/04/1941
DOC. ORIGEM	C CAS 4019 SÃO BORJA RS	
	LV B24 FL 2 V	
CNP	262.251.820-04	PIS / PASEP
 Rodrigo Leffa Vieira ASSINATURA DO DIRETOR		152383 / 152383
PORTO ALEGRE, RS		
2 VIA		
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		

CARTeira DE IDENTIDADE	
ASSINATURA DO TITULAR <i>Venceslau Dias Nunes</i>	
 Polegar Direito	
RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	

# CONTRATO DE LOCAÇÃO

Os signatários deste instrumento, de um lado Isabel Helena de Souza  
qualificação Brasileira, reparada, aparentada, moradora na rua  
Alvaro Batista nº 2007, São Borja-RS CNPJ (C.P.F.) 278.240.120-34  
e, de outro lado, Benedito Dias Nunes,  
qualificação Brasileiro, casado, aparentado  
CNPJ (C.P.F.) 262.251.820-04  
têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado "o locador", sendo proprietário do imóvel (casa)  
sito nesta Rua Alvaro Batista, 2007 loca-o  
ao segundo, aqui designado "o locatário", mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas, ou sejam:

1ª - O prazo de locação é de 2 anos ( ) meses a partir de 04  
de Fevereiro de 2012 e a terminar em 04 de fevereiro de 2014  
data em que o locatário se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, no estado em que o recebeu, independentemente de  
Notificação ou Intepelação Judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação da locação, o que somente se fará por escrito.

§ único: Caso o locatário não restitua o imóvel no fim do prazo contratual, pagará enquanto estiver na posse do mesmo,  
o aluguel mensal reajustado nos termos da Cláusula Décima Oitava, até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento;

2ª - O aluguel mensal é de R\$300,00 — ( trezentos reais )  
( ), que o locatário se  
compromete a pagar pontualmente, até o dia 10 de cada mês

( ), na residência do locador ou de seu representante;

3ª - O locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel  
locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, fogão, papéis, pintura, telhados, vidraças,  
mármore, fechos, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim,  
restituí-los quando findo ou rescindido, este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias,  
as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel;

4ª - Obriga-se mais o locatário a satisfazer a todas as exigências dos Poderes Públicos, a que der causa, e a não transferir este  
contrato, nem fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita do locador;

5ª - O locatário desde já faculta ao locador examinar ou vistoriar o imóvel locado quando entender conveniente;

6ª - O locatário também não poderá sub-locar nem emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem preceder consentimento por  
escrito do locador; devendo, no caso deste ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes, a fim de que o imóvel esteja desimpedido  
no término do presente contrato;

7ª - No caso de desapropriação do imóvel locado, ficará o locador desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvada  
ao locatário, tão somente, a faculdade de haver do poder desapropriante a indenização a que, por ventura, tiver direito;

8ª - Nenhuma intimação do Serviço Sanitário será motivo para o locatário abandonar o imóvel ou pedir a rescisão deste con-  
trato, salvo procedendo vistoria judicial, que apure estar a construção ameaçando ruína;

9ª - Para todas as questões resultantes deste contrato, será competente o foro da situação do imóvel, seja qual for o domicílio  
dos contratantes;

10ª - Tudo quanto for devido em razão deste contrato e que não comporte o processo executivo, será cobrado em ação compe-  
tente, ficando a cargo do devedor, em qualquer caso, os honorários do advogado que o credor constituir para ressalva dos seus direitos;

11ª - No caso de morte, falência ou insolvência do ..... fiador ....., o locatário será obrigado dentro de 30 dias a dar  
substituto idôneo, a juízo do locador, sob pena de incorrer na cláusula seguinte;

12ª - Fica estipulado a multa de .....  
na qual incorrerá a parte que  
infringir qualquer cláusula deste contrato; com a faculdade, para a parte inocente, de poder considerar simultaneamente rescindida a locação,  
independentemente de qualquer formalidade;

13ª - Assina ..... também o presente, solidariamente com o locatário por todas as obrigações acima exaradas, o .....  
Sr. ....  
qualificação .....

..... CNPJ (C.P.F.) .....  
Cônjuge .....  
cuja responsabilidade, entretanto, perdurará até a entrega, real e efetiva das chaves do imóvel locado;

14ª - Quaisquer estragos ocasionados ao imóvel e suas instalações, bem como as despesas a que o proprietário for obrigado por  
eventuais modificações feitas no imóvel, pelo locatário, não ficam compreendidas na multa da cláusula 12ª, mas serão pagas à parte;

Companhia Riograndense de Saneamento  
 CNPJ 02.802.784/0001-90  
 U.S. 191-SÃO BORJA

CORONEL LAGO, 1800/FRENTE PRAÇA LAGOA

Bairro: CENTRO CEP: 97670000

Fone: 5534311792

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto

Nº 100017058295201303

Mês/Ano 03/2013

12ABEL HELENA DE SOUZ  
 Rua ALVARO BATISTA, 2007

Código do Imóvel	Localização	Código Dútilo em Conta	Companhia		
17058295	15/1890	00017058295	CORSAN		
Histórico de Contas					
02/2013	01/2013	12/2012	11/2012	10/2012	09/2012
11	60	14	13	9	13

Dados do Consumo do Mês

Indicador	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal
A081 155354	827	839	12	31	20

Composição dos Serviços						
CAT. FA	BZO. FA	BZO. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR ÁGUA	VALOR ESGOTO
FI	I	0	12	R\$ 17,07	R\$ 43,32	R\$ 0,00

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 60,39

SERVIÇO VALOR

SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS R\$ 60,39

FA - Juros de Mora R\$ 0,06

FA - Multa de Mora R\$ 1,14

Lida e Emitida em:  
 11/03/2013 15:01:06

Pagamento após o vencimento  
 leia o verso

VENCIMENTO 01/04/2013  
 VALOR A PAGAR R\$ 61,59

NOTIFICAÇÃO ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, Inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, §3º, II.

OPÇÃO DEB CONTA PELO CODIGO 00017058295 CONVENIO CORSAN

Parâmetro	Qualidade	Unidade
Turbidez	0 a 5 UH	UH
Cor	0 a 15 UH	UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4087841799 DATA DE EXERCÍCIO 24/05/2010

NOME  
**JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO**

FILIAÇÃO  
CANDIDO SEVERINO SANTOS RODRIGUES

LÍLIOSA RIBAS RODRIGUES

NATURALIDADE  
SÃO BORJA RS

DATA DE NASCIMENTO  
10/10/1988

ENDEREÇO  
C NASC SÃO BORJA RS

MATRÍCULA: 097816 01 55 1988 1 00125 071 0025693 92

CPF  
018.267.580-70

ASSINATURA DO TITULAR  
*João Antonio Rodrigues Neto*

ASSINATURA DO DIRETOR  
*Guilherme Ferreira Lopes*

152383 / 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR  
*João Antonio Rodrigues Neto*

Polígar Direito

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

RIO GRANDE DO SUL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL 4087841799 DATA DE EXPIRAÇÃO 24/05/2010

NOME  
**JOÃO ANTONIO RODRIGUES NETO**

FILIAÇÃO  
CANDIDO SEVERINO SANTOS RODRIGUES

LILIOSA RIBAS RODRIGUES

NATURALIDADE  
SAO BORJA RS

DATA DE NASCIMENTO  
10/10/1988

DOC. IDENTIFIC.  
C NASC SÃO BORJA RS

MATRÍCULA: 097816 C1 55 1988 1 00125 071 0025693 92

CID  
018.267.580-70

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

152383 / 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

ASSINATURA DO TITULAR

Polegar Direito

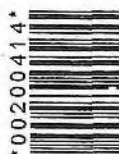
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO


**JOAO A RODRIGUES**  
 R. BOMPLAND Nº 2019  
 SÃO BORJA  
 B. MARIA DO CARMO CEP-97670000  
 4401-18-0002-04013479

7236

**DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA**
**JOAO A RODRIGUES**  
 R. BOMPLAND Nº 2019  
 SÃO BORJA  
 CNPJ / CPF: 000.000.000-00  
 Classe: Residencial  
 Nº de Fases: MONOFÁSICO

 Limites Adequados: 201 a 231 Volts  
 Inscrição Estadual:  
 Tarifa: BT Resid.Normal  
 Tensão Nominal: 220 Volts

**CANALIS DE RELACIONAMENTO AES Sul**

 Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
**www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281**

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento

**FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO**

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)

**DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO**

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
03/2013	28/03/2013	02/04/2013
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
27/02/2013	28/03/2013	26/04/2013

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
04013479	21644	21777	133 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

**DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	133	0,258912	34,43
Total dos conceitos de energia			34,43
ICMS			11,47
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			5,20
<b>TOTAL</b>			<b>51,10</b>

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

CONJUNTO: São Borja 2		EUSD(R\$):		32,09
MÊS DE APURAÇÃO: JANEIRO / 2013		METAS		REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	15,68	31,37	62,74	1,23
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	6,26	12,52	25,04	1,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	7,75			1,23
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.		Meta:		12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

**COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)**

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
17,50	12,63	1,57	1,97	0,76	34,43

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	0,76
ICMS	
Base de Cálculo	45,90
Alíquota 25 %	11,47

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 396/10, informamos que a Demonstração Contábil Societária da AES Sul encontra-se disponível no site [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br).

**Carteira de Identidade**

**Assinatura do Titular**

**Polgão Direito**

**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO**  
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
RIO GRANDE DO SUL

**República Federativa do Brasil**

**Não-Doador de Órgãos e Tecido**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL 1081710335 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/02/1998  
NOME ANTONIO CARLOS MOURA CAMARGO

FILIAÇÃO  
BENJAMIN DUARTE CAMARGO  
IVONE MOURA CAMARGO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
SAO BORJA RS 12/05/1950

DOC ORIGEM C CAS 1793 SAO BORJA RS  
LV B4 FL 106V

CPE 222937440/00 \*\*\*\*\*/\*\*

PORTAL ALEGRE, RS  
NAO DOADOR ASSINATURA DO DIBETORNI 152383

LEI N° 116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

**ASSINATURA DO CONTRIBUINTE**

*Antonio Carlos Moura Camargo*

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**

**ANTONIO CARLOS MOURA CAMARGO**

CONTRIBUINTE

12.05.50 NASCIMENTO

222 937 440 INSCRIÇÃO NO CPF

00 00

**CIC**

**República Federativa do Brasil**  
**Secretaria da Justiça e da Segurança**  
**Instituto de Identificação**  
**RIO GRANDE DO SUL**

**Carteira de Identidade**

**Assinatura do Titular**  
*Antonio Carlos Moura Camargo*

**POLEGAR DIREITO**

**REGISTRO GERAL** 1081710335 **DATA DE EXPEDIÇÃO** 19/02/1998  
**NOME** ANTONIO CARLOS MOURA CAMARGO

**FILIAÇÃO**  
 BENJAMIN DUARTE CAMARGO  
 IVONE MOURA CAMARGO

**NATURALIDADE** SAO BORJA RS **DATA DE NASCIMENTO** 12/05/1950  
**DCC ORIGEM** Q CAS 1793 SAO BORJA RS  
**LV** B4 FL 106V  
**CPF** 222937440/00 \*\*\*\*\*/\*\*

**PORTO ALEGRE, RS**  
**NAO DOADOR** **ASSINATURA DO RIBEIRO** 152383  
**LEI N° 7.116 DE 29/08/83**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**  
**COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS**

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

**DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO**  
**CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

**VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

**ASSINATURA DO CONTRIBUINTE**  
*Antonio Carlos Moura Camargo*

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**

**ANTONIO CARLOS MOURA CAMARGO**

**CONTRIBUINTE**

**NASCIMENTO** 12.05.50

**INSCRIÇÃO NO CPF** 222 937 440

**CPF** 00

**CIC**



Companhia Riograndense de Saneamento  
CNPJ: 02.602.784/0001-80  
U.S.: 191-SAO BORJA  
RUA CORONEL LAGO  
CEP: 97670000  
Fone: 5534311792

Fatura de Serviços - Água e/ou Esgoto  
Nº 100021491364201510 10/2015  
Mês/Ano

Usado por: ANTONIO CARLOS MOURA CAMARGO Rua APARICIO MARIENSE, 3611					
Código do Imóvel	Localização	Código Débito em Conta	Convênio		
21491364	24/419	00021491364	CORSAN		
Mês/Ano	09/2015	08/2015	07/2015	06/2015	05/2015
Consumo	7	7	4	7	6
Dados do Consumo do Mês					
Hidômetro	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo (m³)	Dias de Consumo	Média Mensal
A09X310446	499	504	5	31	6
Composição dos Serviços					
CATEGORIA	ECO. AGUA	ECO. ESGOTO	CONSUMO	SERVIÇO BÁSICO	VALOR AGUA
RB	1	0	5	R\$ 20,59	R\$ 21,75
					VALOR ESGOTO
					R\$ 0,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 42,34
SERVIÇO					Descrição dos Itens Faturados
SUBTOTAL DE SERVIÇOS PRESTADOS					R\$ 42,34
FA - Juros de Mora 08/2015					R\$ 0,10
FA - Multa de Mora 08/2015					R\$ 1,02

Lida e Emitida em:  
15/10/2015 16:06:25

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
08/11/2015	R\$ 43,46

Pagamento após o vencimento incidirá multa de 2%, juros de 1% a.m., mais correção monetária. Após 10 dias, por exigência da Lei 11.445/2007, art. 40, § 2º, haverá emissão de aviso de débito com previsão de suspensão do abastecimento e custo previsto na Tabela Tarifária vigente.

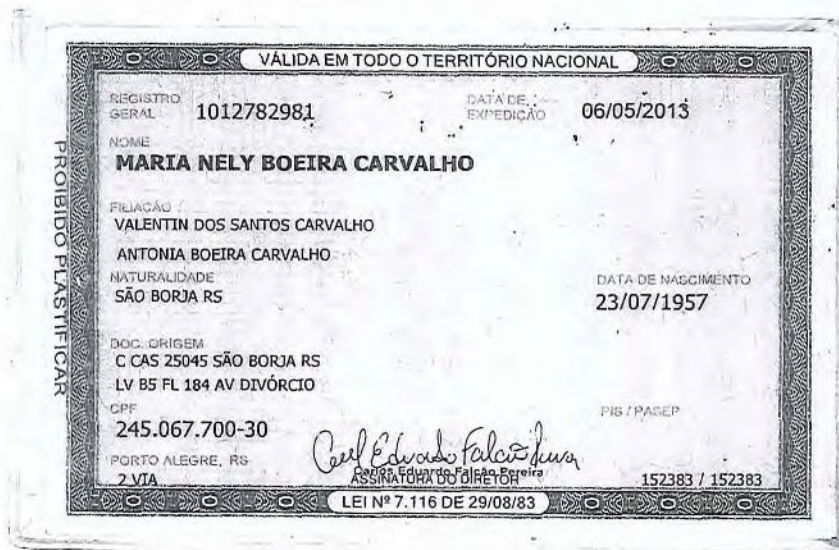
OPÇÃO DEB CONTA PELO CODIGO 00021491364 CONVENIO CORSAN

Parâmetros	Requisito	Qualidade
Turbidez	0,0 a 5,0 UT	0,0 UT
Cor	0 a 15 UH	3 UH
Cloro Livre Residual	0,20 a 5,00 mg/L	1,10 mg/L
Coliformes Totais	Ausente em 100mL	Ausente
Escherichia coli	Ausente em 100mL	Ausente

U.S. 191-SAO BORJA	Código Débito	Mês/Ano
	21491364	10/2015
Código de Transmissão	Vencimento	Total a Pagar
100021491364201510	08/11/2015	R\$ 43,46

82600000000-8 43460798000-1 01000214913-5 64201510000-0









## Conta de Energia Elétrica

AES SUL Distribuidora S.A. de Energia S.A.

Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS

CNPJ: 02.016.440/0001-62

Inscrição Estadual: 096/2636525

NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 7.651.313

Reservado ao Fisco

FC7B.0A80.A84D.DDB1.79CC.EDEF.C18A.7B5E

CÓDIGO DO CLIENTE

2175351-2

VENCIMENTO

15/06/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

127,42



MARIA NELLY BOEIRA CARVALHO

R. FÉLIX DA CUNHA Nº 833

SÃO BORJA

B. CENTRO CEP-97670000

4401-16-0002-1436846

50861

R: 273

### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

MARIA NELLY BOEIRA CARVALHO

R. FÉLIX DA CUNHA Nº 833

SÃO BORJA

CNPJ/CPF: 245.067.700-30

Classe: Residencial

Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 202 a 231 Volts

Inscrição Estadual:

Tarifa: BT Resid. Normal

Tensão Nominal: 220 Volts

### DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO

05/2015

EMISSION

25/05/2015

APRESENTAÇÃO

27/05/2015

ANTERIOR

27/04/2015

ATUAL

25/05/2015

PRÓXIMA

24/06/2015

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0

FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
1436846	52000	52151	151 kWh

CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul		
Internet	Central de Relacionamento	Deficientes Auditivos
<a href="http://www.aessul.com.br">www.aessul.com.br</a>	0800 707 7272	0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento  
Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

### FATURAS PENDENTES DE PAGAMENTO

VENCIMENTO	VALOR (R\$)	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
15/03/2015	124,53		
15/04/2015	104,69		
15/05/2015	97,78		

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SPC/SERASA.

### DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	151	0,569555	86,00
Total dos conceitos de energia			86,00
ICMS			28,66
Ilum. Públ. - Prefeitura Municipal			12,76
<b>TOTAL</b>			<b>127,42</b>

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO: São Borja 1		EUSD(R\$): 26,21	
MÊS DE APURAÇÃO: MARÇO / 2015		METAS	REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	5,31	10,62	21,25
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	3,36	6,72	13,45
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	3,03		1,85
DICRI: Duração interrupção individual ocorrido em dia crítico.		Meta:	12,22
Realizado DICRI (diário): 00=0,00			

É direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

### COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
44,81	16,67	4,54	14,82	5,16	86,00

Adicional Bandeira Vermelha	8,30
PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005)	5,16

ICMS	
Base de Cálculo	114,66
Alíquota 25 %	28,66

No mês de MAIO/15 está vigente a bandeira tarifária VERMELHA, a qual indica condições mais caras de geração de energia e implica 0,055 R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Maiores informações em [www.aessul.com.br](http://www.aessul.com.br)

Ass. 26 PIS/COFINS R 273 S 273 - C0160525.053 [1/1]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

*Eliane B. Andrade*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7096482976 DATA DE EMISSÃO 25/08/2002

NOME ELIANE BARRAGANA ANDRADES

FILIAÇÃO  
JOAO DE DEUS BATISTOS DE ANDRADE  
MARIA IZABEL BARRAGANA ANDRADE

NATURALIDADE  
SAO BORJA RS DATA DE NASCIMENTO 17/04/1972

DDP ORIGEM C NASC 42682 SAO BORJA RS  
LV A91 FL 05V

CPF 617514130/04 \*\*\*\*\*/\*

PORTO ALEGRE RS ASSINATURA DO DIRETOR 152383

LEI Nº 7.116 DE 29/08/81



# Conta de Energia Elétrica

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.  
Rua Dona Laura, 320 - 10º andar Porto Alegre/RS  
CNPJ: 02.016.440/0001-62  
Inscrição Estadual: 096/2636525  
NOTA FISCAL - Modelo "6" Número 1.156.366

Reservado ao Fisco  
0D10.8F9E.175E.DEAD.8226.B100.FCD8.B40F

CÓDIGO DO CLIENTE

5176179-2

VENCIMENTO

07/07/2014

TOTAL A PAGAR (R\$)

30,65



MICHELA ANDRADE DOS REIS  
R. GEN MARQUES Nº 4646  
SÃO BORJA  
B. CENTRO CEP-97670000  
4401-17-0001-4619813

38930

R: 1065

## CANAIS DE RELACIONAMENTO AES Sul

Internet Central de Relacionamento Deficientes Auditivos  
www.aessul.com.br 0800 707 7272 0800 707 7281

Falta de Energia - Torpedo Fácil - Envie o código do cliente para 28410

Loja ou Rede Conveniada de Atendimento  
Rua Félix da Cunha nº 112 - Bairro Centro

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

MICHELA ANDRADE DOS REIS  
R. GEN MARQUES Nº 2846  
SÃO BORJA  
CNPJ/CPF: 031.490.250-36  
Classe: Residencial  
Nº de Fases: MONOFASICO

Limites Adequados: 201 a 231 Volts  
Inscrição Estadual:  
Tarifa: BT Resid. Normal  
Tensão Nominal: 220 Volts

## DADOS DE LEITURA E FATURAMENTO

FATURAMENTO	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
06/2014	26/06/2014	30/06/2014
ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
09/06/2014	26/06/2014	25/07/2014

FATOR MULTIPLICADOR: 1,0 FATOR POTÊNCIA:

MEDIDOR	ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO
4619813	1703	1768	65 kWh

O pagamento após a data de vencimento acarretará na incidência de atualização monetária, juros de mora, multa e provável registro no SCPC/SERASA.

## DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TARIFA (sem ICMS)	VALOR (R\$)
Consumo	65	0,353746	22,99
Total dos conceitos de energia			22,99
ICMS			7,66
<b>TOTAL</b>			<b>30,65</b>

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

CONJUNTO:	EUSD(R\$):			0,00
MÊS DE APURAÇÃO: ABRIL / 2014	METAS			REALIZADO
INDICADOR	MÊS	TRIM.	ANO	MENSAL
DIC: Horas que o cliente ficou sem energia	0,00	0,00	0,00	0,00
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia	0,00	0,00	0,00	0,00
DMIC: Max. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	0,00			0,00
DICRI: Duração interrupção individual ocorrida em dia crítico			Meta:	16,60
Realizado DICRI (diário): 00=0,00				

E direito do consumidor: receber compensação, de forma automática na fatura, quando a meta do indicador for ultrapassada e solicitar a apuração dos indicadores a qualquer tempo.

## COMPONENTES DA TARIFA (Resolução ANEEL 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS	TOTAL (R\$)
13,04	6,48	1,17	1,28	1,02	22,99

PIS e COFINS (incluído no total da fatura-Res. ANEEL 93/2005) 1,02

ICMS	Base de Cálculo	Alíquota 25 %
		30,65
		7,66

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor devido ao maior custo de geração. No mês de JUNHO/14 vigoraria a bandeira VERMELHA, a qual implicaria 0,03 em R\$/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

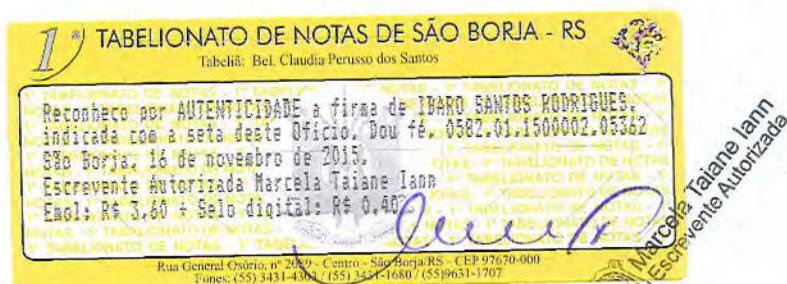
Fm12440 - 16/02/14

Avs. 27\_P105AO BORJA GDU R 1065 - 9 1065 - CS 140028.045 (1/3)

Eu, Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá, nº 1915; RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro que a Entidade não possui como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

São Borja, 13 de novembro de 2015

  
1.º Tabelionato  
Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da Aconsul



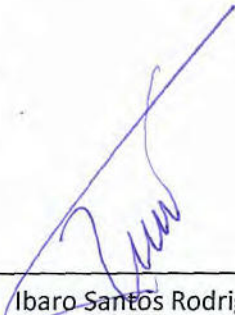
1.º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua General Osório, 2089  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

Em resposta à NOTA TÉCNICA nº 18351/2015/SEI-MC, item “3”, que versa sobre a suposta relação religiosa da Aconsul com Religião Evangélica, esclarecemos que nossa emissora coloca à disposição das igrejas sediadas na área de abrangência da rádio horários para realização de programas das mesmas, independentemente do tipo de religião a que pertencem. Desde o início das nossas atividades, a Igreja do Evangelho Quadrangular mantém programa da Sexta Igreja do Evangelho Quadrangular, situada na Vila Ester, Zona Leste, e a Segunda Igreja do Evangelho Quadrangular, que fica situada na Zona Oeste, também mantém programa, atendendo a públicos distintos em localidades e outros aspectos. Por outro lado, a Terceira Igreja do Evangelho Quadrangular, da Zona Sul, que mantinha um programa semanal, não está mais realizando-o. Temos, também, programa do Ministério Rede.

A Rádio Butuí FM disponibiliza horários para a Igreja Católica, Assembleia de Deus, Igreja da Restauração e para a Sociedade Espírita de São Borja. Há várias denominações religiosas que deixaram de fazer programações conosco por causa da crescente abertura de canais irregulares, onde tais grupos administram as “rádios” com a torre transmissora na Argentina, país que faz fronteira com nossa cidade.

Declaramos, portanto, que, mesmo que cedamos horários a qualquer tipo de congregação religiosa, jamais haverá subordinação da rádio a elas, seja de forma ideológica, administrativa, financeira, ou outra relação que subordine a nossa entidade ao domínio das mesmas.

São Borja, 13 de novembro de 2015



---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL

## ACONSUL

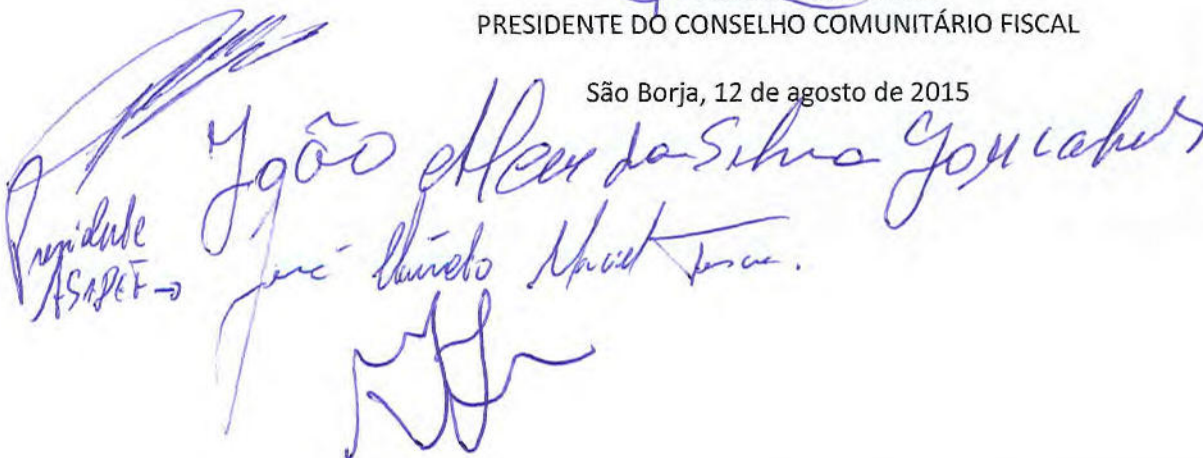
O Conselho Comunitário Fiscal da ACONSUL em conformidade com o Art. – 21º - Parágrafo 4º do Estatuto da Entidade e considerando os objetivos da Lei nº 9.612, de 1998 e atendendo ofício do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, avalia como positiva a atuação da Rádio Comunitária Butuí Fm cumprindo seus fiéis objetivos que visam servir a comunidade atingida em parte do município de São Borja no Estado do Rio Grande do Sul. Podemos exemplificar as atividades até aqui desenvolvidas pela Associação e pela Emissora que após suas fundações em uma cidade com mais de 300 anos, em torno de 70 mil habitantes somente era servida por duas emissoras de rádios do mesmo grupo e que deixavam de cumprir com o que determina o Ministério das Comunicações com relação a diversos acontecimentos e fatos locais. A ACONSUL e RÁDIO BUTUÍ FM sempre estiveram ao lado da comunidade com a participação direta e efetiva de moradores da comunidade atingida. Diversas campanhas foram realizadas em vários segmentos sempre objetivando o bem comum dos cidadãos contribuindo diretamente para o conhecimento e propagação de elementos culturais, além de intercâmbios de comunidades organizadas. As opiniões sempre foram respeitadas e de maneiras plurais quer no campo político, religioso, esportivo e etc. Informamos também que a Emissora tem um canal direto e aberto com a UNIPAMPA (Universidade Federal – Campus São Borja) onde acadêmicos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda realizam diversas atividades valendo-se da estrutura da RADCOM ( Butuí FM ) e que tem contribuído e muito para as suas formações profissionais e desta forma a Entidade está auxiliando na formação dos mesmos. Disponibiliza de espaços e horários para que acadêmicos da Universidade realizem suas atividades como produção nas áreas jornalística e de publicidade. A Entidade também tem participação na formação de profissionais que iniciam suas atividades na rádio Butuí e depois atuam em outras emissoras da cidade e outras localidades aperfeiçoando os seus conhecimentos no meio de veículos de comunicação e firmando-se na atividade profissional. A sua direção também mantém em escolas da rede municipal e estadual local o Projeto Radio Escola ( oportunizando a crianças estudantes o gosto pela comunicação ).

Por estes motivos e por cumprir fielmente o que determina a lei das rádios comunitárias esse Conselho avalia como positiva a atuação da ACONSUL e RÁDIO BUTUÍ FM.



ENIO OLIVEIRA MAIDANA  
PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL

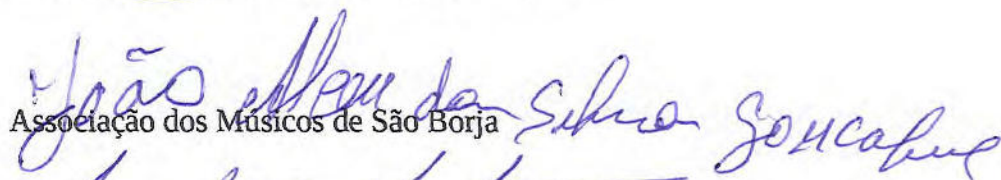
São Borja, 12 de agosto de 2015



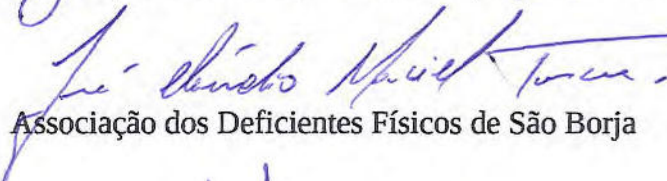
João Elton da Silva Gonçalves  
Presidente do Conselho Comunitário Fiscal



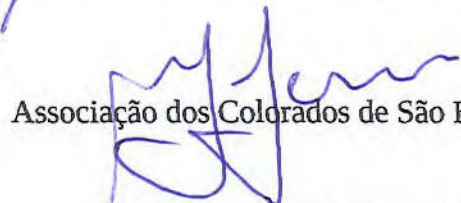
Associação de Moradores do Bairro Paraboi



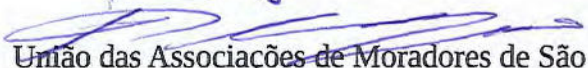
Associação dos Músicos de São Borja



Associação dos Deficientes Físicos de São Borja



Associação dos Colorados de São Borja



União das Associações de Moradores de São Borja

## **Grade de Programação**

### **Segunda a sexta:**

6h- Abertura e Bom Dia, Trabalhador;  
8h30min – Fala, São Borja;  
9h30min- Ibaro Show;  
11h – Mensagem do Dia (Centro Espírita);  
11h30 – Ministério Rede;  
12h – Palavras Amigas (Sexta Igreja do Evangelho Quadrangular);  
12h30min – Tempo de Vencer (Segunda Igreja do Evangelho Quadrangular);  
13h- Bate Bola da Butuí;  
14h – Show da Tarde (musical);  
15h – Tarde Super (musical);  
17h – Na Boca da Noite (tradicionalista);  
18h – Oração da Ave Maria (Igreja Católica);  
19h – Voz do Brasil;  
20h – Musical;  
21h – Programa do Amarelo;  
0h – Love Night;  
2h – Encerramento.

### **Adendo:**

Terça feira, das 20h às 21h, ocorre o programa da Assembleia de Deus; quarta-feira, no mesmo horário, há o programa da Igreja da Restauração.

### **Sábado:**

6h - Abertura e Musical;  
9h – Canto Missioneiro (tradicionalista);  
12h – Brikão (vendas e trocas);  
14h- Caldeirão Musical ;  
17h – Fim de Semana com Sucesso;  
20h – Musical;  
2h- Encerramento.

### **Domingo:**

6h- Abertura e Musical;  
8h – Rancho do Adalberto (tradicionalista);  
13h – Domingão do Calilo;  
16h – Musical;  
2h – Encerramento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a Alteração Estatutária, datada de 21/09/2015, foi averbada neste Ofício em 13/11/2015. O referido é verdade. Dou fé.  
São Borja, 13 de novembro de 2015.

  
Edson Mello da Rosa  
Registrador Substituto

Emolumentos:

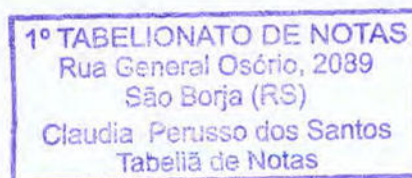
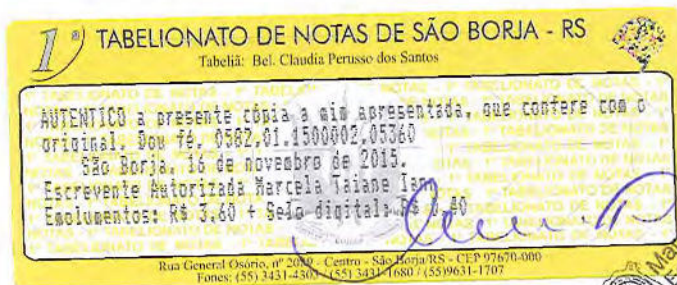
Total: R\$ 16,70 + R\$ 1,20 = R\$ 17,90

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,70 (0584.01.1400001.05073 = R\$ 0,40)

Busca: R\$ 6,40 (0584.01.1400001.05074 = R\$ 0,40)

Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0584.01.1400001.05075 = R\$ 0,40)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Processos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS



## ESTATUTO

### ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

#### A C O N S U L

"É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA,  
CIENTÍFICA, E DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA."

( ITEM IX, ART 5 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA )

#### • CAPÍTULO PRIMEIRO: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS.

ART. 1º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, fundada em 06 de julho de 1998; situa-se atualmente na rua Eurico Batista da Silva, 367, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande Sul. É uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

ART. 2º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela institucionalização do Direito do Comunicador;
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao Poder Público, autorização para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária ;
- d) Executar serviços de Radiodifusão Comunitária – através do canal concedido ou permitido pelo Poder Público de acordo com o disposto neste estatuto e com a legislação vigente do Ministério das Comunicações;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionado as comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicações a entidades sindicais, comunitárias, religiosas e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico e de sons e imagens de eventos e produções de interesse da comunidade;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- j) Divulgar produções locais de caráter comunitário;
- k) Divulgar através de um informativo as atividades de interesse de entidades sindicais , comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e outras;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

l) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços defesa civil, sempre que necessário;

m) Dar oportunidade á difusão de idéia, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

ART. 3º - Poderá participar de todas as atividades da Associação Cultural União comunitária Zona Sul qualquer pessoa , independente de raça, cor, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto no presente estatuto.

- a) A fim de participar da Entidade como associado, é necessário que o pretendente seja morador da área abrangida pela Associação, que seja maior de idade e não possua vínculo com outra associação que execute o serviço de radiodifusão comunitária. Tal ingresso não terá ônus algum. Também poderão ser admitidos como associados pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, tendo todos os direitos assegurados pela Entidade;
- b) A exclusão de um associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direitos de defesa e recurso, nos termos previstos no Estatuto.

ART. 4º - São direitos das comunidades envolvidas no projeto:

- a) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- b) Ter acesso a qualquer documentação oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito a diretoria, resguardando-se, aqui as informações de caráter pessoais, tais como cópias de documentos, números destes, etc., exceto se aprovado em reunião de diretoria;
- c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios.

ART. 5º - O quadro de associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul será formado por 3 ( três ) categorias de sócios:

- a) **SÓCIOS FUNDADORES** – Aqueles que assinam o livro de presença e constam na Ata da Assembléia de Fundação da Entidade;
- b) **SÓCIOS CONTRIBUINTES** – Aqueles que se integrarem aos quadros da Entidade após sua Fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembléia Geral (AG );
- c) **SÓCIOS BENEMÉRITOS** – Aqueles que receberem esse título da AG, por reconhecimento a relevantes contribuições ou serviços prestados a Entidade.

Parágrafo Único – A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela AG em forma de mensalidade, trimestralidade, semestralidade ou anuidade, será igual para todas as categorias, exceto para o sócio benemérito, para quem a contribuição será optativa.

ART. 6º - São direitos de todos os Associados:

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOÍVIA MARIA WELFER

a) Ter voz e voto na AG;

b) Propor a diretoria e demais órgãos da entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;

c) Desde que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e que sejam pessoas físicas, têm direito de votarem e serem votados (e, se eleitos, de exercerem o cargo). Para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações da vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

e) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou implantado através de convênio.

Parágrafo 1º - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o Associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Parágrafo 2º - Os serviços de que trata a alínea "e" são extensivos aos pais, cônjuges e filhos dos associados.

ART. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores:

a) Participar com voz e voto no Conselho dos Fundadores;

b) Representar a Entidade em atos públicos e outros eventos quando designados ou autorizados pela Diretoria Executiva ou pela AG.

ART. 8º - São deveres dos Associados:

a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;

b) Participar da AG e / ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;

c) Zelar pelo bom nome da Entidade;

d) Não se omitir diante de irregularidade ou falhas que eventualmente venha a constatar, denunciando-as nos fóruns devidos.

Parágrafo 1º - O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, não justificadas e não aceita a justificativas pelo Conselho de Fundadores, será desligado sumariamente, e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu regresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por inscrito a diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ser seis meses antes do afastamento.

Parágrafo 3º - Todo o associado terá salvaguardado o direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes, cabendo recurso a Assembléia Geral.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LÓVIA MARIA WELFER

8

ART. 9º - São órgãos permanentes da Associação Cultural União Comunitária a **ASSEMBLÉIA GERAL**, a **DIRETORIA**, **CONSELHO DE FUNDADORES** e **CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL**.

ART. 10º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no ultimo trimestre para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da diretoria, discussão de assuntos gerais de interesses da entidade e /ou das comunidades envolvidas e para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes e eleição da diretoria e conselho comunitário.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou por pelo menos dez associados através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede da Entidade e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nos seios das comunidades envolvidas e afixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais ( se autorizado ), onde constarão o dia, local e pauta.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados, e em segunda convocação - trinta minutos após com qualquer numero de presentes.

Parágrafo 3º - Compete privativamente à assembleia geral, conforme a lei nº 11.127, de 2005: I) destituir os administradores e II) alterar o estatuto. Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigida deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Para que se possa alterar o estatuto da associação é mister que a reforma:

- I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a associação; ou desvirtue o fim desta;
- II - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- III- a convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantindo a um 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

ART. 11º - A diretoria reunier-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou pelo menos dez membros do quadro social através de abaixo assinados.

ART. 12º - A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação secreta em urna, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 10º, parágrafo 1º.

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral convocada para este fim, mediante apresentação de pedido por inscrito a Comissão Eleitoral. 8

Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos associados que tenham pelo menos um ano de filiação, e somente poderão votar os associados em dia, que tenham pelo menos seis meses de filiação.

ART. 13º - A Diretoria será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo-secretário
- Tesoureiro
- Segundo tesoureiro
- Diretor de operações
- Vice- diretor de operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice- diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - Todos os diretores serão eleitos em Assembléia Geral entre os associados.

Parágrafo 2º - Havendo vacância do titular o vice assume imediatamente. No caso da vacância dos cargos de presidente e vice, deverá ser imediatamente convocada a Assembléia Geral para eleição de nova diretoria.

Parágrafo 3º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

ART. 14º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembléia Geral extraordinária convocada com este fim específico, nas formas do art. 10º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitudes, atos ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta de três sócios fundadores, que administrará a Entidade, até a eleição nova de diretoria, nos moldes do Art.12º - deste estatuto.

Parágrafo 1 - Em caso de substituição ou destituição dos administradores e alteração do estatuto será convocada a Assembléia Extraordinária para este fim com no mínimo um quinto dos associados.

ART. 15º - O Conselho dos Fundadores será composto por no mínimo 08 (oito) pessoas, Sócios Fundadores, sendo 05 (cinco) efetivos. Um Presidente, Um Vice-Presidente, Um Secretário e 02 (dois)


Ofício do Reg. Civil e Especiais

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e

Documentos e Promissas de Títulos Cambiais.

Oficial Designado: LUCIA MARIA WELFER

São Borja, RS

vogais e no mínimo 03 (três) Suplentes ( 1º, 2º e 3º ) eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de quatro anos. 

Parágrafo 1º - O mandato de 1º e 2º Conselho de Fundadores será de 01 (um) ano, para que não haja, a partir de então, coincidência de mandatos com Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos em um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de 4 conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo conselho (mandato tampão).

ART. 16º - O Conselho de Fundadores terá por finalidade:

- a) a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção da Entidade, a fiel observância das normas estabelecidas nesse estatuto;
- b) Impedir qualquer alteração estatutária que viole os princípios democráticos e o espírito comunitário que orienta a criação da Associação Cultural União Comunitária;
- c) Fiscalizar o trabalho da Direção Executiva e demais diretorias que venham a ser criadas, impedindo quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade.

ART. 17º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e a cada dois anos elegerá uma Direção própria, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um primeiro suplente, um segundo suplente e um terceiro suplente.

Parágrafo 1º - Os Suplentes, obedecida a ordem de suplência, assumirão o lugar do vice-presidente ou do secretário em caso de vacância definitiva de um ou de ambos os cargos.

Parágrafo 2º - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da Entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo 3º - O vice-presidente substituirá o presidente em suas ausências eventuais assim como em caso de vacância definitiva do cargo e colaborará com ele no exercício de suas funções.

Parágrafo 4º - O secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo 5º - Os membros da direção do Conselho de Fundadores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal.

Parágrafo 6º - A Direção do Conselho de Fundadores reunir-se-á com seus membros e deliberará por maioria absoluta.

ART. 18º - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos para a convocação da AG.

ART. 19º - Ao Conselho de Fundadores caberá:

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Instrumentos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: CIVIA MARIA WOLFER  
São Paulo - SP

  
WAB/RS 27.289  


a) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Comunitário Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação aos seus objetivos permanentes;

b) Suprimido;

c) Proporá a AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;

d) Referendar ou vetar alterações estatutárias ou disposições regimentais que julgue comprometer os princípios da Entidade.

Parágrafo Único: suprimido.

ART. 20º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses com a finalidade:

a) Apreciar e aprovar ou não o balancete financeiro, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade;

b) Fiscalizar e acompanhar o trabalho que será desenvolvido pelo o Arquivo, Biblioteca e Emissoras que vierem a serem concedidas para a Associação no tocante ao caráter comunitário, a sua administração com vistas ao interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos em Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação por escrito por qualquer um dos membros ou demais, em dia, hora e local decidido pela maioria dos membros com quorum mínimo de três conselheiros.

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo 3º - Em caso de constatação de irregularidade nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Comunitário Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Fundadores ou AG para propor destituição parcial ou total da Diretoria Executiva.

ART. 21º - O Conselho Comunitário Fiscal será composto por no mínimo 05 pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da comunidade, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituída, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Entidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de 1988. Sendo um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, e dois Vogais e no mínimo três Suplentes eleitos em AG para o mandato de dois anos.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral, será de quatro anos, igual ao da diretoria eleita, sendo admitida apenas uma recondução por parte de cada um de seus membros.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

**Ofício do Reg. Civil e Especiais**

Reg. Civil Pessoas Jurídicas Tit. e  
Documentos e Títulos Caribais  
Oficial de Reg. Civil e Especiais  
São Paulo - SP



8  
ART. 26º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária na forma prevista no Art. 10º.

• **CAPITULO TERCEIRO: ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA**

ART. 27º - Caberá a Diretoria, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e plano de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;
- b) Convocar a AG;
- c) Indicar um dos seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou casos que julgar conveniente;
- d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundador e anualmente a Assembléia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela AG;
- f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remunerações;
- g) Autorizar a aquisição de equipamentos;
- h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos dessa Entidade;
- i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que vem a ser implantados e/ ou administrados pela Entidade.

ART. 28º - Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ART. 29º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pesqueiros, Judiciais Tit. e  
Documentos e Títulos Cambiais.  
Oficial Deliberante MARIA MARIA WELFER  
São Paulo - SP

d) Assinar juntamente com o Secretário as atas de reuniões e demais documentos de circulação interna e externa;

e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

ART. 30º - Caberá ao Vice Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

ART. 31º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;
- b) Preparar editais convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o presidente;
- c) Manter o cadastro de associados;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ART. 32º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 33º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a diretoria;
- d) Assinar juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.

ART. 34º - Caberá ao Segundo-Tesoureiro:

- a) Participar ativamente as reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 35º - Caberá ao Diretor de Operações:

a) Implementar e supervisionar a programação de rádio que vier a fazer parte da Entidade, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

ART 36º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Diretor de Operações em caso de impedimento temporário ou definitivo.

ART. 37º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento interno e etc.

ART. 38º - Caberá ao Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Diretor Cultural e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 39º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

ART. 40º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões de diretoria é de seis membros (50% mais 1). Em caso de empate nos processos de votação nas reuniões de diretoria, o assunto deverá se remetido a próxima reunião-ordinária ou extraordinária onde se tentará resolver o impasse.

• **CAPITULO QUATRO: RECEITA E DESPESA**

**Ofício do Reg. Civil e Especiais**

Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e

Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.

Oficial Designada: LOMIA MARIA WELFER

São Borja - RS

8

ART 41º - A Receita da Associação Cultural União Comunitária, advirá:

- a) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) de verbas provenientes de subsídios oficiais;
- c) patrocínio do comércio local, sobre forma de apoio cultural;
- d) de campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, devidamente aprovadas pela diretoria.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal, ou que comprometam de forma direta, ou indireta, os objetivos da Associação Cultural União Comunitária;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria que pode aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido, aos doadores que o desejarem, o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou força judicial.

Parágrafo 4 - Fica determinado que não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

ART. 42º - As Despesas da Associação Cultural União Comunitária, podem ser:

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compras de equipamentos, discos, fitas, cd's etc.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Suprimido;
- d) Patrocínio de projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da Associação Cultural União Comunitária, os bens não poderão ser divididos entre os sócios, serão repassados a outra entidade que tenha a mesma finalidade.

• **CAPITULO CINCO: PROGRAMAÇÃO MINIMA DAS EMISSORAS QUE VIEREM A SEREM ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA.**

ART. 43º - Minimamente a programação deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação dos seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protocolos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

2015/05/27/2015

2015/05/27/2015

b) Reserva de espaço semanal para a programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro de especificações técnicas definida pelo Diretor de Programação. Este espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Transmissão e gravação de eventos como palestras, seminários, simpósios e outros, promovidos pelas entidades que tenham representação junto a ACONSUL;

d) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo o convite deverá ser feito pela Associação Cultural União Comunitária, e por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei;

e) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito a diretoria.

#### • **CAPITULO SEIS: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

ART.44º - Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma diretoria provisória, com mandato de um ano, cabendo a esta diretoria:

a) Registrar o presente Estatuto na forma da Lei;

b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência dessa Entidade;

c) Organizar o cadastro dos associados;

d) Manter intercâmbio com a AR LIVRE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – ABRAÇO e demais rádios de baixa potência existentes no Brasil e/ ou em outros países.

ART. 45º - Reforma Estatutária: Compete exclusivamente a Assembléia Geral Extraordinária alterar o Estatuto por decisão da maioria presente.

ART. 46º - Extinção: Extinguir-se-á a Associação quando:

a) Comprovado o desvio de suas finalidades estatutárias;

b) Por dissolução completa dos associados;

c) Por determinação legal ou força maior.

ART. 47º - Patrimônio: Após pagos os compromissos assumidos o seu patrimônio reverterá em benefício a entidades beneficentes reconhecidas por lei, segundo decisão dos integrantes da Associação em Assembléia Geral.

ART. 48º - Responsabilidade: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

**Ofício do Reg. Civil e Especiais**  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Procuras de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: LUCIA MARIA WELFBR  
São Borja - RS

São Borja, RS, 21 de setembro de 2015

**TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS**  
Tabelião: Bel. Claudia Perusso dos Santos

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de IBARO SANTOS RODRIGUES,  
indicada com a seta deste Ofício, Dou fe. 0592.01.1500002.04831  
São Borja, 11 de novembro de 2015.  
Escrevente Autorizada Marcela Taliane Ianni  
Emel: R\$ 5,40 + Selo digital: R\$ 0,40



**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO BORJA-RS**

PROTOCOLO: N° 37544, no livro A-20, às fls 88, em  
13/11/2015.

AVERBAÇÃO: N°7/Reg. 360, no livro A-6, às fls 83 verso, em  
13/11/2015.

Edson Mello da Rosa - Registrador Substituto

Total: R\$ 73,50 + R\$ 2,40 = R\$ 75,90  
Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,70 (0584.01.1400001.05073 = R\$ 0,40)  
Averbação PJ: R\$ 46,40 (0584.04.1400001.01229 = R\$ 0,90)  
Digitalização: R\$ 16,80 (0584.03.1400001.01752 = R\$ 0,70)  
Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0584.01.1400001.05075 = R\$ 0,40)

**Ofício do Reg. Civil e Especiais**  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tt. e  
Documentos e Promissões de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: MARIA MARIA WRI PER  
São Borja - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a diretoria eleita para o período 2015/2016, averbada em 13/11/2015 ficou assim constituída: Presidente: Ibaro Santos Rodrigues; Vice-presidente: Ironita Dolores Flores Nunes; Secretária Geral: Marciele Andrades dos Reis; 2º Secretário: André Souza Molinos; Tesoureiro: Emeran da Silva Antunes; 2º Tesoureiro: Getulio Alves de Santis; Diretor de Operações: Arcenio Bacelar Pimentel; Vice-diretor de operações: Marilaine Cabeleira Santiago; Diretor Cultural e de Comunicação Social: Cristalino Fagundes Prestes Filho; Vice-diretor Cultural e de Comunicação Social: Belmirio Silva; Diretor de Patrimônio: Venceslau Dias Nunes; Diretor de Jornalismo: José Antonio Rodrigues Neto; Diretor de Programação: Antonio Carlos Moura Camargo; Diretora Comercial: Maria Nely Boeira Carvalho; Diretor Administrativo Financeiro: Eliane Barragana Andrades. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 13 de novembro de 2015.

  
Edson Mello da Rosa  
Registrador Substituto

**Emolumentos:**

Total: R\$ 16,70 + R\$ 1,20 = R\$ 17,90

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,70 (0584.01.1400001.05069 = R\$ 0,40)

Busca: R\$ 6,40 (0584.01.1400001.05071 = R\$ 0,40)

Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0584.01.1400001.05068 = R\$ 0,40)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Promissões de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua General Osório, 2089  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas



Marcela Taiare  
Escrevente Autorizada

1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS  
Tabeliã: Bel. Claudia Perusso dos Santos

AUTENTICO a presente cópia a mim apresentada, que contém com o original. Dou fé: 0582.01.1500002.05361  
São Borja, 13 de novembro de 2015.  
Escrevente Autorizada Marcela Taiare  
Emolumentos: R\$ 3,60 + Selo digital: R\$ 0,40

Rua General Osório, nº 2089 - Centro - São Borja/RS - CEP 97670-000  
Fones: (55) 3431-4304 / (55) 3431-1680 / (55) 9631-1707

2

Ata Oi 2014

mi-

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de  
 dois mil e quatorze tendo por local a rua Eurico  
 Batista da Silva, número trezentos e sessenta e sete  
 atendendo edital de convocação para a Assembleia  
 Geral Ordinária conforme o que determina o  
 artigo décimo do Estatuto Social da Entidade as  
 dezesseis horas e meia depois foi apurado o  
 balancete do biênio dois mil e treze, dois mil e qua-  
 torze. O Presidente da Assembleia determinou a  
 secretaria Marcielle Andrade dos Reis ler e dar ciência  
 aos associados presentes detalhadamente receita e  
 despesas do período, sendo que a receita foi de  
 noventa e seis mil e vinte reais e as despesas de  
 noventa e nove mil e vinte e sete reais. Ficando empen-  
 hado e restante para ser pago pela próxima diretoria,  
 foi também entregue a cada um dos presentes o balan-  
 cete detalhado. O Presidente colocou em votação as  
 contas da diretoria que saía, que foi aprovada por  
 unanimidade dos presentes ato continuo foi apre-  
 sentada a diretoria inscrita para concorrer uma  
 vez que foi a única a ser apresentada e obedecendo  
 artigo décimo segundo parágrafo segundo ficou  
 assim constituída: Presidente: Ibero Santos Rodrigues,  
 Vice-Presidente: Iromita Dileiris Flores Nunes, Secretário-  
 Geral: Marcielle Andrade dos Reis, Segundo Secretário: An-  
 dré Souza Melines, Tesoureiro: Emerson da Silva An-  
 tunes, Segundo Tesoureiro: Gertúlio Alves de Santos, Dire-  
 tor de Operações: Arcênio Bacelar Pimentel, Vice de Ope-  
 rações: Marilaine Cabelera Santiago, Diretor de Comuni-  
 cação Social: Cristaline Fagundes Prestes Filho, Vice-  
 diretor de Comunicação Social: Belmiro da Silva e  
 Diretor de Patrimônio: Renselaine Dias Nunes, também  
 foi eleito como Diretor de família mo: João Antônio...

1. **União do**  
 2. **Reg. Civil**  
 3. **Documentos e**  
 4. **Procedimentos**  
 5. **de**  
 6. **Trâmites Cambiais,**  
 7. **Arrecadação de**  
 8. **Impostos e**  
 9. **Contribuições**  
 10. **de**  
 11. **Indústria e**  
 12. **Comércio**  
 13. **de**  
 14. **Indústria e**  
 15. **Comércio**  
 16. **de**  
 17. **Indústria e**  
 18. **Comércio**  
 19. **de**  
 20. **Indústria e**  
 21. **Comércio**  
 22. **de**  
 23. **Indústria e**  
 24. **Comércio**  
 25. **de**  
 26. **Indústria e**  
 27. **Comércio**  
 28. **de**  
 29. **Indústria e**  
 30. **Comércio**  
 31. **de**  
 32. **Indústria e**  
 33. **Comércio**  
 34. **de**  
 35. **Indústria e**  
 36. **Comércio**  
 37. **de**  
 38. **Indústria e**  
 39. **Comércio**  
 40. **de**  
 41. **Indústria e**  
 42. **Comércio**  
 43. **de**  
 44. **Indústria e**  
 45. **Comércio**  
 46. **de**  
 47. **Indústria e**  
 48. **Comércio**  
 49. **de**  
 50. **Indústria e**  
 51. **Comércio**  
 52. **de**  
 53. **Indústria e**  
 54. **Comércio**  
 55. **de**  
 56. **Indústria e**  
 57. **Comércio**  
 58. **de**  
 59. **Indústria e**  
 60. **Comércio**  
 61. **de**  
 62. **Indústria e**  
 63. **Comércio**  
 64. **de**  
 65. **Indústria e**  
 66. **Comércio**  
 67. **de**  
 68. **Indústria e**  
 69. **Comércio**  
 70. **de**  
 71. **Indústria e**  
 72. **Comércio**  
 73. **de**  
 74. **Indústria e**  
 75. **Comércio**  
 76. **de**  
 77. **Indústria e**  
 78. **Comércio**  
 79. **de**  
 80. **Indústria e**  
 81. **Comércio**  
 82. **de**  
 83. **Indústria e**  
 84. **Comércio**  
 85. **de**  
 86. **Indústria e**  
 87. **Comércio**  
 88. **de**  
 89. **Indústria e**  
 90. **Comércio**  
 91. **de**  
 92. **Indústria e**  
 93. **Comércio**  
 94. **de**  
 95. **Indústria e**  
 96. **Comércio**  
 97. **de**  
 98. **Indústria e**  
 99. **Comércio**  
 100. **de**  
 101. **Indústria e**  
 102. **Comércio**  
 103. **de**  
 104. **Indústria e**  
 105. **Comércio**  
 106. **de**  
 107. **Indústria e**  
 108. **Comércio**  
 109. **de**  
 110. **Indústria e**  
 111. **Comércio**  
 112. **de**  
 113. **Indústria e**  
 114. **Comércio**  
 115. **de**  
 116. **Indústria e**  
 117. **Comércio**  
 118. **de**  
 119. **Indústria e**  
 120. **Comércio**  
 121. **de**  
 122. **Indústria e**  
 123. **Comércio**  
 124. **de**  
 125. **Indústria e**  
 126. **Comércio**  
 127. **de**  
 128. **Indústria e**  
 129. **Comércio**  
 130. **de**  
 131. **Indústria e**  
 132. **Comércio**  
 133. **de**  
 134. **Indústria e**  
 135. **Comércio**  
 136. **de**  
 137. **Indústria e**  
 138. **Comércio**  
 139. **de**  
 140. **Indústria e**  
 141. **Comércio**  
 142. **de**  
 143. **Indústria e**  
 144. **Comércio**  
 145. **de**  
 146. **Indústria e**  
 147. **Comércio**  
 148. **de**  
 149. **Indústria e**  
 150. **Comércio**  
 151. **de**  
 152. **Indústria e**  
 153. **Comércio**  
 154. **de**  
 155. **Indústria e**  
 156. **Comércio**  
 157. **de**  
 158. **Indústria e**  
 159. **Comércio**  
 160. **de**  
 161. **Indústria e**  
 162. **Comércio**  
 163. **de**  
 164. **Indústria e**  
 165. **Comércio**  
 166. **de**  
 167. **Indústria e**  
 168. **Comércio**  
 169. **de**  
 170. **Indústria e**  
 171. **Comércio**  
 172. **de**  
 173. **Indústria e**  
 174. **Comércio**  
 175. **de**  
 176. **Indústria e**  
 177. **Comércio**  
 178. **de**  
 179. **Indústria e**  
 180. **Comércio**  
 181. **de**  
 182. **Indústria e**  
 183. **Comércio**  
 184. **de**  
 185. **Indústria e**  
 186. **Comércio**  
 187. **de**  
 188. **Indústria e**  
 189. **Comércio**  
 190. **de**  
 191. **Indústria e**  
 192. **Comércio**  
 193. **de**  
 194. **Indústria e**  
 195. **Comércio**  
 196. **de**  
 197. **Indústria e**  
 198. **Comércio**  
 199. **de**  
 200. **Indústria e**  
 201. **Comércio**  
 202. **de**  
 203. **Indústria e**  
 204. **Comércio**  
 205. **de**  
 206. **Indústria e**  
 207. **Comércio**  
 208. **de**  
 209. **Indústria e**  
 210. **Comércio**  
 211. **de**  
 212. **Indústria e**  
 213. **Comércio**  
 214. **de**  
 215. **Indústria e**  
 216. **Comércio**  
 217. **de**  
 218. **Indústria e**  
 219. **Comércio**  
 220. **de**  
 221. **Indústria e**  
 222. **Comércio**  
 223. **de**  
 224. **Indústria e**  
 225. **Comércio**  
 226. **de**  
 227. **Indústria e**  
 228. **Comércio**  
 229. **de**  
 230. **Indústria e**  
 231. **Comércio**  
 232. **de**  
 233. **Indústria e**  
 234. **Comércio**  
 235. **de**  
 236. **Indústria e**  
 237. **Comércio**  
 238. **de**  
 239. **Indústria e**  
 240. **Comércio**  
 241. **de**  
 242. **Indústria e**  
 243. **Comércio**  
 244. **de**  
 245. **Indústria e**  
 246. **Comércio**  
 247.

fim  
meio  
tural  
de jo  
sua  
(este)  
Este  
de e  
fins  
sim  
mur  
pelo  
tuto  
mical  
a v  
parte  
que  
pela  
sua  
de v  
ônus  
reca  
das  
dur  
a e  
do x  
que  
perve  
dige  
com  
nica  
 eleit  
sem  
como

Averbção P.J: R\$ 46,40 (0584.04.1400001.01228 = R\$ 0,90)  
 Digitalização: R\$ 2,40 (0584.01.1400001.05070 = R\$ 0,40)  
 Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0584.01.1400001.05068 = R\$ 0,40)

*Liberação sobre a base Especialis*  
*Antes Rodrigues, Tit. do dia*  
*Ofício da, e de MARIA WELER*  
*Res. Civil Pen. LOVIA MARCIA CES*  
*Doc. Designat. de Ministério*  
*Oficial Borja RS Santa Catarina*

SEI 53000.058164/2011-31 / pg. 397



DESTINATÁRIO / Recipient				TELEFONE/Phone number	
Carlos Vímeius Lannes Durong				(61) 2027-5055	
ENDEREÇO/Address					
Praça XV de novembro - 242 - 1º Andar salas 107 a 110					
CEP Zip	8	8	0	1	0-970
CIDADE/City			UF/State		PAÍS/Country
Florianópolis			SC		Brasil

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE / Sender

ACONSUL

TELEFONE / Phone number

(55) 3431-8787

ENDEREÇO / Address

Rua Eurico Batista da Silva - 367

CEP / Zip

97670-000

CIDADE / City

São Borja

UF / State

RS

PAÍS / Country

Brasil



765000636

“RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE”



DEVOLUÇÃO / Return

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)          | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)                          |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused)        | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente (Insufficient address) |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)    | <input type="checkbox"/> Não existe (Non-existent)                    |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) | <input type="checkbox"/> Outros (Others)                              |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent)          | .....   |

Tentativas de entrega (delivery attempts)

1ª \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às 2ª \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

- |  |
|--|
| <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro (Information provided for doorman or concierge) |
| <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em (Reinstated to service post)                     |

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Responsável: .....

**NOTA TÉCNICA Nº 26437/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.058104/2011-31**

Processo de Outorga nº: 53790001429/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja/RS**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4334/2015:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, de que endereço do sistema irradiante e o da sede estão em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, citando os endereços;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual, baseado no art. 131, §2º, por CONSTAR divergências de endereço, conforme consulta no sítio da Receita Federal em 25/11/2015, pois consta em seu Estatuto Social Rua Eurico Batista da Silva, nº367;

IV. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao art. 40 da Portaria 4334/2015 e artigos pertinentes da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir.

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

b) ao **tempo de mandato** dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida **uma recondução**.

\*\*\* Há uma discrepância em seu ES nos artigos 12 e 21, §1º com relação ao tempo de mandato da diretoria executiva (2 e 4 anos, respectivamente).

V. Título de eleitor dos seguintes dirigentes:

- Marciele Andrades dos Reis;
- Getúlio de Santis Alves; e
- Arcenio Bacelar Pimentel.

---

## CONCLUSÃO

4 . Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 25/11/2015, às 15:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/11/2015, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0847694** e o código CRC **0F8B0F45**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 39158/2015/SEI-MC

Ao Senhor

IBARO SANTOS RODRIGUES

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)

Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro

CEP 97670-000/ São Borja – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26437/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de pós-outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 27/11/2015, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0847756** e o código CRC **D30A3313**.

---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Ao Senhor  
IBARO SANTOS RODRIGUES  
Representante Legal da Associação Cultural  
União Comunitária Zona Sul (aconsul)  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro  
CEP 97670-000/ São Borja - RS

UF PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. nº 39158/2015/SEI-MC (0847756)  
53000.058104/2011-3L

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

- ☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS  
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*[Handwritten Signature]*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

09/12/15

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

ANDRÉ SOUZA MORAES

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

José Enio P. Matte  
Matr: 8.690.905-3  
Ag. de Correios / carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

JO 18841217 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

04 DEZ 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - Dk. J4

Prça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR


--	--	--	--	--	--	--	--

Ilma Tiane Aimi Severo,  
Analista Tec. Administrativo  
Florianópolis, SC

Cumprimentando-o cordialmente, estamos enviando o que nos foi solicitado através da **NOTA TÉCNICA nº 26437/2015/SEI-MC**. Seguem em anexo as documentações exigidas, com as devidas alterações e acréscimos solicitados por essa Delegacia Regional do Ministério das Comunicações.

Certo de vossa compreensão,

Atenciosamente,

  
Ibaro Santos Rodrigues

São Borja, 08 de janeiro de 2016



*Marilda Maria Lopes*  
Agente Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 0454964

## DECLARAÇÃO

Eu, Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, residente na rua Acúrsio de Sá, 1915, na cidade de São Borja/RS, CPF: 34117750097, declaro para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora/Sons e Imagens, utilizando o canal 200 e frequência 87,9 (Rádio Butuí FM), na localidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.



---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL

São Borja, 06 de janeiro de 2016.

## DECLARAÇÃO

Ibaro Santos Rodrigues, brasileiro, solteiro, radialista, morador na Rua Acúrsio de Sá nº 1915, – RG nº 5011972071 e CPF nº 341177500-97, na qualidade de representante legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, declaro para os devidos fins que o sistema irradiante está localizado na rua Eurico Batista da Silva, 367, Centro, bem como a sede da Entidade, conforme última autorização do Ministério das Comunicações.

São Borja, 06 de janeiro de 2016



---

Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL - CNPJ: 02.700.690/0001-17</b>		Nº DA ENTIDADE <b>50011446803</b>	
Nº DA ESTAÇÃO <b>631428119</b>	SERVIÇO <b>Rádiodifusão Comunitária</b>	NAT. SERV. <b>*****</b>	LATITUDE <b>28S3950</b>
		LONGITUDE <b>56W0015</b>	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA 367</b>	DISTRITO <b>*****</b>
BAIRRO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO BORJA</b>
	UF <b>RS</b>

CIDADE DA OUTORGA : **São Borja/RS**  
NOME FANTASIA : **RÁDIO butui fm**  
FREQUÊNCIA : **87,9 MHz**  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : **00:00 a 02:00 - Dom. a Sáb. / 06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.**  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : **ZYM368**  
ESTÚDIO

Número Processo : **537900014291998**  
CANAL : **200**  
RAIO DA AREA DE SERVICO : **1.00 KM**  
PERP MAXIMA : **\*\*\*\*\* W**

ENDEREÇO : **RUA VEREADOR EURICO BAATISTA DA SILVA 367 CENTRO**  
MUNICÍPIO : **São Borja**  
TRANSMISSOR PRINCIPAL : **Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.**  
CÓDIGO : **038400XX0345**  
TRANSMISSOR AUXILIAR : **\*\*\*\*\***  
CÓDIGO : **\*\*\*\*\***  
ANTENA  
FABRICANTE : **ANTENAS MAXWELL MAY**  
GANHO : **0.00 dBd**  
DESCRIÇÃO : **DIPOLO DE 1/2 ONDA**  
COTA BASE DA TORRE : **\*\*\*\*\* m**

LOCALIDADE : **\*\*\*\*\***  
UF : **RS**  
MODELO : **TEC 113**  
POTÊNCIA : **25,000 W**  
MODELO : **\*\*\*\*\***  
POTÊNCIA : **\*\*\*\*\* W**  
MODELO : **MMFMVT 01**  
POLARIZAÇÃO : **Vertical**  
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : **29.0 m**

**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

OBSERVAÇÕES

02.700.690/0001-17

EMITIDA EM

**16/02/2005**

VÁLIDA ATÉ

**07/06/2010**

**Eunício Oliveira**  
Ministro das Comunicações

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA****NÚMERO DE INSCRIÇÃO**  
**02.700.690/0001-17**  
**MATRIZ****COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE  
SITUAÇÃO CADASTRAL****DATA DE ABERTURA**  
**06/07/1998****NOME EMPRESARIAL**  
**ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL****TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**  
**ACONSUL****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**  
**94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**  
**Não informada****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA**  
**399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA****LOGRADOURO**  
**R EURICO BATISTA DA SILVA****NÚMERO**  
**367** **COMPLEMENTO****CEP**  
**97.670-000** **BAIRRO/DISTRITO**  
**PARABOI****MUNICÍPIO**  
**SAO BORJA****UF**  
**RS****ENDEREÇO ELETRÔNICO****TELEFONE**  
**(55) 3431-8787 / (55) 9733-5656****ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)**  
\*\*\*\*\***SITUAÇÃO CADASTRAL**  
**ATIVA****DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**  
**03/11/2005****MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL****SITUAÇÃO ESPECIAL**  
\*\*\*\*\***DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**  
\*\*\*\*\*

Provado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

emitido no dia **06/01/2016** às **16:07:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**TÍTULO ELEITORAL** 2.ª VIA

NOME DO ELEITOR  
**GETULIO DE SANTIS ALVES**

DATA DE NASCIMENTO <b>11/11/1970</b>	Nº INSCRIÇÃO <b>639798704/00</b>	ZONA <b>047</b>	SEÇÃO <b>0109</b>
MUNICÍPIO/UF <b>SAO BORJA</b>	DATA DE EMISSÃO <b>24/06/72</b>		

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR  
**Getulio de Santis Alves**

POLEGAR DIREITO

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Marciele Reis*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

MARCELE ANDRADE DOS REIS

NOME DO ELEITOR

DATA DE NASCIMENTO 19/11/1992

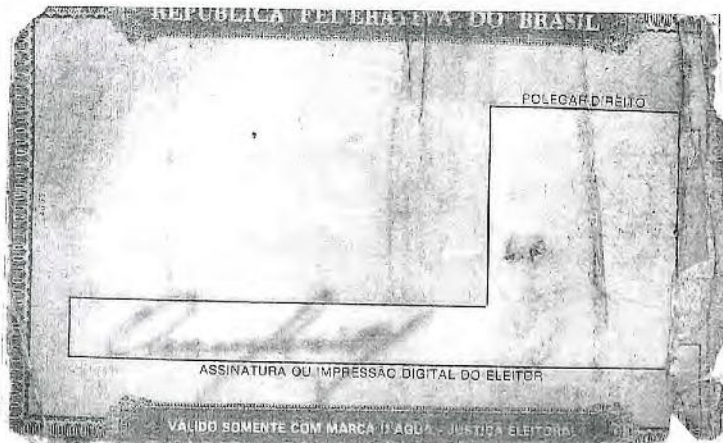
Nº INSCRIÇÃO 110289520485

D.V. 047 ZONA 0188

MUNICÍPIO / UF SAO BORJA/RS

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR  
**ARCEN: 1 BACELAR PIMENTEL**

DATA DE NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	D.V.	ZONA	SEÇÃO
30/08/1961	93514804/50	47	47	52

MUNICÍPIO: UF  
**S. J. PIRAJÁ RS**

DATA DE EMISSÃO  
**18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE  
*Milton dos Santos Martins*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

## ESTATUTO



## ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

### A C O N S U L

"É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA,  
CIENTÍFICA, E DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA."

( ITEM IX, ART 5 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA )

#### • CAPÍTULO PRIMEIRO: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITO DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS.

ART. 1º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, fundada em 06 de julho de 1998; situa-se atualmente na rua Eurico Batista da Silva, 367, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande Sul. É uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

ART. 2º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela institucionalização do Direito do Comunicador;
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao Poder Público, autorização para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária ;
- d) Executar serviços de Radiodifusão Comunitária – através do canal concedido ou permitido pelo Poder Público de acordo com o disposto neste estatuto e com a legislação vigente do Ministério das Comunicações;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionado as comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicações a entidades sindicais, comunitárias, religiosas e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico e de sons e imagens de eventos e produções de interesse da comunidade;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- j) Divulgar produções locais de caráter comunitário;
- k) Divulgar através de um informativo as atividades de interesse de entidades sindicais , comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e outras;

DR LERIO VARGAS NETTO  
Gm. 0001

2º Tabelionato

- l) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços defesa civil, sempre que necessário;
- m) Dar oportunidade á difusão de idéia, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

ART. 3º - Poderá participar de todas as atividades da Associação Cultural União comunitária Zona Sul qualquer pessoa , independente de raça, cor, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto no presente estatuto.

- a) A fim de participar da Entidade como associado, é necessário que o pretendente seja morador da área abrangida pela Associação, que seja maior de idade e não possua vínculo com outra associação que execute o serviço de radiodifusão comunitária. Tal ingresso não terá ônus algum. Também poderão ser admitidos como associados pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, tendo todos os direitos assegurados pela Entidade;
- b) A exclusão de um associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direitos de defesa e recurso, nos termos previstos no Estatuto.

ART. 4º - São direitos das comunidades envolvidas no projeto:



- a) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- b) Ter acesso a qualquer documentação oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito a diretoria, resguardando-se, aqui as informações de caráter pessoais, tais como copias de documentos, números destes, etc.,exceto se aprovado em reunião de diretoria;
- c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios.

ART. 5º - O quadro de associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul será formado por 3 ( três ) categorias de sócios:

- a) **SÓCIOS FUNDADORES** – Aqueles que assinam o livro de presença e constam na Ata da Assembléia de Fundação da Entidade;
- b) **SÓCIOS CONTRIBUINTES** – Aqueles que se integrarem aos quadros da Entidade após sua Fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembléia Geral (AG );
- c) **SÓCIOS BENEMÉRITOS** – Aqueles que receberem esse título da AG, por reconhecimento a relevantes contribuições ou serviços prestados a Entidade.

Parágrafo Único – A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela AG em forma de mensalidade, trimestralidade, semestralidade ou anuidade, será igual para todas as categorias, exceto para o sócio benemérito, para quem a contribuição será optativa.

ART. 6º - São direitos de todos os Associados:

a) Ter voz e voto na AG;

b) Propor a diretoria e demais órgãos da entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;

c) Desde que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e que sejam pessoas físicas, têm direito de votarem e serem votados (e, se eleitos, de exercerem o cargo). Para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações da vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

e) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou implantado através de convênio.

Parágrafo 1º - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o Associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Parágrafo 2º - Os serviços de que trata a alínea "e" são extensivos aos pais, cônjuges e filhos dos associados.

ART. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores:

a) Participar com voz e voto no Conselho dos Fundadores;

b) Representar a Entidade em atos públicos e outros eventos quando designados ou autorizados pela Diretoria Executiva ou pela AG.

ART. 8º - São deveres dos Associados:

a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;

b) Participar da AG e / ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;


c) Zelar pelo bom nome da Entidade;

d) Não se omitir diante de irregularidade ou falhas que eventualmente venha a constatar, denunciando-as nos fóruns devidos.

Parágrafo 1º - O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, não justificadas e não aceita a justificativas pelo Conselho de Fundadores, será desligado sumariamente, e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu regresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por inscrito a diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ser seis meses antes do afastamento.

Parágrafo 3º - Todo o associado terá salvaguardado o direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes, cabendo recurso a Assembléia Geral.

  
DR LERIONCO VARGAS NETTO  
048 36 371

**ART. 9º - São órgãos permanentes da Associação Cultural União Comunitária a ASSEMBLÉIA GERAL, a DIRETORIA, CONSELHO DE FUNDADORES e CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL.**

**ART. 10º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no ultimo trimestre para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da diretoria, discussão de assuntos gerais de interesses da entidade e /ou das comunidades envolvidas e para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes e eleição da diretoria e conselho comunitário.**

**Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou por pelo menos dez associados através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede da Entidade e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nos seios das comunidades envolvidas e afixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais ( se autorizado ), onde constarão o dia, local e pauta.**

**Parágrafo 2º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados, e em segunda convocação - trinta minutos após com qualquer numero de presentes.**

**Parágrafo 3º - Compete privativamente à assembleia geral, conforme a lei nº 11.127, de 2005: I) destituir os administradores e II) alterar o estatuto. Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigida deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.**

**Para que se possa alterar o estatuto da associação é mister que a reforma:**

- I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a associação; ou desvirtue o fim desta;**
- II - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.**
- III- a convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantindo a um 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.**

**ART. 11º - A diretoria reunier-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou pelo menos dez membros do quadro social através de abaixo assinados.**

**ART. 12º - A Diretoria será eleita para mandato de quatro (04) anos, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação secreta em urna, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos. É admitida uma recondução por cada um de seus membros.**

**Parágrafo 1º - A Assembléia Geral com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 10º, parágrafo 1º.**

  
  
DR LERIONCO VARGAS NETTO  
OAB 36377

**Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral convocada para este fim, mediante apresentação de pedido por inscrito a Comissão Eleitoral.**

**Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembléia Geral.**

**Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos associados que tenham pelo menos um ano de filiação, e somente poderão votar os associados em dia, que tenham pelo menos seis meses de filiação.**

**ART. 13º - A Diretoria será composta de onze cargos, a saber:**

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo-secretário
- Tesoureiro
- Segundo tesoureiro
- Diretor de operações
- Vice- diretor de operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice- diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio.

**Parágrafo 1º - Todos os diretores serão eleitos em Assembléia Geral entre os associados.**

**Parágrafo 2º - Havendo vacância do titular o vice assume imediatamente. No caso da vacância dos cargos de presidente e vice, deverá ser imediatamente convocada a Assembléia Geral para eleição de nova diretoria.**

**Parágrafo 3º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.**

**ART. 14º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembléia Geral extraordinária convocada com este fim específico, nas formas do art. 10º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitudes, atos ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta de três sócios fundadores, que administrará a Entidade, até a eleição nova de diretoria, nos moldes do Art.12º - deste estatuto.**

**Parágrafo 1 – Em caso de substituição ou destituição dos administradores e alteração do estatuto será convocada a Assembléia Extraordinária para este fim com no mínimo um quinto dos associados.**

**ART. 15º - O Conselho dos Fundadores será composto por no mínimo 08 (oito) pessoas, Sócios Fundadores, sendo 05 (cinco) efetivos- Um Presidente, Um Vice Presidente, Um Secretário e 02 (dois)**

vogais e no mínimo 03 (três) Suplentes ( 1º , 2º e 3º ) eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de quatro anos.

Parágrafo 1º - O mandato de 1º e 2º Conselho de Fundadores será de 01 (um) ano, para que não haja, a partir de então, coincidência de mandatos com Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos em um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de 4 conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo conselho (mandato tampão).

ART. 16º - O Conselho de Fundadores terá por finalidade:

- a) a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção da Entidade, a fiel observância das normas estabelecidas nesse estatuto;
- b) Impedir qualquer alteração estatutária que viole os princípios democráticos e o espírito comunitário que orienta a criação da Associação Cultural União Comunitária;
- c) Fiscalizar o trabalho da Direção Executiva e demais diretorias que venham a ser criadas, impedindo quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade.

ART. 17º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e a cada dois anos elegerá uma Direção própria, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um primeiro suplente, um segundo suplente e um terceiro suplente.

Parágrafo 1º - Os Suplentes, obedecida a ordem de suplência, assumirão o lugar do vice-presidente ou do secretário em caso de vacância definitiva de um ou de ambos os cargos.

Parágrafo 2º - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da Entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo 3º - O vice-presidente substituirá o presidente em suas ausências eventuais assim como em caso de vacância definitiva do cargo e colaborará com ele no exercício de suas funções.


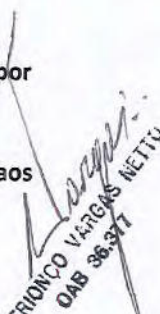
Parágrafo 4º - O secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo 5º - Os membros da direção do Conselho de Fundadores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal.

Parágrafo 6º - A Direção do Conselho de Fundadores reunir-se-á com seus membros e deliberará por maioria absoluta.

ART. 18º - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos para a convocação da AG.

ART. 19º - Ao Conselho de Fundadores caberá:

  
  
DR LERIDNO VARGAS NETTU  
OAB 36.317

- a) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Comunitário Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação aos seus objetivos permanentes;
- b) Suprimido;
- c) Proporá a AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- d) Referendar ou vetar alterações estatutárias ou disposições regimentais que julgue comprometer os princípios da Entidade.

Parágrafo Único: suprimido.

**ART. 20º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses com a finalidade:**

- a) Apreciar e aprovar ou não o balancete financeiro, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade;
- b) Fiscalizar e acompanhar o trabalho que será desenvolvido pelo o Arquivo, Biblioteca e Emissoras que vierem a serem concedidas para a Associação no tocante ao caráter comunitário, a sua administração com vistas ao interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos em Radiodifusão Comunitária.

**Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação por escrito por qualquer um dos membros ou demais, em dia, hora e local decidido pela maioria dos membros com quorum mínimo de três conselheiros.**



**Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.**

**Parágrafo 3º - Em caso de constatação de irregularidade nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Comunitário Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Fundadores ou AG para propor destituição parcial ou total da Diretoria Executiva.**

**ART. 21º - O Conselho Comunitário Fiscal será composto por no mínimo 05 pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da comunidade, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituída, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Entidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de 1988. Sendo um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, e dois Vogais e no mínimo três Suplentes eleitos em AG para o mandato de dois anos.**

**Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral, será de quatro anos, igual ao da diretoria eleita, sendo admitida apenas uma recondução por parte de cada um de seus membros.**

**Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.**

  
  
DR LERIONCO VARGAS  
OAB 36.37

**Parágrafo 3º -** Caso ocorra o afastamento de quatro conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo Conselho, e este terá um mandato tampão.

**Parágrafo 4º -** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente no mês de agosto, relatório contendo descrição da grade de programação, avaliação, entre outros aspectos considerando os objetivos da lei.

**Parágrafo 5º -** A Aconsul deverá manter atualizado e disponível o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

**ART. 22º -** Os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Executivo Fiscal e Conselhos Fundadores não serão, em nenhuma hipótese remunerados.

**ART. 23º -** Os cargos de direção técnica dos serviços que vierem a ser administrados pela Entidade, como Arquivo Público, Emissora de Radiodifusão Comunitária e Biblioteca serão definidas em Assembléia Geral que definirá também a forma ou o quantitativo da remuneração dos membros.

**ART. 24º -** A receita da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, advirá:

- a) da contribuição regular e obrigatória dos associados;
- b) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação;
- c) de verbas provenientes, do subsídio oficial;
- d) de recursos provenientes de convênios;
- e) do apoio financeiro de Entidades de Cooperação, seja Nacional ou Internacional, a projetos específicos.

**ART. 25º -** A Emissora de Radiodifusão Comunitária a ser administrada pela a Associação Cultural União Comunitária, deverá ser regida por Regimento Interno, votado e aprovado em AG, onde conste obrigatoriamente os seguintes pontos em conformidade com o capítulo V do ART. 43 deste estatuto, entre outros :

- a) Direção Técnica formada por quatro membros: um Diretor de Programação, um Diretor Administrativo-financeiro, um Diretor de Rádio-jornalismo e um Diretor Comercial eleitos em AG para um mandato de dois anos, podendo serem destituídos, caso não cumpram os objetivos propostos pelo presente Estatuto;
- b) O Conselho Comunitário Fiscal da Associação ficará encarregado de avaliar periodicamente a programação, orientando os programadores e quando for o caso, propondo a destituição do programador que mostrar-se inapto para a função ou que violar os princípios da Entidade.
- c) As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polemicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

DR LERONCO VARGAS NETTO  
OAB 36.371

ART. 26º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária na forma prevista no Art. 10º.

• **CAPITULO TERCEIRO: ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA**

ART. 27º - Caberá a Diretoria, coletivamente:


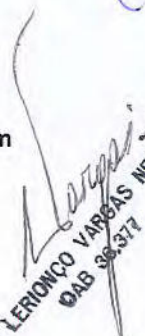
- a) Traçar estratégia e plano de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;
- b) Convocar a AG;
- c) Indicar um dos seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou casos que julgar conveniente;
- d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundador e anualmente a Assembléia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela AG;
- f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remunerações;
- g) Autorizar a aquisição de equipamentos;
- h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos dessa Entidade;
- i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que vem a ser implantados e/ ou administrados pela Entidade.

ART. 28º - Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ART. 29º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;

  
  
DR LERIONCO VARELLAS NETTO  
OAB 36.317

- d) Assinar juntamente com o Secretário as atas de reuniões e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

**ART. 30º - Caberá ao Vice Presidente:**

- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

**ART. 31º - Caberá ao Secretário Geral:**

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;
- b) Preparar editais convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o presidente;
- c) Manter o cadastro de associados;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

**ART. 32º - Caberá ao Segundo Secretário:**


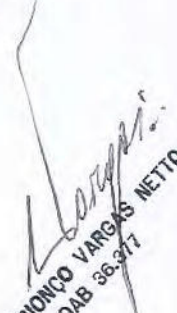
- a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

**ART. 33º - Caberá ao Tesoureiro:**

- a) Manter sob controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a diretoria;
- d) Assinar juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.

**ART. 34º - Caberá ao Segundo-Tesoureiro:**

- a) Participar ativamente as reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

  
  
DR LERONCIO VARGAS NETTO  
OAB 36.377

b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

**Art. 35º - Caberá ao Diretor de Operações:**

a) Implementar e supervisionar a programação de rádio que vier a fazer parte da Entidade, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

**ART 36º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:**

a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Diretor de Operações em caso de impedimento temporário ou definitivo.

**ART. 37º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:**

a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento interno e etc.

**ART. 38º - Caberá ao Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social:**

a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Diretor Cultural e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.


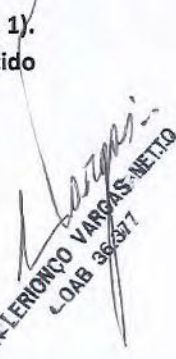
**ART. 39º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:**

a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

**ART. 40º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões de diretoria é de seis membros (50% mais 1). Em caso de empate nos processos de votação nas reuniões de diretoria, o assunto deverá se remetido a próxima reunião-ordinária ou extraordinária onde se tentará resolver o impasse.**

• **CAPITULO QUATRO: RECEITA E DESPESA**

  
  
ERLÉRIO VARGAS NETTO  
OAB 36377

**ART 41º - A Receita da Associação Cultural União Comunitária, advirá:**

- a) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) de verbas provenientes de subsídios oficiais;
- c) patrocínio do comércio local, sobre forma de apoio cultural;
- d) de campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, devidamente aprovadas pela diretoria.

**Parágrafo 1º -** Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal, ou que comprometam de forma direta, ou indireta, os objetivos da Associação Cultural União Comunitária;

**Parágrafo 2º -** Todas as doações serão analisadas pela Diretoria que pode aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

**Parágrafo 3º -** Será garantido, aos doadores que o desejarem, o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou força judicial.

**Parágrafo 4 -** Fica determinado que não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

**ART. 42º - As Despesas da Associação Cultural União Comunitária, podem ser:**


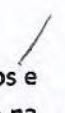
- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compras de equipamentos, discos, fitas, cd's etc.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Suprimido;
- d) Patrocínio de projetos ou atividades com fins comunitários.

**Parágrafo Único -** Em caso de dissolução da Associação Cultural União Comunitária, os bens não poderão ser divididos entre os sócios, serão repassados a outra entidade que tenha a mesma finalidade.

**• CAPITULO CINCO: PROGRAMAÇÃO MINIMA DAS EMISSORAS QUE VIEREM A SEREM ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA.**

**ART. 43º -** Minimamente a programação deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação dos seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;

  
  
DR LERIONCO VARGAS NETTO  
DAB 36.317

b) Reserva de espaço semanal para a programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro de especificações técnicas definida pelo Diretor de Programação. Este espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Transmissão e gravação de eventos como palestras, seminários, simpósios e outros, promovidos pelas entidades que tenham representação junto a ACONSUL;

d) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo o convite deverá ser feito pela Associação Cultural União Comunitária, e por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei;

e) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito a diretoria.

#### • **CAPITULO SEIS: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**ART.44º -** Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma diretoria provisória, com mandato de um ano, cabendo a esta diretoria:

a) Registrar o presente Estatuto na forma da Lei;

b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência dessa Entidade;

c) Organizar o cadastro dos associados;

d) Manter intercâmbio com a AR LIVRE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – ABRAÇO e demais rádios de baixa potência existentes no Brasil e/ ou em outros países.

**ART. 45º - Reforma Estatutária:** Compete exclusivamente a Assembléia Geral Extraordinária alterar o Estatuto por decisão da maioria presente.

**ART. 46º - Extinção:** Extinguir-se-á a Associação quando:

a) Comprovado o desvio de suas finalidades estatutárias;

b) Por dissolução completa dos associados;

c) Por determinação legal ou força maior.



**ART. 47º - Patrimônio:** Após pagos os compromissos assumidos o seu patrimônio reverterá em benefício a entidades beneficentes reconhecidas por lei, segundo decisão dos integrantes da Associação em Assembléia Geral.

**ART. 48º - Responsabilidade:** Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.

2º Tabelionato



A.R.

io das Comunicações  
Regional em Santa Catarina  
XV de Novembro, 242 - 1º andar, valor 107 a 110 - Centro  
5010-970 - Florianópolis/SC.

- ACONSUL

RUA. EURICO BATISTA, 367

97.670.000 - SÃO BORJA - RS

**NOTA TÉCNICA Nº 2056/2016/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.058104/2011-31**

Processo de Outorga nº: 53790.001429/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja/RS**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4334/2015:

I. Estatuto Social atualizado e consolidado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, ou Certidão Cartorária que o comprove. Deve conter expressamente “Registro Civil de Pessoas Jurídicas”.

---

**CONCLUSÃO**

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 03/02/2016, às 17:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 04/02/2016, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0952594** e o código CRC **676C98BC**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 3008/2016/SEI-MC

Ao Senhor

IBARO SANTOS RODRIGUES

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)

Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro

CEP 97670-000/ São Borja – RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2056/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de pós-outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido indeferido e o referido processo de pós outorga arquivado.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 04/02/2016, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0952599** e o código CRC **7B6B7F8A**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Ao Senhor  
IBAR FANTOS RODRIGUES  
Representante Legal da Associação Cultural  
União Comunitária Zona Sul (aconsul)  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro  
CEP 97670-000/ São Borja - RS

PAÍS / PAYS

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

g. nº 3008 / 2016 / SEI - MC (0952599)  
53000.058104/2011-31

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

11/02/16

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

ANDRÉ ANDRÉ LINS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

José Enio P. Matte  
Matr.: 8.698.905-3  
Ag. de correios / carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO-DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JO 18841259 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
15 DEZ. 2013

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT  
FLORIANÓPOLIS - SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

BRASIL  
BRÉSIL

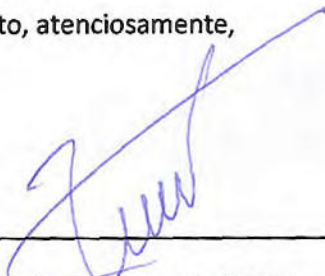
ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

Ilmo Sr.  
CARLOS VINÍCIUS LANNES DUERING  
M.D. Delegado do Ministério das Comunicações  
Florianópolis /SC

Ilustríssimo Senhor,  
Ao cumprimentá-lo cordialmente, em resposta ao ofício nº 3008/2016/SEI-MC estamos encaminhando documentação solicitada relativa à Nota Técnica da análise do processo nº 53000.058104/2011-31, que deverá ser repassada a Analista Téc. Administrativo Tiane Aimi Severo.

Sem mais para o momento, atentamente,

  
\_\_\_\_\_  
Ibaro Santos Rodrigues  
Presidente da ACONSUL

São Borja, 09 de março de 2016





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a Alteração Estatutária, datada de 14/12/2015, foi averbada neste Ofício em 02/03/2016. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 2 de março de 2016.

Edson Mello da Rosa  
Registrador Substituto

Emolumentos:

Total: R\$ 18,90 + R\$ 1,20 = R\$ 20,10

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 7,60 (0584.01.1400001.05783 = R\$ 0,40)

Busca: R\$ 7,20 (0584.01.1400001.05784 = R\$ 0,40)

Processamento eletrônico: R\$ 4,10 (0584.01.1400001.05785 = R\$ 0,40)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tít. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

# ESTATUTO ACONSUL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE SÃO BORJA  
Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
LOIVIA MARIA WELFER  
Oficial Designada

## CERTIDÃO

CERTIFICO, que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL, adquiriu Personalidade Jurídica em vinte (20) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), conforme registro número trezentos e sessenta (360), a folhas vinte e oito (28), do Livro "A-Dois" de Pessoas Jurídicas, deste Ofício. CERTIFICO mais, que a Alteração Estatutária, datada de 14/12/2015, foi averbada neste Ofício em 02/03/2016. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 2 de março de 2016.

Edson Mello da Rosa  
Registrador Substituto

Emolumentos:

Total: R\$ 18,90 + R\$ 1,20 = R\$ 20,10

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 7,60 (0584.01.1400001.05783 = R\$ 0,40)

Busca: R\$ 7,20 (0584.01.1400001.05784 = R\$ 0,40)

Processamento eletrônico: R\$ 4,10 (0584.01.1400001.05785 = R\$ 0,40)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL

A C O N S U L

"É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA,  
CIENTÍFICA, E DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA."

( ITEM IX, ART 5 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA )

• **CAPÍTULO PRIMEIRO: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITO DAS  
COMUNIDADES ENVOLVIDAS.**

ART. 1º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, fundada em 06 de julho de 1998; situa-se atualmente na rua Eurico Batista da Silva, 367, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande Sul. É uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

ART. 2º - A Associação Cultural União Comunitária Zona Sul tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela institucionalização do Direito do Comunicador;
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao Poder Público, autorização para execução de serviços de Radiodifusão Comunitária ;
- d) Executar serviços de Radiodifusão Comunitária – através do canal concedido ou permitido pelo Poder Público de acordo com o disposto neste estatuto e com a legislação vigente do Ministério das Comunicações;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionado as comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicações a entidades sindicais, comunitárias, religiosas e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico e de sons e imagens de eventos e produções de interesse da comunidade;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- j) Divulgar produções locais de caráter comunitário;
- k) Divulgar através de um informativo as atividades de interesse de entidades sindicais , comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e outras;

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e Protestos de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LOIVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

l) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços defesa civil, sempre que necessário;

m) Dar oportunidade à difusão de idéia, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

ART. 3º - Poderá participar de todas as atividades da Associação Cultural União comunitária Zona Sul qualquer pessoa, independente de raça, cor, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto no presente estatuto.

a) A fim de participar da Entidade como associado, é necessário que o pretendente seja morador da área abrangida pela Associação, que seja maior de idade e não possua vínculo com outra associação que execute o serviço de radiodifusão comunitária. Tal ingresso não terá ônus algum. Também poderão ser admitidos como associados pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, tendo todos os direitos assegurados pela Entidade;

b) A exclusão de um associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direitos de defesa e recurso, nos termos previstos no Estatuto.

ART. 4º - São direitos das comunidades envolvidas no projeto:

a) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;

b) Ter acesso a qualquer documentação oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito a diretoria, resguardando-se, aqui as informações de caráter pessoais, tais como cópias de documentos, números destes, etc., exceto se aprovado em reunião de diretoria;

c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios.

ART. 5º - O quadro de associados da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul será formado por 3 ( três ) categorias de sócios:

a) **SÓCIOS FUNDADORES** - Aqueles que assinam o livro de presença e constam na Ata da Assembléia de Fundação da Entidade;

b) **SÓCIOS CONTRIBUINTES** - Aqueles que se integrarem aos quadros da Entidade após sua Fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembléia Geral (AG );

c) **SÓCIOS BENEMÉRITOS** - Aqueles que receberem esse título da AG, por reconhecimento a relevantes contribuições ou serviços prestados a Entidade.

Parágrafo Único - A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela AG em forma de mensalidade, trimestralidade, semestralidade ou anuidade, será igual para todas as categorias, exceto para o sócio benemérito, para quem a contribuição será optativa.

ART. 6º - São direitos de todos os Associados:

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

a) Ter voz e voto na AG;

b) Propor a diretoria e demais órgãos da entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;

c) Desde que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e que sejam pessoas físicas, têm direito de votarem e serem votados (e, se eleitos, de exercerem o cargo). Para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações da vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

e) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou implantado através de convênio.

Parágrafo 1º - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o Associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Parágrafo 2º - Os serviços de que trata a alínea "e" são extensivos aos pais, cônjuges e filhos dos associados.

ART. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores:

a) Participar com voz e voto no Conselho dos Fundadores;

b) Representar a Entidade em atos públicos e outros eventos quando designados ou autorizados pela Diretoria Executiva ou pela AG.

ART. 8º - São deveres dos Associados:

a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;

b) Participar da AG e / ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;

c) Zelar pelo bom nome da Entidade;

d) Não se omitir diante de irregularidade ou falhas que eventualmente venha a constatar, denunciando-as nos fóruns devidos.

Parágrafo 1º - O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, não justificadas e não aceita a justificativas pelo Conselho de Fundadores, será desligado sumariamente, e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu regresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por inscrito a diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ser seis meses antes do afastamento.

Parágrafo 3º - Todo o associado terá salvaguardado o direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes, cabendo recurso a Assembléia Geral.

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

ART. 9º - São órgãos permanentes da Associação Cultural União Comunitária a **ASSEMBLÉIA GERAL**, a **DIRETORIA**, **CONSELHO DE FUNDADORES** e **CONSELHO COMUNITÁRIO FISCAL**.

ART. 10º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no ultimo trimestre para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da diretoria, discussão de assuntos gerais de interesses da entidade e /ou das comunidades envolvidas e para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes e eleição da diretoria e conselho comunitário.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou por pelo menos dez associados através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede da Entidade e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nos seios das comunidades envolvidas e afixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais ( se autorizado ), onde constarão o dia, local e pauta.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados, e em segunda convocação - trinta minutos após com qualquer numero de presentes.

Parágrafo 3º - Compete privativamente à assembleia geral, conforme a lei nº 11.127, de 2005: I) destituir os administradores e II) alterar o estatuto. Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigida deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Para que se possa alterar o estatuto da associação é mister que a reforma:

- I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a associação; ou desvirtue o fim desta;
- II - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- III- a convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantindo a um 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

ART. 11º - A diretoria reunier-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho de Fundadores, pelo Conselho Comunitário Fiscal ou pelo menos dez membros do quadro social através de abaixo assinados.

ART. 12º - A Diretoria será eleita para mandato de quatro (04) anos, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, através de votação secreta em urna, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos. É admitida uma recondução por cada um de seus membros.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 10º, parágrafo 1º.

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

8

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral convocada para este fim, mediante apresentação de pedido por inscrito a Comissão Eleitoral.

Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos associados que tenham pelo menos um ano de filiação, e somente poderão votar os associados em dia, que tenham pelo menos seis meses de filiação.

ART. 13º - A Diretoria será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo-secretário
- Tesoureiro
- Segundo tesoureiro
- Diretor de operações
- Vice- diretor de operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice- diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - Todos os diretores serão eleitos em Assembleia Geral entre os associados.

Parágrafo 2º - Havendo vacância do titular o vice assume imediatamente. No caso da vacância dos cargos de presidente e vice, deverá ser imediatamente convocada a Assembleia Geral para eleição de nova diretoria.

Parágrafo 3º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

ART. 14º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembleia Geral extraordinária convocada com este fim específico, nas formas do art. 10º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitudes, atos ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta de três sócios fundadores, que administrará a Entidade, até a eleição nova de diretoria, nos moldes do Art.12º - deste estatuto.

Parágrafo 1 - Em caso de substituição ou destituição dos administradores e alteração do estatuto será convocada a Assembleia Extraordinária para este fim com no mínimo um quinto dos associados.

ART. 15º - O Conselho dos Fundadores será composto por no mínimo 08 (oito) pessoas, Sócios Fundadores, sendo 05 (cinco) efetivos- Um Presidente, Um Vice Presidente, Um Secretário e 02 (dois)

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

*[Handwritten signature]*

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Fís. e Jurídicas Tit. e  
Documentos e Promissões de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LÍVIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

vogais e no mínimo 03 (três) Suplentes ( 1º , 2º e 3º ) eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de quatro anos.

Parágrafo 1º - O mandato de 1º e 2º Conselho de Fundadores será de 01 (um) ano, para que não haja, a partir de então, coincidência de mandatos com Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos em um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de 4 conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo conselho (mandato tampão).

ART. 16º - O Conselho de Fundadores terá por finalidade:

- a) a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção da Entidade, a fiel observância das normas estabelecidas nesse estatuto;
- b) Impedir qualquer alteração estatutária que viole os princípios democráticos e o espírito comunitário que orienta a criação da Associação Cultural União Comunitária;
- c) Fiscalizar o trabalho da Direção Executiva e demais diretorias que venham a ser criadas, impedindo quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade.

ART. 17º - O Conselho de Fundadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e a cada dois anos elegerá uma Direção própria, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um primeiro suplente, um segundo suplente e um terceiro suplente.

Parágrafo 1º - Os Suplentes, obedecida a ordem de suplência, assumirão o lugar do vice-presidente ou do secretário em caso de vacância definitiva de um ou de ambos os cargos.

Parágrafo 2º - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da Entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo 3º - O vice-presidente substituirá o presidente em suas ausências eventuais assim como em caso de vacância definitiva do cargo e colaborará com ele no exercício de suas funções.

Parágrafo 4º - O secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo 5º - Os membros da direção do Conselho de Fundadores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário Fiscal.

Parágrafo 6º - A Direção do Conselho de Fundadores reunir-se-á com seus membros e deliberará por maioria absoluta.

ART. 18º - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos para a convocação da AG.

ART. 19º - Ao Conselho de Fundadores caberá:

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

- a) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Comunitário Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação aos seus objetivos permanentes;
- b) Suprimido;
- c) Proporá a AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- d) Referendar ou vetar alterações estatutárias ou disposições regimentais que julgue comprometer os princípios da Entidade.

Parágrafo Único: suprimido.

ART. 20º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses com a finalidade:

- a) Apreciar e aprovar ou não o balancete financeiro, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade;
- b) Fiscalizar e acompanhar o trabalho que será desenvolvido pelo o Arquivo, Biblioteca e Emissoras que vierem a serem concedidas para a Associação no tocante ao caráter comunitário, a sua administração com vistas ao interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos em Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo 1º - O Conselho Comunitário Fiscal reunir-se-á extraordinariamente, sempre que julgar necessário, mediante convocação por escrito por qualquer um dos membros ou demais, em dia, hora e local decidido pela maioria dos membros com quorum mínimo de três conselheiros.

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo 3º - Em caso de constatação de irregularidade nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Comunitário Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Fundadores ou AG para propor destituição parcial ou total da Diretoria Executiva.

ART. 21º - O Conselho Comunitário Fiscal será composto por no mínimo 05 pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituída, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Entidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de 1988. Sendo um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, e dois Vogais e no mínimo três Suplentes eleitos em AG para o mandato de quatro (04) anos.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral, será de quatro anos, igual ao da diretoria eleita, sendo admitida apenas uma recondução por parte de cada um de seus membros.

Parágrafo 2º - O Suplente será convocado a assumir em definitivo o cargo caso ocorra vacância de pelo menos um efetivo, o que ocorrerá em caso de falta a duas reuniões ordinárias ou três alternadas, ou impedimento pessoal devidamente comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

Parágrafo 3º - Caso ocorra o afastamento de quatro conselheiros, deverá ser convocada reunião para eleição de novo Conselho, e este terá um mandato tampão.

Parágrafo 4º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente no mês de agosto, relatório contendo descrição da grade de programação, avaliação, entre outros aspectos considerando os objetivos da lei.

Parágrafo 5º - A Aconsul deverá manter atualizado e disponível o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

ART. 22º - Os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Executivo Fiscal e Conselhos Fundadores não serão, em nenhuma hipótese remunerados.

ART. 23º - Os cargos de direção técnica dos serviços que vierem a ser administrados pela Entidade, como Arquivo Público, Emissora de Radiodifusão Comunitária e Biblioteca serão definidas em Assembléia Geral que definirá também a forma ou o quantitativo da remuneração dos membros.

ART. 24º - A receita da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul, advirá:

- a) da contribuição regular e obrigatória dos associados;
- b) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação;
- c) de verbas provenientes, do subsídio oficial;
- d) de recursos provenientes de convênios;
- e) do apoio financeiro de Entidades de Cooperação, seja Nacional ou Internacional, a projetos específicos.

ART. 25º - A Emissora de Radiodifusão Comunitária a ser administrada pela a Associação Cultural União Comunitária, deverá ser regida por Regimento Interno, votado e aprovado em AG, onde conste obrigatoriamente os seguintes pontos em conformidade com o capítulo V do ART. 43 deste estatuto, entre outros :

- a) Direção Técnica formada por quatro membros: um Diretor de Programação, um Diretor Administrativo-financeiro, um Diretor de Rádio-jornalismo e um Diretor Comercial eleitos em AG para um mandato de dois anos, podendo serem destituídos, caso não cumpram os objetivos propostos pelo presente Estatuto;
- b) O Conselho Comunitário Fiscal da Associação ficará encarregado de avaliar periodicamente a programação, orientando os programadores e quando for o caso, propondo a destituição do programador que mostrar-se inapto para a função ou que violar os princípios da Entidade.
- c) As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polemicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

ART. 26º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária na forma prevista no Art. 10º.

• **CAPITULO TERCEIRO: ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA**

ART. 27º - Caberá a Diretoria, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e plano de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;
- b) Convocar a AG;
- c) Indicar um dos seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou casos que julgar conveniente;
- d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundador e anualmente a Assembléia Geral Ordinária, ou quando solicitado pela AG;
- f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remunerações;
- g) Autorizar a aquisição de equipamentos;
- h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos dessa Entidade;
- i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que vem a ser implantados e/ ou administrados pela Entidade.

ART. 28º - Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

ART. 29º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoa Nat. Jurídicas Tit. e  
Documentos e P. de Títulos Cambiais.  
Oficial Designado: LONIA MARIA WELPER  
São Borja - RS

d) Assinar juntamente com o Secretário as atas de reuniões e demais documentos de circulação interna e externa;

e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

ART. 30º - Caberá ao Vice Presidente:

a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

ART. 31º - Caberá ao Secretário Geral:

a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;

b) Preparar editais convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o presidente;

c) Manter o cadastro de associados;

d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

ART. 32º - Caberá ao Segundo Secretário:

a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 33º - Caberá ao Tesoureiro:

a) Manter sob controle toda a movimentação financeira da Entidade;

b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;

c) Apresentar os balancetes a diretoria;

d) Assinar juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.

ART. 34º - Caberá ao Segundo-Tesoureiro:

a) Participar ativamente as reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 35º - Caberá ao Diretor de Operações:

a) Implementar e supervisionar a programação de rádio que vier a fazer parte da Entidade, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

ART 36º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Diretor de Operações em caso de impedimento temporário ou definitivo.

ART. 37º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento interno e etc.

ART. 38º - Caberá ao Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Participar ativamente das reuniões de diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Diretor Cultural e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

ART. 39º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

ART. 40º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões de diretoria é de seis membros (50% mais 1). Em caso de empate nos processos de votação nas reuniões de diretoria, o assunto deverá se remetido a próxima reunião-ordinária ou extraordinária onde se tentará resolver o impasse.

#### • CAPITULO QUATRO: RECEITA E DESPESA

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

ART 41º - A Receita da Associação Cultural União Comunitária, advirá:

- a) da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) de verbas provenientes de subsídios oficiais;
- c) patrocínio do comércio local, sobre forma de apoio cultural;
- d) de campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, devidamente aprovadas pela diretoria.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal, ou que comprometam de forma direta, ou indireta, os objetivos da Associação Cultural União Comunitária;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria que pode aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido, aos doadores que o desejarem, o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou força judicial.

Parágrafo 4 - Fica determinado que não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

ART. 42º - As Despesas da Associação Cultural União Comunitária, podem ser:

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compras de equipamentos, discos, fitas, cd's etc.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Suprimido;
- d) Patrocínio de projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da Associação Cultural União Comunitária, os bens não poderão ser divididos entre os sócios, serão repassados a outra entidade que tenha a mesma finalidade.

**• CAPITULO CINCO: PROGRAMAÇÃO MINIMA DAS EMISSORAS QUE VIEREM A SEREM ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA.**

ART. 43º - Minimamente a programação deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação dos seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;

Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

b) Reserva de espaço semanal para a programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro de especificações técnicas definida pelo Diretor de Programação. Este espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Transmissão e gravação de eventos como palestras, seminários, simpósios e outros, promovidos pelas entidades que tenham representação junto a ACONSUL;

d) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo o convite deverá ser feito pela Associação Cultural União Comunitária, e por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei;

e) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito a diretoria.

#### • CAPÍTULO SEIS: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ART.44º - Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma diretoria provisória, com mandato de um ano, cabendo a esta diretoria:

a) Registrar o presente Estatuto na forma da Lei;

b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência dessa Entidade;

c) Organizar o cadastro dos associados;

d) Manter intercâmbio com a AR LIVRE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ABRAÇO e demais rádios de baixa potência existentes no Brasil e/ ou em outros países.

ART. 45º - Reforma Estatutária: Compete exclusivamente a Assembléia Geral Extraordinária alterar o Estatuto por decisão da maioria presente.

ART. 46º - Extinção: Extinguir-se-á a Associação quando:

a) Comprovado o desvio de suas finalidades estatutárias;

b) Por dissolução completa dos associados;

c) Por determinação legal ou força maior.

ART. 47º - Patrimônio: Após pagos os compromissos assumidos o seu patrimônio reverterá em benefício a entidades beneficentes reconhecidas por lei, segundo decisão dos integrantes da Associação em Assembléia Geral.

ART. 48º - Responsabilidade: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade.



Marcos Rogério Souza dos Santos  
ADVOGADO  
OAB/RS 61.217

1ª TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS

Tabelião: Rel. Claudia Perusso dos Santos

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de IBANO SANTOS RODRIGUES,  
indicada com a seta deste Ofício, Dou fé. 0582.01.1509002.19380  
São Borja, 29 de fevereiro de 2016.  
Escrevente Autorizada Marcela Taisane Iann  
Emol: R\$ 4,10 + Selo digital: R\$ 0,40



Marcela Taisane Iann  
Escrevente Autorizada

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO BORJA-RS

PROTOCOLO: N° 37772, no livro A-20, às fls 101, em  
1/3/2016.

AVERBAÇÃO: N°8/Reg. 360, no livro A-6, às fls 157 verso,  
em 2/3/2016.

Edson Mello da Rosa - Registrador Substituto

Total: R\$ 83,60 + R\$ 2,40 = R\$ 86,00  
Certidão PJ (1 pgs): R\$ 7,60 (0584.01.1400001.05733 = R\$ 0,40)  
Averbação PJ: R\$ 52,30 (0584.04.1400001.01442 = R\$ 0,90)  
Digitalização: R\$ 19,60 (0584.03.1400001.01972 = R\$ 0,70)  
Processamento eletrônico: R\$ 4,10 (0584.01.1400001.05735 = R\$ 0,40)

Ofício do Reg. Civil e Especiais  
Reg. Civil Pessoas Jurídicas TR e  
Documentos e Filarmas de Títulos Cambiais.  
Oficial Designada: LUTIA MARIA WELFER  
São Borja - RS

Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de novembro, 242 - 1º andar, salas: 107 a 110 - Centro  
CEP: 88010-970 - Florianópolis / SC

6905106  
07247162  
29565512  
RS  
2016  
RS  
R\$ 10.75  
MF01370 DH  
BRASIL CORREIOS

 **REGISTRADO URGENTE**  
**REGISTERED PRIORITY**

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (g) 0.095

JO 86703376 7 BR



- Aconsul  
Eunice Batista 36+  
97670.000.5699-25

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.058104/2011

Localidade / UF: SÃO BORJA/RS

Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL

Aviso: 0

Publicação: 01/01/2000

Prazo: 0

Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
VENCESLAU DIAS NUNES	262.251.820-04	Diretor de Patrimônio	17/12/2014 17/12/2016	
Emeran da Silva Antunes	668.979.470-91	1º Tesoureiro	17/12/2014 17/12/2016	
CRISTALINO FAGUNDES PRESTES FILHO	585.062.680-87	Diretor Cultural	17/12/2014 17/12/2016	
BELMIRO SILVA	306.274.600-97	Vice Diretor Cultural	17/12/2014 17/12/2016	
Getúlio de Santis Alves	782.472.410-72	2º Tesoureiro	17/12/2014 17/12/2016	
MARCIELE ANDRADES DOS REIS	030.483.680-00	1º Secretário	17/12/2014 17/12/2016	
ARCENIO BACELAR PIMENTEL	549.718.880-04	Diretor de Operações	17/12/2014 17/12/2016	
MARILAINE CABELEIRA SANTIAGO	921.400.840-04	Vice-Diretor de Operações	17/12/2014 17/12/2016	
André Souza Molinos	092.499.150-04	2º Secretário	17/12/2014 17/12/2016	
IRONITA DOLORES FLORES NUNES	333.671.830-91	Vice-Presidente	17/12/2014 17/12/2016	
IBARO SANTOS RODRIGUES	341.177.500-97	Presidente	17/12/2014 17/12/2016	(55) 97335656 (55) 34318787 (55) 97335656 (55) 34318787 (55) 97335656 (55) 34318787

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**PROCESSO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

1. Requerimento: pg 05 (0044299), de 16/01/2012
2. Estatuto Social com registro em Cartório: pgs 02 a 18 (1020752)
3. Ata de eleição diretoria em exercício: pgs 70 e 71 (0832605) de 17/12/2014 a 17/12/2016
4. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: pgs 02 a 36 (0832605) e pgs 06 a 08 (0925310)
5. Declaração de conformidade com a última autorização do MiniCom: pgs 02 e 03 (0925310)
6. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: doc 0661610
7. CNPJ válido e atual: pg 05 (0925310)
8. Relatório Conselho Comunitário: pgs 51 a 53 (0832605)

CONCLUSÃO: Processo instruído

\*\*\* Analista: Tiane Aimi Severo

*Tiane A. Severo*

**Tiane Aimi Severo**  
Analista Técnico-Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 1786899

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA – DRMC/SC**

Memorando nº 1047/2016/SEI-MC

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

**Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (Aconsul)**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja/RS**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering  
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 01/04/2016, às 10:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1047521** e o código CRC **156646D7**.

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** RS  
**Município:** São Borja  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:** São Borja  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**

## Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL  
**Nome Fantasia:** radio butui fm  
**Logradouro:** RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 337 - CENTRO  
**Telefone:** (55) 4313025  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 02.700.690/0001-17  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 367  
**Fax:** (55) 4311008

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

**CNPJ:** 02700690000117 ◀

Pesquisar

**Razão Social:** ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL  
**Tipo de Usuário:** Integral

## Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 97670000 **Logradouro:** RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 337 - CENTRO  
**Número:** 367 **Complemento:** **Bairro:** CENTRO **Estado:** RS  
**Município:** São Borja **Distrito:** São Borja **SubDistrito:**  
**Telefone:** 55 4313025 **Fax:** 55 4311008

## Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 97670000 **Logradouro:** RUA VEREADOR EURICO BATISTA DA SILVA, 337 - CENTRO  
**Número:** . **Complemento:** **Bairro:** CENTRO **Estado:** RS  
**Município:** São Borja **Distrito:** **SubDistrito:**  
**Telefone:** 55 04313025 **Fax:** **E-mail:**

## Dados da Outorga

**Data Publicação  
Contrato/Convênio:** 08/10/2001

**Data Limite Instalação:** 04/02/2020**Número do Processo:** 537900014291998 ◀**Fistel:** 50011446803**Caixa:****Sequência:**

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	248		Portaria	MC	07/06/2000	21/06/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
	19633		ATO	SCM	03/10/2001	10/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
	400		Decreto Legislativo	CN	05/10/2001	08/10/2001	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
	34299		ATO	SCM	07/03/2003	12/03/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

## Característica da Estação Instalada

## Dados do Licenciamento

## Dados da Estação

**Entidade:** ASSOCIACAO CULTURAL UNIAO COMUNITARIA ZONA SUL - CNPJ/CPF  
(02.700.690/0001-17)  
**Município/UF:** SÃO BORJA/RS  
**Indicativo:** ZYM368

**Situação:** [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

**Canal:** 200

**Dia Início**

**Dia Fim**

**Hora Início**

**Hora Fim**

**X**

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

02:00 ▼

✗

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

24:00 ▼

✗



Tela Inicial



Imprimir

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

## DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina - DRMC/SC

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL (ACONSUL)**

Em atenção ao Memorando nº 1047/2016/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.053137/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>Em trâmite;</li><li>Processo em degravação, mas ainda não temos informações acerca das infrações cometidas.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 04/04/2016, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1055798** e o código CRC **B664A7F0**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**NOTA TÉCNICA Nº 7768/2016/SEI-MC**

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja/RS**, por meio da Portaria nº **248**, publicada no DOU de 21/06/2000, e Decreto Legislativo nº **400**, publicado no DOU de 08/10/2001.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 08/10/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 20/01/2012, à pg 05, evento SEI 0044299, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Íbaro Santos Rodrigues
Vice-Presidente: Ironita Dolores Flores Nunes

1º Secretário: Marciele Andrades dos Reis
2º Secretário: André Souza Molinos
1º Tesoureiro: Emeran da Silva Antunes
2º Tesoureiro: Getúlio de Santis Alvis
Diretor de Patrimônio: Venceslau Dias Nunes
Diretor Cultural: Cristalino Fagundes Prestes Filho
Vice-Diretor Cultural: Belmiro Silva
Diretor de Operações: Arcenio Bacelar Pimentel
Vice-Diretor de Operações: Marilaine Cabeleira Santiago

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Portaria nº 4334/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e à Portaria 4334/2015.	Ok, pgs 02 a 18 (1020752)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, pgs 70 e 71 (0832605)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, pgs 02 a 36 (0832605) e pgs 06 a 08 (0925310)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, pgs 02 e 03 (0925310)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas	Ok, doc 0661610

5.	administradas pela Anatel.	Ok, doc 0001010
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, pg 05 (0925310)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes da Portaria 4334/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, pgs 51 a 53 (0832605)

4. Existe apontamento quanto a processo de apuração de infração atribuído para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 1055798, processo anexado 53000.053137/2015, em trâmite.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Delegacia Regional posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, evento SEI 1057019.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 04/04/2016, às 17:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 05/04/2016, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/04/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 11/04/2016, às 14:03, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 12/04/2016, às 19:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1057152** e o código CRC **36C89D73**.

## Minutas e Anexos

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, até 08 de outubro de 2021, a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO  
Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA

PORTARIA Nº        DE        DE        DE 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058104/2011-31 e nº 53790.001429/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Entidade: **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (ACONSUL)**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.058104/2011-31 (ver documento 1057152), no qual a **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (ACONSUL)** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Borja / RS**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/05/2016, às 11:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1078480** e o código CRC **A8D51B83**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na

localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº        DE        DE 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058104/2011-31 e nº 53790.001429/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## PORTARIA Nº 1949/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058104/2011-31 e nº 53790.001429/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/05/2016, às 19:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1120437** e o código CRC **CEFE7BE5**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3o, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado da Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/05/2016, às 19:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1120447** e o código CRC **C4DA1B54**.



001-9

00198.41808 50000.000005 03932.433216 9 68120000018222

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>			Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>		Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000003932433</b>
Número do documento <b>4</b>		CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>01/06/2016</b>		Valor documento <b>182,22</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro  
São Borja, RS - CEP: 97.670-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.  
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3932433 enviado em 12/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03932.433216 9 68120000018222

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>						Vencimento <b>01/06/2016</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>						Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>12/05/2016</b>	Nº documento <b>4</b>		Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>12/05/2016</b>	Nosso número <b>00000000003932433</b>
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>		Valor Documento <b>182,22</b>	(=) Valor documento <b>182,22</b>

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3932433 enviado em 12/05/2016

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro  
São Borja, RS - CEP: 97.670-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17179/2016/SEI-MC

Ao Senhor

**IBARO SANTOS RODRIGUES**

Representante Legal da Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (ACONSUL)  
Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro  
CEP 97670-000/ São Borja - RS

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 1949, de 10 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/05/2016, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1133391** e o código CRC **FBD02585**.



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17179/ 2016/SEI-MC, de 16/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53000.058104/2011-31

IBARO SANTOS RODRIGUES

Ass. Cultural União Comunitária Zona Sul (ACONSUL)

Rua Vereador Eurico Batista da Silva 367 - Centro

97670-000

São Borja - RS

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

30/05/16

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO/  
SIGNATURE DE L'AGENT  
Enio P. Matte  
Mat: 8.690.905-3

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**CORREIOS  
BRASIL**

**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

JO 39168066 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

**AGÊNCIA MUNDOM**

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DEVOLUÇÃO  
RETOUR**

NC

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica**  
**Departamento de Outorga de Serviços**  
**Esplanada dos Ministérios, Bloco R,**  
**Ed. Anexo Ala Oeste sala 300**  
**70044-900 Brasília-DF**

CI

UF

**BRASIL**

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.489, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071423/2013-01 e nº 53650.001568/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE PEREIRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pereiro/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.828, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000602/1998 e nº 53900.015229/2014-75, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO CONTESTADO - ACC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Timbó Grande/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.835, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051423/2012-04 e nº 53670.000703/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de julho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JABUTICABAL DE HIDROLÂNDIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Hidrolândia / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.837, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.054982/2012-68 e nº 53830.002058/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à RADIO COMUNITÁRIA CAMINHO SEGURO DE BEBEDOURO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bebedouro/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.845, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.006082/2014-22 e nº 53670.000733/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BETUEL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Morrinhos / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.850, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055772/2011-14 e nº 53830.002179/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/12/2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CERQUEIRENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cerqueira Cesar/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.939, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº53740.000145/2002 e nº 53900.041679/2015-02, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL É ARTÍSTICO DE ASSAÍ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Assaí/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.949, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº **53000.058104/2011-31** e nº 53790.001429/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

### COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 196, de 30 de maio de 2016, publicada no dou de 1-5-2016, Seção 1, página 14, no título, onde se lê: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, leia-se: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

(p/Coejo)

### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

#### ACÓRDÃO Nº 208, DE 1º DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.206411/2015-27

Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 35, de 31 de maio de 2016

EMENTA: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL. LICITAÇÃO PARA OUTORGA DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS NAS FAIXAS DE 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM E/OU SERVIÇO LIMITADO PRIVADO - SLP. HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DE LOTES. RECURSOS ADMINISTRATIVOS INTERPOSTOS CONTRA DECISÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. 1. Trata a matéria de proposta de Homologação da adjudicação de lotes relativos ao Edital de Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-Anatel e dos Recursos Administrativos interpostos por CLARO S.A., ALGAR TELECOM S.A. e EREDINEIA DE FATIMA BRAVO em face das decisões exaradas em Reuniões da Comissão Especial de Licitação - CEL e dos atos por ela praticados durante a continuação da Sessão Pública de Abertura, Análise e Julgamento das Propostas de Preço do Edital em referência. 2. O trâmite do presente processo obedeceu rigorosamente às regras do Edital de Licitação nº 2/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL e do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência da Anatel, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998. 3. A Procuradoria Federal Especializada da Agência atestou a regularidade do procedimento licitatório, em virtude da observância de todos os seus princípios regentes, previstos no art. 8º da Resolução nº 65/1998, e do atendimento de sua finalidade, nos termos do art. 9º da mesma norma, por meio da garantia de isonomia de oportunidades aos Interessados. 4. Atestou-se, ademais, o atendimento, pelas proponentes que apresentaram as melhores propostas para os Lotes adjudicados, das condições de participação constantes do Edital nº 002/2015-SOR/SPR/CD-Anatel, em totalidade e sem ressalvas. 5. Pela homologação da adjudicação dos objetos da Licitação em relação aos quais não houve interposição de recursos ou notificação para saneamento de falhas, descritos no item 3.16 da Matéria para Apreciação do Conselho Diretor (MACD) nº 127/2016, de 11 de maio de 2016, em conformidade com os itens 8.8 e 10.1 do Edital de Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-Anatel. 6. Pelo não provimento do Recurso Administrativo interposto por ALGAR TELECOM S.A. com referência aos lotes n. H-3134400, I-3134400, H-3151404, I-3151404, H-5006309, H-3517406, I-3517406 e I-3534302, na parte que discute a possibilidade de estabelecimento de prazo para saneamento de vícios formais. 7. Pela conversão em diligência da deliberação do Recurso Administrativo interposto por CLARO S.A. em desfavor de CLIVO PARTICIPAÇÕES LTDA. (SEI nº 0423064), pelas razões e fundamentos constantes da análise. 8. Pelo aguardo da finalização da verificação do cumprimento dos requisitos constantes do Parecer nº 0255/2016/PFE-ANATEL/PGF/AGU (SEI nº 0436351) pelas propostas apresentadas por pessoas naturais, conforme decidido na 11ª Reunião da CEL (SEI nº 0423824), antes da apreciação dos recursos interpostos por EREDINEIA DE FATIMA BRAVO (SEI nº 53500.003382/2016-24) e ALGAR TELECOM S.A. (SEI nº 53500.003382/2016-24) na parte que trata desse assunto.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 20/2016/SEI/RZ (SEI nº 0533580), integrante deste acórdão: a) em conformidade com os itens 8.8 e 10.1 do Edital de Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-Anatel, homologar a adjudicação dos objetos da Licitação em relação aos quais não houve interposição de recursos ou notificação para saneamento de falhas, descritos no item 3.16 da Matéria para Apreciação do Conselho Diretor (MACD) nº 127/2016, de 11 de maio de 2016; b) negar provimento ao Recurso Administrativo interposto por ALGAR TELECOM S.A. com referência aos lotes n. H-3134400, I-3134400, H-3151404, I-3151404, H-5006309, H-3517406, I-3517406 e I-3534302, na parte que discute a possibilidade de estabelecimento de prazo para saneamento de vícios formais; c) converter em diligência a deliberação do Recurso Administrativo interposto por CLARO S.A. em desfavor de CLIVO PARTICIPAÇÕES LTDA., para que a Procuradoria Federal Especializada da Agência manifeste-se sobre a questão pontuada nos itens 4.2.48 a 4.2.67 da referida análise; e, d) aguardar a finalização da verificação do cumprimento dos requisitos constantes do Parecer nº 0255/2016/PFE-ANATEL/PGF/AGU pelas propostas apresentadas por pessoas naturais, conforme decidido na 11ª Reunião da CEL, antes da apreciação dos recursos interpostos por EREDINEIA DE FATIMA BRAVO e ALGAR TELECOM S.A. na parte que trata desse assunto.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL (ACONSUL)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1193558** e o código CRC **DAE7734C**.

## **Minutas e Anexos**

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL** para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.058104/2011-31**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 7768/2016/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1241978** e o código CRC **D0BB110B**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Entidade: **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/03/2017, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1738493** e o código CRC **E51C4834**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.058104/2011-31

SEI nº 1738493

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Entidade: **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 17/03/2017, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1738502** e o código CRC **048E4869**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.058104/2011-31

SEI nº 1738502

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058104/2011-31**

Entidade: **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul (aconsul)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 7768/2016 (1057152) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (1057019), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 20/03/2017, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1738521** e o código CRC **46E715E3**.

**Minutas e Anexos**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização

outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.058104/2011-31

SEI nº 1738521

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 22:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1759093** e o código CRC **991DB836**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1882655** e o código CRC **9D7F42F6**.

**Referência:** Processo nº 53000.058104/2011-31

SEI nº 1882655

Brasília, 16 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058104/2011-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de outubro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITÁRIA ZONA SUL - ACONSUL para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Borja/RS.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
**GABINETE DO MINISTRO**

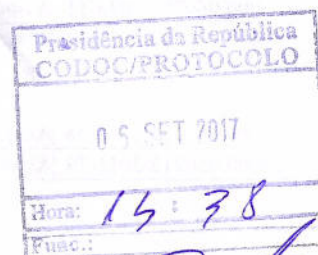
Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**MARCELO PACHECO DOS GUARANY**  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF


**Assunto: Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
574/2017	53000.051605/2012-77	Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis - ACVOLCAJA
581/2017	53000.055763/2011-15	Associação Cultural e Comunitária Prima
582/2017	53000.003434/2014-31	Associação Comunitária São José
583/2017	53000.040711/2013-14	Associação Cultural Comunitária Gaivota
584/2017	53000.046522/2013-47	Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística Dinâmica
585/2017	53000.009819/2014-11	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo
586/2017	53000.007039/2013-47	Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática De Nuporanga
592/2017	53000.057352/2011-64	Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde
593/2017	53000.061497/2013-21	Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social
594/2017	53000.047461/2011-73	Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa
595/2017	53000.014269/2012-81	Sociedade dos Ecologistas de Tambaú
597/2017	53000.058151/2011-84	Associação Batatense Cultural - ABC
600/2017	53000.057044/2013-09	Associação Comunitária Cidadã Nossa Senhora Aparecida
601/2017	53900.001804/2014-52	Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista
602/2017	53000.058115/2011-11	Associação Comunitária Central de Araraquara
604/2017	53000.000307/2014-81	Associação Comunitária Renascer de Guaimbê
605/2017	53000.062557/2013-23	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi
606/2017	53000.017204/2013-79	Associação Comunitária Serrazulense
607/2017	53000.007888/2014-81	Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário
608/2017	53000.036049/2012-17	Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim
613/2017	53900.017538/2015-61	Água Boa Associação Comunitária
614/2017	53900.034498/2015-11	Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM
615/2017	53000.068877/2013-97	Associação Comunitária de Comunicação-Rádio Princesa do Atlântico Fm
616/2017	53000.049480/2012-15	Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social
617/2017	53900.007240/2014-61	Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Assunção
618/2017	53000.056211/2011-24	Rádio Comunitária Araçá FM
619/2017	53000.054475/2012-24	Associação Beneficente de Santa Cruz da Venerada
620/2017	53900.037910/2015-55	Associação de Rádio Comunitária - ARC
621/2017	53000.029374/2013-04	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura
622/2017	53000.021323/2012-45	Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM
624/2017	53000.069265/2013-11	Associação de Comunicação Comunitária Taquarense
625/2017	53000.021788/2012-04	Associação Comunitária Urtigão

626/2017	53000.028888/2013-34	Rádio Grupo Conesul
627/2017	53000.042278/2013-43	Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para O Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico
628/2017	53000.058104/2011-31	Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL
629/2017	53000.041034/2013-43	Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão
630/2017	53000.046522/2011-85	Associação Comunitária Braçonortense
631/2017	53900.006048/2014-58	Associação Cultural de Salto Veloso
632/2017	53000.070495/2013-23	Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM
633/2017	53000.024854/2013-71	Rancho Verde Viva - RVV
635/2017	53000.015818/2013-16	Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radio Difusão
637/2017	53000.047873/2012-94	Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara para executar
638/2017	53000.058097/2011-77	Associação da Rádio Comunitária Redenção FM
639/2017	53000.058143/2011-38	Associação Cultural Dona Maria Vergentina
640/2017	53000.040750/2013-11	Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul
641/2017	53000.059292/2011-14	Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense
642/2017	53000.015822/2013-84	Associação Cultural Comunitária União de São Tiago
643/2017	53900.041679/2015-02	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
644/2017	53000.056639/2012-58	Associação Beneficente e Cultural
645/2017	53000.056212/2011-79	Associação Comunitária Voz Serrana

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2137313 e o código CRC 3A891D49.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2137313

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.058104/2011-31**  
**Referência: Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC.**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/09/2017, às 10:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2201949** e o código CRC **1F574939**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.058104/2011-31

SEI nº 2201949

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11 Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)  
53900.003257/2014-41 Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)  
53900.042127/2015-11 Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)  
53900.041857/2015-97 Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)  
53000.051427/2012-84 Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)  
53900.049367/2015-39 Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)  
53000.047027/2012-74 Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)  
53000.055907/2013-03 Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)

53900.039719/2015-48 Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)  
53000.028019/2012-29 Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)  
53000.048669/2012-91 Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)  
53900.006389/2014-23 Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)  
53000.036049/2012-17 Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)  
53000.007039/2013-47 Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)  
53000.014269/2012-81 Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)  
53000.009819/2014-11 Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)  
53900.041679/2015-02 Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)  
53000.056639/2012-58 Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)  
53900.039649/2015-28 Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)  
53000.015779/2013-57 Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)  
53900.048239/2015-78 Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)  
53000.070169/2013-16 Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)  
53900.017339/2015-52 Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)

53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)  
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
**53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)**  
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.058104/2011-31.**

Entidade: **Associação Cultural União Comunitária Zona Sul- ACONSUL**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/07/2019, às 17:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 09/07/2019, às 10:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 20:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4341747** e o código CRC **C8BFA278**.

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058104/2011-31, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural União Comunitária Zona Sul- ACONSUL, inscrita no CNPJ nº 02.700.690/0001-17, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de Outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7768/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1949, de 10 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.058104/2011-31

SEI nº 4341747

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058104/2011-31, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural União Comunitária Zona Sul- ACONSUL, inscrita no CNPJ nº 02.700.690/0001-17, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de Outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7768/2016/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1949, de 10 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35376/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.058104/2011-31.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/09/2019, às 20:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4674146** e o código CRC **662E09B6**.